



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

a visita do presidente da guiné-bissau, joão bernardo vieira

Discursos dos Presidentes João Figueiredo e do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 2 de julho de 1984, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente daquele País.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Com grande satisfação acolhemos a visita de Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Alcançamos um novo marco no relacionamento entre a Guiné-Bissau e o Brasil. Há alguns meses, estivemos juntos na capital de seu país, em momentos inesquecíveis de conagração entre nossas nações. Desejo que Vossa Excelência receba no Brasil equivalentes demonstrações de hospitalidade, afeto e amizade.

Nossos encontros, Senhor Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, constituem oportunidade para reflexão sobre as circunstâncias internacionais que nos afetam e para o trabalho resolutivo em prol das aspirações e interesses comuns.

Fazemos parte de um mesmo mundo, cada vez mais interligado.

Somos representantes de nações jovens que aspiram ao desenvolvimento e a um ordena-

mento internacional justo, seguro e dinâmico, que propicie a todos os países igualdade soberana e o exercício de seus direitos à participação plena na busca do bem comum.

Nossos países são banhados pelo mesmo oceano, que há de ser, livre das tensões alheias, perene elo de paz e caminho aberto ao intercâmbio mutuamente profícuo. Unidos estamos por afinidade cultural que reforça nosso entendimento e nos irmana.

É natural, assim, que a fraternidade seja a tônica de nossos encontros.

Em Bissau, senti, em todos os contatos havidos, esse clima de conagração.

Cabe-me hoje receber Vossa Excelência. Não posso pretender mais que dar continuidade e aprofundar nosso relacionamento de união, trabalho, amizade e esperança, que Vossa Excelência soube tão bem promover naquela ocasião.

Senhor Presidente,

A crise econômica internacional permanece, com efeitos nefastos para a maioria esmagadora da humanidade.

O protecionismo, as altas continuadas nas taxas de juros e os baixos preços das matérias primas dificultam o planejamento e a execução dos projetos prioritários para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

A corrida armamentista continua a ameaçar a paz; a exacerbação de tensões em diversas áreas continua a pôr em risco a estabilidade internacional.

Não impediram, contudo, esses fatores negativos que a solidariedade entre nossos países continuasse a estreitar-se.

O desejo de cooperar e de superar os entraves que se opõem ao desenvolvimento e à paz é objetivo essencial dos países da África e da América Latina.

Na esfera econômica, a recente Reunião de Cartagena fortaleceu o entendimento entre os países deste continente no sentido de proporem ao mundo desenvolvido formas de diálogo e soluções para enfrentar os desequilíbrios econômicos e financeiros.

Na área política, os esforços latino-americanos e africanos de aperfeiçoamento das relações bilaterais e de atuação multilateral coesa constituem processo de longo alcance. Baseado na cooperação igualitária, este processo marcará nova etapa no relacionamento internacional.

A realização da Segunda Mesa Redonda dos Parceiros Econômicos da Guiné-Bissau, reunindo países amigos e organizações internacionais, em maio último, é evidência concreta de que o diálogo construtivo pode, e deve, sobrepor-se às injunções do inadequado ordenamento econômico internacional existente. Como bem sabe Vossa Excelência, o Brasil participou da Mesa Redonda de

Maio, como o fizera em novembro, na qualidade de amigo solidário da Guiné-Bissau. Se carecemos de recursos financeiros abundantes, dispomos da vontade de cooperar e de alguma experiência no esforço para o desenvolvimento, que estamos prontos a dividir com a fraterna nação guineense.

Outro exemplo positivo de diálogo foi a IV Cimeira dos Estados Africanos de Expressão Portuguesa, realizada em Bissau, em dezembro passado. Acompanhamos este evento com vivo interesse.

Estamos certos de que, sob a Presidência de Vossa Excelência, a Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe continuará a aumentar a solidariedade dos países africanos de expressão comum, em benefício de todos.

Por outro lado, a Cimeira Extraordinária de Maputo demonstrou, de forma eloqüente, os esforços construtivos do Grupo pela Paz e a prosperidade da África Austral.

O Brasil observa com particular atenção o desenrolar dos acontecimentos daquela região africana. Tal como o Governo de Vossa Excelência, estamos conscientes da necessidade de soluções urgentes e efetivas e desejamos que a justiça e a paz finalmente prevaleçam naquela tão sofrida parte do continente.

Espera o Brasil que os países integrantes da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral possam dedicar-se com segurança, sem ameaças externas, a seus projetos de desenvolvimento nacional e integração regional.

Desejamos, igualmente, guineenses e brasileiros, que a Namíbia consiga alcançar o mais breve possível sua independência, com base nas resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas. Observamos, com apreensão idêntica, a situação na África do Sul, cientes que somos da injustiça e dos

perigos para a paz e a segurança que representa a segregação racial institucionalizada.

Senhor Presidente,

Com grande atenção acompanhamos os desenvolvimentos em seu país que culminaram na aprovação, pela Assembléia Nacional Popular, da nova Constituição e na eleição de Vossa Excelência para o cargo de Presidente do Conselho de Estado. Congratulamo-nos com Vossa Excelência, e com toda a nação guineense, pela consolidação de suas instituições.

Consideramos a cultura e a língua fatores essenciais de identidade nacional. Compreendemos a importância de afirmarmos os valores que nos são próprios e de desenvolver, com empenho permanente, as afinidades profundas que estão na base de nosso relacionamento.

Os fatores históricos e culturais que unem nossos povos fortalecem a vontade política empenhada pelo Brasil e pela Guiné-Bissau no estreitamento de seus laços de amizade e cooperação.

Munidos dessa vontade, o Brasil e a Guiné-Bissau podem e devem somar esforços em benefício mútuo. Se as limitações econômicas e financeiras de ambos os países impõem obstáculos a essa cooperação, estou certo de que, com criatividade própria e a colaboração das organizações internacionais competentes, saberemos transpor as dificuldades, como temos feito até o presente.

São muitos os exemplos de êxito em nossa cooperação técnica, econômica e cultural. Dedicuemo-nos à nobre tarefa de torná-la ainda mais densa e significativa.

Senhor Presidente,

Minha visita à Guiné-Bissau, quando da primeira ida de um Presidente da República Federativa do Brasil à África, deixou-me recordações indeléveis. Vossa Excelência retribui agora aquela visita, selando, em seu

mais alto nível, o elo de amizade entre nossos povos e Governos.

É com satisfação que convido os presentes a erguerem suas taças em brinde à perene amizade brasileiro-guineense, ao progresso da Guiné-Bissau, à felicidade pessoal do insigne amigo, Presidente do Conselho de Estado, e da Excelentíssima Senhora João Bernardo Vieira.

PRESIDENTE JOÃO BERNARDO VIEIRA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil,
General João Baptista Figueiredo,
e Excelentíssima Senhora de Figueiredo

Senhores Ministros,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permita-me Senhor Presidente, que manifeste, antes do mais, o meu profundo reconhecimento pela recepção tão calorosa quanto fraternal, com que Vossa Excelência, o seu Governo e o povo do Brasil me quiseram brindar bem como à minha esposa e à comitiva que me acompanha.

Gostaria por outro lado, de agradecer as palavras amáveis e significativas que acaba de nos dirigir e que demonstram o alto grau de fraternidade que nos une.

Quando da visita de sua Excelência o Presidente Figueiredo à Guiné-Bissau, a primeira de um Chefe de Estado latino-americano ao nosso País, tivemos a oportunidade de constatar o seu empenhamento pessoal no fortalecimento das relações de cooperação entre os nossos Estados. O calor humano e a amizade inequívoca, então demonstrados, constituem prova eloqüente da natureza indestrutível do nosso relacionamento.

Estamos convictos de que esta nossa visita ao Brasil irá contribuir para o reforço das relações de amizade e cooperação existen-

tes entre os nossos dois países. Essas relações emanam, em primeiro lugar, de uma história com muito de comum, a qual proporcionou, em particular na cultura dos nossos dois povos ligações indestrutíveis.

O nosso passado histórico comum, marcado pelo processo colonial e pela escravatura, apesar das influências negativas que tais factos nos trouxeram, criou as condições para uma futura aproximação entre os nossos povos. Confirmamo-la hoje, com o desenvolvimento consciente de uma cooperação multiforme e mutuamente vantajosa, colorário da independência conquistada.

O Grito de Ipiranga, marcando o desejo de libertação do povo brasileiro, encontrou eco na luta de libertação nacional que o povo guineense desenvolveu, à custa de imensos sacrifícios, para a concretização das suas legítimas aspirações à liberdade, à justiça social e ao progresso.

Senhor Presidente,

O meu país atravessa um momento particularmente importante do seu desenvolvimento.

Realizamos recentemente eleições gerais, livres e democráticas, que culminaram com a constituição da Assembléia Nacional Popular e do Conselho de Estado, bem como com a aprovação da nossa lei fundamental. Concretizou-se assim um dos principais objectivos do movimento reajustador de 14 de novembro.

No plano económico, encontramos-nos empenhados na busca de soluções que nos permitam corrigir as distorções do passado.

Neste contexto, salientamos a aprovação do nosso primeiro plano quadrienal de desenvolvimento económico e social e do programa de estabilização económico-financeira, para cujo financiamento realizamos duas mesas redondas com os nossos parceiros de desenvolvimento. O êxito alcançado permitir-nos-á, certamente, minorar as nossas di-

ficuldades e criar condições susceptíveis de favorecer o relance da nossa economia.

Senhor Presidente,

A Guiné-Bissau e o Brasil, pertencentes ao chamado terceiro mundo, compartilham de preocupações comuns decorrentes da grave crise política e económica que afecta o mundo, com maior repercussão sobre os países em desenvolvimento.

Tanto por ocasião de encontros bilaterais como no quadro da ONU ou do Grupo dos 77, soubemos evidenciar a convergência nas nossas posições relativamente aos problemas cruciais da nossa época e às vias para a sua resolução.

Ao apoiarmos a instauração de uma nova ordem económica internacional, demonstramos a nossa consciência da necessidade da introdução de mudanças estruturais no actual sistema económico mundial.

A acção concertada que tal imperativo requer torna inadiável a realização de negociações globais, no quadro das Nações Unidas, nas quais, países como os nossos deverão afirmar-se como parceiros dinâmicos de desenvolvimento.

A adequação do sistema monetário e financeiro mundial às necessidades reais do desenvolvimento, a dinamização da cooperação multilateral e das actividades comerciais bem como o relance da economia mundial são os frutos que esperamos colher de uma acção concertada neste sentido, entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.

As condições económicas e políticas actuais apontam igualmente para a necessidade do reforço da cooperação económica e técnica entre os próprios países em desenvolvimento. Trata-se, para os nossos países, de consolidar, num mundo cada vez mais interdependente, a solidariedade mútua e de explorar a complementaridade inerente às suas economias.

O Brasil e a Guiné-Bissau já deram passos concretos neste sentido, consubstanciando a vontade recíproca de cooperar em acções práticas levadas a cabo em vários domínios.

Esta cooperação, em cujo alargamento nos encontramos empenhados, corresponde ao nosso comum e legítimo desejo de favorecer a aproximação económica e cultural, com base nos factores históricos que determinaram, em grande medida, uma evolução sócio-cultural convergente dos povos guineense e brasileiro.

No quadro do relacionamento diversificado com o Brasil, atribuímos uma grande importância aos intercâmbios culturais. A justificação de tal desejo não se encontra apenas na comunidade de língua, mas sobretudo no rico património histórico, cultural e humano que nos é comum.

As múltiplas semelhanças entre a África e o Brasil, deixam abertas amplas perspectivas de alargamento à cooperação afro-brasileira. Estamos convictos de que a experiência do Brasil nos domínios-chave da ciência e da tecnologia favorecerá, no futuro, uma diversificação e um aumento constantes dos circuitos de cooperação entre os nossos países.

Senhor Presidente,

O cenário político mundial continua a apresentar todos os sintomas de uma crise profunda e generalizada. O uso da força, o desprezo pelos princípios e normas do direito internacional, as agressões e pressões tendem a impor-se como regra de conduta.

A paz e a segurança internacionais são constantemente ameaçadas pela multiplicação dos conflitos armados, pela corrida aos armamentos e pela nuclearização de regiões cada vez mais vastas do globo.

As principais organizações internacionais atravessam a maior crise desde o seu aparecimento, sendo a sua capacidade de inter-

venção na solução dos problemas mundiais cada vez mais posta em causa.

A República da Guiné-Bissau, face a esta situação, permanece fiel aos princípios que regem a coexistência e o diálogo entre os Estados e continua a apoiar os movimentos de libertação nacional e a luta dos povos pela edificação da paz, do progresso e da democracia.

Solidarizamo-nos, neste sentido, com os processos democráticos encetados dos países da América Latina e das Caraíbas, e apoiamos os esforços dos povos da região para consolidação da sua independência nacional e a construção do bem-estar e do progresso social nas suas Pátrias, sem ingerência no exterior.

Na África Austral, a evolução da situação política registrada nos últimos meses, com acordo de Nkomati e o compromisso de Lusaka, permite prever uma redução das tensões favorável à instauração da paz na região e à solução definitiva da questão namibiana.

A cimeira extraordinária dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, reunida em Maputo em abril passado, expressou o seu apoio às iniciativas de paz empreendidas na região, tendo também reiterado o seu apoio à SWAPO e ao ANC e apelado pela aplicação imediata da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, sobre a independência da Namíbia. O sistema do **apartheid** foi, uma vez mais condenado, definido como sendo o principal obstáculo a uma paz duradoura na região.

A consecução da paz na parte meridional do continente africano contribuirá, por outro lado, para reforço da estabilidade e da segurança no Atlântico Sul, zona comum à África e ao continente latino-americano.

Senhor Presidente,

Um profundo respeito mútuo aliado à firme vontade de salvaguardarmos os interes-

ses comuns bem como a procura de vias alternativas válidas para a afirmação constante da independência dos nossos povos constituem os valores norteadores do relacionamento fraterno que existe entre os nossos países.

Ergo a minha taça à saúde e felicidade pes-

soal de S.E. o Presidente e da Excelentíssima Senhora de Figueiredo, à prosperidade contínua do povo do Brasil e ao desenvolvimento constante dos laços de amizade e cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-guiné-bissau

Comunicado Conjunto Brasil—Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1984, pelos Presidentes João Figueiredo e João Bernardo Vieira.

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, Sua Excelência o General João Bernardo Vieira, acompanhado de importante comitiva oficial, cujos integrantes constam do anexo I, efetuou visita oficial ao Brasil de 2 a 9 de julho de 1984.

A visita do Presidente João Bernardo Vieira traduziu a reafirmação do desejo mútuo dos Governos brasileiro e guineense de estreitar, ainda mais, os laços de amizade e entendimento fraternos, existentes entre os povos dos dois países, e transcorreu em clima de cordialidade e compreensão. As conversações entre os dois Chefes de Estado revelaram grande convergência de opiniões quanto às questões examinadas, nos planos das relações bilaterais e da situação internacional.

Procedendo à análise da atualidade internacional, as duas Partes manifestaram a sua profunda preocupação face à multiplicação alarmante de crises e conflitos internacionais originados pelo crescente uso da força nas relações entre Estados e pelo desrespeito às normas e princípios do Direito Internacional. Nesta ótica, reiteraram a sua firme adesão aos princípios e propósitos da

Carta das Nações Unidas e aos princípios do Direito Internacional Contemporâneo, com ênfase especial nos que se referem à igualdade soberana dos Estados, ao direito dos povos à autodeterminação e independência, ao respeito pela soberania e integridade territorial e à não-ingerência nos assuntos internos de outras nações.

Os dois Chefes de Estado sublinharam, ainda, a necessidade de intensificar os esforços em prol do desarmamento, em especial o nuclear, bem como de evitar a transferência das rivalidades entre as grandes potências para áreas do terceiro mundo. Analisaram, ainda, a evolução das crises regionais, detendo-se na situação da América Central. A esse respeito, manifestaram a necessidade de que processos diplomáticos prevaleçam em seu encaminhamento e expressaram seu decidido apoio às gestões empreendidas pelo Grupo de Contadora. Reiteraram, nesse sentido, a convicção de que compete aos povos da área decidir sobre seus próprios destinos, livres de ingerências externas, em estrita observância das normas que regem a convivência internacional.

As duas Partes reconheceram o papel importante da ONU na consecução da paz e segurança internacionais, tendo realçado a necessidade de os membros da Comunidade

Internacional envidarem esforços no sentido de uma solução viável e eficaz dos problemas internacionais.

Ao analisarem a situação na África, os dois Chefes de Estado manifestaram a sua preocupação perante as constantes ameaças à soberania e independência dos Estados africanos pondo em perigo a paz e a estabilidade no continente.

Examinando a situação na África Austral, as duas Partes apoiaram a política de paz seguida pelos países da Linha de Frente, em especial, a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, bem como os seus esforços no sentido de preservar e defender a independência, a soberania nacional e a integridade territorial dos seus países.

Ao apreciar os fatores que levaram ao compromisso de Lusaka e à assinatura do Acordo de Nkomati, os dois Mandatários reiteraram o seu apoio a estas iniciativas que favorecem a criação de um clima de paz na África Austral.

Os dois Chefes de Estado expressaram sua solidariedade com o povo da Namíbia em sua luta contra a perpetuação do colonialismo no seu território e reiteraram a convicção de que a efetiva independência da Namíbia deverá ser encontrada no quadro da aplicação das resoluções pertinentes das Nações Unidas, em especial a resolução 435 do Conselho de Segurança.

Os dois Chefes de Estado condenaram a discriminação racial, particularmente o sistema de **apartheid**, que consideraram, entre outros, uma ameaça à paz e à estabilidade no continente africano.

Com relação ao Oceano Atlântico, os dois Mandatários reafirmaram as mesmas convicções expressas no Comunicado Conjunto que assinaram em Bissau, em 17 de novembro de 1983, pelo qual se comprometeram a envidar os esforços ao seu alcance no sen-

tido de preservar o Atlântico Sul como instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação, a salvo das tensões e confrontações entre potências/alheias à região.

Ao examinarem a atual crise econômica internacional os dois Presidentes salientaram, mais uma vez, a necessidade de uma nova ordem econômica mais justa e eqüitativa. O Presidente João Figueiredo teve a oportunidade de descrever ao dirigente guineense as iniciativas tomadas nos últimos meses pelos países latino-americanos no sentido de proporem aos países desenvolvidos fórmulas mais aceitáveis para o pagamento das dívidas externas dos países em desenvolvimento, ressaltando em especial os entendimentos obtidos na reunião de Cartagena. O Presidente João Bernardo Vieira expressou seu interesse no acompanhamento dessas iniciativas.

Os dois Chefes de Estado reconheceram, por outro lado, a importância e o valor da cooperação Sul-Sul, como instrumento particularmente útil para a solução dos problemas dos países dessa zona.

Ao passarem em revista as relações bilaterais, os dois Chefes de Estado reafirmaram sua satisfação com os resultados já alcançados e sua intenção de continuar a promover a cooperação brasileiro-guineense a níveis mais elevados. Para contornar os obstáculos decorrentes das dificuldades financeiras de ambos os países, concordaram em que continuam válidas as recomendações expressas no Comunicado Conjunto de Bissau, de aproveitar ao máximo os recursos próprios disponíveis e recorrer, sempre que possível, a terceiras fontes de financiamento.

O Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau expressou o desejo de seu Governo de constituir "joint-ventures" com empresas públicas e privadas brasileiras. O Presidente da República Federativa do Brasil tomou boa nota dessa proposta, a ser examinada ulteriormente.

O Presidente João Figueiredo reiterou a seu

homólogo guineense o apreço do Brasil pelas ações empreendidas pelos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa com vistas a aprofundar seus laços de amizade e cooperação, manifestando a disposição brasileira de contribuir para o estreitamento da cooperação com a comunidade lusófona africana. O Presidente João Bernardo Vieira agradeceu o apoio dado pelo Governo brasileiro à Organização da IV Cimeira realizada em Bissau, em dezembro último.

Os dois Presidentes reconheceram a importância das trocas de visitas oficiais de altas personalidades dos dois países para consolidar ainda mais o relacionamento bilateral e o fraternal entendimento entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Nesse sentido, a visita do Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau ao Brasil mantém o elevado nível de diálogo político, iniciado com a visita do Presidente do Brasil à Guiné-Bissau, e confirma o profundo interesse dos dois países de continuar a desenvolver a cooperação bilateral em benefício dos povos brasileiro e guineense.

Durante sua visita ao Brasil, o Presidente João Bernardo Vieira e sua comitiva visitaram ainda os Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, onde foram recebidos pelos respectivos Governadores.

O Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, ao encerrar sua visita ao Brasil, manifestou ao Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo profunda gratidão pelo acolhimento que lhe foi dispensado, bem como à sua Delegação, pelo povo e pelo Governo da República Federativa do Brasil.

ANEXO I

COMITIVA OFICIAL DE SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SENHORA JOÃO BERNARDO VIEIRA

- Sua Excelência o Senhor Fidelis Cabral d'Almada, Ministro dos Negócios Estrangeiros
- Suas Excelências o Senhor Ministro dos Transportes e Turismo e a Senhora Manoel Santos
- Sua Excelência o Senhor Filinto Barros, Ministro da Justiça
- Sua Excelência o Senhor Bartolomeu Simões Pereira, Secretário de Estado do Plano e Cooperação
- o Senhor Cônsul Geral Honorário no Rio de Janeiro e a Senhora Jair Sebastião dos Santos
- o Senhor Pedro Godinho Gomes, Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau
- o Senhor João Monteiro, Subchefe da Casa Civil da Presidência da República
- o Senhor Rogério Herbert, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- a Senhora Hília Lima Barber, Chefe do Departamento da Europa e América do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- o Senhor Caba Camará, Ajudante-de-Ordens
- o Senhor Eduardo Pinto, Diretor Geral do Ministério do Interior

ACOMPANHAM TAMBÉM SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SENHORA JOÃO BERNARDO VIEIRA

- a Senhorita Marga Bernardo Vieira
- o Senhor Vladimir João Vieira
- a Senhorita Sonia Regina Gomes Vidal
- o Senhor Paulo Roberto Vidal dos Santos

- a Senhorita Sandra Maria Bernardo Reis
- o Senhor N'Bune Na Mali, Membro da Casa Civil da Presidência
- o Senhor Sana Na Hada, Cinegrafista
- o Senhor João Quintino Teixeira, Jornalista*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 145, o texto do Protocolo de Intenções entre Brasil e Guiné-Bissau para cooperação nas áreas de energia e minas.

o brasil na conferência do desarmamento, em genebra

Discurso do Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, C.A. de Souza e Silva, sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, pronunciado em Genebra, em 26 de julho de 1984, por ocasião da primeira parte da sessão de 1984 da Conferência do Desarmamento; e o discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Genebra, em 21 de agosto de 1984, por ocasião da segunda parte da Sessão de 1984 da Conferência do Desarmamento.

DISCURSO DO CHEFE DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Mr. President,

My statement today will be devoted to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons:

The reason is a simple one. The process for the third review Conference of the Parties to the treaty is already under way and a second meeting this year of its Preparatory Committee will be held soon.

In the course of this process, appeals to non-signatories to join it are more constantly heard both in this hall and elsewhere. Not being a Party, Brazil feels therefore that it is in order to state, as comprehensibly as possible, the reasons why it did not sign the NPT and will not sign it. Furthermore, contrary to what was once stated in this Chamber, Brazil considers itself fully qualified to express its views on that instrument. First, because non-proliferation is a

general concern, and not the exclusive property of Parties to the NPT; secondly, because non-nuclear countries, like my own, which took steps, nationally and regionally, to prevent proliferation, must be considered at least more qualified to speak on that matter than those which, although Parties to the NPT, still condone the deployment of nuclear weapons in their own territories; thirdly, because Brazil's record on non-proliferation is unambiguous and unimpeachable.

In my statement today, therefore, I intend to present a historical summary of the efforts within the United Nations system to achieve a universal regime on non-proliferation as well as a brief reference to the Brazilian record on this subject, and finally to peruse the text and operation of the Non-Proliferation Treaty.

The first significant United Nations decision on the matter was the adoption by consensus, on December 4, 1961, of Resolution 1576 (XV), commonly referred to as

the "Irish Resolution", which was the result of several years of discussion in the First Committee of the General Assembly. The resolution called upon all States to secure the conclusion of an international agreement which would prevent the acquisition of nuclear weapons by the States that did not have them.

During the subsequent years, the debate continued in the General Assembly and the basic resolution dealing specifically with that question was adopted in 1965, and came to be known as Resolution 2028 (XX). It was drafted and presented on the initiative of the so-called "Group of Eight" of the Eighteen-Nation Disarmament Committee, one of the predecessor bodies to this Conference. The text of the Resolution, adopted without any dissenting vote, but with five abstentions, and the support of the superpowers, spelled out the five principles upon which the negotiation of a treaty on the non-proliferation of nuclear weapons should be based.

Such principles are:

- a) the treaty should be avoid of any loopholes which might permit nuclear or non-nuclear Powers to proliferate, directly or indirectly, nuclear weapons in any form;
- b) the treaty should embody an acceptable balance of mutual responsibilities and obligations of the nuclear and non-nuclear Powers;
- c) the treaty should be a step towards the achievement of general and complete disarmament and, more particularly, nuclear disarmament;
- d) there should be acceptable and workable provisions to ensure the effectiveness of the treaty;
- e) nothing in the treaty should adversely affect the right of any group of States to conclude regional treaties in order to ensure the total absence of nuclear weapons in their territories.

One and a half years later, on August 24, 1967, the Soviet Union and the United States submitted to the Eighteen-Nation Disarmament Committee two separate and identical treaty drafts on non-proliferation. They were followed, on January 18, 1968, by the presentation by the two co-Chairmen of that Committee of a joint revised text. Many comments, suggestions and proposals were made in the ENDC on both documents of 1967 and 1968. The co-Chairman attached their joint draft to the report they prepared for the resumed 22nd Session of the General Assembly, which convened on 24 April 1968. During the debate at the resumed Session, a few minor changes were introduced in the final text, and on June 12, 1968, the General Assembly passed a resolution, which took the number 2.373, by 95 votes in favor, 4 against and 21 abstentions, among which those of three members of the ENDC: Brazil, Burma and India.

The resolution commended the draft and requested the Secretary General to open the treaty for signature. Two years later it had received enough ratifications to enter into force.

Let me now briefly recall the record of Brazil on the question of non-proliferation.

Brazil participated in the consensus for the "Irish Resolution" and, at about the same time, our representative to the United Nations submitted a proposal calling for the establishment of a nuclear weapon free zone in Latin America. From 1962 to 1965 Brazil participated actively at the ENDC and the General Assembly on the discussions of disarmament and proliferation. In 1963 Brazil signed the Partial Test Ban Treaty and in 1964 ratified it. In 1965 Brazil co-sponsored Resolution 2028, in which the five principles to orient and guide the future treaty were embodied.

Meanwhile, in 1963, the Presidents of Bolivia, Brazil, Chile, Ecuador and Mexico is-

sued a joint declaration which stated that "their Governments are prepared to sign a multilateral Latin American agreement whereby their countries would undertake not to manufacture, receive, store or test nuclear weapons or nuclear launching devices..." By 1965, Brazil was engaged in the preparatory work for the elaboration of the Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America, which it signed in May 1967 and ratified in January 1968, two years before the NPT entered into force.

The Brazilian Delegation to the ENDC in 1968, composed by our former foreign minister, Ambassador Araujo Castro, and myself, was equally involved in the negotiations on the draft texts of the NPT presented by the co-Chairmen. On February 8, the representative of Brazil commented the revised draft in the light of the five principles adopted by the General Assembly in resolution 2028. His statement is recorded in ENDC/PV.363.

On principle a) according to which the treaty should not permit proliferation in any form, the Brazilian delegate stated that "the revised drafts contain no measure whatsoever aimed at preventing nuclear-weapon States from vertically proliferating, directly or indirectly".

On principle b) which envisaged a balance of responsibilities and obligations, the Brazilian representative recalled that while the proposed text asked non-nuclear weapon States to accept "a blank system of control yet to be formulated, it did not include a commitment to the effect that the nuclear weapon Powers will likewise be subject to some kind of control over their nuclear activities, so that the gap of obligations might be narrowed".

On principle c) directed to the goal of general and complete disarmament, and more particularly nuclear disarmament, it was noted that the proposed text only envisaged a commitment by each Party, and not

specifically by the nuclear Powers, to pursue negotiations in good faith. In that connection, he mentioned the proposal for a minimum period of twenty-five years for the duration of that instrument, and wondered whether a committee like the ENDC, with a mandate to negotiate a treaty on general and complete disarmament, could endorse a provision based on the assumption that "nuclear weapon arsenals may increase and proliferate for a minimum initial period of 25 years and that vertical proliferation may go on unchecked? Is it not", he continued, "a premature and uncalled-for admission that in 1993 the ENDC, or some other body in Geneva or in another city, will still be grouping for agreement on this vital issue of nuclear disarmament?" Sixteen years later, these words sound oddly familiar.

On principle d) the Brazilian delegate stressed that universality was a pre-requisite to the effectiveness of the treaty. He also remarked that among the nuclear Powers, two were not likely to become signatories, while among the non-nuclear countries, forty ratifications did not seem to warrant a sign of universality.

Finally, on principle e) concerning regional treaties, the Brazilian position was stated as follows: "My delegation welcomes the acknowledgement, in the operative part of the draft, of the existence of regional treaties aimed at ensuring the absence of nuclear weapons from the territories of the nations which are parties to such agreements, as is the case in Latin America. It would, however, be more satisfactory to us, and to other Latin American countries, if the draft specifically recognized the rights and obligations entered into by nations which have already concluded regional treaties of the kind".

After concluding the analysis of the co-Chairmen draft, as compared to the five principles of Resolution 2028, the Brazilian delegate said: "We have tried to point out some of the discrepancies between the revi-

sed draft and the principles set forth by the General Assembly as guidance and orientation for our proceedings.”

Those observations, as well as suggestions and amendments presented by my Delegation and by other members of the ENDC, were not, unfortunately taken into consideration by the co-Chairmen who had decided to stick to their original proposals. It is thus not surprising that Brazil could not support the resolution of the General Assembly that adopted and commended the draft treaty for signature.

May I now proceed to examine in some detail the provisions of the NPT as they now stand, bearing in mind the five principles agreed upon by the General Assembly.

As is customary in international treaties, the Preamble states the general aims and intentions of the Parties while operative paragraphs specify their rights and duties.

In the case of the NPT, the Preamble starts with two paragraphs on the prevention of nuclear war. The first one expresses the concern of the Parties with the consequences of a nuclear war and their recognition of the “need to make every effort to avert the danger of such a war and to take measures to safeguard the security of peoples”. The second goes on to identify proliferation as a development which would “seriously enhance the danger of nuclear war”. Sixteen years have elapsed and the international community still awaits any meaningful action on the part of the nuclear Powers to effectively avert the danger of nuclear war. Despite their professed belief that proliferation enhances that danger, their nuclear arsenals continue to increase and their policies are based on the premise that nuclear weapons should be credited for the absence of a general conflict since the end of World War II.

The third paragraph states the “conformity” of the treaty with the resolutions of the United Nations General Assembly cal-

ling for the “conclusion of an agreement on the prevention of the wider dissemination of nuclear weapons”. As we noted before, and as I intend to demonstrate further, the treaty is at stark variance with the five principles agreed upon in Resolution 2028, which was supposed to have provided its guidance and orientation.

The next four paragraphs address the question of peaceful nuclear activities and the application of International Atomic Energy Agency safeguards, and set the stage for the operative articles which spell out the safeguards system. Reading the fourth, fifth, sixth and seventh paragraphs, one would think that the principles they uphold apply to all Parties; but in the operative provision on safeguards (Article III), it becomes clear that only non-nuclear Parties have to accept controls over their peaceful activities. The principle of the availability of the benefits of nuclear technology, as contained in the preamble, provides the basis for the legitimization of the system by which only nuclear Powers have the right to the full development of nuclear technology and which they have expanded, in practice, to encompass military technology as well.

Resolution 2028 requires “an acceptable balance of mutual responsibilities and obligations of the nuclear and non-nuclear Powers.” With regard to the freedom of technological research and the application of its benefits, all rights and privileges in the NPT are reserved for the nuclear Powers, while the non-nuclear nations become the sole bearers of obligations. The seventh paragraph recognizes that “all Parties are entitled to participate in the fullest possible exchange of scientific information for, and to contribute alone or in co-operation with other States to, the further development of the applications of atomic energy for peaceful purposes”. That recognition, however, although repeated verbatim in Article IV, has no corresponding operative obligations for the nuclear Powers. Instead, stringent barriers have been devised to prevent non-nuclear coun-

tries from developing their own peaceful industry.

Paragraphs eight, nine, ten and eleven are related to the fundamental issues of cessation of the arms race, nuclear disarmament, prohibition of test explosions of nuclear weapons and general and complete disarmament under effective international control. All four paragraphs express the "determination", or the "desire", or the "intention" of the Parties to achieve those objectives. Also, in the case of these four paragraphs, not a single concrete obligation for the nuclear Powers is derived from the Preamble into the operative articles, except for the vague reference to "good faith" inserted in article VI. It is worthwhile noting that the tenth paragraph recalls the "determination" of the Parties to the 1963 Partial Test Ban Treaty "to seek to achieve the discontinuance of all test explosions of nuclear weapons for all time and to continue negotiations to that end". As we all have witnessed for the past few years in this Conference, two of the nuclear Parties to the NPT have successfully prevented any negotiations conducive to the fulfilment of that commitment. Is it possible, in such circumstances, to accept at face value the expression of "good faith" mentioned in Article VI?

Finally, the last preambular paragraph recognizes "the need for States to refrain from the threat or use of force international relations, in accordance with the Charter of the United Nations". Notwithstanding these aims and intentions, intervention, suppression of political independence, disrespect for territorial integrity continue to be everyday events committed overtly and covertly by one or the other of the nuclear Powers in disregard for the Purposes and Principles of the Charter.

The operative part should be examined in the light of its provisions and the manner they have been implemented and utilized by the nuclear Powers in order to achieve

the aims and intentions of the treaty as stated in the Preamble. The main rights and duties of the Parties are contained therein.

Article I spells out the obligations of the nuclear Powers with a view to preventing non-nuclear States from manufacturing or acquiring nuclear weapons or nuclear explosive devices. The question which has been asked over the past sixteen years is simple and remains unanswered: how can proliferation be prevented if some Powers, Parties or non Parties to the Treaty, retain and utilize their right to continue developing, stockpiling and disseminating their nuclear weapons all over the world? Resolution 2028 stated that "the treaty should be void of any loop-holes which might permit **nuclear** and non-nuclear Powers, to proliferate, directly or indirectly, nuclear weapons **in any form** (stress added). What became of that principle, which was once supported by all, including the nuclear Powers which are now Parties to the treaty? Furthermore, is the non-transfer of weapons, or the transfer of their control, verifiable in any way? What became of the principle of an acceptable balance of responsibilities and obligations in relation to verification? Verification of compliance with the main objective of the treaty is non-existent when it touches on the actions and interests of the nuclear Powers, which are not, in any way, accountable before the other Parties. Concerning the transfer of nuclear weapons, one cannot but evoke their massive deployment in Europe by the superpowers outside their own boundaries. To corroborate the conformity of such deployment with the provisions of the Treaty, the Parties must count only on unilateral declarations of the nuclear Power concerned, to the effect that it retains the control over those weapons. By contrast, even the mere transfer of equipment for research reactors for civil purposes to a non-nuclear Party is covered by a stringent system of verification. In other words, nuclear weapons are freely transported and deployed wherever and whenever the su-

perpowers so decide, while the search for nuclear technology for peaceful purposes by any other country is severely scrutinized.

The superpowers went even further into their unconstrained freedom to dispose of their nuclear arsenals and, through unilateral interpretations, they will be prepared, if necessary, to relinquish control of nuclear weapons to their allies in case of conflict. In "Hearings on Executive H", before the Committee on Foreign Relations of the United States Senate, in 1968, connected with the military implications of the NPT, one finds the interpretation that Articles I and II do "not deal with arrangements for deployment of nuclear weapons within allied territory, as these do not involve any transfer of nuclear weapons or control over them unless and until a decision were made to go to war, at which time the treaty would no longer be controlling". Since we have no comparable access to similar publications in the Soviet Union, we do not know how the other superpower views the situation with regard to a corresponding automatic suspension of its obligations under the treaty.

The second operative article, which is the obverse, or the mirror-image of the first, spells out the obligations of the non-nuclear countries under the system of verification provided for in the following article.

Two of the nuclear Parties have unilaterally and voluntarily placed their peaceful facilities under the safeguards system of the IAEA. It is difficult to understand why the remaining nuclear Party has so far chosen not to do so, although such decision is well within its rights according to the treaty. Confidence in its provisions and purposes would be better served by an attitude of openness with regard to peaceful nuclear activities, the same ones which are subject to a close scrutiny when related to non-nuclear Parties.

The objectives of article IV are most com-

mendable. It clearly upholds the "inalienable right" of all Parties to develop research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes "without discrimination". Both provisions, however, are qualified by specific references to articles I and II, which contain the fundamental discrimination on which the treaty was conceived and drafted. Put in plain terms, the treaty states that there should be no discrimination among its Parties, except, of course, when it is a built-in feature. Thus, it gives legal status to the distinction between nuclear and non-nuclear weapon States, regardless to the military level attained by the nuclear Powers and of the technological level attained by the non-nuclear States. Such a distinction, being forever inscribed in the treaty, can only disappear when nuclear weapons are wiped out from the face of earth, and outcome devoutly to be wished but at best unlikely.

On the contrary, experience has shown that the nuclear Powers needed further reinforcement of the distinction between the two categories of nations. The creation of the so-called "London Suppliers Club" in February 1975 complemented the provisions of the NPT by a practice of agreed constraints and safeguards. In the words of a commentator of the NPT, "the creation of such a group highlights and sharpens also the division of States into two new categories, i.e., suppliers and recipients, a division that will be later explored with regard to the NPT provisions relating to the promotion of peaceful uses of nuclear energy". The legitimate interests of the developing countries are not appropriately taken into account in such a system, as experience has demonstrated.

Article IV also introduces the subjective element of "purpose" with regard to the use of nuclear energy. Advocates of the treaty, and especially those which are technologically advanced, have forcefully argued that peaceful technology is inherently indistinguishable from military applications, and that therefore any "sensitive"

knowledge must be safely kept in the hands of those which already possess it, for the good of all. The treaty fails, however, to develop further the concept of "purpose". It establishes an absolute distinction between peaceful and warlike applications of nuclear energy, as long as it applies to non-nuclear Parties. The Treaty of Tlatelolco, which predates the NPT, devised an ingenious solution to that complicated problem. Its safeguards system is at least as stringent as the NPT's, and yet it is not discriminatory. A parallel can also be drawn between the NPT and the convention on the prohibition on chemical weapons currently under negotiation. In the latter, there is no dispute on the merits of and on the need for the so-called "general purpose criterion". In both cases, technology which has wide application for civil purposes can also be utilized for hostile ends. In both cases, such hostile ends entail the danger of mass destruction. One can argue that in the case of nuclear weapons, the dangers may be greater; but that is precisely the argument in favor of the priority for nuclear disarmament.

Article V further strengthens the division of the world into two categories of nations, since some designated Parties retain forever the means required to perform the services prescribed therein and so remain as the sole possessors, dispensers and controllers of the full range of nuclear technology. Article V also provides for "special international agreements" under which such potential benefits from peaceful applications on nuclear explosions would be made available to non-nuclear Parties, and states that "negotiations on this subject shall commence as soon as possible after the Treaty enters into force". Non-nuclear Parties desiring may also obtain such benefits pursuant to bilateral agreements. It would be useful to know which of the several provisions contained in Article V has ever been implemented. Have "special international agreements" been concluded, or negotiations on them started? Have there been

any "bilateral arrangements" established on the subject? Has the envisaged "appropriate international body" been set up?

The provisions of Article VI are the most commented upon since the inception of negotiations on the NPT. Two of the principles of Resolution 2028 are particularly pertinent: the treaty should constitute a step towards nuclear disarmament and contain an acceptable balance of responsibilities and obligations. As I stressed, the Preamble expresses the "determination", the "desire" and the "intention" of the Parties to achieve three main objectives: first, the cessation of the nuclear arms race and nuclear disarmament; secondly, the discontinuance of all test explosions of nuclear weapons for all time, and thirdly, the elimination from national arsenals of such weapons and the means of their delivery, pursuant to a Treaty on general and complete disarmament under effective international control. It would be expected that both Resolution 2028 and the stated objectives of the Parties, as expressed in the Preamble, would have permitted agreement on operative articles establishing precise and unambiguous commitments to that effect. Instead, the Treaty merely provided for an undertaking by all Parties to those objectives.

Nuclear Powers have never denied their special responsibilities in the field of disarmament; more recently, they have explicitly recognized them, notably in the Final Document of the First Special Session on Disarmament, which states that "while disarmament is the responsibility of all States, the nuclear-weapon States have the primary responsibility for nuclear disarmament". Incidentally, "good faith" is a normal assumption in any international negotiation. In the face, however, of the contractual obligation contained in Article VI, what account can the nuclear Powers give to the other Parties, and to the world at large, on the conduct and on the results of their on-again, off-again negotiations?

The most recent example, the INF and START talks, have been discontinued, and their only visible consequence is a new deployment of more deadly weapons of mass destruction.

All efforts designed to bring about the start of multilateral negotiations on nuclear disarmament have also met with failure, due to the inflexible attitude of the nuclear Powers. Therefore, non-nuclear States, Parties and non-Parties to the NPT, are fully entitled to demand from the nuclear Parties to comply with their obligations forthwith under Article VI, even if this obligation is couched in the most non-committal terms possible. The question is simple and straightforward: after 14 years of existence of the treaty, what is the status of the negotiations, first for the cessation of the nuclear arms race, secondly for nuclear disarmament, and thirdly, for general and complete disarmament under effective international control? What results, if any, have they produced?

Article VII is of great interest to the Latin American countries which, like Brazil, have successfully negotiated a treaty on the establishment of nuclear-weapon-free zone and which are committed to assuring the total absence of nuclear weapons in their territories and in the zone as a whole. Such a commitment, as well as the consequences it details, are disregarded by the NPT. The concept of nuclear weapon free zones cannot be confined to one, or a few regions of the world, while in others proliferation is freely permitted. Nor can this concept be dissociated from an effective system of verification, especially with regard to compliance, by the nuclear Powers, with their obligations toward the zone. But their stated policy of not disclosing the whereabouts of the nuclear weapons they disseminate at will on land, sea and air, is a major impediment to the effectiveness of the free zones. In order "to assure the total absence of nuclear weapons from the territories of States that conclude regional agreements", accor-

ding to Article VII, nuclear Powers must accept and respect a strict and workable verification system. The lack of such a system undermines the very foundations of the regional arrangements.

Article VIII contains the rules on amendments to and review of the NPT. It starts by democratically giving to all Parties the right to propose amendments. Then, a two-third majority may request the convening of a Conference to consider them. The process for their approval, nevertheless, is as selective as it is discriminatory. A few privileged Parties of course the nuclear Parties, have the right to veto any proposed amendment, even if all other Parties agree to it. One might, at the limit, envisage a situation in which all 120 or so members of the treaty, except one nuclear Power, may approve an amendment. That one blocking voice would suffice to prevent its adoption.

Article IX defines a nuclear States for the purposes of the instrument. The objective of such definition appears to be twofold: first, to leave the door open for accession to the treaty by the two nuclear Powers which so far have not joined it; second, to perpetuate the present structure of world power, by sanctioning the nuclear-weapon status of those five countries, whether or not they are Parties to the treaty. The only comment that can be offered is perhaps that all previous attempts at freezing History, especially when based on injustice and privilege, have not withstood the test of time. There seems to be no exception in the case of this new attempt, the roots of which can be found in the system of five permanent members of the Security Council of the United Nations. For thirty-nine years now, the veto power has paralyzed all United Nations efforts toward peace and security; likewise, the balance of nuclear terror, as condoned by the NPT, has paralyzed all efforts toward disarmament.

Article X established the conditions under which Parties may withdraw from the trea-

ty, and also provides the mechanism aimed at extending its duration indefinitely, after twenty-five years from its entry into force. Already the question of the indefinite extension of the treaty appears to be in the forefront of the preoccupations of the Third Review Conference, as the Head of the Swedish Delegation, Mrs. Theorin, reminded us at the start of our summer session. But this is a problem that the Parties themselves are entitled to solve by simple majority. As for the withdrawal clause in Article X, it reads as follows, in its relevant part: "Each State Party shall, in exercising its national sovereignty, have the right to withdraw from the treaty if it decides that extraordinary events, related to the subject matter of the treaty, have jeopardized the supreme interests of its country". Let me simply confront that text with the declaration read at the 268th plenary meeting of this Conference, on June 28 in the name of the Group of 21, by Ambassador Vidas, of Yugoslavia, which contains the following statement: "... the existence of nuclear weapons in the arsenals of a handful of States and the quantitative and qualitative development of such weapons directly and fundamentally jeopardize the vital security interests of both nuclear and non-nuclear States alike". The comparison of the two texts speaks for itself.

Mr. President,

After an analysis of the NPT and its operation, one can only ask: what does it offer besides discrimination for most and privilege for a few? If the possession of nuclear weapons is a legitimate right of a few, it must necessarily be the legitimate right of all. If nuclear weapons are not legitimate, they can only be banned and eliminated.

The countries which decided not to join the NPT have not exercised to our knowledge, the nuclear military option, and many, including Brazil have either joined other instruments by which they renounced nuclear weapons or made official decla-

rations to that effect. Such countries are, nevertheless, subject to a continuing campaign of suspicion and mistrust. Conversely, proliferation by the nuclear Powers continues at an accelerated pace, be it in numbers, quality or in the geographical dimension, justified and legitimized by the very instrument that purports to prevent it. One can only be surprised that, under a regime that provides so many incentives to proliferation, the spread of nuclear weapons to additional countries did not become yet a generalized phenomenon.

DISCURSO DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Presidente,

É com satisfação que faço uso da palavra neste foro, pois tive a honra de participar dos trabalhos de seu predecessor, numa fase de minha carreira que me é particularmente grata. À parte a recordação pessoal, é um sentimento de preocupação de meu Governo que me traz hoje à Conferência do Desarmamento ao final de seus trabalhos deste ano. Essa preocupação é particularmente intensificada pelos novos patamares que vai atingindo a corrida armamentista, especialmente a nuclear, com seus efeitos negativos diretos sobre a paz e a segurança e indiretos sobre a evolução econômica e social da humanidade.

Quando da realização da I Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, há alguns anos, a comunidade internacional acreditou vislumbrar a possibilidade histórica de que as questões de segurança que afetam vitalmente toda a humanidade passassem a merecer consideração realmente prioritária.

Com efeito, o Documento Final da I Sessão Especial expressava, em 1978, a consciência de que urgentes medidas deveriam ser adotadas para deter e fazer reverter a corrida armamentista nuclear. A ameaça de uma guerra nuclear, que traz consigo a real pro-

babilidade do aniquilamento da vida humana no planeta, foi vista claramente naquele documento como algo a eliminar de vez, de comum acordo entre todas as nações, das mais carentes às mais poderosas, todas igualmente soberanas.

Contudo, decorridos poucos anos de realização daquela reunião histórica, defrontamo-nos com uma situação em que, como já assinalava o Presidente do Brasil em alocução que proferiu na XXXVII Assembléia Geral das Nações Unidas, "nunca na história desta Organização foram tão sérios os riscos à paz, segurança e progresso das nações. Nunca foram maiores os desafios".

A evolução da conjuntura mundial anuncia-se de forma temível no campo da segurança. Não se deve esquecer, porém, que ela está intimamente ligada a acontecimentos de natureza econômica e social, e que sobre eles também repercute negativamente. Constituem estes, por sua vez, a manifestação abrupta dos resultados da perpetuação de estruturas assimétricas da distribuição global dos recursos e dos rendimentos provenientes da atividade produtiva das nações.

Diante da crise no campo da segurança internacional, seria de esperar-se atitude de serena e profunda reflexão por parte das potências dotadas de armamento nuclear, mais conseqüente com os propósitos consagrados, por consenso, no Documento final da I Sessão Especial sobre Desarmamento.

No entanto, e por um preocupante processo de regressão após a I Sessão Especial, a conjuntura hoje se distingue, **inter alia**:

— pelo contínuo aceleração da corrida armamentista nuclear, com o acréscimo quantitativo e a melhoria qualitativa dos estoques de armas nucleares e de seus vetores, além da ampliação dos tipos dessas armas e da criação de novos cenários para seu emprego;

— pelo recrudescimento e enrijecimento da confrontação Leste-Oeste entre os dois blocos militares;

— pela tendência ao reforço de esquemas verticais de domínio Norte-Sul e pela transformação e expansão de conflitos regionais em instâncias adicionais da mencionada confrontação maior;

— por uma persistente rejeição dos foros multilaterais como palco de negociação eficaz das questões cruciais do desarmamento, especialmente nuclear;

— pela denegação, em decorrência dessas tendências, da participação equitativa dos países não-nucleares na tomada de decisões que afetam seus interesses mais vitais.

Embora hajam reafirmado solenemente, durante a II Sessão Especial da AGNU sobre Desarmamento, em 1982, a validade dos princípios e prioridades aprovadas na I Sessão, as potências dotadas de armas nucleares demonstram, na prática, estar propugnando políticas de segurança que se chocam com as recomendações e o Programa de Ação do Documento Final adotado em 1978.

É notório, porém que a capacidade destrutiva dos estoques nucleares das superpotências supera várias vezes qualquer requisito racional de defesa, e portanto invalida os próprios pressupostos das doutrinas que advogam a busca de patamares sempre mais elevados de poderio bélico.

A dissuasão nuclear praticada mediante o reforço dos arsenais militares constitui um processo espiral por si incontável. O que alguns chamam de "igualdade de segurança", e outros de "equilíbrio estratégico", parece, quando examinados os detalhes, uma forma de garantir a própria segurança, à custa da alheia.

O que distingue radicalmente o momento atual do passado recente é que, pela primei-

ra vez, mesmo uma parcela do arsenal em mãos de um grupo ínfimo de países é capaz de provocar, não uma, mas várias vezes o aniquilamento de toda vida humana na face da terra.

A humanidade, por conseguinte, não se mostra à altura de seu próprio engenho, tornando-se vítima das forças por ela liberadas. À pretendida segurança substitui-se a generalização e a institucionalização da insegurança, em detrimento de todos, grandes e pequenos.

Por outro lado, a crise econômica mundial se reforça e exacerba ao impacto suplementar do desvio para finalidades bélicas de recursos naturais, materiais e humanos escassos. Instaura-se um círculo vicioso difícil de romper, diminuindo as já rarefeitas oportunidades de estabelecer uma ordem econômica mais justa e homogênea.

A frustração do desenvolvimento causa, para a maioria significativa dos Estados, sensação de crescente insegurança e se constitui em importante fator potencial de conflitos de toda ordem.

Senhor Presidente,

Certos aspectos do processo de desarmamento têm reflexos particularmente adversos para os países em desenvolvimento, grupo a que pertence o Brasil.

As potências militarmente nucleares insistem, nos foros multilaterais, na necessidade de que os demais países assumam compromissos internacionais que os obriguem a não adquirir ou desenvolver armas nucleares, sob o argumento de que, dessa forma, a humanidade estaria mais protegida contra a ameaça dessas armas. Trata-se, como se sabe, do conhecido conceito de "não-proliferação horizontal".

O Brasil tem expressado reiteradamente seu reconhecimento do valor intrínseco desse conceito para o reforço das condições gerais de segurança. Entretanto, nunca con-

cordou com o regime especificamente instituído pelo Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, por entender que tal instrumento preserva situações hegemônicas de poder e estabelece dois pesos e duas medidas nas obrigações e responsabilidades que atribui, de um lado, às potências militarmente nucleares e, de outro, aos demais países.

Com efeito, o que se observa é uma desenfreada corrida, em que os países nuclearmente armados se reservam o direito exclusivo de produzir, desenvolver e armazenar volumes já incomensuráveis de armamentos nucleares, enquanto se arrogam o papel de juízes das necessidades de desenvolvimento tecnológico dos demais países, ainda que se trate do uso pacífico da energia nuclear.

Para o Brasil, tão ou mais importante para a preservação da paz e da segurança do que a não-proliferação horizontal, é a necessidade de refrear e eventualmente proscriver a proliferação vertical.

Nesse contexto, quero lembrar a posição do Brasil diante do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina — mais conhecido como Tratado de Tlatelolco. Para o meu Governo, esse acordo constitui exemplo pioneiro e corajoso de instrumento verdadeiramente voltado para o atendimento não só das preocupações relativas ao desarmamento nuclear, mas também das legítimas necessidades ligadas ao aproveitamento pacífico da energia nuclear em benefício do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Alguns dos países militarmente nucleares, não contentes com a vigência do sistema instituído pelo Tratado da Não-Proliferação, que distribui direitos e obrigações desiguais entre os Estados Membros, têm recentemente tendido a assimilá-lo ao Tratado de Tlatelolco no que tange aos requisitos para a cooperação pacífica no campo dos usos da energia nuclear — quando as disposições relevantes diferem substancialmente — e a

exigir, como pré-requisito para acordos de transferência de equipamento, material e tecnologia nucleares, a adoção de medidas de salvaguarda que excedem os parâmetros universalmente aceitos e aplicados pela Agência Internacional de Energia Atômica.

A própria AIEA parece vir-se progressivamente transformando, de importante órgão promotor de progressos no campo da cooperação voltada para os usos pacíficos da energia nuclear, através da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, em agente inibidor dessa transferência, dedicado sobretudo às funções paralelas de controle e fiscalização. As mesmas tendências ameaçam comprometer, se não forem submetidas a um profundo reexame, as possibilidades de êxito da futura Conferência para a Promoção da Cooperação Internacional nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, a realizar-se dentro de dois anos.

O Brasil entende não serem admissíveis entraves ao livre aproveitamento das tecnologias pacíficas no campo nuclear, ou de outras tecnologias que tenham aplicação tanto militar quanto civil, respeitadas salvaguardas padronizadas, universais e não-discriminatórias. Do contrário, estar-se-ia criando mais uma instância de desfavorecimento dos países em desenvolvimento.

Outra questão que merece atenção mais devida diz respeito aos compromissos assumidos há mais de 15 anos em instrumentos internacionais pelos países nuclearmente armados. Embora façam constantes invocações a tais instrumentos, são aqueles países os primeiros a ignorá-los.

Tal é o caso de dois dos mais conhecidos instrumentos internacionais do desarmamento; o já referido Tratado de Não-Proliferação Nuclear e o Tratado de Proscrição Parcial de Ensaio de Armas Nucleares.

O Tratado de Moscou já continha, em 1963, a expressão da vontade de seus signatários de "alcançar a cessação para sempre de todas as experiências com explosões de

armas nucleares" e a determinação de "continuar negociações para esse fim", com vistas a "mais rapidamente possível concluir um acordo sobre o desarmamento geral e completo sob estrito controle internacional", que era proclamado como o objetivo principal de seus promotores. O TNP, em seu artigo VI, contém o compromisso expresso dos Estados-partes de "realizar negociações de boa fé sobre medidas efetivas relativas à cessação da corrida armamentista nuclear em breve período e ao desarmamento nuclear".

No caso específico do TNP, muitos países não-nucleares foram induzidos a tornar-se partes dele acreditando no cumprimento desses compromissos. No entanto, não é difícil entender por que alguns dentre eles já se mostram francamente desencantados com sua não-implementação, até hoje, pelos seus próprios promotores.

Outro tópico que desejo realçar se refere a um novo tipo de proliferação de armas nucleares, de responsabilidade exclusiva das grandes potências. Trata-se da proliferação ou dispersão "geográfica" dessas armas em áreas cada vez mais amplas do globo, mercê de recentes progressos tecnológicos que tornaram os engenhos nucleares e seus vetores extremamente móveis e fáceis de transportar por via marítima e aérea. Creio desnecessário sublinhar o perigo adicional que esse novo tipo de proliferação representa para os países não-nucleares.

Assunto conexo, ligado às chamadas garantias negativas e à sua aplicação em zonas desnuclearizadas, tem sido objeto de atenção do Brasil, sobretudo a partir dos ainda recentes acontecimentos no Atlântico Sul, que suscitaram dúvidas não plenamente esclarecidas.

Afigura-se mais do que justo que países que renunciaram voluntariamente à utilização bélica da energia nuclear exijam, como contrapartida mínima a essa renúncia, o compromisso de que as potências nucleares não

as ameaçarão com o uso de armas nucleares.

As correspondentes garantias, um modelo das quais se encontra no artigo 3º do Protocolo II do Tratado de Tlatelolco, deveriam estar sujeitas ao mesmo tipo de verificação de cumprimento estipulado para as obrigações contraídas pelos países abrangidos na sua zona de aplicação. Sem essa exigência, as zonas desnuclearizadas perderiam grande parte de sua credibilidade. Reiteramos a posição brasileira a respeito, já manifestada na última Assembléia Geral.

Outra tendência que se observa é a ênfase atribuída pelos países nucleares aos armamentos convencionais dos países em desenvolvimento, e, nesse contexto, a insistência na necessidade do desarmamento convencional regional. Ora, é evidente o papel estatisticamente marginal e praticamente insignificante da produção bélica desses países, se a cotejarmos com os maciços arsenais nucleares e também, ressaltado, convencionais das grandes potências. Essa tendência pode servir para desviar a atenção do problema central de nossa época, que é a ameaça de uma catástrofe nuclear.

Senhor Presidente,

Não pode haver poupança de esforços político e diplomático para enfrentar essa ameaça. A primeira das necessidades é a própria sobrevivência da humanidade, à luz da qual se colocam todas as demais.

Contudo, voltam a regredir os esforços de desarmamento. Isso se deve, por um lado, às resistências opostas pelas potências nucleares ao debate multilateral da matéria, e por outro à crescente atitude de confrontação entre as superpotências e os blocos a que presidem.

Não é demais lembrar que, desde a sua criação em 1978, o Comitê do Desarmamento, atual Conferência do Desarmamento, não chegou a acordo sobre a negociação subs-

tantiva de quaisquer das medidas prioritárias do desarmamento nuclear e correlatas.

Esse panorama desalentador se agrava justamente onde o potencial de ameaças é ainda maior. Neste caso está a ruptura das negociações bilaterais INF e START, bem como o recrudescimento acelerado da corrida armamentista nuclear a ela ligado, e a extensão da confrontação armamentista ao espaço exterior.

É indiscutível a responsabilidade especial das potências nuclearmente armadas na adoção de medidas urgentes para a radical modificação desse quadro.

Essa responsabilidade especial não significa, entretanto, um mandato dos demais países para que discutam exclusivamente entre si os destinos da humanidade, por mais relevantes que sejam as conversações bilaterais. Tal responsabilidade decorrente do próprio poder cria o dever perante os demais países de suprimirem a ameaça inaudita que criaram para todos os povos, a maioria esmagadora dos quais em nada concorreu para esse estado de coisas. Como foi realçado na recente Declaração Conjunta de seis Chefes de Estado e Governo às potências nucleares armadas, a qual o Brasil endossa, "é primariamente responsabilidade dos Estados nucleares evitar uma catástrofe nuclear mas esse é um problema demasiadamente importante para ser deixado a esses Estados apenas". Isso está sendo demonstrado a cada dia que passa, e o colapso das negociações bilaterais entre as Superpotências é apenas a sua ilustração mais óbvia.

Senhor Presidente,

Atravessamos não uma crise passageira, ainda que aguda. Testemunhamos o advento de uma verdadeira convergência de crises de âmbito global, que se interpenetram e alimentam umas às outras e se manifestam intensamente em qualquer campo de atividades para o qual nos voltamos, do econômico ao cultural, do político ao jurídico ou ao social.

Não nos devemos deixar arrastar pelos fatos consumados. A busca da paz não é ideal retórico, mas necessidade prática. Nas palavras do Presidente Figueiredo à Assembléia Geral, “não há nem pode possivelmente haver futuro no triste e inaceitável substituto para paz que é o equilíbrio de terror”.

Faz-se indispensável uma radical mudança no tratamento e na negociação das questões da paz e do desarmamento. No entender do meu Governo, essa nova postura deve inspirar-se nos seguintes pressupostos:

- a substituição da preponderância das considerações estratégicas de curto prazo pela disposição política para a negociação franca e construtiva de esquemas confiáveis de segurança e de solução pacífica das controvérsias;
- o abandono decisivo das políticas transnacionais de confrontação ideológica, pela procura conjunta do diálogo e das vias pacíficas de entendimento mútuo; e, finalmente,
- a aceitação e incorporação, nas deliberações e decisões substantivas relacionadas com o desarmamento, dos interesses, opiniões e anseios dos países não-nucleares e, especialmente, dos países em desenvolvimento, de maneira a criar-se uma autêntica percepção comum dos requisitos da segurança coletiva.

Em última análise, nenhum mecanismo negociador poderá substituir o elemento essencial de qualquer esforço de negociação, que é a vontade política. O Brasil tem sido absolutamente coerente quanto a esse ponto nevrálgico. Por me parecerem tão atuais hoje quanto há doze anos, permito-me lembrar algumas palavras que proferi, quando representava meu país no órgão predecessor desta Conferência: “Temos lidado de maneira excessivamente ligeira com esse tema, no qual está em jogo a segurança de todas as nações (. . .) o que realmente carecemos é de uma decisão política de realizar nego-

ciações efetivas sobre questões que mereçam a mais alta prioridade: o desarmamento nuclear e o objetivo final do desarmamento geral e completo sob controle internacional eficaz”. Oxalá possam, no futuro, nossas declarações adquirir tom mais otimista.

Senhor Presidente,

Os mecanismos de desarmamento instituído pela I Sessão Especial, dos quais o mais importante é esta Conferência, têm-se desincumbido de suas graves responsabilidades com zelo. No entanto, devido aos estreitos limites para negociação impostos pela vontade nacional das grandes potências, tais foros têm podido cumprir apenas excepcionalmente os objetivos a eles atribuídos. Por essa razão, registro com satisfação os progressos que se estão verificando nos trabalhos relativos à negociação da proibição de armas químicas, os quais permitem esperar, em futuro não muito distante, a concretização de importante passo em direção ao desarmamento genuíno na área das armas de destruição em massa. Esse avanço em muito contribuiria para encorajar outras medidas concretas no campo prioritário das armas nucleares.

Na década passada, encontramos alguns exemplos dos resultados a que pode conduzir uma vontade mais firme para a negociação multilateral. Esses exemplos se relacionam com medidas antes de não-armamento do que propriamente de desarmamento, mas servem para demonstrar a possibilidade de negociar multilateralmente acordos relevantes para a segurança internacional. Entre eles cito o Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares nos Fundos Marinhos, a Convenção sobre Armas Bacteriológicas e Tóxicas e a Convenção ENMOD.

De resto, paralelamente às tendências alarmantes e sombrias a que me referi mais atrás, é possível vislumbrar, aqui e ali, alguns sinais positivos. As negociações MBFR sobre desarmamento convencional na Euro-

pa, hoje o palco mais vulnerável à ameaça de uma guerra, poderão representar uma porta aberta ao diálogo. Ao contrário do que se temia, reforçaram-se as esperanças da adoção, neste continente, de medidas de reforço da segurança, em função do êxito da reunião CSCE (Conference on Security and Cooperation in Europe) em Madri, e do conseqüente início dos trabalhos da CDE (**Conference on Confidence and Security – Building Measures and on Disarmament in Europe**); está em pleno curso a Campanha Mundial do Desarmamento patrocinada pela ONU; finalmente, aumenta a cada dia a consciência da opinião pública mundial acerca da ameaça nuclear.

Esses elementos positivos hão de repercutir neste foro, o que permitirá a ampliação das perspectivas de constituição de outros órgãos subsidiários para o tratamento das questões substantivas, além dos quatro já existentes.

Senhor Presidente,

O momento em que vivemos, entretanto, estimula sinistras profecias. A escalada armamentista ameaça extravasar o ambiente terrestre para investir contra novos domínios como o do espaço exterior. Num momento em que os países carentes se tornam, paradoxalmente, exportadores de capital para cumprirem seus compromissos financeiros, as potências mais industrializadas aumentam a proporção de seus orçamentos para despesas militares, num desvio de recursos que mais eficazmente contribuiriam para a sua própria segurança se destinados a reativar as economias dos países em desenvolvimento, a dar-lhes novas esperanças, a criar um clima de maior solidariedade social e política.

Quero, entretanto, expressar minha convicção de que, tal como ocorreu em momentos decisivos do passado, saberá a comunidade internacional ainda uma vez quebrar o círculo vicioso de tensão, ansiedade, medo e conseqüente preparação da guerra que ameaça os dias que vivemos. A lógica irracional e fatalista da destruição não faz jus a um destino de paz, liberdade, segurança, justiça e progresso, que tem constituído o objetivo supremo da humanidade.

Senhor Presidente,

Não poderia terminar essas considerações sem render justa homenagem ao Embaixador Garcia Robles e à Senhora Alva Myrdal, que dividiram entre si o Prêmio Nobel da Paz de 1982. Os dois, com quem tive o privilégio de conviver, e um dos quais se encontra hoje entre nós, tiveram assim reconhecida, da maneira mais honrosa, a contribuição extraordinária que deram às negociações sobre desarmamento.

Essas duas ilustres personalidades dão-nos exemplo da atitude que se requer hoje de todos, pois, como bem o assinalou o Presidente do Comitê Nobel norueguês, ao fazer-lhes entrega do Prêmio, "são pessoas que não se satisfazem apenas em chamar a atenção para as tendências alarmantes mas que também devotam sua energia e capacidade à tarefa de reverter a maré".

Que esse exemplo frutifique e se amplie, inspirando os trabalhos desta Conferência, são votos que faço em nome do Governo brasileiro, ao desejar-lhe êxito na tarefa da maior responsabilidade a que com tanto afincado se dedica.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro visita o chile e faz conferência na cepal

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, na sede da Comissão
Econômica Latino-Americana (CEPAL), em Santiago, em
27 de julho de 1984

Senhor Secretário-Executivo,
Senhores Membros desta Comissão,

Senhoras,
Senhores,

Desejaria em primeiro lugar manifestar meu agradecimento por esta oportunidade de visitar a sede da CEPAL e dirigir-me a audiência tão seleta. Esta ocasião me é particularmente grata, porque encontro ouvintes atentos, prontos a examinar idéias e a colaborar com o esforço de reflexão que é de todos nós.

A CEPAL é dessas instituições que ao mesmo tempo são o trabalho que realizam diariamente e a tradição de pensamento que forjaram.

Na consciência de todos, que na América Latina lidamos com a coisa pública, com a diplomacia, o comércio, as finanças e a cooperação internacional, a CEPAL sempre terá essa dupla dimensão de órgão técnico-consultivo e de articulador de uma linha de pensamento e ação estimulante.

Esse é, aliás, o aspecto em torno do qual gostaria de construir minhas reflexões hoje. A CEPAL deixou marcas profundas no pensamento econômico latino-americano, desde a década dos cinqüenta. A Comissão desenvolveu, sem dúvida, o primeiro grande esforço coletivo de compreensão das estruturas econômicas da América Latina e a primeira tentativa de trilhar um caminho próprio no que à matéria econômica se referia.

Ao mesmo tempo que construiu o primeiro grande esquema teórico em matéria econômica, propriamente latino-americano, a CEPAL buscou identificar, em nossa condição, no modo de inserção de nossas economias na ordem internacional e nos problemas que enfrentávamos, um modelo que fosse apropriado à nossa ontologia. Nesse sentido, seu pensamento ocupa lugar de realce dentro das correntes do pensamento latino-americano, que desde épocas remotas, e nos mais variados campos do conhecimento, trata de reivindicar para o nosso Continente uma identidade própria, que requer fórmulas específicas de compreensão e que exige daqueles que sobre elas se debruçam um instrumental específico.

É sob essa perspectiva que gostaria de avaliar os conceitos que hoje têm vigência na análise de nossos problemas econômicos, comerciais e financeiros e no estabelecimento de políticas apropriadas em nossos países. O conceito da deterioração dos termos do intercâmbio no comércio internacional ainda hoje explica muito das dificuldades que nossos países enfrentam.

O papel atribuído à industrialização, ao planejamento e à participação estatal planificada na economia são outros tópicos que mantêm atualmente e procuram dar resposta dinâmica ao imobilismo ortodoxo e ao fracasso reiterado da aplicação de fórmulas que não levem em conta as particularidades do fenômeno social e produtivo em nossos países.

A política econômica latino-americana tomou novos caminhos, com a introdução do planejamento econômico e com o fomento progressivo da industrialização como pilar central de esforços cada vez maiores de desenvolvimento. Por outro lado, no próprio plano conceitual, as novas idéias deram impulso a discussões antes nem sequer aventadas.

Assim, pode-se sem dúvida lembrar a convocação da primeira UNCTAD. O próprio dado concreto da realização desse tipo de encontro e o fato de que hoje os países se sentem em torno de uma mesa para discutir temas que antes eram perfeitos tabus é em si mesmo auspicioso.

Não sou daqueles que se negam a reconhecer o valor dos avanços conceituais. Ao lado desses avanços, não poderia deixar de identificar ideais perenes, que estão na base da própria consciência latino-americana e ocidental. O desenvolvimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para a promoção da justiça social, da estabilidade e do bem-estar. São ideais que acompanharam sempre a construção da sociedade e da cultura latino-americanas, muito embora a realidade fosse no mais das vezes adversa.

Pois bem, o ideal de transformação da realidade é sem dúvida a alavanca para a promoção desses valores que estão subjacentes à natureza latino-americana. O desenvolvimento, a reestruturação do comércio internacional, a industrialização e o planejamento econômico aparecem como fatores que visam, substancialmente, no plano interno, ao progresso social e à estabilidade, e, no plano externo, à modificação de estruturas de poder que tendem a perpetuar formas injustas de relacionamento entre as nações.

Bem se vê de que forma esses avanços conceituais embasam hoje, em grande medida, os esforços do mundo em desenvolvimento em prol de transformações que atendem aos interesses de todos e que descartam os ganhos de curto prazo pela segurança e pela estabilidade de prazos mais longos e sob formas mais perenes.

A COOPERAÇÃO LATINO-AMERICANA

A cooperação, a integração, latino-americana é uma face desse esforço de transformação.

A busca do necessário fortalecimento das correntes de comércio a que se ligam nossos países não pode passar apenas pelo intercâmbio com as Nações desenvolvidas.

A promoção do intercâmbio comercial, no âmbito horizontal, regional, tem uma função indispensável e requer o apoio do Estado. A se permitir apenas o livre jogo das forças do mercado, que na verdade nunca é efetivamente livre, a entregarem-se os fluxos de nosso comércio externo às pressões da atual estrutura internacional, jamais nossos países poderiam sequer olhar-se uns aos outros. A estrutura internacional vigente é verticalizadora. Essa verticalização é reforçada por concepções estratégicas e de disputa de poder, que tendem a valorizar a associação pura e simples dos países mais fracos aos países mais fortes.

A alteração dessa lógica só pode ser produ-

to de vontade política através dos Governos. Se nossos países deliberadamente não tomarem a iniciativa da cooperação, a inércia da estrutura internacional pesará de tal forma sobre suas relações externas que dificilmente se alterará sua substância.

Não se esgota aí, porém, a perspectiva positiva com que se deve encarar a cooperação regional. A complementaridade de nossas economias, a coincidência de muitos interesses em matéria de economia e finanças internacionais e o desenvolvimento de inúmeras experiências intercambiáveis em nossos países, nos mais diversos campos da atividade humana e do conhecimento, asseguram a possibilidade de fazer desse âmbito do nosso relacionamento um fator de importância, ao lado do relacionamento mais tradicional com os países desenvolvidos e com outras áreas do globo.

Nossas afinidades são extensas. Vão da comum herança histórica e do universalismo da nossa cultura ao desafio do desenvolvimento, da justiça e do progresso social. Nossos problemas são semelhantes: vão dos grandes constrangimentos oriundos da nossa inserção internacional e do papel que durante séculos desempenhamos na economia internacional aos problemas básicos relacionados às estruturas do cotidiano, à produção de alimentos, ao ensino técnico, ao instrumental agrícola, aos problemas ambientais, aos desafios do transporte e das comunicações, etc.

Não somos países que tenham excedentes de poder ou que possuam a capacidade de desdenhar perspectivas concretas ou que possam desprezar o concurso de nossos iguais.

Senhor Secretário-Executivo,

A crise contemporânea é um fenômeno que se manifesta de diversas maneiras, em diversos âmbitos, em forma de espiral e com um dinamismo às vezes avassalador. Revela-se no descontrole financeiro mundial. Expressa-se na falta de vontade política e de capa-

cidade das nações de envidar esforços concretos para controlar-lhe conseqüências, que se transformam em novas causas. Espraia-se na virulência com que certos conflitos permanecem por cima do desejo manifesto da comunidade internacional de que encontrem fim. Expressa-se em políticas econômicas que privilegiam a recessão como remédio para a reconstrução, como se das cinzas restasse algo a reconstruir.

Manifesta-se nos entraves colocados ao comércio, na falta de sensibilidade pela estagnação de projetos de desenvolvimento longamente acalentados e pela ameaça de convulsões sociais que acabem por destruir de vez um sistema que requer reformulação.

A crise espelha-se, por fim, na falta de sensibilidade pelo sofrimento humano, causado pelos conflitos armados ou pela miséria, a desnutrição, a fome, a insegurança. Esse aspecto, aliás, dá ao quadro contemporâneo uma conotação moral negativa, que pode prenunciar, a exemplo do que ocorreu em outras épocas, graves problemas no momento de se reajustarem as engrenagens da História.

Outra perspectiva pela qual pode ser abordado o quadro da crise atual é a tendência que vem apresentando para a disjunção de esforços. A recente conferência de Chanceleres e Ministros da Fazenda da América Latina foi testemunho concreto dessa tendência: nossos países buscaram a coordenação, chamando realistamente a atenção dos países credores para a necessidade de conjugar esforços; registrou-se, logo a seguir, porém, a elevação de mais meio ponto percentual na taxa de juros preferencial, como que a demonstrar o desencontro de vontades, em momento que todos percebem como grave.

A América Latina tem sido, aliás, particularmente afetada por essa crise, em todos os seus aspectos. Temos graves desajustes externos; temos conflitos que representam não apenas ameaça potencial à paz regional,

mas também um desvio de recursos que se deviam destinar a esforços de desenvolvimento; nossos esforços de coordenação permanecem à espera de respostas positivas, à altura do espírito construtivo com que foram feitos; nosso comércio interregional decaiu, depois de ter sido um dos motores da expansão econômica que nossos países experimentaram na década dos setenta, promovendo o pleno emprego e criando riqueza, com repercussões benéficas inegáveis nos próprios países desenvolvidos.

Diante desse quadro de adversidades, a resposta latino-americana deve ser, como tem sido, construtiva, e, como tal, explorar todas as veredas que possam conduzir à superação das dificuldades atuais.

O papel da CEPAL nesse processo é límpido e concreto. A CEPAL tem sido capaz de analisar a realidade com instrumental próprio, dotado de valores éticos que vêm de encontro às aspirações mais legítimas do Continente e com uma bagagem de acertos e intuições legitimados pela própria realidade.

Recentemente, por encomenda do Presidente do Equador, Doutor Osvaldo Hurtado Larrea, a CEPAL e o SELA apresentaram, respaldados pela autoridade dos seus Secretários-Executivos, o importante documento intitulado "Bases para uma resposta da América Latina à crise internacional". Esse documento, de acurada capacidade de

análise, diagnosticou os principais elementos que devem ser levados em conta pelos países do Continente em seus esforços por não permitir que a crise contemporânea e as dificuldades de diálogo estanquem seus projetos nacionais e lancem seus povos, de pleno, no flagelo da recessão e da desesperança.

A Conferência de Quito valeu-se em muito desse documento-base. Da mesma forma, outras análises e propostas de índole setorial ou regional apresentam esse valor de subsídios indispensáveis para os Governos da região.

A crise que vivemos é a um tempo um desafio e um incentivo. Com ela, valorizam-se o planejamento, a visão crítica da realidade e da História, a busca de modelos alternativos, a opção da coordenação interregional e a cooperação entre países com características, interesses e aspirações comuns.

A nossa América é rica de idéias que vêm de encontro a essa valorização. Povos eminentemente criativos, que tiveram que construir ao longo da História uma civilização própria, com profundas características peculiares e ao mesmo tempo abertos às correntes mais universais do pensamento, temos condições de levar a todos os campos da atividade humana uma contribuição própria e valiosa.

Muito obrigado.

realizado no chile o seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Santiago do Chile, em 26 de julho de 1984, por ocasião da abertura do seminário sobre Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento.

Senhor Ministro de Estado,

Senhoras e Senhores,

Em nome do Governo brasileiro, no meu próprio e no do Grupo Expositor, desejo manifestar nossa satisfação com a presença

dos Senhores neste evento, que reúne técnicos, empresários e autoridades, em torno de prioridades setoriais compartilhadas, com o objetivo de aproximar países irmãos em nível de desenvolvimento similar.

O comparecimento de Vossa Excelência à sessão inaugural deste seminário assume particular importância, pois que seu Governo sempre se dispôs a apoiar o intercâmbio de informações entre países em desenvolvimento. Brasil e Chile, de fato, reconhecem nesse intercâmbio e na cooperação voluntária entre países em desenvolvimento uma necessária complementação para as relações assimétricas e impositivas a que tínhamos que nos submeter, dada a ausência de opções — por desconhecidas — em nosso próprio meio.

Acreditamos firmemente no impulso dinâmico que poderá advir da cooperação mais ampla entre os países em desenvolvimento. Antes que se agravasse, nos últimos dois anos, a crise que afeta nossa região, o crescimento do intercâmbio do Brasil com os demais países do Sul vinha apresentando níveis mais elevados do que os do nosso intercâmbio com o Norte, tendência que pretendemos seja retomada o mais breve possível. Hoje, o mundo em desenvolvimento já é nosso maior parceiro comercial. Juntos, em nosso próprio país e no exterior, estamos encontrando, através da cooperação baseada nas experiências vividas por nossos operadores econômicos, respostas apropriadas aos problemas do desenvolvimento que todos enfrentamos.

Criar tecnologia nova ou adaptar tecnologia utilizar em outros países para resolver problemas semelhantes não constituem inovação; é o que fazemos todos. Passar a compartilhar nossa experiência na aplicação dessas soluções é, no entanto, o que pretendemos aqui fazer e, estou seguro, representa contribuição positiva e dinâmica para

aprofundar o relacionamento entre nossos dois países.

Acreditamos igualmente, Senhor Ministro, que a cooperação de forma ampla entre países em desenvolvimento já provou ser instrumento decisivo no encaminhamento de soluções para diversos problemas que enfrentamos. Nós, do Sul, já demonstramos inúmeras vezes estarmos plenamente capacitados a encontrar entre nós mesmos as saídas que buscamos. Entretanto, nossos êxitos não correspondem a uma consciente mobilização preferencial dos recursos e da vivência acumulada pelo conjunto dos países em desenvolvimento; antes, tendem a resultar de manifestações assistemáticas; de fatos isolados que podem correlacionar-se pelo contexto geral em que ocorrem, mas que não guardam relação maior com os acertos e erros dos esforços desenvolvimentistas de outros países. Falta-nos muitas vezes a auto-suficiência coletiva precisamente porque pouco conhecemos as nossas capacidades de cooperação mútua ou porque não reconhecemos a validade da experiência que cada um de nós já acumulou.

Idealizamos, então, este Seminário como um instrumento para compartilhar com os Senhores um pouco da nossa experiência, para discutí-la e, assim, nos enriquecermos mutuamente através de um debate que, entendemos, hoje aqui apenas se inicia. É um convite a que ampliemos o diálogo e a cooperação Sul-Sul e para que dele participem não só nossos governos, mas também outros setores de nossas sociedades. Por isso mesmo agradeço o comparecimento dos Senhores, reitero o convite para que haja um amplo debate com nossos expositores e, com plena confiança em que será proveitoso para ambas as partes, declaro aberto este Seminário.

Muito Obrigado.

comunicado conjunto brasil-chile

Comunicado Conjunto Brasil—Chile, divulgado em Santiago, em 27 de julho de 1984, ao final da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, àquele País.

No quadro da amizade que ao longo da história uniu a República do Chile e a República Federativa do Brasil, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, esposa e comitiva visitaram oficialmente o Chile entre os dias 25 e 27 de julho de 1984.

No decorrer de sua visita o ilustre representante da Nação brasileira, acompanhado de sua comitiva, levou a cabo um intenso programa, havendo sido recebido por Sua Excelência o Presidente da República, que ofereceu um almoço em sua homenagem, pelo Senhor Ministro do Interior, pelo Prefeito de Santiago, que lhe fez entrega das chaves da Cidade; ademais, inaugurou o Seminário sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento".

Na ocasião, os Ministros de Relações Exteriores examinaram uma agenda ampla e aberta, na qual analisaram a situação mundial e regional e o estado positivo das relações bilaterais. Como conclusão destas conversações, ambos os Ministros concordaram em emitir o seguinte comunicado:

Os Ministros das Relações Exteriores reiteraram sua firme adesão à observância dos propósitos e princípios consagrados pela Carta das Nações Unidas, especialmente os relativos à igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, não-intervenção em assuntos internos e externos, abstenção da ameaça e do uso da força, fiel cumprimento dos Tratados, solução pacífica das controvérsias de acordo com o Direito Internacional, e integridade territorial dos Estados.

Ressaltaram o direito de cada nação à plena

realização e ao desenvolvimento dentro da comunidade internacional, num contexto de justiça e equidade, baseado na boa fé e respeito recíprocos. Registraram também ampla coincidência na apreciação da situação econômica mundial, em que profundos desajustes nas principais economias desenvolvidas têm detido o avanço em matéria de desenvolvimento econômico e social.

Expressaram, nessa ordem de idéia, extrema preocupação com a elevação das taxas de juro internacionais que afeta diretamente o serviço da dívida externa de seus países, havendo reconhecido a conveniência e a oportunidade de que as nações latino-americanas intensifiquem seus esforços, com vistas à obtenção de uma solução efetiva e realista para seus problemas de endividamento, dentro do quadro do recente Consenso de Cartagena.

Ainda no contexto sócio-econômico, ambos os Chanceleres voltaram a afirmar a convergência de posições nos assuntos relativos ao Direito do Mar.

Manifestaram, ademais, sua preocupação com as políticas protecionistas que alguns países desenvolvidos levam a cabo, afetando os países em desenvolvimento. Nesse sentido, concordaram em redobrar seus esforços tendentes a obter um mecanismo de negociação com os países desenvolvidos que permita promover um diálogo franco e frutífero entre os citados países.

Os dois Ministros de Estado renovaram sua adesão aos propósitos e princípios que inspiram o Sistema Interamericano, havendo manifestado a vontade de que a OEA desempenhe papel condizente com sua impor-

tância histórica e potencial. Para tal, concordaram ser preciso que a Organização conte com a cooperação franca e permanente dos Estados-Membros, sempre dentro do espírito de uma confiança renovada nos destinos do Organismo. O Ministro do Exterior chileno expressou a satisfação se seu Governo pela eleição do Embaixador João Clemente Baena Soares ao cargo de Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, e fez votos no sentido de bom êxito de sua gestão na condução dos assuntos hemisféricos.

Nesse âmbito reiteraram a importância que eles atribuem aos foros hemisféricos, em especial aos que se dedicam aos problemas econômicos e sociais que atravessam nossos países, como o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). Ambos os países esperam que a próxima reunião do CIES, a ser efetuada em Santiago, alcance os acordos necessários para superar as dificuldades econômicas e sociais que atravessam nossos países e revitalizar os mecanismos de diálogo hemisférico. Nessa ordem de idéias apelam aos demais membros da OEA a fim de que contribuam, ou realizem os esforços, para alcançar o pleno êxito dessa reunião.

Ambos os Chanceleres constataram, com especial agrado, o excelente estado das relações bilaterais, concordando envidar esforços no sentido de incrementá-las e aperfeiçoá-las ainda mais. Lembraram a extensa série de acordos vigentes entre os dois países e a importância do foro da Comissão Especial Brasileiro-Chilena de Coordenação, cuja última reunião realizada em Santiago, em dezembro de 1983, apresentou resultados altamente positivos.

Comprovaram, com agrado, que o Sistema de consultas estabelecido há mais de duas décadas tem-se revelado de grande importância e utilidade e coincidiram na intenção de, face à evolução da situação internacional, continuar sua aplicação regular.

Ao tomarem nota da importância do inter-

câmbio comercial bilateral, manifestaram suas esperanças de que atinja níveis que superem, em futuro próximo, as cifras alcançadas nos últimos anos.

Nesse sentido, ressaltaram a necessidade da realização de esforços adicionais para elevar a fluência do comércio de acordo com as políticas nacionais de cada país.

Do mesmo modo, deram ênfase à importância da promoção comercial, das relações empresariais, das negociações comerciais no âmbito da ALADI, das concessões de crédito para o aumento do comércio bilateral e da presença de bancos de um país no outro.

Expressaram sua satisfação com os contatos positivos que se desenvolveram entre os setores empresariais de ambos os países canalizados pelos respectivos Comitê e Câmaras, os quais tendem a facilitar tanto a busca de soluções para problemas que limitam o desenvolvimento do comércio bilateral quanto a geração de novas iniciativas para elevar os atuais níveis que este registra. Salientaram o papel do sistema de transportes entre os dois países e o desenvolvimento do turismo como elementos relevantes de aproximação e conhecimento dos povos brasileiro e chileno.

Os Chanceleres expressaram sua satisfação pelo funcionamento positivo das entidades binacionais de cultura, congratulando-se, em particular, pela recente inauguração, em Brasília, do Instituto Brasil-Chile de Cultura, que significará uma importante contribuição para a amizade e o estreitamento das relações entre os dois povos. Mencionaram também, com satisfação, as possibilidades de ampliação das relações culturais, no âmbito do Convênio de Cooperação Cultural e Científica de 1976.

No âmbito da cooperação científica e tecnológica, comprovaram os auspiciosos resultados dos diversos projetos conjuntos, e concordaram em intensificar o intercâmbio nessa área, à luz do disposto no Acordo

Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em 1974, compartilhando seu interesse em promover, em futuro próximo, um encontro amplo das comunidades científicas do Brasil e do Chile. Ressaltaram os recentes encontros que mantiveram as autoridades pesqueiras de ambos os países e sua disposição de incrementar a cooperação e o intercâmbio que se propôs nessa área. Igualmente realçaram os acordos alcançados na área da saúde.

Os Chanceleres registraram o nível positivo de cooperação alcançado por ambos os países no campo da pesquisa científica na Antártida, reafirmando sua vontade de continuar a impulsionar programas de participação conjunta nessa tarefa e a promover consultas recíprocas sobre temas antárticos. Ao mesmo tempo, coincidiram, na condição de países-membros do Tratado da Antártida, em assinalar a necessidade de fortalecer o sistema jurídico que governa o Con-

tinente, e que consideraram como melhor garantia para a paz e o futuro da Antártida.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no contexto da estreita amizade brasileiro-chilena e dos fluídos contatos que ambos os países mantêm, estendeu convite a seu colega chileno para que visite oficialmente o Brasil. O Chanceler do Chile aceitou e agradeceu o referido convite, concordando os dois Ministros em fixar pela via diplomática a ocasião mais propícia para concretizá-la.

O Chanceler do Brasil, em seu nome, no de sua esposa e comitiva, agradeceu as atenções afetuosas que lhe foram dispensadas durante sua visita ao Chile, as quais o Ministro chileno considerou como próprias de dois países que mantêm uma sólida fraternidade.

Santiago, 27 de julho de 1984.*

* Na página 160, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, uma informação sobre o Acordo entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para funcionamento, em Brasília, do escritório da Comissão Econômica para a América Latina, assinado, em Santiago, durante a visita do Chanceler Saraiva Guerreiro.

ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de julho de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

Excelentíssimo Senhor Martin Bongo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Gabonesa.

É grande a satisfação com que saúdo Vossa Excelência e a ilustre delegação gabonesa que participa dos trabalhos da II Reunião da Comissão Mista Brasil–Gabão.

Esta é a segunda oportunidade em que temos o prazer de receber Vossa Excelência no Brasil. Em nossos encontros anteriores, inclusive por ocasião de minha visita a Libreville, de tão grata memória, ao examinarmos o quadro das relações internacionais, verificamos com preocupação que os anseios de liberdade, progresso e paz de toda a humanidade e, em particular, dos países em desenvolvimento, vêm sendo frustrados pelos efeitos de uma conjuntura mundial que relega para segundo plano a solução do problema mais angustiante de nos-

sos tempos: o subdesenvolvimento com todas as mazelas que acarreta.

É infelizmente necessário notar que, desde então, a situação não evoluiu favoravelmente. A persistência de grave tensão nas relações Leste-Oeste, a aceleração da corrida armamentista são fatores que, aliados à estagnação do diálogo Norte-Sul e à falta de encaminhamento adequado para a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, constituem sérios obstáculos para a segurança internacional e para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Aos países dedicados à paz e ao desenvolvimento, como é o caso do Brasil e do Gabão, cabe a responsabilidade de manter viva a consciência internacional para a gravidade dessa situação.

Senhor Ministro,

Os povos brasileiro e gabonês sabem que o desenvolvimento constitui o problema central do processo político contemporâneo.

A esperança de dias melhores para os nossos continentes em geral e, em particular, para os nossos dois países permanecerá enquanto mantivermos determinação de não aceitar uma tessitura mundial estruturada a partir de concepções ou interesses desvinculados dos objetivos de paz e desenvolvimento em todos os campos, com a participação de todos os setores da sociedade.

Brasil e Gabão repelem o distanciamento que lhes impôs a verticalidade dos laços internacionais do passado.

Nossos povos compartilham princípios, valores e tradições criados pela geografia, pela história, pela cultura, vínculos que nossos dois Governos têm sabido aproveitar e dinamizar, com a construção de uma rede de relacionamento reciprocamente vantajosa. Podemos alcançar progressos ainda mais significativos nesse sentido, diversificando o comércio, criando um maior volume de contatos, forjando uma cooperação técnica criadora e garantindo um intercâmbio cultural promissor.

Os atos que iremos assinar amanhã vêm complementar o quadro institucional estabelecido pelos acordos vigentes e propiciar assim uma cooperação mais estreita entre nossos dois países.

O Acordo de Comércio ampliará a área de contatos a nível de Governo e empresa. O Protocolo sobre Cooperação em Televisão tornará possível o acesso recíproco a fontes originais de ambas as culturas, e a difusão desse grande caudal de conhecimentos só aproximará mais ainda os povos brasileiro e gabonês.

Acompanhamos, por outro lado, com interesse a construção do Centro de Civilização Bantu, civilização onde se enraizam valores e princípios que muito influenciaram a formação da própria cultura brasileira.

Senhor Ministro,

Nessa segunda visita ao Brasil, decorrido menos de um ano do encontro que consolidou nossas relações bilaterais, Vossa Excelência sabe que se modificou ainda mais o quadro econômico internacional, em que elas se situam. Não se alterou, no entanto, nosso desejo de cooperar com o Gabão, país de singular expressão no Continente Africano.

A presença de Vossa Excelência entre nós confirma uma vez ainda a intenção do Governo gabonês de aprofundar e consolidar o diálogo com o Brasil. Meu Governo não pode deixar de acolher com a mais viva satisfação esse desejo, que corresponde a nossas intenções e a nosso legítimo interesse, tornando assim cada vez maior e efetiva a sincera aproximação de nossos dois países.

Com a convicção de que nossos esforços comuns têm contribuído para o êxito de uma tarefa nobre, em benefício da consolidação dos vínculos que unem o Brasil e a África, convido os presentes a erguerem a taça, em brinde ao fraterno bom entendimento, que foi sempre a tônica das nossas relações, à saúde e bem-estar do Presidente El Hadj Omar Bongo, à felicidade de Vossa Excelência e dos demais membros da comitiva gabonesa e ao constante estreitamento dos laços que envolvem nossos povos irmãos.

Muito obrigado.

segunda reunião da comissão mista brasil-gabão

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de julho de 1984, por ocasião da abertura dos trabalhos da segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão; e o discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro no encerramento da mesma reunião.

CHANCELER BRASILEIRO

Excelentíssimo Senhor Martin Bongo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Gabonesa,

Em nome do Governo brasileiro, no momento em que se abrem os trabalhos da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão, tenho a grande satisfação de saudar Vossa Excelência e a importante delegação que o acompanha.

São particularmente difíceis os tempos de hoje para todos os países, em especial os situados no hemisfério sul.

A gravidade, conjuntural e estrutural, sem precedentes, da economia mundial, criou para os países em desenvolvimento desafios novos e obstáculos sem fim que vieram somar-se aos que a História lhes tem reservado.

Os constrangimentos externos se mesclam à relutância dos países desenvolvidos em estabelecer um diálogo franco e amplo, na busca de uma solução justa e equânime para os dois lados.

No estágio atual, em que pouco avança o diálogo Norte-Sul, temos de demonstrar que a cooperação econômica internacional é viável e se torna mais urgente em época de crise. É esta a mensagem que os países do Sul podem transmitir para os países do Norte.

O diálogo Sul-Sul poderia demonstrar aos países desenvolvidos como o entendimento é capaz de contornar os problemas relativos à crise econômica que estamos todos enfrentando.

Tais desafios e obstáculos, conseqüentemente, tornam os países do Sul solidários, e essa solidariedade, já responde, no caso brasileiro-gabonês, pela expansão de nosso diálogo, que espero venha a ampliar-se ainda mais com a realização da II Reunião da Comissão Mista.

A visita de Vossa Excelência, conduzindo a delegação gabonesa a este encontro, se insere na firme decisão de nossos dois Governos no sentido de superar deficiências estruturais e eliminar dificuldades a um programa de ação conjugada de dois países irmãos, com vantagens recíprocas que se hão de espalhar além-fronteiras e beneficiar mesmo as próprias relações entre nossos dois continentes.

A amizade, a consideração mútua e o diálogo criador que Brasil e Gabão vêm mantendo marcam o bom estado das relações entre nossos dois países e servem para acentuar os propósitos que nos animam.

Os contatos que se vêm realizando entre nossos dois Governos, intensificados a partir da I Reunião da Comissão Mista, ampliaram consideravelmente nossas atividades bilaterais. Vimos, com satisfação, adiciona-

rem-se às tradicionais funções de coordenação feitas por autoridades brasileiras e gabonesas, as atividades exercidas por empresas privadas, tudo combinando de maneira concreta para impulsionar a cooperação econômica, técnica e cultural entre nós.

Nossas delegações começaram um trabalho preliminar de discussões desde sábado último.

Aguardam-nos as deliberações finais e com elas a criação de novos instrumentos de aproximação, no campo comercial, técnico, cultural e científico-tecnológico e com os quais ficarão identificadas as áreas de interesse recíproco, de cooperação equilibrada e mutuamente vantajosa, num contexto a que o Brasil empresta a maior importância e sempre marcado por um clima de cordialidade e sincera simpatia.

A periodicidade de nossos encontros — o terceiro em menos de dois anos — é sem dúvida o penhor adequado do progresso que atingiram nossas relações e o melhor indicador do muito que elas reservam para o bom entendimento entre nossos povos.

Muito obrigado.

CHANCELER GABONÊS

Senhor Ministro de Estado e caro amigo,
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Ministro de Estado

A abertura dos trabalhos da atual Reunião da Comissão Mista entre nossos países, lhe proporcionou a ocasião de referir-se em termos eloqüentes e elogiosos à qualidade dos vínculos multiformes que felizmente unem nossos países.

Ao agradecer sinceramente o empenho que lhe é característico, assim como pela hospitalidade e acolhida que nos foi mais uma vez oferecida, à minha Delegação e à minha pessoa, e sem querer fazer um balanço de todas as ações que empreendemos juntos

há dois anos, ainda que nos dêem razões de orgulho neste período de crise, gostaria simplesmente dizer, de início, que nossa cooperação caminha bem, e só podia ser assim, pela solidez dos vínculos estreitados aqui mesmo, entre nossos dois países, quando da visita oficial realizada ao Brasil, em 1975, pelo Presidente da República Gabonesa, Sua Excelência El Hadj Omar Bongo.

Os contatos estabelecidos em todos os níveis e os projetos de cooperação examinados até agora, dentre os quais alguns que já foram executados ou estão sendo implementados, muito contribuem para o estreitamento dos vínculos e a intensificação do intercâmbio entre nossos dois países.

Muito desejo, ademais, que durante nossos trabalhos possamos aderir à crença que não deixou de nos inspirar durante todos os encontros, crença na virtude da cooperação, do entendimento e da harmonia, princípios que fundamentam nossa amizade.

Este encontro é para nós de extrema importância. No seu transcurso reiteraremos a nossa vontade de preservar no caminho da concretização dos princípios que acabo de citar, a fim de que os nossos dois países, membros do grupo dos 77, provem ao mundo inteiro sua capacidade de contribuir de fato à instauração de uma cooperação frutífera entre os países do Sul, com vistas à criação de uma nova ordem mundial mais justa, no plano político, econômico e cultural.

Neste contexto, no que se refere ao nosso país, no âmbito regional, acolhemos no fim do ano passado, a Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da África Central, por iniciativa do Chefe de Estado gabonês, ao término da qual foram assinados os textos constitutivos criando a Comunidade Econômica dos Estados da África Central tendo em vista, em primeiro lugar, a eliminação de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, criar, em segundo lugar, uma zona de livre comércio e, por fim, instituir uma união

alfandegária entre os dez Estados membros conforme as recomendações do Plano de Ação e da Ata Final adotados em Lagos, em abril de 1980, pelos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana.

A outra manifestação da criatividade e a disposição do Chefe de Estado gabonês foi esta vontade infatigável de reforçar Unidade Africana que o levou a propor a seus homólogos africanos a criação do Centro de Civilização Bantou (CICIBA) que agrupem vários milhões de bantous espalhados pelo mundo.

E, nesse sentido, gostaria justamente de homenagear o Governo de Vossa Excelência pela efetiva participação na realização deste projeto, como me agrada, igualmente, manifestar-lhe meu reconhecimento por ter possibilitado a organização de um curso de aperfeiçoamento no Gabão destinado a nossos diplomatas com a ajuda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Governo gabonês, associado, naturalmente, com a UNITAR.

Para concluir, desejo dizer que é sob o signo da esperança no futuro de nossas relações que gostaria de situar os trabalhos desta importante reunião com a preocupação constante que nos anima a desenvolver, diversificar e intensificar ainda mais as relações de cooperação entre nossos dois países.

É justamente nesse contexto que minha Delegação está disposta a iniciar as presentes negociações num espírito de diálogo e de abertura.

Apesar da agenda extremamente carregada e dos prazos limitados, posso vos assegurar total disponibilidade para que as conversações atinjam resultados futuros no interesse de nossos povos respectivos.

Desejo, então, pleno êxito a nossos trabalhos para que viva a cooperação entre o Brasil e o Gabão.

Muito obrigado.

DISCURSO DE SARAIVA GUERREIRO NO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

No momento em que se concluem os trabalhos da II Sessão da Comissão Mista Brasil—Gabão, gostaria de expressar a Vossa Excelência, bem como à sua delegação, a satisfação do Governo brasileiro pelo bom desenvolvimento das negociações realizadas.

Progressos sensíveis foram registrados no que se refere a negociações para a concessão de linhas de crédito e creio que, por intermédio do acordo comercial, isto nos permitirá aumentar as trocas comerciais entre nossos países.

Na área da cooperação, penso que foram tomadas iniciativas decisivas tendo como objetivo a transferência de tecnologia brasileira, que chamamos de tecnologia "tropicalizada", para o Gabão, o que seguramente permitirá, entre outras, a formação e a consolidação da pequena e média empresas gabonesas. No campo da agro-indústria, deve ser feita menção especial à construção do Centro de Tecnologia Agrícola e de Formação em Labaréné e à ampliação da cooperação na área da Marinha Mercante, para citar apenas alguns exemplos que colocarão as relações entre nossos países em nível mais alto.

O Protocolo em matéria de televisão abrirá, sem dúvida alguma, uma nova e ampla via de entendimento no domínio cultural, graças a qual nossos povos poderão se conhecer melhor, o que beneficiará nossas relações elevando-as ao estágio que desejamos.

Com as medidas que acabamos de tomar, esperamos poder dar novo impulso ao setor de transferência de tecnologia de novas fontes de energia, bem como às atividades de prospecção mineral.

Gostaria, ainda, de expressar minha satisfação pessoal pelo êxito do curso do Instituto Rio-Branco realizado em Libreville, o que deverá contribuir muito a reforçar nossos laços a nível diplomático.

Em conclusão, estas negociações nos permitiram passar em revista todos os pontos que constavam de nossa agenda que era, é ne-

cessário ser dito, de peso. Confiamos, sem lugar a dúvida, que este novo impulso permitirá o desenvolvimento do potencial das relações entre o Brasil e o Gabão.

comunicado conjunto brasil-gabão

Comunicado Conjunto Brasil—Gabão, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 1º de agosto de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

Realizou-se em Brasília, de 27 de julho a 1º de agosto de 1984, a II Sessão da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República Gabonesa.

A Delegação da República Gabonesa foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Martin Bongo, Ministro de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

A Delegação da República Federativa do Brasil, por sua vez, foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Durante sua permanência em Brasília, o Ministro de Estado, Ministro de Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Gabonesa foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, a quem entregou mensagem que exprime a amizade de Sua Excelência El Hadj Omar Bongo, Presidente da República Gabonesa.

O Ministro Martin Bongo visitou igualmente o Estado do Rio de Janeiro, onde pôde conhecer algumas unidades agropecuárias e infra-estruturas esportivas da Cidade do Rio de Janeiro.

Entrevistou-se, ainda, com seu colega e ami-

go, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, e, bem assim, com o Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o Ministro da Agricultura, Nestor Jost.

Nessa ocasião, ambas as Partes procederam a ampla análise das principais preocupações políticas e econômicas mundiais da atualidade, sem, no entanto, deixar de considerar os problemas da cooperação bilateral como o principal tema de suas conversações.

Nesse sentido, as Partes salientaram com a mais ampla satisfação a identidade de pontos de vista de seus Governos com relação à totalidade das questões suscitadas.

No exame do panorama das relações internacionais, onde persiste a confrontação Leste-Oeste, agravada pela corrida armamentista, nuclear inclusive, e onde se observa o surgimento de novas áreas de tensão, reafirmou-se tanto o compromisso do Governo brasileiro e do Governo gabonês com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, quanto a convicção de que a ONU é um instrumento privilegiado para a manutenção e o fortalecimento da paz e da cooperação internacional em um clima de harmonia e de entendimento. Concordeu-se quanto à necessidade de se resolverem pelo diálogo os conflitos que afligem o mundo, particularmente na África e na América Latina.

No exame da situação na África Austral, destacou-se a solidariedade com a justa luta do povo da Namíbia pela sua independência e reiterou-se a convicção de que a solução do problema namibiano deverá ser encontrada no quadro da aplicação das resoluções pertinentes das Nações Unidas, em especial a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança.

As duas Partes manifestaram seu repúdio a qualquer forma de discriminação racial, particularmente ao sistema do **apartheid**, que, sendo uma afronta à dignidade humana, ameaça a paz e a estabilidade do continente africano.

Com relação à situação econômica mundial, deploraram-se as tendências adversas do momento, entre as quais as taxas de juros reais e o protecionismo praticado pelos países industrializados, que atingem cada vez mais os países em desenvolvimento. Somente mediante a instauração de uma nova ordem econômica e a intensificação da cooperação econômica internacional poderá diminuir-se o atual desequilíbrio de renda que apresenta sinais de agravamento, aumentando ainda mais as distâncias sociais e econômicas que separam dos países do Sul os países do Norte.

Nesse contexto, as duas Partes reiteraram sua confiança na eficácia da cooperação Sul-Sul, que visa a dinamizar as atividades econômicas, financeiras, culturais, técnicas e comerciais dos países em desenvolvimento.

No âmbito das relações bilaterais, verificaram-se, com satisfação, os progressos na execução das medidas acordadas pela I Reunião da Comissão Mista, realizada em Libreville, em março de 1983.

Destacou-se o fato auspicioso de que firmas brasileiras vêm cooperando para a implementação de projetos de desenvolvimento do Gabão, notadamente nas áreas do transporte, indústrias, pequenas e médias empresas e formação profissional, tendo-se reco-

mendado a intensificação da cooperação nesses campos.

A exploração de outros domínios de cooperação, particularmente a agricultura, telecomunicações, turismo, energia e indústria madeireira, com vistas a aumentar o intercâmbio entre os dois países, mereceu igualmente atenção especial das duas Delegações.

Nesse contexto, os dois Chefes de Delegação procederam à assinatura de um Acordo Comercial e de um Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural na Área da Televisão.

Durante as conversações, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil estava acompanhado, entre outros, por:

- Sua Excelência o Senhor Embaixador João Luiz Areias Netto, Embaixador do Brasil no Gabão;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Asdrúbal Pinto de Ulysséa, Chefe do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Pires do Rio, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores;
- O Senhor Ministro José Ferreira Lopes, Chefe da Divisão da África—I, do Ministério das Relações Exteriores;

e seu colega gabonês, entre outros, por:

- Sua Excelência o Senhor Victor Magnagna, Embaixador do Gabão no Brasil;
- Senhor Antoine Oyieye, Delegado Ministerial junto ao Ministro de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;
- Sua Excelência o Senhor Jean-Félix Adande, Embaixador do Gabão, Conselheiro Diplomático do Ministro de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;

- Senhor Georges Issembe, Conselheiro Político do Presidente;
- Senhor Pierre Guy Boudianguela, Conselheiro Comercial do Presidente;
- Senhor Jules Ogouebandja, Diretor do Departamento da América do Ministério de Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

As conversações se desenrolaram em atmosfera calorosa, cordial e de mútua compreensão, que caracteriza os encontros entre os dois países.

As duas Partes convieram em realizar a III

Reunião da Comissão Mista Brasil—Gabão em Libreville, durante o segundo semestre de 1985, em data que será acordada por via diplomática.

Ao término de sua visita, o Ministro de Estado Martin Bongo expressou ao Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro sua profunda gratidão pela hospitalidade durante sua permanência no Brasil, bem como pelas atenções com que ele próprio e sua comitiva foram distinguidos pelo povo e pelo Governo brasileiro.

Brasília, 19 de agosto de 1984.*

* Na página 155, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural Brasil—Gabão na área da televisão; na mesma seção, página 155, uma informação sobre o Acordo Comercial Brasil—Gabão, assinado pelos Chanceleres dos dois Países.

ministro da saúde, waldyr arcoverde, representa o brasil na conferência internacional sobre população

Discurso do Ministro de Estado da Saúde,
Waldyr Mendes de Arcoverde, na Cidade do México,
em 6 de agosto de 1984, por ocasião da abertura da
Conferência Internacional sobre População,
realizada naquela Capital, de 6 a 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente,

A Delegação brasileira considera-se privilegiada em ser a primeira a congratulá-lo por sua eleição para Presidente da Conferência Internacional sobre População. A presença de Vossa Excelência, bem como a dos demais membros da Mesa, na direção de nossos trabalhos, é, sem dúvida, uma garantia para o sucesso desta reunião.

O fato de nos reunirmos na Capital do México confere uma dimensão adicional à indiscutível relevância deste encontro. Agradeço especialmente ao Governo mexicano pela cuidadosa organização desta Conferência e ao povo deste país por sua tradicional hospitalidade.

Senhor Presidente,

Na condição de primeiro orador deste debate geral, desejo indicar, de forma breve, a visão de meu país em relação ao problema demográfico, visto em sua perspectiva mun-

dial, e esclarecer as diretrizes básicas do Governo brasileiro quanto à sua política nacional de população.

É o momento apropriado para expressar o reconhecimento de minha Delegação ao Doutor Rafael Salas e ao seu Secretariado pela valiosa documentação preparada. Na verdade, esta Conferência foi precedida de exaustivo trabalho de coordenação e de negociação, que se intensificou no começo deste ano com as duas reuniões do Comitê Preparatório. Entendemos que o resultado desse trabalho reflete um esforço no sentido do consenso. Dentro desse espírito de entendimento, a Delegação brasileira está em condições de emprestar seu apoio às recomendações já elaboradas para a implementação futura do Plano de Ação Mundial sobre População. Contudo, haverá ainda certamente possibilidade para aprimorarmos, com ânimo construtivo, o texto do documento E/CONF.76/5.

Senhor Presidente,

O Brasil considera, como fez em 1974, que o chamado Plano de Bucareste constitui também um documento de compromisso, que conciliou, de forma equilibrada, as perspectivas nem sempre coincidentes dos 140 países que então compareceram àquela Conferência. Dez anos passado, o Brasil entende que a Conferência de Bucareste estabeleceu a ótica adequada no tratamento dos problemas demográficos. Continuam válidos os princípios e objetivos dali emanados, conforme proclamou a resolução convocatória desta Conferência. A Delegação brasileira tem a firme convicção de que as deliberações da Conferência Internacional sobre População de 1984 devem fundamentar-se, como em 1974, em duas premissas: a) o estrito respeito à soberania dos Estados na definição e implementação de suas políticas nacionais de população; e b) o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social é o fator central para a solução dos problemas demográficos.

Senhor Presidente,

Por sua própria natureza e pela diversidade de situações nacionais, a questão populacional é matéria da prerrogativa soberana de cada governo. É bom lembrar que o tema central desta Conferência, dentro de sua roupagem técnica, é essencialmente político e social, mesmo porque diz respeito à vida de cada indivíduo e envolve, quase que por definição, o conjunto da humanidade.

No início da década passada, a temática populacional era enfocada a partir da preocupação dos países industrializados com a suposta ameaça de uma iminente escassez dos recursos naturais no plano mundial. O Brasil não podia partilhar dessa perspectiva apocalíptica que precedeu a convocação da Conferência de Bucareste, e, antes dela, em 1972, a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente. A receita paradoxal do "crescimento zero" — que os países mais avançados preconizavam, na época, como modelo para os países menos avançados — não prevaleceu no âmbito das Nações Uni-

das, mas acabou-se cumprindo, como uma profecia maligna, dez anos depois. O mundo vive hoje uma crise econômica de proporções inéditas. Contudo, isso não ocorreu — ao contrário do diagnóstico "conservacionista" — em função de uma exaustão de recursos ou de uma explosão demográfica.

São econômicos e materiais os efeitos da crise que atravessamos mas suas origens são voluntárias e políticas, porque derivam da própria estrutura da ordem internacional vigente. Em 1983, perante a 37ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da República de meu país indicou também que, para superar esse desafio sem precedentes, não haveria outro caminho válido senão o da cooperação, dentro de uma visão de longo prazo e necessariamente isenta de interesses paroquiais, uma visão que reflita com equidade a interdependência da conjuntura internacional contemporânea. Contudo, desde 1983, agravou-se ainda mais a situação do mundo em desenvolvimento, especialmente a dos países devedores, duplamente pressionados pelas altas sucessivas das taxas de juros e pelo protecionismo dos países credores. Mantidas as variáveis hoje presentes, o nível de vida na América Latina, em 1990, será equivalente ao de 1980, o que significará toda uma década perdida.

Se faço referência a esses fatos, Senhor Presidente, não é para desviar o nosso debate mas justamente para situá-lo dentro de seu contexto próprio. É essencial ter presente o pano de fundo da crise contemporânea para chegar à raiz e, eventualmente, à solução dos problemas centrais desta Conferência. Não podemos aceitar o diagnóstico simplista que pretende fazer do crescimento demográfico a fonte dos males dos países em desenvolvimento. Não podemos admitir também que a terapêutica do controle populacional seja mais uma solução mágica para os problemas da miséria, da fome e da doença, que afligem a maior parte da humanidade. A seriedade de nosso tema não comporta a apologia de modelos demográficos importados, nem exortações piedosas

do tipo "ponham a casa em ordem", conselho que certamente tem duas vias. Em suma, minha Delegação entende que as políticas de população não podem representar um substitutivo para as políticas de desenvolvimento, nem devem constituir uma forma de escapismo para as responsabilidades da cooperação internacional.

Senhor Presidente,

O Brasil é hoje o sexto país mais populoso do mundo, com 120 milhões de habitantes registrados em 1980. Há mais de um século, a população brasileira vem duplicando praticamente a cada trinta anos. Na atualidade, o país incorpora em torno de 3,1 milhões de pessoas, anualmente. O ritmo de crescimento futuro será determinado fundamentalmente pelo comportamento da variável fecundidade e essa vem declinando de forma acentuada e generalizada. Com efeito, a partir de 1960, vem caindo a taxa de crescimento total da população, taxa que foi de 2,48% entre 1970-1980. Por outro lado, a juventude do povo brasileiro faz prever um incremento absoluto da população ainda durante muitos anos, com a provável duplicação do estoque atual em pouco mais de quatro décadas. A magnitude da redução da fecundidade no Brasil é matéria que exige ainda maiores estudos, pois não nos parecem suficientes as explicações tradicionais baseadas no fenômeno da modernização e da transição demográfica.

Devo lembrar ainda que, se os níveis brutos de mortalidade registrados no Brasil, como um todo, não são alarmantes, em função de desníveis sócio-econômicos regionais, verifica-se um preocupante diferencial entre a região Sul mais industrializada e o Nordeste carente, especialmente no que se refere à mortalidade infantil. Por fim, caberia acrescentar que o processo permanente de reorganização espacial da população constitui um traço expressivo da história brasileira, como é natural num país de dimensões continentais. Cabe aqui apenas salientar o aumento progressivo da população urbana,

que avançou de 36% do total em 1950 para 68% em 1980.

O Governo brasileiro está absolutamente consciente do desafio que representa o crescimento de sua população. A agudez desse desafio é particularmente sensível numa época de crise econômica, induzida por fatores fora do controle nacional e numa conjuntura em que se comprimem os níveis de emprego e de consumo.

Apesar desse quadro dramático e sombrio, Senhor Presidente, o Governo brasileiro não deseja imprimir à sua política demográfica uma visão conjuntural. As decisões nesse campo têm efeitos a longo prazo e não devem ser inspiradas por modismos doutrinários ou por sintomas passageiros. Por isso mesmo, a posição de meu país nesta matéria crucial tem sido refletida e coerente. Em seu mais alto nível de decisão, o Governo brasileiro considera que permanecem válidos os princípios básicos da política populacional brasileira, formulada em 1974, por ocasião da Conferência de Bucareste. Esses princípios se fundamentam no conceito do domínio soberano do Estado, que não aceitará interferências externas, de caráter oficial ou privado, na sua política demográfica.

Dada a continuada validade dessas diretrizes, em consonância com valores permanentes da sociedade brasileira, a preocupação do meu Governo se volta para a instrumentação e operacionalização dessa política, o que envolve não apenas a interação entre taxas de natalidade e de mortalidade, mas também a distribuição da população sobre o espaço geográfico nacional. Sobre esse último aspecto, de interesse eminentemente doméstico, desejo apenas informar que a matéria é disciplinada pelo Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, aprovado em 1980.

O Governo brasileiro tem presente que as implicações da dinâmica demográfica — tanto em termos de crescimento como de

distribuição — são bastante complexas e se subordinam, em última análise, à própria dinâmica do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Além disso, o Governo é sensível ao fato de que existe hoje uma crescente demanda do povo brasileiro por conhecimentos e meios adequados para planejar a reprodução. Como já salientei, a resposta de meu Governo a essa demanda tem um fundamento ético, isto é, o reconhecimento de que o planejamento da prole se constitui em um dos direitos fundamentais do ser humano. No entender brasileiro, essa matéria não deve estar sujeita a metas pré-fixadas; antes, é o resultado de um consenso social. Dentro dessa ótica a meta de crescimento legítima para o Brasil é aquela consubstanciada pelo somatório de ações livres e informadas dos casais e dos indivíduos visando o planejamento de sua vida reprodutiva.

No Brasil não existe, portanto, interferência governamental para o controle da natalidade, que é uma decisão do núcleo familiar. Contudo, cabe ao Estado um papel decisivo que é o de assegurar o direito à saúde, crescendo ou decrescendo a população. Como Ministro da Saúde de meu país, devo dar ênfase especial a esse ponto. Na verdade, desde a década de 1970 já se vinha manifestando a preocupação do Governo brasileiro de incorporar atividades de planejamento familiar na área da saúde. O Senhor Presidente da República vem agora de aprovar diretriz no sentido de que, no Brasil, o planejamento familiar deverá ser encarado como parte integrante do atendimento público à saúde. Informar e prover meios para o exercício de decisão própria com respeito ao tamanho da prole deverão ser ações incorporadas aos serviços públicos de saúde, quer de nível federal, estadual ou municipal. Além disso, com vista a proteger o usuário, todas as ações de planejamento familiar deverão ser supervisionadas pelos órgãos competentes do poder público. No de-

envolvimento dessa ação, o Governo brasileiro empreenderá também um esforço sistemático para avaliar sua própria experiência quanto ao teste e aperfeiçoamento de métodos contraceptivos.

Na prática, a atuação do Governo no campo da regulação da fertilidade está sendo programada no Brasil dentro de uma estratégia de assistência integral à saúde da mulher, valorizando seu papel como ser integral e não definido em sua capacidade reprodutora. A universalização do direito fundamental ao planejamento da prole se vincula estreitamente à própria universalização do direito à saúde e à cidadania. Tal como nas outras esferas da política populacional brasileira, a consolidação desse processo requer uma política de desenvolvimento que assegure uma efetiva oportunidade de participação a todos os estratos sociais.

Senhor Presidente,

Procurei apresentar, de forma sintética, a perspectiva brasileira quanto aos temas centrais de nossa agenda. Estou seguro de que esta Conferência saberá cumprir sua principal finalidade: a de sensibilizar a comunidade internacional e a opinião pública mundial para o complexo elenco de problemas ligados à questão demográfica. Na verdade, ao falarmos de população, estamos falando do ser humano — é ele o destinatário final de nossas recomendações. O homem não é apenas importante como número — é importante em si mesmo, como unidade. Por isso mesmo, esta Conferência não se poderá encerrar sem uma mensagem de confiança na vida e no futuro da humanidade. Mas essa mensagem não deve ser retórica: deve estar consubstanciada num novo esforço internacional com vistas ao diálogo e à cooperação.

Muito obrigado. *

* Na seção **Notícias**, página 172, uma informação sobre a Conferência Internacional sobre População, realizada no México, de 6 a 13 de agosto de 1984.

saraiva guerreiro, na usp, fala sobre a importância do direito na elaboração e na execução da política exterior

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 7 de agosto de 1984, sobre o tema "A importância do Direito na elaboração e na execução da política exterior: uma visão brasileira da crise internacional contemporânea e de algumas de suas implicações para o Direito".

Queria, inicialmente, agradecer o honroso convite da Faculdade de Direito da UPS e do Centro Acadêmico XI de Agosto para falar aos Senhores sobre tema tão expressivo. Expressivo por duas razões. Em primeiro lugar, por seu interesse intrínseco: reconhecer o valor do direito internacional público é premissa essencial para o trabalho diplomático. Em segundo lugar, porque o campo do direito internacional público tem sido, no Brasil, tradicionalmente, um dos mais constantes e fecundos pontos de encontro para o trabalho comum de professores universitários e de diplomatas. Tenho, assim, a satisfação especial de aqui encontrar companheiros como o ilustre Professor Marotta Rangel, que prestou valiosa colaboração à Delegação brasileira à Conferência do Mar e ao Itamaraty em várias outras oportunidades. Registro, ainda, minha satisfação pelo fato de a iniciativa deste convite haver sido compartilhada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, que tem sido escola de eminentes lideranças brasileiras. Fico fe-

liz em saber que o corpo discente da Universidade mantém vivo o interesse por um ramo do direito que traz, talvez, os desafios mais intrincados da ciência jurídica, para quem o pratica e para quem o estuda.

A colaboração que temos recebido do Professor Marotta Rangel não é um episódio isolado na vida do Ministério das Relações Exteriores. A presença de juristas, seja como Consultores, seja nos quadros da carreira, tem sido constante. Não por acaso o patrono da diplomacia brasileira, Rio-Branco, notabilizou-se como advogado do Brasil perante árbitros estrangeiros em questões de limites. Na verdade, direito internacional e diplomacia caminham juntos. É difícil imaginar uma situação diplomática em que não exista forte presença do direito.

Por dever de ofício — e certamente dos primeiros deveres —, o diplomata tem sensibilidade especial para o mundo do direito. Vive, a cada momento de seu cotidiano, as

mais diversas questões jurídicas. E a razão é simples: boa parte da essência da atividade diplomática, a negociação, desemboca, frequentemente, em instrumentos jurídicos. Os tratados formais e, no outro extremo, as resoluções de organismos internacionais, são, muitas vezes, o ponto final de elaboração do trabalho diplomático. Feita essa verificação, como ligar conceitualmente direito e diplomacia? São realidades complexas e que se tocam de formas variadas. São realidades cambiantes. O direito internacional público, dentro da ciência jurídica, se caracteriza por sua abrangência crescente, ao seguir os passos do processo de ampliação da ação internacional do Estado e do aprofundamento da teia de relações entre as nações. De outra parte, porém, questões básicas, como a do próprio alcance e vigor da norma internacional, não estão resolvidas satisfatoriamente; as soluções teóricas e práticas ainda não alcançaram as formas acabadas do direito interno.

Ao examinar as relações entre diplomacia e direito, diria, então, numa primeira consideração, que o diplomata vê o mundo do direito através de seus olhos políticos. Assim, não vê o direito como juiz; não obstante, deve o diplomata sempre integrar, em sua avaliação multidisciplinar das situações, as implicações jurídicas.

Não vê, entretanto, o direito somente como advogado. Atuará como advogado na defesa do interesse nacional, mas sempre com uma preocupação que distingue sua atividade das modalidades de prática dentro do Estado: sabe que a "vitória jurídica" não significará sempre vitória diplomática.

Diria, ainda, que o diplomata não pode compreender o direito como o legislador interno, que, em tese, pode identificar, para a sociedade, a norma que pareça ideal. A politização da elaboração da norma internacional é evidente, e tem talvez alcance mais abrangente e profundo do que nos processos legislativos internos.

O diplomata é obrigado, assim, a aceitar es-

sas perspectivas e adicionar-lhes uma outra, própria, que é a política. A dimensão política significa que, agindo como advogado ou negociador de normas legais, o diplomata cuidará de equilibrar a dimensão do interesse nacional e a dimensão da preservação e reforma do sistema internacional; cuidará de combinar a disposição de mudança, típica dos países em desenvolvimento, com a consideração objetiva do que é possível fazer. Não procurará inventar o direito impossível e utópico, porque reconhece que isto terminará por desprestigiar a própria norma; não aceitará, porém, o direito que emana da força, porque sabe aí estar a origem da precariedade da ordem internacional.

A dimensão política ensina também que a norma não deve ser transformada num fetiche simplesmente porque existe; de outra parte, o diplomata entende que é necessário que haja boas normas, pois não existe melhor fundamento para dar estabilidade ao processo de interações entre Estados; para o sistema internacional, além disto, a boa norma é o melhor condutor das transformações positivas, fundadas na ética e no equilíbrio de vontades.

O diapasão político determinará que o diplomata tenha, em relação ao direito internacional, quatro atitudes paradigmáticas.

O diplomata é, antes de mais nada, um preservador do direito, sobretudo daqueles princípios básicos, como o da não-intervenção e da solução pacífica, quando estão ameaçados pelos argumentos da força.

O diplomata é um reformador de normas que envelheceram pela própria força do dinamismo histórico; acredito que, em larga medida, a Conferência sobre Direito do Mar se enquadraria neste Capítulo.

O diplomata será, em várias circunstâncias, um criador de normas, função especialmente relevante para os países do Terceiro Mundo. Dentro daquela mesma Conferência, registraram-se avanços conceituais im-

portantíssimos e que representaram efetivamente modelos novos de organização da comunidade internacional. Em outras circunstâncias, no processo de criação da norma, é fundamental que se atente para que, de forma mais ou menos disfarçada, não se introduzam as distorções de poder. A atitude de Ruy na Haia se tornou exemplar do cuidado brasileiro em evitar que, na elaboração da Corte de Arbitragem, não fosse traído o princípio da igualdade dos Estados.

Seríamos, ainda, como Rio-Branco o foi, aplicadores da norma, quando as aceitamos na solução de controvérsias e disputas, quando as tomamos como balizas para orientar o comportamento do Estado em áreas em que o direito está definido.

Além disto, para o diplomata, a própria situação do direito no quadro das relações internacionais é significativa. De fato, o direito revela aspectos decisivos do próprio andamento político do sistema internacional. O prestígio do direito assinala coesão no sistema, mede o consenso entre os Estados, indica a tendência a que se superem, com dificuldade menor, conflitos e tensões. De outro lado, a própria natureza da norma, que é prestigiada pelo sistema, também ensina sobre a situação internacional. A "estabilidade" das normas que regiam o Concerto europeu no século passado parecia circunscrita; em contrapartida, apesar das tensões e disputas, parece mais verdadeira, mais profunda e sobretudo mais definitiva a estabilidade que a Europa vai alcançando por meio da integração econômica, pelo trabalho das Comunidades Europeias.

Chego, agora, ao objetivo principal desta palestra, que é o de ilustrar como a diplomacia brasileira avalia certos aspectos do direito internacional na conjuntura atual. Mais especificamente, trataria de ver de que maneira alguns problemas políticos afetam o próprio processo jurídico internacional.

Falar sobre relações internacionais hoje é falar de crise. A crise que atravessamos, de múltiplas facetas, não é uma construção in-

telectual, um ente de razão. É uma realidade objetiva, clara, insofismável; desperta, nos povos, no povo brasileiro, em particular, um agudo sentimento e uma forte consciência de que a realidade internacional é precária, as regras que a regem são insuficientes e devem ser revistas. A crise internacional afeta o cotidiano do cidadão, especialmente se é nacional de país de Terceiro Mundo, rouba-lhe esperanças, ensombrece suas perspectivas e seu futuro. O dado internacional torna-se uma incômoda realidade em nossos dias.

Existem duas formas evidentes de manifestação da crise. Em primeiro lugar, a crise é econômica. Para os países em desenvolvimento — e para setores importantes dos industrializados —, desenha-se, com nitidez, o sentimento de que o sistema internacional funciona mal, que cria constrangimentos e barreiras ao progresso, e que deixou de funcionar como um gerador de oportunidades e riquezas. Suas regras são freqüentemente obsoletas e injustas. A crise é também política e se traduz pelo sentimento amplamente difundido de que o mundo não é um lugar seguro. A ameaça nuclear é universal, atinge indiscriminadamente a todos, as crises regionais se arrastam e parecem insuperáveis, as disputas centrais estão longe das soluções negociadas; as regras do processo político não respondem às necessidades vitais do presente. A percepção política de que é necessário mudar regras, inventar padrões novos de comportamento internacional se amplia e vem de várias origens.

Em suma, o sentimento de crise é profundo. Tem raízes sociais densas e amplíssima expressão. Os meios de comunicação de massa se voltam diariamente para o exame da crise. Os cientistas sociais sugerem caminhos de renovação do tecido internacional. A crise é a matéria-prima do trabalho diplomático de nossos dias. Os números da economia internacional, que apontam quase invariavelmente para a estagnação e o retrocesso, atemorizam o mais frio dos observadores. A linguagem do convívio internacional se tor-

na emocional: é sintomático que ressurgam, aqui e ali, no universo da economia, considerações sobre o "imperialismo", que marcam a volta de perigosas simplificações dicotômicas para um mundo complexo. A boa vontade dos que lutam pela paz torna-se palco da disputa ideológica, que parece contaminar cada movimento do processo internacional. Os custos sociais da crise são, por sua vez, imensos, e o clima de disputa e tensão não favorece o encaminhamento de soluções racionais e equilibradas. Nesse quadro de crise, onde situar a problemática do direito? De que maneira fenômenos como a instabilidade política, a falta de consenso, as disputas ideológicas afetam a norma e o prestígio do direito?

As origens e motivações das dimensões políticas de crise são, por assim dizer, tradicionais: envolvem disputas territoriais, tensões ideológicas, disputas hegemônicas sobre áreas de influência, competições de poder. Assim induzidas, as crises se exprimem basicamente em questões globais, como na corrida armamentista nuclear, e em questões regionais, em que problemas variados, que combinam, às vezes, reivindicações históricas e manifestações de evidente injustiça social, são agravados pela superposição de conflitos hegemônicos globais.

Se são tradicionais suas causas, a crise política tem componentes modernos, que talvez estejam na origem do agudo "sentimento de crise" de que lhes falava há pouco. Sem dúvida, o pano de fundo nuclear é suficiente para revelar que estamos diante de situações inéditas, que podem levar, se não controladas ou revertidas, à destruição da espécie humana. Os efeitos de um conflito nuclear são de tal ordem que alterariam o próprio equilíbrio ecológico para a vida na Terra. O mundo não tem mais "santuários". De outra parte, também componente "moderno" é a ligação entre os diversos focos de crise, processo induzido pela rapidez de comunicações e pelo tecido político de um sistema em que, em última instância, tudo afeta a todos. Num sistema em que a políti-

ca foi reduzida a um tabuleiro de xadrez, ganhos marginais e localizados são facilmente transformados em perdas globais e estratégicas, num processo em que a tensão é permanente.

Neste contexto, em muitos momentos, a diplomacia cede seu lugar à propaganda, às declarações que enrijecem posições, às formas indiretas de intervenção e interferência, à subversão. As tentativas de bloquear esses movimentos terminam freqüentemente em fracasso. Os espaços para processos negociadores se fecham e, para recompô-los, é necessário um sobre-esforço, que lembra Sísifo. As soluções legítimas sofrem. Não preciso referir exemplos concretos. Basta olhar para as negociações de desarmamento, para as idas e vindas nas tentativas de paz do Oriente Médio, para que se tenham as mais fortes provas dos limites da diplomacia em determinados campos da interação política.

Se procuramos compor as dimensões econômicas da crise com os conceitos que sugeri anteriormente, a partir de seus componentes modernos e tradicionais, vemos que se dá uma espécie de inversão da equação política. Agora, as causas e motivações são modernas: é o aprofundamento do processo de interdependência, é o fato de que os países deixaram de ser autarquias, como resultantes da pujança e das implicações da Revolução Industrial, agora já na 3ª ou 4ª fase. E, a cada momento do processo, mais se acentuam justamente os fatores que levam a que se adensem os relacionamentos entre Estados. As conseqüências da revolução da informática para ampliar as formas de contato entre os Estados e as sociedades são surpreendentes.

Em contrapartida, persistem componentes tradicionais e, nesse contraste, residem fontes de tensão. A interdependência não foi "trabalhada" pelo sistema internacional com base em instituições novas, com base em modalidades novas de entendimento entre Governos. Num quadro de Estados so-

beranos, a interdependência exige, por exemplo, a reconsideração da problemática das assimetrias de riqueza. As tentativas feitas, como demonstra a história da UNCTAD, são, porém, um rosário de frustrações. Não se abriu, verdadeiramente, espaço para que os países em desenvolvimento participassem de processos decisórios na área econômica. Assim, quando se manifesta a crise, refugiam-se os países industrializados em "receitas técnicas" que, em essência, traduzem uma perspectiva de defesa do **status quo**; têm dificuldade em aceitar que situações novas pedem tratamento diplomático novo. Na área dos temas econômicos, se falta prática inovadora, faltam também doutrinas que compreendam, com clareza, as mudanças que o pós-guerra assistiu. Quando há concepções novas, vêm do Terceiro Mundo e têm escasso trânsito nos centros hegemônicos.

A consideração dos efeitos da interdependência exige cuidado, inclusive porque, sob a capa neutra do conceito, podem esconder-se processos que agravam a dependência. De outro lado, é fundamental que, nas soluções, o manejo da interdependência não atropela a defesa da soberania. Ao contrário, é fundamental que as soluções para a crise se encaminhem de tal forma que o Estado — e sua capacidade de atender às exigências mínimas de seus povos — seja preservada e reforçada.

De que maneira a situação de crise afeta o direito internacional público? Preferirei, neste tópico, seguir menos uma exposição acadêmica do que transmitir impressões e observações que nascem da sensibilidade de um diplomata.

Para avaliar as conseqüências da crise contemporânea sobre a prática do direito internacional, seria útil projetar o que seria, do ponto de vista da diplomacia brasileira, o ideal jurídico. Qual é o ideal de direito que perseguimos? Examinando o sistema internacional pelo prisma de seus elementos permanentes, em especial o fato de que a estrutura do sistema é baseada em Estados

soberanos, e pelo prisma de seus elementos modernos, a interdependência crescente, poder-se-ia definir como a diplomacia brasileira gostaria de ver o quadro da normatividade internacional.

Penso que deveríamos ter, de um lado, a garantia de que as normas mínimas de convivência, como a da não-intervenção, da solução pacífica, fossem plenamente preservadas. De outro lado, haveria que criar condições para que os processos de elaboração da norma jurídica cumprissem suas funções: a incorporação, de forma eqüitativa, das novas instituições (como as empresas multinacionais, os novos instrumentos de liquidez internacional, etc.), dos novos espaços como o marítimo, a Antártida e o espaço cósmico, das conquistas do progresso técnico e tecnológico. A palavra-chave é "eqüitativa". A incorporação do novo tem de ser orientada por critérios que levem em conta a redução da assimetria entre os Estados: o ideal da justiça deve ser uma preocupação intrínseca ao trabalho do legislador internacional. De outra parte, o direito tem de se articular de tal forma que dê conteúdo de previsibilidade ao jogo de forças internacionais, e, para tanto, é absolutamente necessário que a norma seja efetivamente aceita e tenha vigência, que as soluções legítimas imperem.

Estamos, no entanto, longe do ideal jurídico. Estamos vivendo um momento especialmente difícil para quem acredita na necessidade do direito como trave mestra de uma organização sadia do sistema de Estados. Instituições jurídicas que o tempo consagrara são violadas com alguma freqüência; argumentos imediatistas podem perturbar conquistas importantes, e os projetos para lidar com as realidades novas são prematuramente arquivados. As condições e critérios de poder enfraquecem a normatividade.

Assim, a tensão e os conflitos que ganham feitiço verdadeiramente estrutural levam a que as normas mínimas de convivência, a

própria "Constituição" do sistema internacional seja abalada:

- i) o relacionamento entre Governos está centrado na figura do diplomata; ora, as ameaças à posição do diplomata, com violações das imunidades e privilégios por meio de atos terroristas e seqüestros, e, por outro lado, situações de abuso dos privilégios e imunidades afetam justamente aquele mínimo de respeito sem o qual todas as formas de intercâmbio ficam prejudicadas;
- ii) não têm sido infreqüentes os atentados ao princípio da não-intervenção, cujo respeito também é premissa para a convivência internacional; criam-se argumentos descabidos para justificá-los, e a elasticidade das considerações ideológicas parece permitir tudo aos que têm poder; o emprego unilateral da força é uma ameaça constante a normas básicas do sistema jurídico internacional; as formas de apoio a insurgentes, por disfarçadas que sejam, não são menos intervencionistas;
- iii) menosprezam-se os instrumentos multilaterais de criação do direito, como no caso do desarmamento, porque, nos foros das organizações internacionais, o debate tem feição democrática e aberto; assim, os "bons" resultados, obtidos em negociações para controle de armas, são precários e não resistem às mais leves flutuações do temperamento político e das inovações tecnológicas; a negociação se torna permanente porque inoperante e não desemboca em ato jurídico;
- iv) o próprio processo central de estabilidade de Leste-Oeste seria, já muitos o afirmaram, profundamente anti-jurídico; de fato, a estabilidade da dissuasão é conseguida na base de uma dupla ameaça do emprego da força; transformar populações civis em "reféns permanentes", como preconizam as regras da dis-

suasão, será viver, no cotidiano, a própria negação do direito.

No caso da crise econômica, as dificuldades que cria para o direito internacional não são menores. É evidente a dissonância entre a presença de novos atores econômicos (países em desenvolvimento) e as condições de interdependência e, de outro lado, a preservação de normas que refletem um mundo liberal idealizado, mas não vivido pelos que o alardeiam. Assim, sabemos que as normas do GATT e do FMI, hegemônicas na regulação do sistema econômico internacional até hoje, são insuficientes para lidar com a complexidade dos problemas econômicos contemporâneos e para conduzir a dramática questão da desigualdade e da pobreza. As pequenas reformas, como a introdução da reciprocidade relativa no Acordo Geral (GATT), praticamente não surtem efeitos. De outro lado, as tentativas de dar força jurídica às decisões da UNCTAD mal chegaram a ser consideradas. As respostas claras às dificuldades estruturais do sistema econômico passam por utopia no mundo industrializado, que se aferra a vantagens históricas. Ora, não há norma sem sentido de futuro, sem projeto. A norma é uma criação para o futuro e o apego ao passado não forma o clima próprio para a criatividade jurídica.

Uma suposta ortodoxia liberal, que, na verdade, trai o melhor liberalismo, negando-lhe o sentido de equidade, não serve ao futuro e serve mal ao presente, já que são os próprios países desenvolvidos que desobedecem às suas premissas e às suas regras.

O mesmo vício de ver o mundo de uma perspectiva imediatista, de curto prazo, perturba a criação da boa norma em direito internacional. Sacrifica-se o ordenamento, que combinava equilíbrio de interesses, sentido inovador e de justiça, pelas vantagens de curto prazo, muitas vezes para atender a interesses econômicos setoriais.

As interferências de motivações políticas sobre o cotidiano da vida internacional, como no caso de fluxos de comércio, é notó-

ria. Também aqui, a norma é abalada gravemente.

Se aceitamos que é correta essa descrição dos efeitos da crise internacional sobre a situação do direito internacional, depa-ramo-nos com dois sombrios paradoxos:

- no plano político, vivemos tensões que, para serem atenuadas e superadas, exigem a aplicação dos princípios básicos da convivência entre Estados; ora, são justamente esses princípios que as tensões modernas colocam em cheque e, muitas vezes, distorcem; o comportamento dos Estados é influenciado em alguns casos por doutrinas dogmáticas, ditas "internacionalistas", em outros por práticas reativas de efeito similar que, na verdade, não se coadunam com uma sociedade baseada na igualdade soberana dos Estados; não há, pois, um consenso básico nessa sociedade;
- no plano econômico, a interdependência, que exige normas novas e aperfeiçoadas, quadro jurídico mais denso permeado por critérios de justiça, tem favorecido justamente a aplicação ortodoxa de normas elaboradas para um mundo que já se transformou profundamente; as matrizes da interdependência parecem propiciar a dependência dos mais fracos e não critérios novos de convivência igual e democrática entre Estados.

O panorama é, afinal, difícil. Não são nítidas as perspectivas de um sistema internacional mais estável, com normas permanentes, respeitadas e justas. O levantamento das dificuldades é, talvez, a melhor contribuição que um diplomata pode dar ao trabalho do jurista, o idealizador da boa norma. Vivemos a realidade dos interesses e do poder. Sabemos que a criação de condições novas e melhores de convivência não pode escamotear esse dado duro da realidade internacional. Para a sociedade internacional, a norma não será fruto de boas intenções nem do acerto racional, mas resultante de um penoso e sempre precário trabalho de

negociação. Criar a norma será muitas vezes tão difícil quanto preservá-la e aplicá-la.

Esta situação não nos deve desanimar. Os elementos de fato aumentam o desafio que nos une, juristas, intelectuais e diplomatas. O bom realista sabe descobrir aberturas e imaginar soluções e caminhos novos justamente para situações intrincadas. Há sinais positivos. Em primeiro lugar, é o amplo sentimento de crise que une os mais diversos setores sociais nos mais diversos Estados. A compreensão de que é necessário transformar o quadro de convivência internacional e dar-lhe sentido mais estável e justo deixou de ser monopólio dos países do Terceiro Mundo. É claro que os pontos de aglutinação devem ser aperfeiçoados e uma compreensão do papel do direito na transformação deve ser esclarecida. O esforço político correto não deve terminar com a "extinção da bomba nuclear", mas se encaminhar para a criação de padrões de convivência que a tornem desnecessária e obsoleta. Ora, só o direito pode dar forma e conteúdo a esses objetivos.

Penso, assim, que existe um trabalho político significativo de reação à crise, em seus múltiplos aspectos, que está especialmente atento às virtudes do direito como instrumento para dar estabilidade ao processo internacional. Outro dado importante: existe clareza em relação aos rumos a tomar. Não estamos formulando utopias, nos mais diversos foros internacionais, políticos e econômicos, mas sugestões e reivindicações que inegavelmente podem servir a curto e médio prazos à melhoria das condições de convivência internacional.

Outro ponto importante é a continuidade do trabalho de juristas e professores na defesa do direito internacional. No caso brasileiro, a Faculdade do Largo de São Francisco tem contribuição excelente, nos mais diversos campos da disciplina.

Finalmente, é importante sublinhar que, em áreas novas, a norma tem sido efetiva para o comportamento dos Estados, crian-

do situações onde existe equilíbrio e estabilidade. Um bom exemplo seria o Tratado da Antártida, no qual recentemente atingimos a condição de membro pleno.

A diplomacia brasileira está voltada para o aproveitamento e o aprofundamento de formas de justiça na convivência entre Estados. Em todas as dimensões jurídicas do nosso trabalho, seja como elaboradores, reformadores ou preservadores do direito e do prestígio da norma, os diplomatas brasileiros têm procurado atuar politicamente, dentro do possível, buscando caminhos que possam dar efetividade aos nossos "ideais jurídicos". Penso que, assim, ecoamos os melhores sentimentos da sociedade brasileira e contribuímos para, dentro da baliza do interesse nacional, criar um sistema internacional, onde haja menos tensão e melhor convivência.

As atitudes que consubstanciam nossa disposição são várias: a defesa intransigente dos princípios básicos da convivência internacional, como a não-intervenção; a preferência irrestrita por processos de negociação e pela diplomacia, porque sabemos que são os únicos que sustentam, a longo prazo, a elaboração de norma jurídica com a vocação da permanência; a obediência às prescrições dos tratados de que fazemos parte, em fidelidade a um passado em que a ação diplomática, em momentos cruciais, foi norteadada pela busca do acerto jurídico, como no caso de nossas fronteiras; a ação direta, se bem que discreta, pela paz e pela

aproximação de partes em conflito, em episódios inclusive recentes; a mais nítida condenação às formas de armamentismo e a luta para que as modalidades de desarmamento, especialmente o nuclear, prevaleçam plenamente, como no Tratado de Tlatelolco; a constante busca de aperfeiçoamento dos debates nos foros Norte-Sul; a tentativa de incorporar os temas novos à agenda internacional de forma equilibrada, que busque o consenso, que respeite democraticamente o interesse das partes, mas não aliene os ideais de transformação do sistema; a aceitação de que temas novos e difíceis, como o do endividamento externo, devem ser enfrentados corajosamente pela comunidade internacional.

Se somarmos as diversas atitudes, vemos que o objetivo da diplomacia brasileira, no momento atual, é o de criar uma atmosfera de paz, de descontraimento e de retomada do desenvolvimento. Temos certeza de que esse é o terreno fértil para a criação e a consolidação da norma jurídica no universo das relações internacionais. A Carta de São Francisco, elaborada em seguida à crise econômica, social e política dos anos 30 e à I Grande Guerra, no segundo parágrafo de seu preâmbulo, expressa a determinação dos povos das Nações Unidas de estabelecer "condições em que a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do direito internacional possam ser mantidas". Temos sido fiéis a essa determinação.

em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros da China, Wu Xueqian

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros Da República Popular da China, Wu Xueqian (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de agosto de 1984, por ocasião de jantar oferecido ao representante do Governo chinês.

DISCURSO DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

É com satisfação que o Governo brasileiro recebe oficialmente Vossa Excelência. Esperamos que a primeira visita do Chanceler da República Popular da China alcance completo êxito e traga mútuos benefícios para nossos países.

A viagem de Vossa Excelência não poderia ter sido realizada em melhor oportunidade, pois nesta ocasião comemoramos dez anos de modelar relacionamento diplomático, traduzido em múltiplas realizações concretas.

É estimulante para mim voltar, agora, a trocar idéias e opiniões com Vossa Excelência, após o diálogo fecundo que mantivemos em maio último, por ocasião da viagem do Presidente João Figueiredo à China. Podere-

mos confirmar as faixas de convergência que caracterizam nossas avaliações de variados aspectos da grave conjuntura internacional; de outro lado, poderemos trocar impressões sobre as maneiras de reforçar as perspectivas otimistas sobre a evolução do relacionamento sino-brasileiro.

É-me especialmente grato recebê-lo em Brasília, cidade-símbolo do permanente desejo da nação brasileira de modernizar-se e desenvolver-se, o que inclui necessariamente o relacionamento aberto e franco com parceiros de todos os quadrantes.

Desde 15 de agosto de 1974, nosso relacionamento bilateral se tem caracterizado pela correção, o respeito mútuo e a eficácia. Ao comunicado conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas seguiram-se construtivos esforços de aproximação dos Governos de Brasília e Pequim. Progressivamente, foram-se concluindo valiosos instrumentos como o Acordo Comercial de 1978, o Convênio sobre Transporte Marítimi-

mo de 1979 e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1982 que tive o prazer de assinar em Pequim.

Este conjunto de atos constitui o arcabouço dentro do qual evoluíram favoravelmente as trocas comerciais e a cooperação científico-tecnológica, sempre estimuladas pelo desejo político de ampliar as relações sino-brasileiras com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos respectivos assuntos internos. Orientaram-nos, sempre, a busca de igualdade e vantagens mútuas, bem como a vontade que anima os Estados chinês e brasileiro de pacificamente conviverem.

Desde 1974, Pequim e Brasília vêm superando, com imaginação, inteligência e dedicação, todos os obstáculos que inicialmente se antepunham ao efetivo fortalecimento dos laços bilaterais. O volume de comércio, que em 1974 totalizou irrisórios 18 milhões de dólares, saltou para mais de 700 milhões, em 1983, e é possível que alcance, até o próximo dezembro, cifra ao redor de um bilhão de dólares.

O intercâmbio científico e de cooperação técnica foi intensamente promovido. Missões foram trocadas, de variados níveis e com diversos objetivos.

Ministros de Estado brasileiros, altos funcionários governamentais e destacados empresários foram à China. Por outro lado, recebemos visitas ministeriais chinesas e numerosas missões de alto nível.

As dificuldades e os êxitos de ambos os processos de desenvolvimento, o chinês e o brasileiro, foram analisados. As experiências acumuladas foram apresentadas com lealdade. Criou-se, assim, um clima de harmonioso entendimento que favoreceu significativas realizações materiais.

A visita oficial do Senhor Presidente da República a Pequim, em maio último, culminou, com naturalidade, todo esse processo

que envolve uma década, ao mesmo tempo em que abriu novas e promissoras perspectivas de cooperação.

A estada do Presidente João Figueiredo na China foi, por todos os títulos, memorável. Elevou a novo patamar as relações entre ambos os Governos. Reafirmou a vontade política da China e do Brasil em dar prosseguimento ao processo de aproximação e deu ensejo a que um conjunto de instrumentos jurídicos fosse firmado, de modo a conferir ainda maior vigor ao intercâmbio e à cooperação bilateral.

A visita de Vossa Excelência, além de realçar a comemoração dos dez anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre ambas as Repúblicas, permite expressivo aprofundamento dos vínculos bilaterais.

Durante a estada de Vossa Excelência será rubricado Acordo de Cooperação na Área do Aproveitamento da Energia Nuclear, para fins pacíficos, o que permitirá avanços significativos nos programas que nossos dois países desenvolvem.

Em outro plano, a criação de Consulados-Gerais em Xangai e em São Paulo abrirá novas oportunidades de contato humano e de relações econômicas e comerciais para chineses e brasileiros.

Senhor Ministro,

Sem dúvida, muito foi feito. Todavia, a obra realizada pode ser considerada, justificadamente, apenas um começo. A trama do bom relacionamento bilateral é tecida com fio interminável, produzido incessantemente pela boa-vontade das Partes, pela crescente confiança recíproca, pelo intuito de aproximar, no plano concreto, duas nações que aproveitam, com agudo senso de oportunidade, as convergências e afinidades existentes. Ao mesmo tempo, sabemos reconhecer, com sábio realismo e mútuo respeito, nossas especificidades histórico-políticas e o fato de pertencermos a distintas matrizes sócio-culturais. Partem de simila-

res percepções sobre vários aspectos da vida internacional e aceitam sua complexa realidade, em que convivem atores que se orientam por variados modelos de desenvolvimento econômico e social.

A China e o Brasil, os dois mais extensos países em desenvolvimento do planeta, desejam assegurar o mais alto grau de cooperação bilateral possível.

As ações chinesas e brasileiras convergem, no essencial, para os objetivos globais da paz, da segurança, do desarmamento e da diluição das tensões e antagonismos e da resolução das crises regionais mediante a superação de suas causas estruturais, da primazia do diálogo sobre a confrontação.

Países do Terceiro Mundo, a China e o Brasil compartilham preocupações em temas fundamentais como a urgência da reforma da ordem econômica internacional, a importância do diálogo Norte-Sul, a essencialidade da cooperação Sul-Sul e a atualidade de todos os esforços que visem a cercar qualquer ambição de predomínio e hegemonia.

Senhor Ministro,

É minha firme convicção que a primeira visita de Vossa Excelência a terras brasileiras multiplicará o empenho de nossos Governos e povos em adensar os laços que nos unem, os vínculos que soubemos fortalecer, ao longo desses dez últimos anos.

Sob a égide da sincera amizade a unir as nações chinesa e brasileira, saúdo Vossa Excelência e convido todos os presentes a erguerem um brinde pela felicidade pessoal do Presidente Li Xiannian, pelo constante progresso das relações sino-brasileiras e pela prosperidade crescente de nossos povos.

Muito obrigado.

DISCURSO DO CHANCELER WU XUEQIAN

Senhor Ministro.
Senhores Embaixadores.
Senhoras e Senhores.

Tive a honra de participar, há dois meses atrás, em Beijing, da recepção ao Senhor Presidente João Figueiredo e ao Senhor Saraiva Guerreiro, quando então tive a honra de conhecer muitos amigos brasileiros. É um grande prazer para mim ter agora a oportunidade de visitar seu grande País. Ao pisarmos este território, fomos acolhidos calorosamente pelos amigos brasileiros, daí sinto um particular carinho nessa terra. Fico muito sensibilizado pela hospitalidade afetuosa que o Governo e o povo brasileiro nos dispensam.

O Brasil é o último e o maior dos quatro países latino-americanos desta minha visita. Antes da chegada à Brasília, bela e arrojada capital do Brasil, tivemos o ensejo de conhecer duas metrópoles, ou sejam São Paulo e Rio de Janeiro, que me causaram uma profunda e inesquecível impressão, apesar de ser bem curta minha estada.

Hoje, em Brasília, fomos recebidos por Sua Excelência, o Senhor Presidente João Baptista Figueiredo e nos próximos dias teremos conversações amistosas com meu Colega Vossa Excelência, o Senhor Ministro de Estado Saraiva Guerreiro, e também encontros com personalidades de diversos setores. Tenho a certeza de que essa minha visita impulsionará um maior desenvolvimento das relações cordiais já existentes, desde há muito tempo, entre os nossos dois países.

Senhor Ministro.

O povo brasileiro tem travado longa e persistente luta pela conquista e consolidação da independência nacional e pela salvaguarda da soberania nacional. Nas últimas décadas, os brasileiros envidaram firmes e incansáveis esforços pelo desenvolvimento da economia nacional e pela edificação do seu país. Agora o Brasil tornou-se um "país do

futuro” com formidáveis potencialidades para o seu desenvolvimento. A emergente economia brasileira cristaliza a elevada sabedoria e o trabalho laborioso e fecundo do povo brasileiro, que chama atenção da comunidade internacional.

No plano externo, o Brasil aplica a política independente e de autodeterminação, fiel à paz e ao desenvolvimento, opõe-se à política de força, atém-se aos princípios de auto-decisão dos povos e de não-intervenção e intervenção, reivindica a reforma do irracional relacionamento da economia internacional, dando suas contribuições para o fortalecimento da unidade e cooperação do Terceiro Mundo e para manutenção da paz regional e universal, e desempenhado um papel de crescente peso nos assuntos internacionais. Ao grande povo brasileiro, rendemos aqui nossa homenagem, desejando grandes êxitos no seu caminho de avanço.

A China e o Brasil são dois grandes países em desenvolvimento. Atribuímos grande importância à promoção das relações de amizade com o Brasil. Nestes últimos anos, ambos têm incrementado a troca de visitas, aprofundando constantemente a sua compreensão e desenvolvendo com êxito a cooperação amistosa em diversos ramos.

Em maio transato, quando Sua Excelência o Senhor Presidente da República visitava a China, foram assinados uma série de Acordos de Cooperação bilateral, o que assentou uma sólida base para o futuro desenvolvimento das relações entre a China e o Brasil.

Desta vez, durante a minha visita ao Brasil, serão firmados documentos destinados a desenvolver ainda mais as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países. Tenho a certeza de que através dos esforços comuns por ambas as Partes, as relações sinc-brasileiras serão ainda mais consolidadas e desenvolvidas.

Senhor Ministro.

Essa é a minha primeira visita à América Latina.

Os povos latino-americanos impressionam profundamente com seu forte sentimento nacional, seu amor à paz e à democracia, sua intrepidez na luta, seu desejo pelo progresso e desenvolvimento, seu caráter próprio, entusiástico e vibrátil.

Os povos latino-americanos efetuaram longas e corajosas lutas pelas conquistas e salvaguardas da independência e soberania nacionais, contra a agressão e a pilhagem colonialistas e imperialistas, lutando sempre pelo progresso social. São os países latino-americanos os que se levantaram primeiro para lutar em defesa do Direito ao Mar Territorial de Duzentas Milhas. Criaram também a primeira zona desnuclearizada do mundo. Eles têm tomado parte ativa no estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. Como uma força importante do Terceiro Mundo, na luta anti-imperialista e anti-hegemonista, os países latino-americanos desempenham um papel cada vez mais preponderante e notável nos assuntos internacionais.

Os países latino-americanos já adquiriram, mediante sua longa experiência, considerável nível na edificação de suas economias. No entanto, presentemente, deparam-se com certas dificuldades, devido à crise da economia mundial. Sobretudo o peso das dívidas dos países latino-americanos, em consequência da atual e crescente alta taxa de juros por parte dos bancos, torna-se maior, impedindo, flagrantemente, a retomada de seu crescimento econômico. A esse respeito, prestamos nossa profunda atenção e simpatia. A China apóia firmemente os propósitos e reivindicações justas que os países devedores latino-americanos propuseram na Reunião de Cartagena. Estamos profundamente convencidos de que os povos da América Latina superarão as dificuldades passageiras para continuar a avançar no seu caminho da independência e auto-fortalecimento.

Os povos da América Latina, que guardam um profundo sentimento de amizade para

com o povo chinês, simpatizaram, desde há muito tempo, com a causa da emancipação do povo chinês e agora acompanham bem atentos as obras das modernizações empreendidas pela China. Isso nos impressionou muito. A China e a América Latina fazem parte dos países em desenvolvimento. As semelhantes experiências históricas no passado e as mesmas tarefas que enfrentam hoje fizeram-nos amigos sinceros. O governo chinês concede suma importância ao relacionamento com os países latino-americanos, e está disposto a estabelecer e desenvolver as relações com todos os países da América Latina, na base dos cinco princípios que são respeito mútuo da soberania da integridade territorial; não-agressão recíproca; não-intervenção de um nos assuntos internos de outro; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica. Isto não só corresponde aos interesses e à aspiração dos povos chinês e latino-americanos, mas também reveste-se de uma importância para o reforço da unidade dos países do Terceiro Mundo, a promoção da cooperação Sul-Sul e a manutenção da paz mundial. A minha visita a quatro países da América Latina fez-me mais convicto de que se registrará,

entre a China e os países latino-americanos, um maior desenvolvimento de intercâmbio e cooperação nos campos político, econômico, cultural e outros, na medida em que se estreitem os contatos e aumentem os conhecimentos recíprocos.

Assim, nesta ocasião, gostaria de propor um brinde,

Pelo incessante desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre a China e o Brasil,

Pela expansão dos relacionamentos de amizade e cooperação entre a China e América Latina,

À saúde do Senhor Presidente João Figueiredo,

À saúde do Senhor Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro,

À saúde dos Senhores Embaixadores,

À saúde das Senhoras e dos Senhores, e de todos aqui presentes, Saúde!

saraiva guerreiro ao chanceler chinês: dez anos de profícuo relacionamento entre Brasília e Pequim

Discursos do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Wu Xueqian (tradução não-oficial), e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Embaixada da China, em Brasília, em 14 de agosto de 1984, por ocasião de recepção oferecida pelo Embaixador chinês no Brasil, Xu Zhongfu.

DISCURSO DO CHANCELER CHINÊS

Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores:

Gostaria, antes de tudo, de agradecer ao Se-

nhor Ministro e aos demais amigos brasileiros pela sua honrosa presença.

Minha visita ao seu país está terminando. A

visita, embora bem curta, apenas de quatro dias, tem um programa muito rico e significativo, graças ao trabalho cuidadoso do anfitrião. O Senhor Presidente João Figueiredo, o Senhor Presidente do Senado, Moacyr Dalla, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio e o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Cordeiro Guerra, concederam-nos respectivamente cordiais entrevistas. Troquei de maneira profunda, e num clima amistoso e sincero, com o Senhor Ministro, as opiniões referentes a uma série de problemas internacionais e ao relacionamento bilateral, com base nas conversações realizadas já em Beijing. Sinto-me muito jubiloso por ter visto aqui no Brasil os velhos amigos e conhecer muitos novos.

Deixaram-me uma impressão inesquecível a amizade dos dirigentes e amigos brasileiros de diversos setores para com o povo chinês, e sua atitude ativa para desenvolver as relações de amizade e de cooperação entre a China e o Brasil, bem como a aspiração pelo futuro e a tradição de hospitalidade do povo brasileiro. Gostaria de renovar, nesta oportunidade, os meus profundos agradecimentos pela acolhida amável dispensada a mim e à minha comitiva pelo Governo e pelos amigos brasileiros.

Esta minha visita ao Brasil ocorre exatamente no ensejo da celebração do Décimo Aniversário do estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a China e o Brasil. Dez anos não passam de um abrir e fechar dos olhos no longo rio da história da Humanidade. Entretanto, nos anais do intercâmbio entre a China e o Brasil, esses dez anos merecem muito o festejo. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 15 de agosto de 1974, os nossos dois países respeitam-se reciprocamente e coexistem de modo amistoso. Em consequência disso, os intercâmbios e cooperações em diversos setores incrementaram-se paulatinamente, a compreensão mútua não parou de se aprofundar, o volume do comércio bilateral subiu em mais de trinta vezes, e a cooperação

econômica e tecnológica deu primeiros passos alentadores para a frente. A visita de Sua Excelência o Sr. Presidente João Figueiredo à China, em maio último, e suas entrevistas e conversações com os dirigentes da China, que deram contribuições valiosas para fortalecer ainda mais as relações entre os nossos dois países, ficarão inscritas nos anais do relacionamento sino-brasileiro. Sentimo-nos, eu e meus colegas, excepcionalmente prazenteiros por ter esta oportunidade de festejar juntamente com o Senhor Ministro e amigos, aqui no seu país, esta data que tem importância tanto para o povo Chinês como para o brasileiro.

É o Brasil o maior país em desenvolvimento no Hemisfério Oeste. A China é o maior país em desenvolvimento no Hemisfério Leste. O desenvolvimento progressivo das relações de amizade e cooperação entre a China e o Brasil não apenas contribui para o bem-estar dos nossos dois povos, mas também é importante para reforçar a unidade do Terceiro Mundo, promover a cooperação Sul-Sul. O que eu vi e ouvi, durante a minha estada no Brasil, faz-me sentir a fundo que é enorme o potencial do desenvolvimento das relações sino-brasileiras. O mais fundamental é que tanto os dirigentes como os povos dos nossos dois países têm a vontade de desenvolver ainda mais nossas relações.

Por isso, estou com plena confiança nas relações vindouras sino-brasileiras e com absoluta certeza de que, se baseando nos sucessos obtidos durante os dez anos já passados, as relações sino-brasileiras darão frutos mais abundantes no próximo decênio.

Agora, proponho um brinde

Pelo Décimo Aniversário do Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a China e o Brasil,

Pelo maior desenvolvimento das relações de cooperação amistosa sino-brasileira no próximo decênio,

À saúde do Senhor Ministro e Senhora,

À saúde de Senhoras e Senhores aqui presentes,

Saúde!

DISCURSO DO CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

Ao se completarem dez anos de bom e profícuo relacionamento entre os Governos de Brasília e Pequim, sua visita constituiu valiosa oportunidade para que, através da experiência vivida, da observação e do diálogo, Vossa Excelência e sua ilustre comitiva pudessem avaliar, da maneira direta, o empenho do Governo e do povo brasileiros em tornar ainda mais ricas e densas as relações com a China.

Nestes poucos dias, Vossa Excelência visitou São Paulo, o mais importante pólo industrial brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, lugar privilegiado no processo de formação da nacionalidade, e Brasília, centro vital da direção política e econômica do País.

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, Vossa Excelência teve a oportunidade de encontrar-se com representantes da comunidade sino-brasileira, que tem prestado contribuições notáveis para o progresso deste País. Do convívio com seus compatriotas que aqui vivem, e com brasileiros de ascendência chinesa, Vossa Excelência seguramente terá percebido um dos traços característicos do povo brasileiro: o espírito

aberto aos imigrantes e ao seu trabalho no processo da construção nacional.

Em Brasília, ao ser recebido pelo Senhor Presidente da República, e alguns de seus Ministros de Estado, além de altos representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Vossa Excelência pôde aquilatar o valor que o Governo brasileiro confere aos laços de cooperação firmemente estabelecidos, ao longo de dez anos, com a República Popular da China.

É alentador notar que, apesar da distância geográfica, das diferenças de sistemas sócio-econômicos e das peculiaridades culturais, o Brasil e a China conseguiram harmonizar interesses e concretizar realizações nos campos econômico-comercial e científico-tecnológico. A cooperação sino-brasileira pode ser considerada, sem dúvida, como modelar.

Ao comemorarmos uma década fértil em projetos e realizações em benefício de nossos povos, a visita de Vossa Excelência denuncia que os próximos anos poderão ser ainda mais frutíferos para as relações entre nossos Governos e nações.

Ao agradecer a Vossa Excelência por suas palavras, muito me honra convidar, neste momento, todos os amigos presentes a erguerem um brinde pela saúde do Presidente Li Xiannian, pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, pelo entendimento que prevalece entre nossos Governos, e pelo promissor futuro dos povos brasileiro e chinês.

Saúdo a todos.

a assinatura de atos entre o brasil e a república popular da china

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de agosto de 1984, por ocasião da cerimônia de assinatura de Atos entre o Brasil e a República Popular da China, que contou com a presença do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele País, Wu Xueqian.

Senhor Ministro,

A rubrica do texto do acordo de cooperação na área do aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos, e a assinatura do acordo por troca de Notas que estabelece repartições consulares em São Paulo e Xangai constituem novos e importantes marcos no desenvolvimento das relações bilaterais.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, por ocasião da comemoração do décimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos Governos, deu ensejo a que o Brasil e a China aperfeiçoassem o

amistoso relacionamento existente através da celebração de atos que permitirão o adensamento dos vínculos de cooperação científico-tecnológica, o mais perfeito conhecimento mútuo entre os nossos dois povos e o aproveitamento de oportunidades novas de intercâmbio econômico-comercial.

É com satisfação que assinalo o fato de que ambos os Governos vêm dando os passos necessários para que brasileiros e chineses extraiam do relacionamento entre seus Estados o máximo de benefícios mútuos, contribuindo assim para os respectivos objetivos nacionais de desenvolvimento econômico e progresso social.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 156, o texto do Acordo Brasil—China para instalação de Consulados em São Paulo e em Xangai; na seção **mensagens**, página 168, os textos das mensagens trocadas pelos Presidentes João Figueiredo e Li Xiannian, a propósito do décimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China.

saraiva guerreiro no zaire: novas perspectivas de cooperação

Discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em
Kinshasa, em 22 de agosto de 1984, por ocasião de
sua visita ao Zaire.

Senhor Comissário de Estado,

Permita-me inicialmente expressar minha especial satisfação em visitar o fascinante país de Vossa Excelência e formular-lhe desde já meus agradecimentos pela acolhida fraterna e calorosa que nos proporcionou — a mim e aos membros de minha comitiva — o Governo zaireense.

É esta a segunda vez que um Ministro das Relações Exteriores do Brasil visita oficialmente a República do Zaire. Na primeira, em 1972, pouco depois de os dois países terem estabelecido Embaixadas residentes, houve sem dúvida o desejo de trazer endosso político de alto nível a um diálogo que se iniciava.

Hoje, quando me é dada a grata oportunidade de conhecer a terra e a gente deste grande país, posso afirmar com segurança que o diálogo então iniciado ganhou intensidade e gerou os benefícios que derivam do melhor conhecimento e confiança recíprocos. Podemos orgulhar-nos, brasileiros e zaireenses, de termos, paulatinamente, ao

longo destes anos, consolidado as bases de um relacionamento marcado pela amizade e o respeito mútuo. Estabelecemos um arcabouço jurídico-institucional adequado às nossas aspirações de cooperação econômica, técnica e cultural. Trocamos visitas de autoridades e missões de estudo percorrendo o gradual e seguro processo de familiarização entre homens e instituições dos dois países. Colocamos em andamento, ao realizarmos a Primeira Reunião da Comissão Mista em outubro de 1980, um mecanismo bilateral privilegiado de identificação de áreas de interesse comum e oportunidades concretas onde possa exercer-se um trabalho conjunto, com benefícios para ambas as partes.

Essas realizações, somadas ao cotidiano de nosso proveitoso diálogo político-diplomático, representam expressivo êxito no esforço de superação de nossas próprias limitações e das estruturas coloniais que nos distanciaram.

Senhor Comissário de Estado,

Nunca será excessivo apontar os desastrosos efeitos da crise mundial nas vulneráveis economias de nossos países, agora cerceadas em seu crescimento e obrigadas a ajustes internos e externos no limite de sua capacidade. O comércio internacional se retrai, diminuem os fluxos financeiros e de assistência, as tendências protecionistas não dão sinais de se abater. As soluções que nos são propostas trazem a marca do paliativo e não levam em conta as profundas deficiências do sistema econômico. Na verdade, o diálogo econômico entre o Norte e o Sul está praticamente paralisado.

À crise econômica vêm somar-se as dificuldades políticas para definir o mundo tenso em que hoje vivemos.

Foi nesse contexto adverso que procuramos, brasileiros e zaienses, dar nossos primeiros passos como amigos e parceiros, e conseguimos.

Somos amigos porque são profundas e marcantes nossas afinidades históricas. Na África o povo brasileiro identifica, com orgulho, uma de suas matrizes étnicas e culturais e redescobre a cada dia o sentido dessa amizade em seus costumes, sua ética, em seu modo de ser e de agir.

Para além dessas afinidades naturais, o Brasil e o Zaire são também parceiros, e nessa parceria realizam um ato de vontade política, derivado das aspirações comuns dos países em desenvolvimento e de seu anseio de influir mais decisivamente nos negócios do mundo. Compartilhamos o mesmo desejo de mudança em favor de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e equitativa. Propugnamos pela transformação das estruturas políticas internacionais, que perpetuam as desigualdades e são permanentes geradoras de tensões. Proclamamos a necessidade de um entendimento fundamentado em regras novas, que se inspirem em ideais de justiça; regras que não estejam orientadas para vantagens unilaterais e imediatistas, mas que incorporem, ao

contrário, nossas preocupações de longo prazo e modelos de distribuição equitativa dos benefícios gerados.

Entendemos, enfim, que essa identidade que descobrimos, países em desenvolvimento, na nossa maneira de ver o mundo nos aponta um caminho — o da cooperação entre nós mesmos.

Cabe-nos buscar, com perseverança e imaginação, as áreas, modalidades e meios de realizarmos essa cooperação e de fazê-la prosperar, menos em função dos recursos aplicados — que sabemos serem escassos — que em função das nossas experiências próprias de desenvolvimento e de nossas potencialidades.

Refiro-me ao intercâmbio de experiências econômicas a partir de situações próximas ou condicionamentos similares. Penso no comércio de produtos e serviços. Penso ainda nos mecanismos de cooperação técnica, científica e tecnológica.

Não teremos, brasileiros e zaienses, a ambição de substituir, na realização desse trabalho conjunto, o quadro de relações Norte-Sul, dominantes no comércio e nas finanças internacionais, mas tão somente de produzir modelos de cooperação e buscar soluções que nos sejam próprias para alguns dos problemas que nos são peculiares. Estamos engajados num exercício em que procuramos conhecer-nos melhor, aprendermos juntos e assim ampliarmos nosso grau de autonomia.

Senhor Comissário de Estado,

O Brasil acompanhou com profundo interesse a árdua trajetória do povo zaiense ao encontro de sua identidade nacional e o fundamental papel que neste processo tem desempenhado Sua Excelência o Senhor Presidente Mobutu Sese Seko. Sabe também o Brasil o quanto o Governo do Zaire valoriza o significado da cooperação Sul-Sul e as expectativas que nela deposita.

Deseja o Governo brasileiro que este encontro que hoje mantemos possa abrir novas perspectivas de cooperação e criar condições favoráveis a um crescente intercâmbio entre nossos dois países.

Peço a Vossa Excelência receber e transmitir ao Presidente Mobutu Sese Seko meus agradecimentos e os de minha comitiva pela

cordialidade com que fomos acolhidos e pelas atenções que nos têm sido dispensadas.

Confiante no alto valor do trabalho que aqui realizamos e no futuro de nossas relações, agradeço a Vossa Excelência a oportunidade deste encontro e o privilégio deste diálogo.

Muito obrigado.

comunicado de imprensa brasil-zaire

Comunicado de imprensa Brasil-Zaire,
divulgado em Kinshasa, em 23 de agosto de 1984, ao
final da visita do Ministro de Estado das Relações
Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, àquele País.

Em resposta a convite que lhe foi dirigido pelo Conselho Executivo, por ocasião da realização, em Brasília, da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil/Zaire, Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, efetuou visita oficial à República do Zaire, do dia 21 a 23 de agosto de 1984. Fez-se acompanhar de delegação composta, entre outros, de:

- Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,
Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores
- Embaixador Asdrubal Ulysséa,
Chefe do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores
- Embaixador Sérgio Thompson Flôres,
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
- Embaixador Ronaldo Sardenberg,
Secretário Especial dos Assuntos Políticos e Econômicos Bilaterais do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
- Embaixador Bernardo Pericás,
Secretário de Informação do Gabinete

do Ministro de Estado das Relações Exteriores

- Ministro José Ferreira Lopes,
Chefe da Divisão da África—I do Ministério das Relações Exteriores
- Conselheiro Ruy de Lima Casaes e Silva,
Introdutor Diplomático

Durante sua permanência na República do Zaire, o Senhor Embaixador Saraiva Guerreiro foi recebido pelo Cidadão Kengo Wa Dondo, Membro do Comitê Central do Movimento Popular da Revolução e Primeiro Comissário de Estado, a quem pediu transmitir mensagem de amizade e de felicitações dirigida por Sua Excelência o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo a seu homólogo Marechal Mobutu Sese Seko, Presidente fundador do Movimento Popular da Revolução, por motivo de sua reeleição para novo mandato presidencial.

O Cidadão Umba di Lutete, Comissário de Estado das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional, co-presidiu com seu colega brasileiro reunião de trabalho da qual participaram os membros das respectivas delegações.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores

res do Brasil encontrou-se, igualmente, com os Cidadãos Molumba Lukoji, Comissário de Estado do Planejamento, e Bokana W'Ondangela, Comissário de Estado das Obras Públicas e Administração Territorial.

Nos encontros entre Sua Excelência o Senhor Embaixador Saraiva Guerreiro e seus interlocutores zaienses foram examinadas as relações bilaterais e as questões regionais e internacionais da atualidade.

No plano bilateral, as duas delegações se felicitaram pelas excelentes relações que existem entre os dois países. Concluíram que o quadro jurídico de que dispõem o Brasil e o Zaire, desde que estabeleceram relações diplomáticas a nível de Embaixadas, é propício ao aprofundamento de suas relações de cooperação.

As duas partes concordaram em reforçar a cooperação técnica e cultural a nível de governo, e encorajar a cooperação econômica entre empresas de ambos os países.

Nesse contexto, o Comissário de Estado e o Ministro brasileiro convieram em realizar em Kinshasa, no menor prazo de tempo possível, a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil/Zaire, em data a ser estabelecida por via diplomática.

No exame das questões internacionais da atualidade, o Embaixador Saraiva Guerreiro e o Cidadão Umba di Lutete se congratularam pela identidade de pontos de vista que existem entre o Brasil e o Zaire e que estão firmemente relacionados com os ideais de paz e segurança internacionais, tais como se acham inscritos nas Cartas das Nações Unidas, da OUA e OEA e que são inerentes aos princípios de coexistência pacífica, particu-

larmente a não ingerência nos negócios internos dos outros países e a solução pacífica dos litígios internacionais.

Reiteraram seu apoio à resolução 435 do Conselho de Segurança relativa à independência da Namíbia e condenaram com determinação a política do **apartheid** erigida em sistema de governo pelo regime racista da África do Sul.

As duas partes concordaram em apelar aos países que impedem os mecanismos das negociações Norte-Sul a demonstrarem espírito de compreensão em favor de maior solidariedade e cooperação, com o objetivo de que se estabeleça uma nova ordem econômica internacional mais justa e mais equitativa.

Os dois países exprimiram confiança no futuro da cooperação Sul-Sul em favor de maior complementariedade das economias dos países em desenvolvimento.

Ao término dos encontros, que se desenvolveram em atmosfera de amizade, franqueza e compreensão mútua, o Embaixador Saraiva Guerreiro, em seu próprio nome e no da Delegação que o acompanhou, dirigiu sinceros agradecimentos ao Presidente fundador do MPR, Presidente da República, Marechal Mobutu Sese Seko e ao Conselho Executivo pela acolhida calorosa que lhe foi dirigida. Outrossim, convidou seu homólogo zaiense a efetuar visita oficial ao Brasil em data a ser fixada por via diplomática. O Comissário de Estado das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional recebeu com satisfação este convite.

Feito em Kinshasa, aos 23 de agosto de 1984.

chanceler em brazzaville: nova fase nas relações entre congo e brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Brazzaville, em 23 de agosto de 1984, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores daquele País, Antoine Ndinga Oba.

Senhor Ministro,

Quero, inicialmente, agradecer a generosa acolhida que Vossa Excelência, em nome do Governo congolês, ofereceu a mim e a minha comitiva. Sei que essa acolhida nasce do sentimento fraterno que nos une e que serviu como argamassa para a construção de expressiva aproximação diplomática.

Minha visita pretende dar continuidade a um processo de aproximação, que tem sido regido pelos mesmos ideais e pelas formas mais férteis de compreensão.

Temos já importante cabedal de contatos e empreendimentos, que será, agora, certamente ampliado pela Comissão Mista. Depois de quatro anos de relações diplomáticas, inauguradas a 4 de março de 1980, impressiona o potencial que pode apresentar o relacionamento bilateral.

Ponto alto do relacionamento bilateral foi a visita que fez ao Brasil o Presidente Denis Sassou-Nguesso. A presença de Sua Exce-

lência honrou-nos sobremaneira, e assinalou, com clareza, a determinação dos dois Governos de caminhar juntos, reforçando a cooperação bilateral, dando maior vigor ao diálogo político.

Senhor Ministro,

O Brasil tem acompanhado, com interesse, os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Congo no sentido de que a cooperação Sul-Sul atinja nível mais elevado e cumpra sua melhor vocação.

O fortalecimento da cooperação Sul-Sul cria condições para que ampliemos — e em bases concretas — o espaço de nossa autonomia. Juntos, seremos mais fortes; juntos, criaremos nossos próprios modos de ver a ordem internacional, entendê-la, propor formas de superá-la, no que tem de inadequada, no que tem de frágil.

Por isto, admiramos a vocação congoleza para a cooperação igualitária e sentimos-nos

irmãnos no esforço de desenvolvimento que empreende o Governo de Vossa Excelência.

Sublinharia a profunda afinidade que temos com causas políticas africanas. É nosso também o empenho pela igualdade de todas as raças, assim como pelo fim de todas as formas de dominação.

A firme condenação à política do **apartheid** e à ilegal manutenção do domínio de Pretória sobre a Namíbia é parte essencial das definições de política externa brasileira. Nossa condição de nação forjada também pela cultura africana e modelada pelos ideais da democracia não permite que hesitemos nessas posições.

primeira reunião da comissão mista brasil-congo

Senhor Ministro,

Ao visitar, pela primeira vez, a nação congoleza, desejo dizer a Vossa Excelência o quanto estou sensibilizado pela atenção e gentileza com que as autoridades e o povo de seu país nos cercaram, a mim e aos membros de minha delegação.

Marcado pelo sentimento da mais acolhedora amizade, o discurso que Vossa Excelência acaba de pronunciar confirma todas as minhas expectativas quanto ao futuro das relações brasileiro-congolezas e, em especial, quanto ao que poderemos fazer, agora, no âmbito da Comissão Mista, cujos trabalhos inauguramos.

À frente da delegação brasileira à reunião,

Senhor Ministro,

É desejo do Governo brasileiro que os resultados da I Reunião da Comissão Mista sejam auspiciosos e que abram, para nossos dois países, importantes perspectivas de associação, com vistas aos vários projetos constantes de nossa agenda.

Estou certo de que essa reunião inaugurará nova fase nas relações fraternas entre o Congo e o Brasil.

Permita-me Senhor Ministro erguer um brinde à saúde do Presidente Denis Sassou-Nguesso, à de Vossa Excelência, à prosperidade da nobre nação congoleza e aos sentimentos de fraterna amizade que consubstanciam os vínculos entre congolezes e brasileiros.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Brazzaville, em 23 de agosto de 1984, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista Brasil—Congo.

antecipo a satisfação que terei ao trocar idéias com Vossa Excelência, definir linhas de ação para que se dê ainda maior conteúdo e densidade à cooperação entre os nossos países.

Vamos cumprir, penso, duas vocações de nossas nações. Em primeiro lugar, Brasil e Congo têm diplomacias voltadas para a busca da cooperação, sempre de modo a que se alcance, de forma equilibrada, com pleno respeito às especificidades nacionais, o melhor benefício mútuo para os nossos povos. Em segundo lugar, o Brasil e o Congo são países em desenvolvimento que têm perfeita consciência da necessidade de política de incrementar as oportunidades de cooperação na linha Sul-Sul.

Penso que, a cada movimento bilateral de cooperação, se reforça uma verdadeira modalidade nova de convivência internacional, em que prevalece o sentido de fraternidade. Tenho certeza de que a cooperação brasileiro—congolesa pode ser símbolo desse amplo e produtivo movimento.

Posso fazer a afirmação com a tranqüilidade de quem conhece as potencialidades da cooperação entre os países do Hemisfério Sul, e, particularmente, da cooperação entre o Brasil e o Congo. Pela diversidade que encontramos entre os países do Terceiro Mundo, pelo fato de que acumularam significativo acervo de experiências em suas trajetórias de desenvolvimento, e, sobretudo, porque definiram o marco da igualdade e do respeito mútuo como base para o desenvolvimento da cooperação, tenho certeza de que vão multiplicar-se exponencialmente as perspectivas de aproximação entre nossos povos.

Senhor Ministro,

Se tenho certeza do potencial de cooperação, não me engano quanto às suas dificuldades específicas. Muitas vezes, a vontade política clara de nossos povos foi bloqueada por circunstâncias que nascem da própria estrutura do sistema internacional. Sei que teremos que vencer tradições; sei que nos falta a infra-estrutura para que as ligações econômicas que desejamos se traduzam em realidade com a velocidade e com a abrangência que desejamos; sei que as dificuldades conjunturais são imensas, e falo da situação brasileira, marcada pelos efeitos de recessão e de sérias dificuldades de endividamento externo.

Não nos desencorajam as dificuldades, pois conhecêmo-las bem e não hesitamos em transformá-las em matéria para a reflexão comum. Sabemos que as nossas dificuldades serão superadas também por modificações na ordem internacional, que só podem derivar da ação concertada dos países em desenvolvimento, e, de outro lado, da in-

tensificação das formas de cooperação Sul-Sul.

No curto tempo em que mantemos relações diplomáticas, o Brasil e o Congo têm entretido proveitoso diálogo político pelo qual pudemos verificar amplas coincidências de opinião, nos planos bilateral e multilateral. Visitas de altas autoridades congoleesas ao Brasil marcaram etapas expressivas do relacionamento. Mencionaria, nesse contexto, as três visitas já realizadas ao Brasil pelo Ministro Aimé Emmanuel Yoka, Encarregado do Gabinete do Chefe de Estado e Inspeção Geral. O Governo brasileiro sentiu-se particularmente honrado com a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Presidente da República, Chefe de Estado e Governo, Denis Sassou-Nguesso, em 1982. Penso que, em cada contato, fomos rigorosamente fiéis aos ideais da cooperação fraterna e que não haverá outro norte para o futuro de nosso relacionamento.

Assim, vejo com otimismo a etapa nova que hoje iniciamos no processo de aproximação entre o Brasil e o Congo. Acredito que os trabalhos da Comissão Mista vão provar que podemos dar ainda sentido mais concreto ao relacionamento bilateral, encontrando variadas formas de cooperação e entendimento. Já temos exemplo expressivo de cooperação bilateral, a nível de empresas, e penso que está na hora de multiplicarmos as linhas de trabalho e empreendimento comuns.

Os estudos e discussões preliminares efetuados por nossas delegações, que me foram comunicados, confirmam o meu otimismo. Estou certo de que, ao fim da reunião, teremos estabelecidas as prioridades e as linhas de ação que darão alento novo ao relacionamento brasileiro-congolês. Pude verificar também que estamos trilhando um caminho seguro, que aproxima os nossos países de modo positivo, sem fórmulas ambiciosas, mas que refletem com precisão o senti-

do de nossa vontade política, e que vai se consolidando, com firmeza, a cada etapa.

Senhor Ministro,

Estamos, eu e minha delegação, realmente muito felizes pela oportunidade de vir ao Congo e trabalhar com congolezes. Estamos felizes porque conhecemos um belo país, um povo hospitaleiro, mobilizado por respeitáveis ideais de progresso e de paz. Estamos felizes porque sabemos que participamos de uma reunião que representará um marco significativo na vida das relações brasileiro-congolezas. Estamos felizes porque expressamos o desejo do Governo brasileiro de aperfeiçoar sempre as relações com os nossos irmãos africanos.

Senhor Ministro,

Otimista quanto ao futuro do relaciona-

mento de nossos países, e animado pelo espírito de objetividade que conduziu as atividades das missões preparatórias desta reunião, quero incorporar-me ao agradecimento da delegação brasileira que precedeu minha estada nesta acolhedora Brazzaville pela atenção e simpatia que recebeu do Governo congolês.

Constitui para mim motivo de especial gozijo ser o primeiro Chanceler estrangeiro que irá saudar pessoalmente o Excelentíssimo Senhor Presidente Denis Sassou-Nguesso após sua reeleição. Será ocasião perfeita para deixar consignados os votos de prosperidade à nação congoleza e à consolidação dos sentimentos de fraterna amizade que envolvem os povos brasileiro e congolês, que quero, desde já, e com toda a sinceridade, enunciar.

comunicado de imprensa brasil-congo

Comunicado de imprensa Brasil—Congo, divulgado em Brazzaville, em 24 de agosto de 1984, ao final da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, àquele País.

Por ocasião da realização, em Brazzaville, da I Reunião da Comissão Mista Brasil—Congo, Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, acompanhado de importante delegação, efetuou visita oficial à República Popular do Congo, de 23 a 24 de agosto de 1984.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, a fim de tratar de questões relativas à cooperação bilateral, entrevistou-se com Suas Excelências os Senhores:

— Jean Jules Okabando,
Membro do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Prefeito da Cidade de Brazzaville

— Henri Djombo,
Ministro da Economia Florestal

— Aimé Emmanuel Yoka,
Ministro Delegado junto à Presidência, Encarregado do Gabinete do Chefe de Estado e da Tutela da Inspeção Geral do Estado

O Ministro foi igualmente recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor Ange-Edouard Pongui, Membro do Comitê Político do Partido Congolês do Trabalho, Primeiro-Ministro.

Durante a visita, realizou-se em Brazzaville a I Reunião da Comissão Mista Brasil—Congo, criada pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, assinado em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.

No decorrer dos encontros efetuados, que se realizaram em clima cordial e de compreensão mútua, as duas Partes concordaram em promover uma cooperação mais estreita entre o Brasil e o Congo.

Nesse sentido, aprovaram as conclusões dos trabalhos da I Reunião da Comissão Mista Brasil—Congo e reiteraram sua vontade de desenvolver a cooperação nos campos dos transportes, pesca, economia florestal, obras públicas e construção, agricultura, comércio e formação profissional.

As duas Partes concordaram em realizar a próxima reunião da Comissão Mista, em Brasília, em 1986, em data a ser mutuamente fixada por via diplomática.

No encerramento da I Reunião da Comissão Mista Brasil—Congo, o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro entregou ao Ministro

Henri Djombo mensagem pessoal do Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo e seu homólogo Sua Excelência Denis Sassou-Nguesso, Presidente do Comitê Central do Partido Congolês do Trabalho, Presidente da República, Chefe de Estado e Chefe do Governo.

Ao término de sua visita oficial, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil expressou a Sua Excelência o Senhor Presidente Denis Sassou-Nguesso, às autoridades e ao povo da República Popular do Congo, sua profunda gratidão pela acolhida calorosa que lhe foi dispensada, assim como à delegação que o acompanhou em sua estada no Congo.

Feito em Brazzaville, aos 24 de agosto de 1984.

a conferência do chanceler saraiva guerreiro na escola superior de guerra

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984.

As conferências que fiz, ao longo dos últimos anos, aqui na Escola Superior de Guerra, me proporcionaram oportunidades valiosas para reflexão integrada sobre a política externa brasileira. De fato, tomadas em conjunto, espelham a evolução conceitual coerente de nossa diplomacia e apresentam a síntese das atividades de política externa no Governo Figueiredo. Esse resultado não foi alcançado por acaso. As tradições desta Escola, de preocupação permanente em aprofundar o conhecimento do Brasil, aliadas ao debate que se trava a cada palestra, estimulam o conferencista a buscar sempre a melhor exposição possível de seu tema.

Por essa razão, agradeço, sinceramente, o convite da Escola para mais uma vez pronunciar-me sobre o andamento da diplomacia brasileira. Quero dar-lhe caráter especial. O momento sugere que, além da revisão da conjuntura anual, repassemos os acontecimentos dos últimos anos, indicando os focos centrais da articulação conceitual e retomando alguns momentos expressivos da ação externa.

Antes de desenvolver esses pontos, acentua-

ria ainda uma outra característica desta série de conferências. Elas representam uma das linhas de diálogo que o Itamaraty manteve — em constante aperfeiçoamento — com a sociedade brasileira. As conferências, pela importância institucional da Escola, repercutiram além dos limites do Forte São João. Serviram de ponto de referência para o diálogo com os mais diversos setores da sociedade brasileira. Com efeito, uma das preocupações centrais de minha gestão é a de mostrar o que faz o Governo em política externa, em resposta, aliás, às manifestações, de vontade, nascidas em diversos setores de opinião, de ampliar a participação no debate sobre o processo diplomático.

Um dos avanços importantes dos últimos anos, na vida política de nosso País, é o de que a política externa é, cada vez mais, tema de interesse nacional. Cada vez mais, a ação externa toca o metabolismo político do País. É natural que assim seja, como é natural a ampliação do debate. A imprensa tornou-se uma acompanhante atenta e minuciosa do dia-a-dia diplomático. A Universidade consolida o processo de análise da história da diplomacia brasileira e o exame

dos seus movimentos recentes. A participação parlamentar na formulação diplomática se torna mais profunda e mais sistemática.

Esses processos, que se alimentam mutuamente, inserem-se no quadro maior da democratização e da abertura. Nascem com vigor e são definitivos. Era fundamental que o Itamaraty encontrasse respostas institucionais adequadas, que significariam, a rigor, a inserção da instituição nos padrões novos de convivência política que vão sendo implantados durante o Governo Figueiredo. Penso que conseguimos esse objetivo. Os instrumentos de trabalho são vários. Com a imprensa, consolidou-se o encontro diário do porta-voz com os jornalistas; temos facilitado informações de fundo sobre os principais eventos de política externa; e, finalmente, eu mesmo tenho, quando possível, dado entrevistas, coletivas e individuais. O resultado é dos mais saudáveis. No relacionamento entre o Itamaraty e a imprensa, existem tensões naturais. A reserva é essencial ao trabalho da Chancelaria; só a descrição assegura a confiabilidade externa. Em certos temas, ou em certos momentos, o segredo é essencial ao trabalho diplomático e a revelação necessária ao trabalho jornalístico; nós, diplomatas, temos o dever de pensar no longo prazo e na realização de necessidades multidimensionais, o que nem sempre corresponde ao interesse imediato do correspondente de imprensa. Apesar da diferença de métodos e perspectivas, criamos, diplomatas e jornalistas, um código de respeito e confiança.

A Universidade brasileira, através de vários institutos próprios, começa a interessar-se de forma sistemática pelos temas diplomáticos. Desenha-se, aos poucos, uma especialização em relações internacionais, e centros de pesquisa encetam estudos aprofundados de questões relevantes, como, por exemplo, em história diplomática e ciência política. O Itamaraty, com o mais estrito e cuidadoso respeito à liberdade acadêmica, tratou de ampliar as fontes de financiamento e facilitar, através de presença de diplomatas em seminários e outras reuniões, que as pers-

pectivas da diplomacia brasileira fossem submetidas ao crivo de professores e pesquisadores. São muitas as boas realizações no período — mencionaria a iniciativa do levantamento da prática brasileira em direito internacional público —, mas realçaria também o começo do funcionamento efetivo da Fundação Alexandre de Gusmão e a criação do Museu do Itamaraty no Rio de Janeiro e a criação, ora em andamento, do nosso Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais como marcos de um movimento que, tenho certeza, é irreversível, de aproximação entre diplomatas e a universidade brasileira. Ainda no intuito de manter vivo o diálogo sobre política externa, pessoalmente atendi a convites de Universidades brasileiras, onde pude sempre encontrar a boa acolhida e perfeita disposição para o debate.

Tanto quanto a liberdade de imprensa, elemento fundamental da abertura democrática é a presença ativa e atuante do Congresso Nacional, que passa a trabalhar com a plenitude de seu vigor político. É natural, nesse processo, em que a presença parlamentar modela cada faceta da vida nacional, que as relações exteriores do País fossem também objeto de atenção e debate na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esse fato é auspicioso por várias razões. Uma delas me parece central. A diplomacia adequada ao País deve ser fiel ao País como um todo, não a setores ou grupos. Não deve haver simplesmente um consenso passivo, mas debate amplo que possa significar sustentação política efetiva das linhas da projeção externa do interesse nacional. Ora, para esse exercício, o **locus** ideal é o Congresso. O apoio permanente — e com restrições menores — que a diplomacia do Governo do Presidente Figueiredo tem em todos os Partidos, apoio que nasceu com espontaneidade e em resposta ao desempenho e às realizações da política, me assinalou que estávamos no melhor caminho. Esse apoio indica que hoje a ação diplomática une brasileiros, não é fator de discórdia. Exatamente por tal razão, e pelo respeito que tenho à instituição parlamentar, procurei trabalhar

de forma entrosada com as duas Casas do Congresso. A conversa, formal ou informal, com Senadores e Deputados, foi constante; nos momentos de crise e tensão internacional maior, procurei responder às convocações das Comissões especializadas e do Plenário. Não tenho dúvida de que a grandeza do País como democracia, que é a sua vocação, tem, como trave mestra, um Congresso forte, sustentado por Partidos bem enraizados na sociedade, e que guarde; com o Executivo, um diálogo elevado, sempre voltado para a realização dos melhores interesses nacionais. Se, de minha posição de Ministro de Estado das Relações Exteriores, pude contribuir para que se dessem alguns passos nessa direção, foi cumprida parte importante de minha função, como diplomata e como cidadão.

Quer com os meios de comunicação em massa, quer com os meios acadêmicos, quer ainda no Congresso Nacional, nunca fugimos à verdade. Não temos posições que precisem ser escondidas ou disfarçadas.

Dentro do Executivo, a presença institucional do Itamaraty também se ampliou. Nos últimos anos, a atividade externa do País se diversificou de forma profunda. Não mais é realista reduzi-la a uma ou duas dimensões simplificadas, por importantes que possam ser. Às questões internacionais de cunho essencialmente político somam-se, hoje, temas técnicos, de grande abrangência. Nada há que não seja parte do jogo internacional; a prática diplomática é, agora, obrigada a incorporar cada avanço novo da ciência, cada inovação tecnológica, porque, como regra, têm efeitos sobre a vida internacional. A esse processo correspondem dois claros movimentos: de um lado, mais setores do Governo trabalham em temas internacionais nas suas áreas de especialização; de outro lado, como, no plano internacional, todos os temas "técnicos" estão contaminados, invariável e fortemente, pelo jogo político, a Chancelaria ampliou significativamente as suas funções e tarefas. Processo de sentido similar se fez sentir fortemente na ampla área econômica, financeira e co-

mercial. Vejo, assim, que o trabalho da Chancelaria se revitalizou, ganhou novas dimensões e novos espaços; as novas tarefas serviram para que ampliássemos as formas de trabalho conjunto dentro do próprio Governo e com os mais variados setores da sociedade civil. O contato com a Presidência da República e seus órgãos foi permanente e criativo. Empresários e a comunidade científica são nossos interlocutores cotidianos; também o são os militares, como nós, voltados para os objetivos permanentes do País, e para a construção dos alicerces da segurança nacional. O melhor capital de uma Chancelaria é a sensibilidade política. Num universo como o das relações internacionais, em que tudo é conotado pelo fator político, o Itamaraty encontra naturalmente férteis caminhos para servir ao País. Sempre escrupulosos no respeito às atribuições e responsabilidades de outros órgãos, nunca fugimos às nossas próprias obrigações, expressando nossa opinião ou agindo tempestivamente.

Feita essa apresentação sobre a forma como o Itamaraty trabalhou nestes últimos anos, passaria a abordar alguns temas da própria ação diplomática. O momento é de reflexão e de avaliação. Entender bem o que se fez nestes últimos anos não é, a esta altura, apenas um exercício de reconstituição histórica. Traz implicações decisivas para a formação da política externa, para a compreensão do que somos, do que queremos e do que podemos alcançar no sistema internacional. É, pois, um exercício com significação e alcance políticos concretos.

A avaliação do trabalho da diplomacia não é simples. Não temos as vantagens — ou desvantagens — de um economista ou de um advogado que, na direção clara dos números ou na sentença definitiva de um tribunal, podem medir o que fizeram e conseguiram. O trabalho diplomático se insere nas continuidades e fraturas do processo histórico. Procura, assim, pontos de equilíbrio entre a consistência e a inovação. A firmeza na defesa dos princípios deve ser acompanhada por sua aplicação inteligente

e adequada à realidade, que permita adaptar o curso da diplomacia à evolução e às variações da conjuntura. As pressões do cotidiano devem ser vistas e analisadas no quadro do que é de longo prazo ou permanente; os laços que tecemos com os demais países devem ter sólido apoio, que ultrapassem êxitos momentâneos. Os desafios e as crises não podem ser respondidos com paixão ou em obediência a inclinações personalistas, mas com cálculo frio e sereno do que é a melhor e mais permanente solução para os interesses do país.

Consistência, abrangência e inovação; indeclinável defesa do que é permanente e efetivamente nacional na projeção de nossos interesses no sistema internacional; fidelidade ao que somos como povo são os critérios pelos quais nos pautamos. São critérios que recolhem uma tradição mais que secular de comportamento diplomático brasileiro, e que procuramos modernizar para atender a uma conjuntura internacional adversa. Impusemo-nos os mais altos critérios de avaliação porque só assim responderíamos fielmente ao que a sociedade brasileira espera do Itamaraty. E os impusemos também porque, nos últimos quarenta anos, nunca enfrentou o sistema internacional período tão duramente marcado por crises e dificuldades, as quais nos atingiram diretamente.

Vou falar-lhes, portanto, de um tempo de tons sombrios e de escassa esperança. Um tempo de sóbria e realista luta em que os avanços e conquistas foram obtidos em atmosfera internacional tensa, em que países como o Brasil têm de esforçar-se cada vez mais para abrir espaços.

ESTRUTURA INTERNACIONAL: A PERSPECTIVA BRASILEIRA

Ao olharmos para a evolução da situação internacional nos últimos cinco anos, a conclusão é clara: é notória a deterioração da estrutura política e econômica do sistema internacional. As formas de tensão política e economia dominam o quadro de convi-

vência internacional e constituem a moldura dentro da qual construímos a política externa brasileira. Determinar os efeitos que a deterioração tem sobre as opções e soluções diplomáticas é, então, nosso primeiro objetivo. Desde já, um dos efeitos evidentes é o de que as estruturas internacionais acomodam mal ou não acomodam os anseios dos povos e países em desenvolvimento, como o Brasil. A crise significa, para nós, frustração, dificuldades crescentes.

No plano político, o fenômeno central é a "rebipolarização". Lembro que, na conferência que aqui fiz em 1979, podia analisar as linhas de conflito Leste-Oeste a partir da idéia de **détente**. A **détente** era, então, uma possibilidade de convivência. Mostrávamos que, como se desenvolvia, a convivência "distendida" trazia a marca da precariedade. Significava, a rigor, uma espécie de aceitação de convívio "minimalista" que, a qualquer momento, poderia ser revertido. Infelizmente, tínhamos razão. A **détente**, porém, não cumpriu nem o mais mínimo de seus mínimos objetivos, que era o de dar uma medida de controle a auto-restrição (ou restrição mútua) na condução da disputa estratégica.

Hoje, fala-se em **détente** em aulas de história, mas não em análises de conjuntura ou nas reuniões das equipes de planejamento político das diferentes Chancelarias. A "rebipolarização", ou seja, o reforço dos aspectos conflitivos das disputas Leste-Oeste, e crise são os temas normais para quem analisa os últimos cinco anos. Em 1980, na palestra que aqui fiz, o exame da conjuntura se iniciava justamente por uma lista, longa, de focos de tensão no sistema internacional. Em fins de 1979 dera-se a invasão do Afeganistão. A dificuldade de conviver num sistema em que as regras de poder imperavam ficava, então, patente.

A "rebipolarização" tem duas manifestações principais. Em nível global, aumenta a temperatura retórica no diálogo entre as

Superpotências; a conduta dos demais atores do sistema internacional passa a ser julgada não pelos critérios do interesse validamente perseguido, mas pela fidelidade às supostas determinações ideológicas ou estratégicas. E quem determina o que é “correto” são as Superpotências. Em consequência, prevalecem os temas estratégicos na agenda internacional que se amesquinha, se reduz ao que convém ao jogo das Potências. Ainda que precariamente, na década de 70, em que existe boa medida de distensão e presença mais atuante dos países em desenvolvimento no cenário internacional, a agenda está aberta: multiplicam-se os temas que avançam de forma positiva para o futuro da humanidade. Ainda que tênues, desenhavam-se projetos comuns de convivência internacional para superar problemas como a questão da habitação, o crescimento populacional e a deterioração ecológica, para não falar da ampla temática Norte-Sul. Escassos foram os resultados, as reuniões se modelavam em disputas de poder, a crise econômica já se desenhava, mas havia, ainda assim, o vago sentido de que se trabalhava em comum, que havia uma agenda que a todos interessava. Hoje, a reversão desse processo é nítida. Exacerba-se a disputa retórica; a preocupação em gerir crises passa a monopolizar as energias diplomáticas; a corrida armamentista se acelera e se torna o ponto focal da agenda, que simplesmente admite mal questões “paralelas”, dada a profundidade da crise central. Ou melhor: só se abrem espaços à custa de esforços enormes, e, se existe um elo que articule a política dos países, como o Brasil, que não podem aceitar essa situação, será justamente este, o de tentar, sistematicamente, trabalhar pela paz na atmosfera de crise. Lutar para demonstrar a necessidade de cooperação, onde domina a perspectiva de conflito.

A segunda principal expressão da “rebipolarização” é a resistência das crises regionais a encaminhamentos diplomáticos. As crises regionais pontuaram a vida internacional no pós-guerra. Suas origens são variadas e, em regra, encontram-se em situações estruturais. Algumas, como a da Coreia e a do

Vietnam, são verdadeiros legados da II Guerra. Há crises tipicamente internacionais, que nascem de disputas por fronteiras e territórios. O dado estrutural — que se não é novo, adquiriu contornos nítidos nos últimos anos — é o fato de que a “rebipolarização” conforma os processos regionais. Não os faz nascer, é claro; mas os agrava, engendra resistências a que sejam encaminhados. Mais do que isto: obscurece o fato regional de tal forma que passa a ser visto como uma pedra num tabuleiro de xadrez global em que só existem dois lados. Disputas, às vezes seculares, são reduzidas a um jogo de perde/ganha estratégico. A fragilidade natural das instituições dos países do Terceiro Mundo, palco das crises regionais contemporâneas, dá espaço à penetração e à interferência ostensiva ou sub-reptícia. Na luta, a busca de vantagens imediatas pelos contendores maximiza as oportunidades de presença e interferência das Superpotências, o que abre uma espiral que a comunidade internacional ainda não aprendeu a controlar. As Nações Unidas, os organismos regionais, os grupos **ad hoc**, tudo parece impotente para solucionar diplomaticamente disputas e conflitos regionais, embora possa ter havido alguns poucos ganhos e avanços.

A matéria econômica, como dimensão da crise internacional, sempre preocupou o Itamaraty. Volto ao que dizia em 1979 sobre a dissonância entre os movimentos da economia e a precariedade das articulações institucionais. A propósito, afirmava que as tendências protecionistas, a instabilidade cambial, a oligarquização dos foros decisórios são a antítese do que preconizam os países em desenvolvimento e que podem levar a uma organização mais justa e racional do sistema econômico internacional. Nossos diagnósticos traduziam percepções que vinham de mais de vinte anos de negociações internacionais, nas quais os países em desenvolvimento propuseram um sem-número de vezes, através de um sem-número de fórmulas, a necessidade de que a ordem econômica se renovasse, justamente para acomodar situações de países em fa-

se de transição e a presença dos novos países ou egressos da descolonização, e dar sentido mais justo, equilibrado e previsível ao processo econômico internacional. Não atribuo a crise que agora enfrentamos ao insucesso na ordenação da economia mundial, do ponto de vista das reivindicações dos países em desenvolvimento. Se, porém, tivéssemos dado passos adiante na constituição de uma nova ordem, os impactos e a violência da crise atual poderiam ter sido atenuados mais facilmente. Estamos diante de crise inédita; não penso que seja solucionável somente se levarmos em conta as suas manifestações contábeis. Estas são um sintoma de males mais profundos que precisam ser atacados com urgência. Não iremos superá-los se persistirem em alguns dos principais países desenvolvidos posições defensivas, voltadas para vantagens de curto prazo.

Em suma, a estrutura que herdamos da II Guerra se mostra insuficiente para lidar com os problemas contemporâneos. O bipolarismo gera tensões; os mecanismos de solução pacífica de controvérsias, globais e regionais, estão desprestigiados; as instituições montadas em Bretton Woods cumpriram o seu ciclo e não se adaptaram aos novos desafios. Neste contexto, sublinho que os efeitos da crise são diferenciadamente sentidos. Para as Superpotências, a exacerbção das tensões Leste-Oeste pode significar a recuperação de modalidades de hegemonia e controle, que, para o Terceiro Mundo, representam a perda de espaço para manobra política. No contexto da crise econômica, há setores nos países industrializados que ganham, com as dificuldades, ao menos vantagens de curto prazo. Para nós, países em desenvolvimento, a crise só tem perdedores. Mais amplamente, há nações desenvolvidas que podem, com a crise, melhorar sua posição relativa na economia mundial. Por tudo isto, pela diferenciação profunda de percepções, acredito que os países politicamente fracos e economicamente vulneráveis são os que têm melhores condições para criticar o sistema, apontar

seus impasses e estrangulamentos, e indicar saídas negociadas. Não nos falta visão crítica; não nos faltam diagnósticos claros; não nos faltam lideranças capazes; não nos falta a disposição de negociar de boa fé. Razões objetivas, contudo, nos negam condições de impor soluções. Para nós, a diplomacia é a escolha natural dentre os instrumentos de convivência internacional. Podemos afirmar a nossa capacidade de sugerir mudanças e soluções também porque tem faltado a liderança dos Grandes. Uma das questões centrais de nosso tempo, vista pelo ângulo das relações internacionais, é que as Potências perderam, exatamente porque abusaram da propaganda político-ideológica, do poder econômico e da força militar, condições de legítima influência. De outro lado, a dissonância entre ordem e poder, como bem apontou um internacionalista brasileiro, se manifesta também na medida em que a realidade internacional se tornou extremamente complexa, refratária à imposição de uma ordem que reflita estritamente o bipolarismo ou uma duvidosa ortodoxia liberal.

Se a situação de crise leva a diagnóstico sombrio, a atitude diplomática brasileira não pode ser a de desânimo. Por limitados que sejam os nossos instrumentos e discreta que seja a presença internacional do Brasil, não é hora de nos omitirmos. A crise se manifesta, também, como se viu, pela falência de lideranças, pela falência de um tipo de ordem que tinha o poder como base. Daí, a importância de que, a partir de ações maduramente concertadas, sem alimentar ilusões de liderança, países como o Brasil assumam um papel positivo no encaminhamento de tantas dificuldades e impasses.

CONJUNTURA INTERNACIONAL NOS ÚLTIMOS ANOS: A PERSPECTIVA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Num quadro estrutural em que se reproduzem o conflito e a tensão, a análise dos temas conjunturais não será alentadora. Ao

contrário, será expressão e sintoma do movimento das "forças profundas" do processo internacional. Não farei, agora, uma análise ampla e detalhada da evolução da conjuntura nestes últimos cinco anos. As conferências que aqui realizei fornecem indicações suficientes sobre as suas etapas principais e não valeria a pena retomá-las. Certos fatos e elementos, contudo, devem ser recordados para que fique claro o tipo de desafio que a diplomacia enfrentou nessa fase.

A primeira das questões conjunturais está ligada às variações e contingências das disputas entre as Superpotências. Chamaria a atenção, no contexto, para dois fenômenos. Em primeiro lugar, a dificuldade de que se consigam avanços mínimos no quadro das negociações sobre controle de armamentos nucleares. É sintomático que o período tenha começado com o impasse no processo da ratificação do SALT-II e que vivamos perigoso ciclo de impasse nas negociações sobre armas estratégicas e armas de alcance intermediário (START e INF). A falta de entendimento nesta área, além de denunciar os desajustes globais e de difundir os mecanismos de tensão por todo o sistema, tem a agravante de engendrar tendências perturbadoras. Por exemplo, a proposta de novos estágios na corrida armamentista, como o da nuclearização do espaço, que trazem riscos inéditos de desestabilização e destróem o que parecia ser o "racional" no procedimento de dissuasão. Até por mera constatação estatística, mais armas, em ponto maior de sofisticação, mais exacerbação retórica, maior dureza no tratamento do adversário, não podem resultar, politicamente, em mais segurança. A dialética da retórica que se eleva e da construção de novos engenhos de guerra leva a que praticamente se entrem os caminhos da negociação. São criadas pré-condições, que mais atendem a jogos ideológicos do que a objetivos negociadores razoáveis, de tal sorte que negociar, barganhar, ceder, passa a ser visto como falta de firmeza. Num segundo plano, observamos, no desenvolvimento da conjuntura, que os processos internos, tanto na URSS quanto nos EUA, não parecem

favorecer as soluções de distensão, de relaxamento de tensões. Ao contrário, parecem ser coisa do passado aquelas teorias que previam a acomodação pragmática dos sistemas antagonônicos, em padrões "sadios" de competição e convivência. O fato é que, aparentemente, o panorama das forças internas parece indicar que não há boa solução diplomática fora daquelas que preconizam os tratamentos "duros", de pressão e força.

Não será fácil e imediato o processo de acomodação Leste-Oeste. Existe conflito real; os antagonismos são objetivos; a tensão não é gratuita. E, no contexto de um agravamento da situação que levasse a uma conflagração geral, nossas opções nacionais seriam claras. O que nos preocupa, contudo, é que, diante da ameaça nuclear, não vemos sinais claros de tentativas de flexibilizar posições, de imaginar efetivas soluções de transação, de recuperar a diplomacia. Como os sinais vão no sentido contrário, o andamento do sistema internacional passa a ser regulado pelo clima global de tensão. Cada crise regional é impregnada de motivações ideológicas, cada ator funciona, como disse, da mesma forma que as peças de um tabuleiro de xadrez.

Na verdade, o período pode ser caracterizado, do ângulo das crises regionais, como um tempo de impasse e agravamento. Se houve soluções, foram escassas em número e limitadas no alcance; e, em muitos casos, as crises adquiriram feições novas, mais profundas. Novos pontos de conflito surgiram, como no Afeganistão, na guerra Irã-Iraque, nas Malvinas.

A crise centro-americana se acelera e se aprofunda, depois da queda de Somoza, em 1979. Seus componentes — temos dito em variadas ocasiões — têm feições estruturais. Combinam a persistência de desigualdades sociais, estruturas autoritárias, dependência externa, instabilidade institucional. São fatores que tornam mais frágeis os países e favorecem, conseqüentemente, formas de interferência externa aberta ou subterrânea.

Comparada com o fim dos 70, a crise tem dimensões graves, havendo claros pontos de impasse: a expansão dos movimentos de guerrilha; os crescentes atritos entre o Governo sandinista e seus vizinhos; armamentismo; dificuldades de fronteiras; divergências ideológicas; a presença militar como instrumento de pressão; as formas de apoio externo a movimentos insurrecionais. São fatores que não facilitam soluções de curto prazo, por maiores que sejam os esforços do Grupo de Contadora, os quais continuamos a apoiar em sua busca de saídas diplomáticas equitativas e legítimas para as disputas centro-americanas.

Na América do Sul, a persistência dos contenciosos de fronteira foi o sinal mais evidente de dificuldades, pequeno diante do quadro global. Faz exceção a trágica guerra das Malvinas. Em termos gerais, somos, entretanto, no quadro internacional — do ponto de vista da questão de segurança — um subcontinente privilegiado.

Outro cenário em que a situação de crise se agrava é do Oriente Médio. Não preciso descrever os diversos momentos de tensão alta: o bombardeio da usina nuclear iraquiana, as tentativas de implantação israelense em territórios conquistados pela força, a unificação de Jerusalém, a invasão do Líbano e a guerra Irã-Iraque. Contra esse pano de fundo, foram apresentados, nos últimos anos, planos e propostas de paz, que tinham a perspectiva de abrir negociações férteis sobre as intrincadas questões que a crise do Oriente Médio enfeixa. Mas, a intransigência e as soluções violentas prevaleceram. As forças de moderação ficaram acudadas e perderam espaço.

O rosário de crises afeta outros cenários regionais. Na África Meridional, há alguns avanços significativos, e o mais importante é a independência do Zimbábue. As acomodações entre a República Sul-Africana, de um lado, e Angola e Moçambique, de outro, podem ser anotadas, embora ainda signifiquem pouco diante do complexo pano-

rama regional, profundamente marcado pelo sistema de discriminação racial do **apartheid** e pela constante obstrução do processo de independência da Namíbia. A situação do Saara Ocidental evolui com dificuldades; a questão do Chade abre outro flanco de crises num continente atormentado pela mais aguda das dificuldades econômicas. A questão da Etiópia/Somália persiste.

O Sudeste da Ásia continua a ser palco de ações bélicas; a situação do Afeganistão, condenada pela comunidade internacional, não evolui, e não vemos abertos caminhos de negociação. Na Europa, além das questões estratégicas, abrem-se processos de cuidadoso ajustamento no mundo socialista, muitas vezes refreados.

As dificuldades no plano global e no plano regional revelam também uma verdadeira e profunda crise do multilateralismo. Suas raízes não são novas. Praticamente, coincidem com o nascimento do sistema da ONU. As Nações Unidas nasceram para conter e encaminhar disputas isoladas entre Estados nacionais. A confrontação dos blocos de poder, que não aceitam as formas parlamentares como mecanismo de limitar suas ações, leva à utilização sistemática do mecanismo do veto e à virtual paralisia da Organização. De alguma forma, por mais que os países em desenvolvimento mostrassem a gravidade do abandono do multilateralismo, a comunidade internacional se acostumou a que, no universo das questões políticas e de segurança, a ONU se tenha transformado "com excessiva frequência, em palco de confrontações estéreis", como apontava o Presidente Figueiredo em seu discurso perante a Assembléia Geral.

Não aceitamos essa tendência, verdadeiro passo atrás nas formas de convivência internacional, mas é um dado a partir do qual se desenha a crise do multilateralismo. Infelizmente, ela não para aí. Estão fora das Nações Unidas as negociações cruciais sobre controle de armamentos nucleares; praticamente, as crises regionais induziram a criação de mecanismos **ad hoc**, com resultados

vários, e as Nações Unidas passam a funcionar como distante e tênue véu legitimador de posições, sistematicamente desrespeitadas por quem tem força (os exemplos da Namíbia e do Oriente Médio são claros). As reivindicações dos países em desenvolvimento com vistas a promover mudanças no sistema econômico internacional não encontram modos de materializar-se nos foros multilaterais das Nações Unidas. O dado novo, e que se desenha com trágica nitidez nos últimos anos é a síndrome do “desprezo do multilateralismo”. Bem ou mal, as Superpotências, sobretudo em matéria especializada, prestavam seus tributos ao multilateralismo e discussões significativas se produziam; em um ou outro ponto, registravam-se avanços. Ora, quando se fortalecem as razões do realismo político, desaparece o respeito pelo debate parlamentar, e o papel dos foros multilaterais é minimizado. Os exemplos mais flagrantes dessa atitude são, além do que se passa na área do comércio e do desenvolvimento, a recusa dos EUA em assinar a convenção do Direito do Mar, talvez um dos mais admiráveis trabalhos da diplomacia parlamentar no pós-guerra, e, agora, a ameaça de alguns países ocidentais em se retirarem da UNESCO. Neste caso, não quero discutir o mérito ou substância das críticas que se fazem ao organismo; algumas serão corretas. Mas não se trata de fazer uma avaliação escolar de um organismo que tem, evidentemente, defeitos e virtudes.

As mesmas preocupações se aplicam, **mutatis mutandis**, à atuação dos países socialistas nas Nações Unidas. Rigidamente organizados em bloco, aparentam às vezes ter preocupações propagandistas e instrumentais no plano multilateral, faltando-lhes o ânimo efetivamente negociador, enquanto lhes sobram os argumentos da retórica.

O multilateralismo, porém, se sustenta no diálogo entre Estados que serão diferentes em termos de poder, de ideologia, de política, e requer, é bem verdade, racionalidade e equilíbrio não apenas dos grandes, senão

também dos mais fracos. Como as diferenças são significativas no universo internacional, o diálogo é naturalmente demarcado por empecilhos e desconfiança. Mas, recusar a participação neste ou naquele organismo, por melhores que sejam as motivações concretas, prejudica o objetivo maior de tentar organizar, de forma mais justa e equilibrada, o sistema de nações.

A crise do multilateralismo tem outras dimensões. As resoluções se multiplicam, repetitivas e retóricas; proposições grandiloquentes perdem força política; faixas de convergência entre os diversos Grupos regionais foram perdidas, diante de questões imediatas. O multilateralismo perde força e direção, o que coloca na ordem do dia a própria questão do destino dos organismos multilaterais na conjuntura conturbada em que vivemos.

A última dimensão da crise é a econômica. Também se comparármos o panorama em fins dos anos 70 com os dias de hoje, definimos com facilidade o processo de deterioração do relacionamento internacional. O comércio perde dinamismo; regredem os fluxos financeiros e de investimento para o Terceiro Mundo; aumenta o protecionismo; abandonam-se as tentativas de tratamento global da crise. A violência do aumento da taxa de juros marca claramente o que aconteceu. Não preciso lembrar os custos sociais da crise para os países em desenvolvimento, para o Brasil em particular. Registra-se um doloroso processo de bloqueio de expectativas de desenvolvimento e progresso. Cada um de nós sabe que a recuperação passa por imensos sacrifícios, cujos resultados ainda mal vislumbramos. Voltarei ao tema mais adiante, em capítulo próprio, procurando mostrar que um dos novos dados da realidade é justamente o fato de que, no último ano, na América Latina, tenta-se dar substância política ao processo de negociação econômica e à questão da dívida externa.

A DEFINIÇÃO DAS RESPOSTAS BRASILEIRAS: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

Atuamos, nos últimos anos, em um panorama de crise. Em dois sentidos. Em primeiro lugar, crise significou o agravamento de defeitos estruturais do sistema. Assim, no plano político, os mecanismos de ordem funcionaram mal, e a instabilidade no sistema aumentou. O bipolarismo foi reforçado, diminuiu o espaço para as ações criativas, já que as diplomacias estão paralisadas. No plano econômico, as interações internacionais que deviam prometer oportunidades para a criação de riquezas se convertem em fonte de constrangimento e dificuldades. Em suma, desenha-se, na política, a síndrome da precariedade da ordem internacional que nos obriga, a cada momento, a resgatar as condições mínimas de convivência internacional; no plano econômico, a síndrome da reversão de expectativas, com um sistema que funciona contra o que se espera dele. Há um segundo sentido para crise, ligado a situações em que a tensão se transforma em conflito, ou em que o conflito se prolonga. Várias delas no período tiveram impacto imediato sobre o Brasil.

Revedo os últimos anos de ação diplomática, uma das indagações centrais da política externa brasileira foi como responder à crise, a partir de que princípios e posições? Que fatores considerar? Que instrumentos usar? Como isolar relações externas significativas do impacto da crise? Passo agora a examinar essas questões, começando pelos fundamentos e princípios da ação brasileira. Numa segunda etapa, apresentaria algumas das linhas de ação específica que substanciariam tais princípios.

Temos de partir, em qualquer expressão de nossa presença internacional, de uma compreensão do que somos. Não há outra linha mestra para a construção diplomática do que a da autenticidade nacional. E a autenticidade deve ser definida a partir de elementos essenciais, permanentes, não de re-

flexos de circunstâncias de momento. A autenticidade não pode ser definida se tomamos em conta apenas parcelas da nacionalidade. É fundamental que aceitemos o País como ele é, com suas realizações e contradições, com suas virtudes e defeitos, limitações e potencialidades. Autenticidade se projeta no tempo. Não é só a necessidade presente; incorpora tradição e projeto, história e destino.

Não tocaria, aqui, em todos os aspectos que definem a autenticidade nacional. Somos um País complexo, de dimensões por vezes contraditórias. Temos de considerar que pertencemos, dentro da América Latina, aos cenários atlântico, platino, amazônico; que temos fortes raízes africanas que influem na definição da nacionalidade; somos um País que recebeu imigrantes dos mais variados cantos da Terra. Somos um País que não pertence exclusivamente nem ao Terceiro Mundo nem ao Ocidente, embora participe de ambos. É esta uma dicotomia que foi cuidadosamente elaborada neste período em numerosos textos e apresentações. É esta uma dicotomia central para a compreensão do processo diplomático brasileiro, já que permite entender a realidade e os valores que determinam opções e caminhos da diplomacia brasileira. Somos, finalmente, um país afeito à diplomacia e ao processo de soluções pacíficas de controvérsias, pois não tem sido outra a nossa tradição. Nossa política externa tem um estilo moderado, equilibrado, que combina dimensões realistas com vontade de transformação: não renunciamos ao nobre esforço de transformar e aperfeiçoar a ordem internacional, mas passamos da fase das expectativas utópicas.

É a partir do que chamo “autenticidade nacional” que se definiram as linhas mestras da ação externa do país. Foram aqui mesmo na Escola expostas em várias oportunidades, mas gostaria de recordá-las de forma sintética.

Em primeiro lugar, a adesão a princípios

básicos da Ética e do Direito ao lado da defesa dos interesses nacionais permanentes. A melhor visão diplomática brasileira tem sido historicamente a defesa irrestrita dos princípios de convivência internacional, como a autodeterminação, a soberania, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias, o respeito aos tratados. Não existem fundamentos melhores que estes para a convivência internacional e, só com o respeito aos princípios, podemos articular a passagem de um mundo regido pelo poder para uma ordem em que a ética e o direito tenham papel fundamental. E, no caso brasileiro, não existem fundamentos melhores para a realização dos interesses nacionais no plano externo. Nossa adesão aos princípios não é retórica; não é artificial. Corresponde, em primeiro lugar, a uma consistente tradição de comportamento internacional. Depois, significa a consciência de que de nosso interesse que tais princípios efetivamente prevaleçam na relação entre Estados. Não encontramos incompatibilidade entre ética e interesse. Em nosso caso, não escolhemos soluções principistas por termos uma alma generosa ou por ingenuidade; não as escolhemos por farisaísmo. As formas mínimas de convivência supõem que palavras e ações se aproximem e que o comportamento dos Estados se torne, em consequência, previsível, confiável. Defender princípios e, quando, unilateralmente, se descobrem ameaças ao "interesse", violá-los, como vimos acontecer freqüentemente, é aceitar o caos como padrão de ordem, o poder como único instrumento de convivência dos Estados, o que na realidade internacional que conhecemos seria prejudicial ao nosso País.

Num segundo ponto da definição das linhas mestras da política externa brasileira, surgem os vetores de ação: o universalismo, a dignidade nacional e a boa convivência. Discuti-os com os Estagiários em minha conferência de 1979. Correspondem a linhas básicas de atuação da diplomacia brasileira, definidas pelo Presidente Figueiredo em seu discurso de posse. Significam uma retoma-

da dos princípios e objetivos permanentes de nossa política externa, renovados, porém, e adaptados à conjuntura difícil que enfrentamos. Significam modernização do trabalho diplomático, lentes novas para ver o mundo e projetar o interesse nacional. Fomos fiéis ao que então se propôs — e aí já se anuncia um primeiro elemento para a construção da confiabilidade internacional do País. O universalismo é, como dizia, a solução necessária para absorvermos o impacto da mundialização do sistema internacional, em que todos os acontecimentos afetam, de uma forma ou outra, a todos os países. A ênfase no universalismo responde à consciência de que a complexidade do quadro internacional e a dificuldade de encontrar opções e caminhos fáceis exigiam o trato mais íntimo e mais abrangente com os inúmeros atores do sistema internacional. Universalismo não é uma aposta na quantidade de contatos, mas tem contornos claramente qualitativos; implica a aceitação de que a construção da ordem internacional se sustenta também na aceitação da diversidade, na busca permanente de conciliação de interesses antagônicos. Penso que cumprimos o objetivo do universalismo. De fato, o período foi marcado por ensaios significativos de abertura e de novos contatos. É importante, aliás, sublinhar que o sentido de abertura começa pelo nosso próprio continente: o Presidente João Figueiredo visitou capitais latino-americanas que nunca antes tinham sido visitadas por Presidentes da República. Mas, houve outros movimentos expressivos, na direção da África, da Ásia e do Oriente Médio. Lembraria não só as visitas presidenciais à China e países africanos, por exemplo, mas as minhas próprias a países como a Tanzânia, a Iugoslávia, a Arábia Saudita, o Iraque, a Índia, o Paquistão. Em todos os momentos, o universalismo foi permeado pela idéia da boa convivência. Poderia mostrar que, em cada uma das etapas da realização do universalismo, a cada encontro bilateral que se desenhou, inédito ou renovado, a cada busca da melhor expressão multilateral, demos passos adiante na realização do interesse nacional. Não me refiro apenas a vantagens concretas

ou objetivas que conquistamos, que existiram e foram significativas. Refiro-me aos ganhos para a estatura internacional do País. Temos perfil internacional de País confiável; temos perfil de País que busca formas e modelos equilibrados de convivência; que busca abrir espaço para o diálogo internacional; que se mostra disposto a lidar diplomaticamente com contenciosos. É sintomático que um dos atos inaugurais da diplomacia do Governo do Presidente Figueiredo tenha sido justamente a solução da controvérsia sobre Itaipu e que outras controvérsias não surgiram no período e nem sequer desconfianças e ressentimentos, apesar de termos enfrentado episódios delicados e situações carregadas de emoções. Quando podemos atuar e quando temos condições para atuar, defendemos invariavelmente formas de distensão. Assim, o terceiro vetor ou comportamento diplomático, a dignidade nacional, não significou simples defesa passiva diante de ameaças e dificuldades. Em nenhum momento, em nenhum gesto, foi colocada, por mínima que fosse, dúvida sobre a forma digna de defesa dos interesses nacionais. Na verdade, a diplomacia brasileira sempre esteve na linha avançada da defesa dos interesses nacionais. Fomos além disto. Dignidade significou, também, uma busca ativa de realizações no sistema internacional que traduzissem nossas aspirações e nossos objetivos.

Ao combinármos os princípios e os vetores da ação externa, definimos os grandes objetivos da política externa brasileira: a diplomacia ao serviço da paz e do desenvolvimento. Distinguiria, em relação à Paz, três atitudes fundamentais: i) a proposta de padrões de comportamento que fortaleçam as bases da paz; ii) a luta pelo desarmamento, especialmente o nuclear; iii) para situações de crise e conflito, a defesa de terapias em que o direito impere sobre a força e a diplomacia crie condições para que as soluções sejam legítimas e perdurem. Essa atitude se reflete, de forma clara e insofismável, em todos os momentos em que fomos chamados a ter atuação mais direta (e, é claro, reflete-se na própria dinâmica de nossas re-

lações bilaterais, hoje caracterizadas pela ausência de contenciosos significativos ou que não estejam enquadrados em processos negociadores). A atuação da diplomacia brasileira nos momentos de tensão entre Peru e Equador, na guerra das Malvinas e em suas seqüelas, no apoio irrestrito ao Grupo de Contadora demonstra a coerência de nossos propósitos e nossa disposição de atuar quando podemos e quando nossa contribuição pode ser positiva.

Os objetivos de desenvolvimento e progresso do povo brasileiro são os objetivos da diplomacia brasileira: nas propostas doutrinárias, nos esforços multilaterais, na promoção do comércio e de serviços na defesa de nossos interesses contra medidas protecionistas. Procuramos sensibilizar para a gravidade da crise econômica internacional. Participamos das tentativas de discutir amplamente o sistema econômico internacional, como na reunião presidencial de Cancún. Abrimos o diálogo para que as formas novas de cooperação econômica prosperassem, como as que correm nas linhas Sul-Sul. Importantes entendimentos foram firmados com os EUA, com a CEE, e com países do Terceiro Mundo. Cooperamos em questões específicas do encaminhamento da dívida externa, e, mais recentemente, procuramos explorar a utilização de mecanismos diplomáticos para demonstrar a necessidade de modelos novos de tratamento da questão. Uma avaliação provisória dirá que tivemos expressivos êxitos na formulação de empreendimentos conjuntos, sucesso parcial na luta contra as tendências protecionistas, e uma imensa frustração no plano multilateral. O esforço novo, que se consubstancia no Consenso de Cartagena, talvez seja um foco multilateral não rotinizado e de vocação negociadora que quebre as perspectivas negativas e que atenda a reivindicações e propostas que constituem hoje a plataforma mínima para a restauração da vida sadia no sistema econômico internacional, mediante o estabelecimento de um diálogo construtivo entre os Governos de países devedores e credores em busca de medidas efetivas para o alívio dos ônus do endivi-

damento e a criação de condições para a retomada do crescimento econômico pelos países endividados.

Faria, ainda, duas ordens de considerações sobre os fundamentos da posição brasileira. Em primeiro lugar, acredito que, de um lado, os princípios e fundamentos que enunciei correspondem à melhor definição do que somos, à melhor pauta para a defesa dos interesses nacionais. Correspondem ao que a nação quer do sistema internacional. Tem raízes históricas e estruturais. Quando dizemos, por exemplo, que somos ao mesmo tempo parte do Terceiro Mundo e do Ocidente — e agimos em conseqüência — estamos reconhecendo valores e realidades permanentes de nosso perfil externo. Esses princípios e fundamentos, porém, conformaram uma ação política que foi sintonizada com a conjuntura interna brasileira. Neste período, o Brasil viveu duas questões centrais: a crise econômica e o processo de abertura democrática. Do ponto de vista da política externa, tínhamos que, em relação à economia, propiciar alternativas, como as que nasceram do aprofundamento dos contatos com o Terceiro Mundo (contatos estes, note-se, que são altamente interessantes para o Brasil do ponto de vista tanto econômico quanto político), defender posições, como as que lançamos em Cartagena, que pudessem trazer benefícios ao processo de retomada do desenvolvimento e organizar, ao mesmo tempo, um diálogo fluido e responsável com os países industrializados. Em relação à política, os avanços democráticos tinham que, inicialmente, ser traduzidos em posições doutrinárias; a idéia democrática se torna, de fato, uma das peças que articula o discurso diplomático brasileiro. De outro lado, o avanço democrático significa abertura de novas direções de diálogo, especialmente no Hemisfério, e que foram exploradas (sempre com a preocupação de não implicar, de forma alguma, interferências na jurisdição interna dos vizinhos). Finalmente, estou certo de que, quando preconizamos pluralismo e tolerância no âmbito externo, estamos atuando harmoniosamente com movimentos na mesma direção

no plano interno e, portanto, facilitando os esforços desenvolvidos pelo Presidente Figueiredo para atender aos reclamos da sociedade brasileira.

A consolidação da democracia muda a face externa do País. Traz ganhos diplomáticos. Reforça as bases internas de nossa política; reforça, conseqüentemente, as nossas posições negociadoras e nossas condições de diálogo internacional. É claro que a dinâmica democrática significa, também, tarefas adicionais para a diplomacia: mais setores se fazem ouvir e apresentam interesses e reivindicações. Significa maior participação no processo de relações exteriores, tanto de parte do Congresso quanto da opinião pública em geral. Vejo esses desenvolvimentos como positivos, desde que ordenados pelos processos democráticos constitucionais. Estamos preparados, enquanto instituição, para mais trabalho e para mais participação. De fato, acredito que, entre os ganhos permanentes da diplomacia do Governo do Presidente Figueiredo, está o amadurecimento da política externa, em termos de conceitos e em termos de atitude. Houve uma preocupação específica do Itamaraty de dar contornos precisos e medidos à linguagem diplomática; a cada movimento, buscou-se a conceituação adequada; os princípios foram apresentados com clareza, seus desdobramentos não foram escamoteados, mas não foram simplificados em sua aplicação, pois não agimos em um mundo abstrato, mas em um mundo real em que as gradações são de essência. De outra parte, houve amadurecimento de atitudes: temos hoje naturalidade no diálogo diplomático, somos capazes de ouvir opiniões discordantes das nossas, rebatendo-as no melhor espírito democrático; utilizamos variados instrumentos nesse exercício: em primeiro lugar, foram as consultas políticas que manteve não só durante encontros bilaterais, mas aproveitando também a oportunidade que a Assembléia Geral das Nações Unidas proporciona (foi, aliás, neste foro, dentre outros, que manteve encontros regulares com o Secretário de Estado dos EUA e ini-

ciei a prática de contatos com o Ministro do Exterior da União Soviética); em segundo lugar, foram as reuniões anuais de planejamento político, que ampliamos e sistematizamos nos últimos cinco anos (foram encontros úteis para apresentar as nossas perspectivas e análises a parceiros importantes, como os EUA, a Alemanha Federal, o Canadá, a Grã-Bretanha e a Argentina, criando espaços e formas novas de entendimento); finalmente, mencionaria a crescente utilização de mecanismos de consulta para discutir a extensa temática das Assembléias Gerais das Nações Unidas, que, a rigor, constituem ocasião para ampla troca de impressões sobre a conjuntura internacional. Em suma, a controvérsia não nos atemoriza, não reduzimos o mundo à dialética simplista do amigo e do inimigo, própria de concepções dogmáticas e esquematizadoras. Aumentamos a capacidade brasileira de distinguir nuances e identificar matizes. Trocamos, também com naturalidade, visitas com lideranças de nações que vêem o universo internacional com olhos diferentes dos nossos, mas com quem podemos encontrar pontos comuns, às vezes em termos de comércio ou de cooperação científica e técnica que podem contribuir para melhor entendimento entre as nações e para o benefício mútuo. Com países amigos da América Latina, as oportunidades são freqüentes e o descontraimento e a confiança nos levam, muitas vezes, à troca de informações e ao entendimento pelo telefone.

A DEFINIÇÃO DAS RESPOSTAS BRASILEIRAS: LINHAS DE AÇÃO

Quando passamos da apresentação dos princípios para a definição das linhas de ação externa, temos de considerar, de imediato, dois fatores:

- (i) o sistema internacional, em seus movimentos de tensão e distensão, em seus movimentos de retração econômica, nos afeta profundamente; quando afirmei que o sistema está em crise, defini-

o do ponto de vista brasileiro, e, em geral, dos países do Terceiro Mundo; “sofremos” a tensão político-militar, não a criamos, “sofremos” a alta de taxa de juros, não a estimulamos; “sofremos” com as dificuldades do multilateralismo, sem termos a capacidade de diminuí-las significativamente; e assim por diante;

- (ii) por outro lado, não temos instrumentos suficientes para obter que processos de distensão prevaleçam nas relações Leste-Oeste e nas crises regionais, ou para que se estimule a economia internacional. A contraposição dos dois fatores não traz qualquer novidade, mas leva à definição da atitude diplomática, do estilo de atuação que escolhemos. O que a caracteriza?

Diria, inicialmente, que é a necessidade de uma visão realista e sóbria do sistema internacional. Não podemos fazer política externa que fosse só retórica, enunciasse proposições utópicas que se desmoralizariam diante da inexistência. Também seria contraditório com o que somos entreter sonhos de potência e caminhar as trilhas das tentativas hegemônicas. Não temos instrumentos para tanto, não é nossa índole o expansionismo, nem tampouco o nosso projeto diplomático. Assinalo, de passagem, que, na América Latina, dá-se um fenômeno curioso: éramos supostamente “temidos” enquanto os nossos laços com os vizinhos eram frouxos, de pequena densidade, e as interpretações de nossa conduta externa podiam ser alimentadas por mitologias e mistificações. Hoje, quando a aproximação é maior, quando os laços concretos se ampliam a cada dia, quando o fluxo de visitantes aumenta, a compreensão do Brasil e de sua política externa se torna compatível com a realidade.

Para nós, a coerência entre propósitos e ação e a busca consistente de modalidades de cooperação são nossos verdadeiros instrumentos de fortalecimento de presença

internacional. Para influenciar positivamente os acontecimentos, nosso melhor trunfo é a criação da confiança, não a pressão e a força. Importantíssimo é, também, o trabalho de criar, com nossos parceiros, padrões novos de relacionamento.

Tocaria, agora em alguns aspectos das crises de natureza política. Já apresentei os princípios que orientaram a definição de posições e ações específicas. Não escolhemos, porém, o absolutismo abstrato dos princípios, mas procuramos aproximar a prática diplomática a eles tanto quanto politicamente possível. Daí o fato de que, em relação a certos acontecimentos regionais, fomos muito mais ativos do que em relação a outros, mais distantes ou em relação aos quais nossa influência seria nula. Não vou rerepresentar nossa posição nas questões do Oriente Médio, da África Austral, da América Central, das Malvinas. Mas chamaria atenção para alguns aspectos que têm de ver com a maneira brasileira de lidar com esses problemas, tais como:

- (i) apresentamos posições de princípios na medida em que representavam claramente a melhor e mais coerente afirmação do direito internacional;
- (ii) defendemos as posições de princípio porque se sustentavam, também, em bases políticas legítimas, retratadas, em regra, pelo consenso da comunidade internacional;
- (iii) as posições que defendemos, exatamente porque traduziam aspirações legítimas, são as que prometem o melhor caminho para paz duradoura nas diferentes regiões;
- (iv) tivemos o cuidado de modular as nossas relações bilaterais de acordo com as posições de princípio;
- (v) não tivemos nenhum gesto que, em qualquer das crises regionais, representasse agravamento da situação. Agimos com clareza e, se examinarmos a atitude

de brasileira, em relação à África Austral ou Oriente Médio, não acredito, por exemplo, que, salvo os que têm interesse específico, neguem que o melhor caminho para a independência da Namíbia é o cumprimento da Resolução 435; neguem que uma solução durável para a intrincada questão do Oriente Médio passa pela devolução dos territórios ocupados por Israel e pela autodeterminação palestina. É lógico que não podemos influir decisivamente no resultado e no encaminhamento das questões. Às vezes, sequer as Superpotências o conseguem. Fomos, todavia, fiéis aos nossos postulados. Ao defendermos as soluções que defendemos, ajudamos a que ganhassem legitimidade e influência política; ao preconizarmos que se isolassem, nos quadros regionais, as formas de tensão, contribuimos, no fundo, para a viabilidade de soluções legítimas e por isso permanentes.

É claro que, em situações de crise em que tínhamos condições mais efetivas de atuar, nossos objetivos de conciliação e harmonização de interesses se evidenciaram. Ao lado de Chile, da Argentina e dos EUA, cumprimos o papel de países amigos na crise entre Peru e Equador, e obtivemos que não escalasse; na trágica guerra das Malvinas, nossa atitude foi sempre a de buscar pontos de encontro em conflito de países amigos, atitude que continua, agora, quando, com o Governo suíço, voltamos a participar de esforços de conciliação entre a Argentina e a Grã-Bretanha.

A segunda dimensão de ação estava ligada à realização dos vetores do universalismo e da boa convivência. São sustentáculos da política de paz e desenvolvimento que adotamos. Para realizá-los, havia duas condições. A primeira envolvia o próprio prestígio de nossa ação diplomática, a partir de suas raízes nacionais. A segunda seria a de implementar uma ação externa tal que a trajetória de criação de confiabilidade internacional fosse indisputada.

Não farei, agora, avaliações subjetivas, mas creio que a condição do prestígio diplomático foi alcançada plenamente no período. Vejo sinais claros, e um dos mais significativos é o consenso que se forma em torno das linhas mestras da política externa, tanto na opinião pública quanto em nossos meios políticos. Um dos elementos expressivos desse consenso é o apoio, praticamente unânime, das correntes políticas às orientações centrais do trabalho diplomático. Houve críticas, em regra torneadas por sinceras preocupações. Respeitamo-las invariavelmente, mas ficaram, em sua maioria, restritas a círculo de expressão limitada. Não acredito que tenham criado raízes sólidas. Para um país que não tem excedentes de poder, o consenso e unidade na defesa do interesse nacional se tornam a sua força. A unidade moral de propósitos — não imposta, mas tecida democraticamente — é matriz sólida de realização de nossos objetivos.

Nada simboliza melhor a unidade de propósitos que o fato de ter-se o Presidente Figueiredo engajado pessoalmente no trabalho diplomático. Não apenas como formulador e responsável, em última instância, pelas diretrizes e planos de ação, mas como participante ativo do processo diplomático. As viagens que fez e as visitas que recebeu desempenham papel estratégico na definição da presença internacional do País. Significam que os compromissos brasileiros adquirem solenidade e força ainda maiores. O desenho de nossos objetivos se torna ainda mais claro porque, a cada passo de sua realização, a chancela presidencial se impõe. Os ganhos diplomáticos foram expressivos. A agilidade do diálogo que hoje mantemos com os nossos vizinhos latino-americanos, por exemplo, é sem dúvida um dos resultados palpáveis e permanentes do engajamento diplomático do Presidente João Figueiredo. A confiança que conseguimos, tanto nas Américas quanto com os países do Ocidente desenvolvido, foi reforçada pelos contatos presidenciais. A abertura africana se solidificou com a viagem presidencial à África, assim como a asiática, com suas visi-

tas à China e ao Japão. Em nenhum momento, se fez demagogia para efeitos internos com o que era um esforço de interesse nacional nas relações com outros países.

Como indiquei, a segunda preocupação que se teve ao definir as linhas de ação estava ligada à articulação de instrumentos diplomáticos, multilaterais e bilaterais, adequados aos nossos objetivos. No campo multilateral, diante da crise do multilateralismo, a primeira e necessária atitude é a de prestigiar os foros. Deixar claro que os consideramos como ponte necessária para a construção, mais democrática e justa, da ordem internacional. Um dos momentos altos de nosso esforço de prestigiar o multilateralismo se dá justamente com a presença do Presidente João Figueiredo nas Nações Unidas. Recolhi de seu discurso na ocasião duas importantes conceituações:

... O Brasil reitera seu compromisso de, com os demais países-membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em conclamar todos os Governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientem a nossa Organização.

... É crucial o papel das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Outro exemplo significativo de prestígio que procuramos emprestar ao multilateralismo é a eleição por unanimidade de um brasileiro ilustre, o Embaixador Baena Soares, ao cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. As peculiaridades da OEA, que congrega países com dimensões diversas, embora ligados por fortes tradições, tornam o desafio de renovar a confiança na Organização tarefa de alta magnitude. Tarefa indispensável num momento em que, em todos os planos,

carecemos de mecanismos flexíveis para a superação de controvérsias e dificuldades. Participamos dos ensaios mais significativos de articular ações multilaterais novas que respondessem ao desafio da crise econômica nas reuniões de Cancún e Cartagena. O tema merecerá capítulo próprio, adiante, nesta exposição. No campo multilateral, indicaria que o discurso que acabo de fazer na Conferência de Desarmamento, em Genebra, reafirma a linha continuada de participação ativa do Brasil nos esforços pelo desarmamento.

A diplomacia bilateral deu passos significativos. Já delineei os princípios que a orientaram. Assim, de forma sintética, daria, neste momento, indicações sobre as diretrizes que definiram nossa aproximação com os diversos blocos regionais. Faço a ressalva de que uma das determinações centrais de nossa diplomacia regional é justamente a de não aceitar simplificações que uniformizem os países e os interesses. A diplomacia regional, se parte de conceituações globais, só se realiza através de uma compreensão adequada de cada passo bilateral efetivo. Cada relacionamento deve ser buscado pelo que vale em si, pelo que serve aos interesses do Brasil e de seu parceiro, e não para aplicar equações “globais” de interesses brasileiros. Em cada caso, a densidade e o volume podem variar, conforme as circunstâncias de fato, mas o espírito e a atitude são as mesmas.

Neste sentido, diria que, na América Latina, a diplomacia brasileira buscou três objetivos: o reforço do relacionamento bilateral, sobretudo através de diálogo no mais alto nível, a defesa do descontratamento e das práticas conciliatórias, e, finalmente, a tentativa de explorar mecanismos de ação conjunta. Lembraria, como paradigmas da política externa, a solução do contencioso sobre Itaipu; a ação conjunta em matéria de dívida externa; a implantação de formas de cooperação com o Suriname; o desenvolvimento de contatos com os grandes países do Norte de nosso subcontinente ao nível dos que tradicionalmente mantemos com

os do Sul; a correção e o equilíbrio por todas as partes reconhecidas em difíceis episódios.

Com o Ocidente desenvolvido, construímos novos patamares de diálogo, e aqui, também, o intercâmbio de visitas presidenciais é decisivo. Dois objetivos foram alcançados: as relações são hoje claramente iguais, e conversamos e nos entendemos com nossos parceiros desenvolvidos de forma franca, com base em respeito mútuo, sobre qualquer tema do relacionamento; demos passos adiante significativos no que tange à consulta política, e a troca de informações e diagnósticos se faz sem restrições e com franqueza. Assim, esvaziou-se o conteúdo do relacionamento com as potências ocidentais de qualquer sentido de condescendência, de conselho paternalista. Temos o que dizer e o que contribuir. As linhas de coincidência, que tocam temas essenciais do relacionamento internacional, são apresentadas e discutidas a partir de aceitação de nossos valores e de nossos interesses. Quando há divergências, a disposição para encontrar fórmulas de superá-las é constante.

Em nosso relacionamento com os EUA, cuja importância política e econômica é desnecessário ressaltar, realizamos plenamente esse diálogo, fundado na igualdade e no respeito mútuo. As relações bilaterais ganharam mesmo densidade nova, em boa parte graças ao entendimento que alcançaram, em seus contatos, os Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan. Um dos bons legados do período foi a criação de cinco grupos de trabalho, sobre variada temática, definidos quando da visita do Presidente Reagan ao Brasil, e que serviram a que dessemos sentido mais claro e sistemático a inúmeros aspectos da cooperação bilateral.

O relacionamento com os países africanos ganhou, neste período, qualidades novas. Intensificaram-se, de forma notável, os contatos governamentais e não-governamentais com os nossos vizinhos atlânticos. O conhecimento das diferentes realidades africanas

por brasileiros, e da realidade brasileira por africanos, se aprofunda. Missões técnicas e comerciais se tornam parte do cotidiano do nosso relacionamento. De outra parte, o diálogo político ganha novos contornos e mais profundidade na medida mesma em que a confiança mútua se fortalece. Marco histórico desse processo é a visita do Presidente Figueiredo à África.

Na Ásia, fronteiras novas foram abertas e o relacionamento ultrapassou a "margem japonesa". É bem verdade que as relações com o Japão foram acompanhadas com cuidado e se aprofundaram no período. Mas, o que talvez tenha melhor marcado o período são os passos em direção à China, ao Paquistão, à Índia e aos países da ASEAN. O potencial de intercâmbio econômico, científico e técnico, cultural, com os países asiáticos é imenso: as bases para explorá-los estão lançadas e alguns empreendimentos importantes, especialmente com a China, estão delineados.

Com o Oriente Médio e Norte da África, desenharam-se novas modalidades de aproximação. As ligações, já bem estabelecidas, com vários países da região, ganharam em densidade. Pela primeira vez, um Presidente brasileiro visita países da área, e, em minhas visitas à Arábia Saudita e ao Iraque, inaugurei um tipo de diálogo que espelhava um alto nível de relacionamento.

As relações com os socialistas europeus orientais se centraram na preservação das linhas básicas de cooperação econômica, e no cuidadoso respeito aos princípios de não-ingerência que demarcam todas as formas de intercâmbio que com eles temos. Significativo terá sido o ensaio de novos passos na direção de diálogo político, ainda limitado pela rigidez e ortodoxia das posições socialistas. O sentido de "bloco" do comportamento internacional socialista é notório. De qualquer modo, na medida mesma em que nos estamos tranquilamente convencidos de nossas posições, e confortáveis em matéria de segurança, não vejo por

que não irmos adiante e explorármos novas potencialidades de relacionamento com a Europa Oriental.

O TRATAMENTO DIPLOMÁTICO DA DÍVIDA EXTERNA: POSIÇÕES BRASILEIRAS E O CONSENSO DE CARTAGENA

Como indiquei, um dos traços marcantes da conjuntura, e, mais especialmente, dos últimos doze meses, foi o agravamento da questão da dívida, dramatizada pelo aumento das taxas de juros no mercado internacional, e, de outro lado, como resposta, o início de movimentação diplomática latino-americana que procurava dar tratamento político às questões do endividamento. O processo culminou na Reunião de Cartagena, sobre a qual gostaria de tecer alguns comentários.

A — As Iniciativas Anteriores a Cartagena

A reunião de Cartagena não foi ato isolado, mas a seqüência de iniciativas políticas sobre a questão do endividamento externo, levadas a efeito, nos últimos anos, por países latino-americanos. De fato, a reunião se inseriu no contexto da movimentação que se realiza com vistas a sensibilizar os Governos das nações desenvolvidas para a gravidade da crise econômica internacional, que se traduz em dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento do Continente. Essa movimentação se tem desdobrado em múltiplos foros, tanto de natureza global quanto regional e os de caráter especializado, como o FMI.

O antecedente mais próximo e significativo da ação da América Latina em seu conjunto foi a Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito em janeiro de 1984, da qual resultou a aprovação de Declaração e Plano de Ação, que preconizam maior esforço de cooperação entre os países da região e enunciam parâmetros gerais para orientar os processos de renegociação da dívida por cada país latino-americano.

A reunião de Cartagena está claramente relacionada, em particular, com a ação política brasileira, desenvolvida pessoalmente pelo Presidente João Figueiredo, o qual em seis ocasiões recentes emitiu importantes pronunciamentos sobre questões econômicas internacionais:

- o Discurso à Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 1982;
- a Declaração de Cancún, firmada em conjunto com o Presidente De La Madrid quando da visita presidencial ao México, em abril de 1983;
- a mensagem enviada aos Chefes de Governo dos Sete Grandes, quando da Reunião de Williamsburg, em junho de 1983;
- a Declaração brasileira com expressão de preocupação diante da elevação da taxa de juros, de 9 de maio último;
- a Declaração feita em 19 de maio último, junto com os Presidentes da Argentina, México e Colômbia, de cujos termos decorre a iniciativa de Cartagena;
- a mensagem de sete países latino-americanos aos "Sete Grandes", reunidos em Londres.

A reunião de Cartagena deu, assim, continuidade a um movimento político que vem de antes, e que em seus episódios mais recentes apresentou certas características novas:

- o foco crescente sobre a questão da dívida;
- a conjunção do esforço brasileiro com as posições de outros Chefes de Governo da América Latina;
- a indicação de que existe necessidade de que se criem formas novas de diálogo sobre a dívida, a nível de Governo e a nível de grupos financeiros.

B — O Contexto da Reunião de Cartagena

O desenvolvimento da ação política, que desemboca em Cartagena, deve ser visto em

contexto amplo, tanto econômico quanto político. Alguns elementos centrais para a compreensão do contexto da Reunião podem ser mencionados.

I. A Situação Econômica

A situação econômica apresenta sinais contraditórios. Globalmente, são fatores positivos: a recuperação dos EUA, a redução da inflação no mundo desenvolvido, certa reativação do comércio internacional e a relativa tranquilidade no mercado petrolífero. A tais fatores se contrapõem, contudo, elementos de instabilidade e inquietação, como a impressão de certa precariedade na recuperação norte-americana, a persistência de altos níveis de desemprego, o protecionismo crescente, e o nervosismo nos meios financeiros, em decorrência, em grande parte, de dificuldades enfrentadas internamente nos EUA por alguns grandes bancos. Elemento importante a suscitar dificuldades é, naturalmente, o alto nível das taxas de juros, agravado pelo risco de novas elevações em decorrência do déficit orçamentário dos EUA. Esse panorama se agrava pelos riscos de possível tendência à queda do dólar diante dos inusitados déficits comerciais dos EUA, o que, por sua vez, pode gerar novas pressões altistas sobre a taxa de juros, diante de tentativas de sustentação da moeda norte-americana.

Essa apreciação sumária revela um panorama difícil, pleno de incertezas, e com eventuais conseqüências danosas para o interesse nacional, que podem até prejudicar o êxito do ajuste que vamos conseguindo até hoje. É natural que se procurem, por todos os meios, bloquear as linhas de dificuldades, justificando-se, assim, o movimento político iniciado. As dificuldades exigem "reflexão comum" das partes envolvidas, já que todas, sem exceção, estão ameaçadas, de forma diferenciada, pelo agravamento do processo de crise.

II. O Quadro Político

Como resposta às dificuldades econômicas,

no plano político vem ocorrendo nítida intensificação da interação entre os Governos de países devedores e credores:

- a) os pronunciamentos latino-americanos dos últimos meses tiveram repercussão interna e internacional, e mereceram acolhida positiva em importantes setores dos países credores, como a grande imprensa e mesmo certos meios financeiros;
- b) essa movimentação trouxe à tona com ímpeto a crescente consciência da necessidade de consideração mais ampla e integrada, entre devedores e credores, da problemática da dívida;
- c) as declarações dos Presidentes latino-americanos levaram os "Sete Grandes", mal ou bem, a, pela primeira vez em suas discussões, durante a Cúpula de Londres, privilegiar o problema da dívida e dar alguns sinais positivos, ainda que o tenham feito sem responder plenamente à mensagem.

O fato relevante, de tudo isso, é que, de uma maneira ou de outra, embora os "Sete Grandes" não tenham desde logo aceito engajar-se em um novo tipo de diálogo com os devedores, na prática estão sendo compelidos a pelo menos uma troca implícita de "recados". E, mais, embora reafirmem a validade de sua estratégia, o Comunicado de Londres deixa claro indiretamente que os Governos credores admitem um papel na condução geral do tema, inclusive ao mencionarem seu apoio a reescalamentos plurianuais.

Diversas manifestações emitidas por alguns grandes bancos, somadas ao conteúdo — implícito que seja — das deliberações de Londres deixaram claro, em suma, que há campo para a obtenção de ganhos pelos devedores através de uma atuação conjunta no plano político. Essa percepção é confirmada por variadas fontes, a menos importante das quais não é a grande imprensa internacional, que seguidamente se tem manifestado sobre o assunto, inclusive por meio de editoriais.

C — Os Objetivos da Reunião: Posição Brasileira:

Essencialmente, a Reunião objetivava assegurar a continuidade do processo de atuação política pelos países latino-americanos sobre a questão da dívida.

Os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) na linha da "Declaração dos Quatro" e da Carta aos "Sete Grandes", prosseguir com o esforço de chamamento dos países credores à reflexão e ao diálogo sobre a questão do endividamento latino-americano;
- b) dar, igualmente, seguimento à pressão no que diz respeito às altas taxas de juros;
- c) permitir uma troca de idéias inicial sobre aspectos gerais e parâmetros básicos da questão da dívida;
- d) permitir, igualmente, troca de idéias sobre determinadas ações suscetíveis de serem levadas avante mediante gestões conjuntas junto a setores determinados do lado credor.

A reunião de Cartagena procuraria, sobretudo, assegurar continuidade ao processo político em torno da dívida.

O resultado de levar à constituição de um mecanismo informal de consultas que, sem qualquer burocracia ou rigidez, serviria de moldura para o intercâmbio de idéias e a realização de contatos, onde cabível e necessário, tanto no plano político-diplomático quanto entre setores técnicos. A configuração de semelhante mecanismo será feita com todos os cuidados necessários para deixar claro não se tratar de qualquer iniciativa relacionada com "cartel de devedores" ou esquemas de renegociação coletiva de dívidas.

E — Os Resultados de Cartagena

Importa sublinhar que não houve, em qual-

quer momento, divisão dos participantes em duas correntes, uma moderada e outra radical. Ao contrário, as diferenças de enfoque foram mínimas e o consenso se formou rapidamente, e com evidente solidez. O documento negociado representa efetivamente um alto momento da solidariedade regional e exprime, a nosso ver, sem reservas, a vontade política, amplamente sintonizada, dos países presentes em Cartagena.

Na análise do documento propriamente, é de ressaltar que ele marca o esgotamento da fase declaratória sobre a problemática do endividamento externo, e representa, assim, um importante avanço no processo de atuação política dos países latino-americanos sobre a questão, pois:

a) recolhe de maneira realista, objetiva e pragmática, um conjunto integrado e coerente de princípios políticos e proposições concretas sobre o tema;

b) os princípios políticos expressam com ênfase, mas sem contundência ou acrimônia, a tese básica da necessidade de co-responsabilidade entre devedores e credores na solução da questão do endividamento;

c) as proposições concretas representam um importante avanço ao alinhar, pela primeira vez em documento de caráter político, propostas específicas de medidas voltadas para, entre outras coisas:

- a redução das taxas de juros e outros encargos cobrados aos devedores;
- a adequação do serviço da dívida à capacidade de pagamento de cada país;
- a renegociação a longo prazo;
- a revisão dos critérios de condicionalidade do FMI.

Ademais dos progressos acima resumidos, Cartagena teve como expressivo resultado a clara e forte manifestação da vontade política dos países latino-americanos de continuarem a manter-se em contato, de modo a

poder atuar em conjunto sobre a questão da dívida em seus aspectos gerais. Essa manifestação resultou na decisão de:

a) manter em funcionamento, embora sem criar nova organização ou entidade burocrática, um mecanismo de consulta e seguimento regional para a promoção do diálogo com os Governos de países credores, os organismos financeiros multilaterais e os bancos privados;

b) expressar a conveniência de que os Governos dos países credores celebrem "um encontro" com os Governos latino-americanos para uma "reflexão conjunta sobre os múltiplos aspectos e conseqüências econômicas, sociais e políticas do endividamento, tendo em conta a necessidade de buscar uma solução para a carga excessiva que ele acarreta. . .";

c) realizar em Buenos Aires, antes da próxima Assembléia Anual do FMI—Banco Mundial, nova Reunião para avaliar as opções que derivem de Cartagena.

Em suma, as ações e movimentos no plano político não visam a substituir-se aos entendimentos concretos a cargo das autoridades econômico-financeiras. O que se desejou foi examinar questões atinentes ao contexto econômico global e aos princípios e parâmetros que, explícita ou implicitamente, constituem o quadro geral em que se desenrolam as negociações financeiras concretas, com vistas a tornar esse quadro mais propício à retomada do crescimento dos países em desenvolvimento e à própria expansão da economia internacional, no interesse de todas as Partes.

CONCLUSÕES

Uma diplomacia não deve ser julgada por atos isolados ou avaliações fugazes. A cada movimento e a cada ação, a cada definição doutrinária, é preciso saber se é realmente representativa e se consegue graus de eficácia suficientes. As atividades diplomáticas incorporam valores e interesses. Procuramos fazer a diplomacia necessária ao País,

adequada às circunstâncias de uma conjuntura difícil e, ao mesmo tempo, representativa de nossos valores e de nossa visão de mundo. Não nos permitimos ações gratuitas, destituídas do sentido político de defesa externa do interesse nacional.

No plano da eficácia, procuramos, de um lado, a análise cuidadosa das oportunidades e das possibilidades de projeção dos interesses. Afinamos, neste diapasão, os instrumentos de presença internacional, que compõem, muitas vezes, as orientações do diálogo político. Por exemplo, a promoção comercial se modernizou e proporciona, hoje, informações rápidas e completas, com pleno uso dos mais modernos recursos da informática na mais vasta gama de setores brasileiros com interesses econômicos externos; naqueles países onde cabível e conveniente, tem-se dado apoio político, em todos os níveis, inclusive os mais altos, a operadores brasileiros no comércio de serviços e de bens; neste processo específico, procurou-se atingir mais do que a mera eficácia no atendimento das necessidades empresariais, mas dar sentido plenamente democrático ao diálogo com um dos setores-chave para a construção nacional; a cooperação técnica se expandiu e se tornou um ponto decisivo nas relações que temos com os países em desenvolvimento, já que consolidamos a nossa posição de prestadores de assistência; a difusão cultural, especialmente na América Latina e na África, tem sido instrumento poderoso para criar laços novos com os vizinhos, de forma permanente. Acompanhando o vigor da aproximação com novos parceiros, foram criados departamentos especializados para África, para Ásia e para o Oriente Próximo: a área de ciência e tecnologia e cultural também foi desmembrada, em consonância com as características novas que o setor observou. Estou certo de que muito mais poderemos fazer quando tivermos os recursos correspondentes que, hoje, são necessariamente modestos por motivos notórios que afetam todo o País.

Pessoalmente, acredito no trabalho e na de-

dicação profissional mais do que na sabedoria dos organogramas. Se podemos atingir as metas e objetivos que nos propusemos, certamente o valor pessoal dos funcionários do Itamaraty deve ser reconhecido em primeiro lugar. A complexidade, porém, das tarefas novas exigiu que se fizesse uma reforma de profundidade na estrutura do Ministério, que se mantinha, com pequenas alterações, algumas só de denominação, há mais de vinte anos. No período, as relações internacionais se alteram profundamente, e se altera também, de forma profunda, a própria presença do Brasil no mundo, e a do Itamaraty no cenário da burocracia brasileira. Por que somos um corpo institucional ainda relativamente pequeno, enfrentamos, com soluções razoáveis, dois problemas de organização que emergiram nesse período: a concentração de funções na Secretaria-Geral e no Gabinete e a dificuldade de coordenação de atividades que se multiplicavam a cada dia. Tornou-se, porém, urgente dar resposta institucional adequada e definitiva aos problemas. A chave da solução foi a criação de Subsecretarias, política, econômica, de coordenação e administração, como nível intermediário, porém ágil, coordenado e descentralizante, entre a Secretaria-Geral e os departamentos especializados. Esta modificação não a fiz de afogadilho nem pelo gosto de modelos abstratos ou raciocínios **a priori**, mas induzindo-a de longa vivência, principalmente de quatro anos como Secretário-Geral e mais de cinco como Ministro de Estado. Espero sirva bem a meus sucessores.

Acredito que, desta forma, voltando em certa medida a uma tradição do Itamaraty, que dividia as chefias nas grandes áreas de política, economia e administração, poderemos modernizar a estrutura, dar-lhe mais equilíbrio. As formas de coordenação da atividade diplomática, resposta necessária à complexidade crescente do que fazemos, ficarão bem delineadas, com a comissão geral de coordenação, presidida pelo Secretário-Geral e composta dos Subsecretários, e de comissões setoriais. Haverá também um

Subsecretário voltado permanentemente para essa tarefa. O modelo tem, a meu ver, vários efeitos positivos: permitirá que o Secretário-Geral abandone o trato diário dos assuntos burocráticos e funcione efetivamente como o principal assessor, para os temas de substância, do Ministro de Estado; estará plenamente liberado também para as funções de substituição do Ministro, uma vez que, daqui para a frente, só aumentará a agenda de visitas internacionais; permitirá que se crie uma cadeia de transmissão permanente da sensibilidade e da orientação dos escalões superiores em direção aos departamentos e divisões (o sentido do "colegiado" da orientação, por outro lado, trará benefícios em termos da própria dinâmica de participação no processo decisório); finalmente, sublinharia que o modelo permitirá a **descentralização** das atividades do Ministério, com atribuição maior de responsabilidades às diversas áreas, dado inclusive o nível alto da chefia direta que se instituirá. Em suma, coordenação e descentralização são os conceitos-chave que orientaram a reforma de estrutura. São conceitos que respondem, diretamente, à ampliação e à complexidade crescente das tarefas e funções de uma Chancelaria moderna.

Finalmente, gostaria de reiterar que a necessidade de sermos eficazes nunca obscureceu, para nós, o fato de que, no exterior, defendemos valores e uma visão de mundo. A autenticidade nacional e o sentido de permanência não são escolhas para o diplomata: são requisito essencial de seu trabalho. Assim, na articulação de nossa política externa, procuramos ser fiéis ao que somos. Orgulhamo-nos de uma defesa imaculada do interesse nacional. Procuramos fazer que a atividade diplomática sirva de ponto de união de brasileiros, de coesão política e social, e não a interesses localizados e setoriais. Procuramos que, em cada ação, se respeitem os objetivos de longo prazo, conformados pela perspectiva de paz, desenvolvimento e democracia.

Por tudo que fizemos e por tudo que procuramos fazer, tenho certeza de que a di-

plomacia brasileira foi fiel à nossa história e ao nosso povo, à presente e às gerações futuras.

A DEFINIÇÃO DAS RESPOSTAS BRASILEIRAS: Balanço Sumário de Atividades

Em complemento à exposição sobre as **linhas de ação** da diplomacia brasileira, creio ser útil apresentar um rápido sumário das atividades do Itamaraty nestes últimos cinco anos. Não pretendo realizar um levantamento completo e minucioso do que fizemos. Não se trata de um relatório. Selecionei as áreas geográficas e as áreas funcionais (promoção comercial, cooperação técnica, científica e tecnológica, e difusão cultural), e procurei fazer uma espécie de descrição dos trabalhos dos diversos setores de atividade de nossa diplomacia. Estão, assim, alinhadas, ainda em forma genérica, as principais atividades da política externa brasileira no período.

A distribuição dos temas obedecerá ao seguinte esquema:

1. América Latina
2. Estados Unidos e Canadá
3. Europa Ocidental e Oriental
4. África
5. Oriente Médio e Norte da África
6. Ásia e Oceania
7. Sistema das Nações Unidas
8. Organismos regionais americanos
9. Política econômica:
 - a. política comercial
 - b. produtos de base
 - c. política financeira
 - d. política de energia
 - e. transportes e comunicações
10. Promoção Comercial
11. Cooperação técnica, científica e tecnológica
12. Difusão cultural

LINHAS DE AÇÃO REGIONAL: ATIVIDADES

América Latina

Nos últimos cinco anos, intensificaram-se de forma sem precedentes as relações com a América Latina. A comunidade de interesses básicos em matéria de relações internacionais, a ação conjunta em diversos foros multilaterais e a comunhão de valores e aspirações embasaram o esforço de aproximação do Brasil com os diversos países do Continente, seja para reorientar relacionamentos históricos, como no Prata e Chile, seja para promover um estreitamento substancial com países até então menos densamente vinculados com o Brasil, como os Andinos, e o Suriname e a Guiana, seja para agir, no sentido de conciliação e descontraimento, quando se desenharam crises e tensões.

Para o aprofundamento das relações com a América Latina contribuíram diversos fatores. A solução final da questão do aproveitamento dos rios internacionais, consubstanciada no Acordo Tripartite firmado com a Argentina e o Paraguai em 1979, abriu ao país não apenas a possibilidade de explorar convenientemente o grande potencial das relações com a Argentina, como também liberou a diplomacia brasileira para empreender ações e iniciativas em outras áreas.

A complementaridade existente entre as economias brasileira e das demais nações do Continente abriu perspectivas para o incremento das relações econômicas e comerciais, que cresceram a ritmo acelerado, levando a América Latina, nos anos de 1980 e 1981, a ser, no conjunto, parceiro comercial de importância maior até mesmo que os Estados Unidos, não apenas pelo volume das exportações brasileiras, mas também porque nossa pauta engloba ampla maioria de produtos manufaturados, de alto valor agregado. O nível do comércio decaiu desde então em consequência de crise econômica que afetou gravemente toda a região.

O diálogo político e os entendimentos diplomáticos com os países da área engajaram o Senhor Presidente da República, pessoalmente, em contatos com Chefes de Estado da América Latina. Por primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro visitou a Colômbia, o Peru e a Venezuela. Os Presidentes desses países retribuíram essas históricas visitas, dentro do mesmo clima de intensificação de relações que as guiou. O Presidente da República visitou a Argentina, em 1980, iniciando a série de contatos presidenciais com aquele País após a assinatura do Acordo Tripartite de 1979, e que incluíram a visita a Brasília do Presidente Jorge Videla, em 1980, e encontros de fronteira entre os Presidentes brasileiro e argentino. Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia, na América do Sul, e o México, na América setentrional, completaram a significativa lista de vizinhos latino-americanos que receberam a visita do mandatário brasileiro. Por seu lado, os Presidentes do Equador e da Guiana, em 1982, e o Primeiro-Ministro do Suriname, em 1983, estiveram no Brasil, fechando o conjunto de contatos do mais alto nível com a América do Sul. As visitas do Presidente brasileiro foram retribuídas pelos Presidentes do México, da Argentina, da Colômbia, da Venezuela, do Paraguai, do Uruguai e do Peru.

A intimidade dos contatos em nível de Chefes de Estado extravasou para outros níveis, notadamente o ministerial, tornando extremamente fluidos o diálogo e a capacidade de consulta recíproca em momentos importantes da conjuntura internacional ou em questões relevantes que envolviam o interesse de nossos países. Os contatos entre os titulares das Chancelarias do Brasil e dos demais países do Continente foram frequentes, assumindo diversas formas, como visitas oficiais, visitas de trabalho e encontros à margem de reuniões multilaterais.

Essa fluidez de contatos permitiu ao Brasil acompanhar de perto, e com grande flexibilidade, crises e problemas que marcaram a vida do Continente nestes anos. A possibilidade de coordenação estabeleceu-se ampla-

mente no nível político, por meio de consultas freqüentes em torno de determinados problemas — o recrudescimento da tensão Peru—Equador, em 1981, a guerra no Atlântico Sul, em 1982, a crise centro-americana, a partir de 1979 — e alcançou o âmbito econômico-financeiro, com o crescente intercâmbio de opiniões entre os países latino-americanos em função do problema comum da dívida externa e da necessidade de se retomarem os níveis de desenvolvimento registrados em anos anteriores.

Esse descontraimento das relações com o Continente latino-americano teve, no âmbito bilateral, realizações concretas, apesar de, a partir de 1981, se terem multiplicado, com a crise econômico-financeira, as dificuldades para o investimento em obras comuns. Nunca antes foi tão intenso o intercâmbio bilateral com diversos países latino-americanos. Mesmo o quadro presente de crise, que afetou sensivelmente esse intercâmbio, não parece capaz de inverter a tendência destes últimos anos. Criaram-se interesses recíprocos consideráveis e, de lado a lado, esse intercâmbio aparece como uma realidade palpável, que se ramifica na paulatina intensificação da cooperação nos âmbitos cultural, técnico-científico e de formação de recursos humanos, todas elas áreas que tendem a assegurar a continuidade de relacionamento.

Descontraimento, confiança mútua, ação conjunta, reforço do relacionamento bilateral com parceiros tradicionais e com novos parceiros: tal é a dimensão múltipla que o Brasil conseguiu dar à sua interação com a América Latina, de forma a fazer dessa relação não apenas um objetivo de política externa, mas um instrumento de desenvolvimento e bem-estar interno. Os ganhos conseguidos consolidaram uma rota permanente, um caminho obrigatório no futuro da política externa brasileira.

Com relação à América Central, a política brasileira ao longo dos últimos cinco anos esteve sempre balizada pela diretriz central

de buscar uma solução negociada para os problemas regionais.

Na avaliação brasileira, a crise regional tem raízes estruturais, inscritas no processo de evolução política e econômica da América Central, e a sua superação estaria condicionada à adoção de medidas destinadas a promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e o pluralismo político na região. De outro lado, é fundamental que sejam afastadas todas as formas de interferência externa no encaminhamento das questões regionais. A interferência externa agrava as dificuldades locais, estimula soluções de força e a transferência de tensões globais bloqueia a ação da diplomacia.

A presença desses interesses externos indica claramente que, para a superação da crise regional, as soluções propostas pelos países de Contadora, apoiados pelos latino-americanos, são as mais adequadas e razoáveis. Vemos no esforço dos países do grupo de Contadora o quadro de uma evolução negociada, pacífica, que não ponha em risco a segurança regional.

No plano propriamente bilateral, apesar da densidade limitada de nossas relações com os países centro-americanos, o Brasil tem procurado estimular e diversificar os padrões de nosso relacionamento, no âmbito de uma diretriz destinada a identificar novas formas para uma cooperação mais intensa com a região. Embora limitados em razão da escassez de recursos, os programas de assistência técnica e de concessão de bolsas para treinamento de estudantes e técnicos centro-americanos em universidades brasileiras constituem uma vertente expressiva do nosso relacionamento com os países centro-americanos.

ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

O relacionamento com os EUA fundamenta-se não apenas na tradição histórica e em uma comunhão de valores, mas na consciência de que as divergências devem ser en-

caradas objetivamente, dentro de um quadro geral que é de convergência de interesses.

Nos últimos cinco anos, as relações com os Estados Unidos alcançaram níveis de maturidade. Somos países com distintos potenciais e com poder internacional muito diferenciado. Apesar dessas circunstâncias, o relacionamento tem servido bem aos nossos interesses nacionais.

As trocas de visitas presidenciais, a implantação de grupos de trabalho sobre pontos de agenda de interesse recíproco, a constância do diálogo diplomático, a frequência dos contatos entre as autoridades de um e outro país atestam a existência de canais livres e desimpedidos de comunicação, que aumentam as coincidências e permitem o debate franco das diferenças.

Temos, naturalmente, perspectivas e formas diferentes de compreender certas questões internacionais, o que é natural entre países que vêem democraticamente a convivência internacional. Mencionaria as diferenças que se concentram na área econômico-comercial e se expressam, do ponto de vista brasileiro, principalmente nas restrições ao acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano, em razão do protecionismo.

Temos demonstrado uma disposição constante de dialogar sobre as questões que surgem, de forma objetiva. A troca de visitas presidenciais, ocorrida em 1982, é particularmente significativa a esse respeito. Quando o Presidente da República foi a Washington, em abril de 1982, as diferenças existentes no campo do relacionamento bilateral foram examinadas juntamente com o problema conjuntural vivido pelo Continente àquela época, isto é, o conflito no Atlântico Sul. As trocas de impressões e pontos de vista obedeceram a um grande respeito pelas posições de cada Governo, o mesmo respeito que presidiu às conversações levadas a efeito quando, em novembro do mesmo ano, o Presidente dos Estados Unidos visitou o Brasil.

O aprofundamento das relações bilaterais, proporcionado por tais visitas, expressou-se, entre outros aspectos, pelo esforço sistemático de análise dos campos de cooperação bilateral levado a cabo pelos Grupos de Trabalho Brasil—Estados Unidos, criados em novembro de 1982.

Noto, a propósito, que visitei oficialmente os EUA em 1983 para lançar as atividades desses Grupos de Trabalho e recebi a visita do Secretário de Estado George Shultz, no início deste ano, quando os mesmos concluíram seus relatórios. Ressalto, finalmente, que tenho mantido freqüentes encontros com o meu colega norte-americano sempre que nossa presença coincide em reuniões internacionais, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, da OEA e em outros foros. Nessas oportunidades, temos invariavelmente aproveitado para trocarmos opiniões sobre a situação internacional e sobre questões específicas, bem como sobre temas de interesse bilateral.

A dimensão hemisférica da diplomacia do Governo do Presidente João Figueiredo não estaria completa sem menção específica ao relacionamento com o Canadá, país desenvolvido que guarda afinidades com o Brasil em matéria de política externa e de concepção das relações internacionais. Esse relacionamento experimentou substancial mudança qualitativa desde 1979, tanto no âmbito político, em que as trocas de visitas de alto nível foram um dos aspectos fundamentais do diálogo, quanto no âmbito econômico-comercial.

No âmbito político, tem sido elevado o número de coincidências entre as posições brasileiras e canadenses sobre diversos itens da agenda da dívida externa dos países em desenvolvimento, do diálogo e da cooperação Norte-Sul, do direito do mar. No âmbito econômico, o intercâmbio ascendeu a cifras importantes, acima de um bilhão de dólares anuais nos dois sentidos, e a cooperação é variada, como o fornecimento de trigo canadense ao Brasil e a cooperação técnica.

A visita que o Presidente João Figueiredo realizou ao Canadá, em julho de 1982, constituiu marco importante nessa nova etapa de relacionamento com aquele país. A multiplicidade dos temas então abordados nas conversações, aliada ao grande número de iniciativas concretas no campo da cooperação econômica, do comércio bilateral e da cooperação técnica, atesta a importância política que ambos os países vêm atribuindo ao seu relacionamento, transformado em uma das áreas mais promissoras da política continental brasileira.

EUROPA OCIDENTAL E ORIENTAL

A política do Governo do Presidente Figueiredo com relação à Europa Ocidental tem obedecido a padrões tanto de continuidade quanto de inovação. A diplomacia brasileira esforçou-se por emprestar criatividade e dinamismo a um relacionamento que, pelo fato mesmo de ser tradicional, contínuo, poderia correr o risco — indesejado — de estagnar-se, tornar-se apenas rotineiro.

Duas preocupações específicas nos orientaram. Definir a nossa ação política a partir de uma compreensão clara da posição europeia no mundo e, ao lado dos EUA, no Ocidente industrializado, e, de outro lado, estabelecer regras equilibradas e dinâmicas de relacionamento bilateral. Na primeira linha de preocupações, penso que a Europa Ocidental desempenha papel crucial no sistema internacional, em termos de poderio econômico e expressão política. A definição das opções e condutas do Ocidente é, assim, sustentada, em boa parte, nas maneiras de pensar e agir dos europeus ocidentais. O aumento de tensão entre as Superpotências é uma das instâncias em que se mobiliza o potencial político da Europa Ocidental, bem como em diversas situações de crise regional. Em regra, as posições defendidas têm sido no sentido da moderação, embora com variações nacionais bem definidas. Pela pluralidade de seu pensa-

mento e pelos múltiplos mecanismos de diálogo que estabeleceram, intra e extra Ocidente, os países europeus tornam cada vez mais valiosa sua atuação internacional. A importância econômica da Europa para o Brasil não precisa ser lembrada.

Nesse quadro, inclusive para o bom acompanhamento do próprio andamento de questões centrais do processo internacional, dinamizar o relacionamento com a Europa Ocidental, fazer chegar aos dirigentes europeus, nossas posições e propostas, era tarefa essencial da diplomacia brasileira. Para tanto, as regras do relacionamento deveriam estar postas com clareza e se sustentar na idéia de igualdade e de respeito mútuo; o relacionamento deveria estar esvaziado de qualquer conteúdo de pressão ou superioridade. Isto foi plenamente atingido. O diálogo político ganhou densidade, para o que foram decisivas as visitas de nível presidencial.

Assim, no Governo Figueiredo procuramos desenvolver, com os países da Europa Ocidental, um diálogo franco, ágil e isento de qualquer espécie de constrangimento. Essa atitude veio plenamente ao encontro do novo interesse europeu pelo Brasil. Digo novo, porque, ao tradicional interesse centrado no aspecto econômico, veio juntar-se crescente empenho no adensamento do diálogo político-diplomático. Foi essa uma tendência que se reforçou ao longo dos últimos cinco anos e que nos parece muito positiva.

Nessa ordem de idéias, os contatos entre o Senhor Presidente da República e diversos Chefes de Estado e de Governo de nações da Europa Ocidental permitiram estimular e desenvolver entendimentos maduros, equilibrados e fecundos. O êxito das visitas do Presidente Figueiredo à França, Portugal, República Federal da Alemanha e Espanha bem diz do elevado grau de entrosamento bilateral. Recebemos, por outro lado, as visitas dos Reis da Espanha e da Suécia; do Presidente da República Federal da Alemanha; e dos Primeiros-Ministros da Es-

panha, República Federal da Alemanha e Países Baixos. Outra visita que naturalmente transcende o plano europeu e que permanece indelével na memória dos brasileiros é a do Papa João Paulo II, no ano de 1980.

Eu próprio, além de acompanhar o Senhor Presidente da República nas viagens que mencionei há pouco, tive ocasião de visitar a República Federal da Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Itália — quando fui recebido também pelo Santo Padre — Áustria, Países Baixos, Portugal e França. Em cada um desses países, mantive conversações extremamente proveitosas. Aqui em Brasília, recebi meus colegas da Itália, Bélgica, Reino Unido, Áustria, Luxemburgo, Portugal, Itália, Bélgica (pela segunda vez), Finlândia e França.

Intensificamos, igualmente, o intercâmbio político e econômico com os países da Europa Ocidental por meio de numerosas outras visitas recíprocas, de nível ministerial e de nível técnico. Todo esse processo, a par de ganhos bilaterais específicos que ensejou, permitiu reforçar a posição e a imagem internacional do Brasil.

Na área dos mecanismos institucionais, foram firmados, dentre outros instrumentos, o Acordo de Cooperação Brasil—CEE e Acordos de cooperação econômica que criam Comissões Mistas com os Países Baixos, Finlândia e Suécia. Mantemos, aliás, com regularidade, reuniões de Comissão Mista com quase todos os países da Europa Ocidental, reuniões essas que são da maior utilidade no desenvolvimento das relações econômico-comerciais.

Numa ótica mais ampla, que extravasa o aspecto bilateral, temos procurado reforçar, em nossos contatos com os países europeus, a dimensão política do equacionamento da dívida externa dos países latino-americanos, com resultados que despontam paulatina, mas seguramente. Na questão financeira internacional, devo dizer que vamos sendo recompensados em nossos esforços de criação de uma nova visão, uma nova

consciência a respeito de problemas que, longe de estarem isolados, afetam todo o sistema internacional. Temos obtido a compreensão de vários parceiros europeus para o nosso enfoque de negociação com conteúdo político para a situação do endividamento latino-americano. É desnecessário ressaltar a influência que terá essa compreensão europeia *in fieri* para o futuro do sistema financeiro internacional, pois todos conhecem a importância econômica da Europa de hoje, também trânsito obrigatório de ponderáveis fluxos financeiros internacionais.

As relações com os países socialistas da Europa Oriental se concentraram na preservação das linhas básicas de cooperação econômica, e no cuidado respeito aos princípios de não-ingerência que demarcam todas as formas de intercâmbio que com eles temos. Significativo terá sido o ensaio de novos passos na direção de diálogo político, ainda limitado pela ortodoxia das posições socialistas.

De fato, ao examinar a conjuntura regional, nestes últimos cinco anos, verifico que, apesar de acontecimentos que abriram expectativas de mudança, os efeitos reais foram relativamente limitados. De fato, descontada a histórica posição iugoslava, a Europa Oriental preserva o caráter de bloco político; a inserção dos países no sistema internacional continua a ser pautada por considerações políticas em que a aliança com a URSS é dominante em relação a outros condicionantes. As transformações internas na liderança política da União Soviética não imprimiram mudanças tangíveis nessa situação.

Nossa política com relação aos países da Europa Oriental, relativamente nova — com pouco mais de vinte anos —, esteve sempre atenta às diferenças de sistema político entre o Brasil e os países da região. O respeito por essas diferenças é a base para a correção de nossas relações com cada um dos países socialistas da Europa Oriental, o que porém não tem sido de molde a impedir a busca de

convergência de interesses em certas áreas, mesmo dentro de limitações do diálogo político. Assim, mantive os contatos com o Chanceler Andrei Gromyko e com Chanceleres de outros países da Europa Oriental, no quadro das Assembléias-Gerais das Nações Unidas. Em junho do ano passado visitei oficialmente a Iugoslávia, ocasião em que pude passar em revista o estado das relações bilaterais e trocar opiniões sobre a conjuntura internacional. É significativa a visita do Ministro do Exterior da Tchecoslováquia ao Brasil, em junho de 1984.

Com ênfase econômica e comercial, dentre as visitas oficiais, ressalte-se ainda a do Vice-Presidente da República à Hungria, em outubro de 1982, as visitas do Ministro das Minas e Energia à Romênia, em 1979, e à Polônia e à Tchecoslováquia, em 1980, e do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República à URSS.

O intercâmbio comercial com a região teve dinamismo, mas enfrentou como principal obstáculo a tendência estrutural à ocorrência de elevados superávits a nosso favor, resultantes da dificuldade de encontrarem-se contrapartidas para as exportações brasileiras. Assim, nos anos de 1982 e 1983, o Brasil registrou superávits da ordem de US\$ 700 milhões e 800 milhões, respectivamente, numa demonstração daquela tendência estrutural. As nossas exportações, que tiveram seu nível máximo em 1981, com cifra de US\$ 1,6 bilhão, declinaram a partir de então, embora se tenham situado, já no ano passado, no nível de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão.

A crise econômica internacional e, particularmente, a questão do endividamento externo prejudicaram sensivelmente o nosso intercâmbio com os países da região. Enfrentamos problemas de pagamentos com a Polônia, país, com que exibíamos expressivo nível de comércio. Após tentativas infrutíferas de resolverem-se tais dificuldades bilateralmente, a questão foi retomada, em setembro de 1983, quando o Governo bra-

sileiro participou das negociações do Clube de Paris relativas à dívida externa polonesa.

ÁFRICA

Área pioneira na expansão e diversificação de nossas relações exteriores, a África mereceu, nos últimos cinco anos, atenção prioritária. A política africana, hoje irreversivelmente consolidada, corresponde, no âmbito interno, às aspirações e valores da sociedade brasileira. No continente africano, as respostas obtidas são amplamente positivas. A reciprocidade é clara: há fortes coincidências de interesses e de perspectivas. Nesse sentido, a política africana do Brasil vem sendo apontada como um caso bem-sucedido de cooperação Sul-Sul. E as percepções e posições brasileiras face aos problemas africanos passaram, invariavelmente, a integrar nossa agenda de encontros mantidos com autoridades, visitantes ou visitadas, de todos os quadrantes do globo.

Os resultados alcançados estão fundamentados em vários fatores como a consistência de nossa atitude de aproximação leal com países africanos, o respeito brasileiro pelas posições africanas, a aceitação mútua das respectivas diversidades, nossa repulsa a qualquer forma de colonialismo, o reconhecimento africano de que o Brasil não encobre qualquer intenção hegemônica em suas iniciativas, e o invariável repúdio brasileiro ao **apartheid**. Assim como a nossa aproximação com a África reflete, em grande extensão, o reencontro do Brasil com suas origens, nosso repúdio ao **apartheid** corresponde à rejeição de um sistema que agride a própria essência da nacionalidade brasileira. Amálgama de raças e culturas, o Brasil não pode eximir-se de condenar um sistema constitucional erigido em critérios discriminatórios de raças, que denega os mais elementares direitos, inclusive os de cidadania, à maior parte da população sul-africana. Da mesma forma, o respeito à liberdade e ao princípio da autodeterminação dos povos nos leva a condenar a ocupação ilegal da Namíbia.

Não seria possível enumerar aqui todas as iniciativas que aprofundaram, nos últimos anos, as relações brasileiro-africanas. estando, no início do Governo atual, já bastante desenvolvida a cooperação com os países da Costa Ocidental, atribuímos, cronologicamente, as primeiras atenções, na África, aos países da Linha de Frente. Acompanhamos, pois, com interesse ativo, o processo de negociação que levou à independência do Zimbábue. Como resultado imediato, o Brasil foi o único país sul-americano convidado a participar das cerimônias de independência, em 17 de abril de 1980, sendo as relações diplomáticas com aquele país estabelecidas naquele mesmo dia.

Efetivada a independência do Zimbábue, realizei, em junho de 1980, visita oficial a quase todos os países da Linha de Frente: Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola. Em todos eles, nas entrevistas com Presidentes, Primeiros-Ministros e Chanceleres, pude verificar interesse e ampla receptividade às relações com o Brasil. Iniciou-se um profícuo diálogo político, que permitiu o fortalecimento da base sobre a qual se têm desenvolvido nossas relações com a África Austral.

Foram objeto de atenção especial, nos últimos cinco anos, os países africanos de expressão oficial portuguesa. Acompanhando o Senhor Presidente da República ou sozinho, tive a oportunidade de visitar quase todos. Os cinco, sem exceção, enviaram ao Brasil, além de outras altas autoridades governamentais, seus Chanceleres: Joaquim Chissano, de Moçambique, em 1981; Paulo Jorge, de Angola, em 1982; Silvino da Luz, de Cabo Verde, em 1983; todos os que se sucederam na Pasta dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, em anos diferentes; Maria de Amorim, de São Tomé e Príncipe, em junho próximo passado. Com esses cinco países, o Brasil mantém cooperação franca e igualitária, respaldada por ampla teia de acordos, e incentivada, periodicamente, por reuniões de Comissões Mistas.

Se os países de língua portuguesa foram,

naturalmente, objeto de atenção especial, tanto pelos vínculos histórico-culturais que nos unem, quanto pelas dificuldades que enfrentam, nenhuma outra área africana foi negligenciada. Na África Ocidental, visitei oficialmente a Nigéria e o Senegal, em 1981, a Costa do Marfim e o Gabão, além da Guiné-Bissau, em 1983, o Congo Brazzaville e o Zaire, neste ano. Recebemos, por outro lado, numerosas visitas de Chanceleres africanos das mais diversas regiões, entre as quais citaria, além dos lusófonos, os do Senegal, Ruanda, Togo e Gabão. Em nível de Chefes de Estado e de Governo, o Brasil foi visitado pelos Presidentes da Zâmbia, da Guiné-Bissau, do Congo e do Mali. Também visitaram oficialmente o Brasil o Vice-Presidente de Gana e o Vice-Primeiro-Ministro do Gabão.

Fato histórico para a política externa brasileira foi, sem dúvida, a viagem oficial do Presidente Figueiredo à África, em novembro do ano passado. Incluiu o Presidente, em seu roteiro, um país de antiga colonização britânica, a Nigéria; um de influência cultural francesa, o Senegal; um de cultura árabe, a Argélia; e dois de expressão oficial portuguesa, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ao realizar a primeira visita de um Chefe de Estado e de Governo do Brasil à África, simbolizou o Presidente Figueiredo, com essa escolha diversificada de países, a amizade brasileira para com a totalidade do Continente. Calorosamente acolhido nos locais visitados, as repercussões na imprensa africana da missão presidencial evidenciaram clara compreensão do gesto brasileiro, que começou a ser retribuído, já em julho de 1984, pela visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira.

A troca de visitas entre o Brasil e os países da África não tem seu pleno significado restringido ao aspecto político. Refletem essas missões o entendimento e a cooperação mútua que se consolidam progressivamente. Respaldam importantes intercâmbios culturais e econômicos. Se é fato que o comércio entre o Brasil e a África subsaariana sofreu,

pela crise econômica internacional, redução desde 1981, quando havia atingido 2,5 bilhões de dólares, é fato também que, com a África, vem o Brasil criando novos mecanismos, capazes de contornar a escassez de recursos financeiros que aflige todo o Terceiro Mundo. Através de fórmulas compensatórias de trocas, o comércio brasileiro-nigeriano vem retomando o dinamismo que o caracterizava até 1981, ano em que se registraram operações, nos dois sentidos, no valor de 1,5 bilhão de dólares. Angola e Gâmbô se firmam como importantes parceiros. Com financiamentos próprios ou internacionais, vem o Brasil exportando serviços sofisticados para países africanos, tais como a construção de rodovias no Congo, na Mauritània e na Tanzânia; a modernização dos sistemas de telecomunicações de Cabo Verde; a exploração de carvão em Moçambique; a realização de investimentos e obras civis na Nigéria; a exploração de petróleo em Angola; o refino e exportação de derivados de petróleo para o Zaire e Cabo Verde; a execução de projetos agro-industriais na Costa do Marfim.

Para a expansão das potencialidades de cooperação com a África, o Brasil sabe que, além de tecnologia e recursos, é necessária a paz. Diversos programas de cooperação com a África Austral acham-se prejudicados pela situação bélica da região. Os projetos da SADCC, organização que se propõe a promover o desenvolvimento integrado dos países de Governo majoritário da África Meridional, de cujas reuniões o Brasil participa ativamente, vêm-se postergados em função, em última instância, da persistência das tensões e conflitos com a África do Sul.

O Brasil acompanha, pois, por todos os motivos possíveis, a evolução da conjuntura da África Austral. É de nosso interesse que as negociações em curso conduzam rapidamente à independência da Namíbia, de acordo com a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e logrem criar um clima de paz na região. Se os recentes Acordos de Lusaca e Incomáti forem escrupulosamente observados por Pretória,

Angola e Moçambique começarão, finalmente, a poder dedicar-se, com maior êxito, a seus programas de desenvolvimento. Restará, contudo, como fator de instabilidade regional, a política do **apartheid**.

ORIENTE MÉDIO

O agravamento das tensões nas relações Leste-Oeste interage com particular intensidade com os problemas do Oriente Médio. Por ser fonte vital de abastecimento energético do Ocidente e por sua importante posição estratégica, o Oriente Médio é um foco de intranquilidade internacional no qual os conflitos de interesses regionais somam-se às disputas entre as Superpotências com efeitos altamente desestabilizadores em escala global.

Subsiste na região um quadro de instabilidade generalizada: a resiliência da crise regional básica — a questão palestina; a continuada ocupação de territórios árabes por parte de Israel; a permanência do impasse político-militar no Líbano; e a permanência das hostilidades entre o Irã e o Iraque. A essas questões internacionais somam-se problemas internos às vezes intratáveis e que freqüentemente contribuem para acelerar as crises regionais ou para obstar os esforços para sua solução.

Não tiveram êxito as diversas tentativas de solução negociada para os conflitos regionais: planos Fahd, Reagan e de Fez; os esforços da Conferência Islâmica e do Movimento Não-Alinhado para pôr fim ao conflito Irã-Iraque; e tentativas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (OUA) para a solução do conflito no Saara Ocidental.

A política brasileira com relação ao Oriente Médio tem-se orientado por princípios e posições que buscam, essencialmente, uma paz abrangente, justa e duradoura para a região. O Brasil acredita que a consecução de tal objetivo deve basear-se em um conjunto de iniciativas, dentre as quais têm prioridade:

- a evacuação completa das forças de ocupação dos territórios árabes, de acordo com as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU;
- a admissão do direito de retorno do povo palestino a sua área geográfica de origem, em condições de segurança, autodeterminação e soberania;
- a representação do povo palestino pela Organização da Libertação da Palestina nas negociações relativas a seu próprio futuro;
- o reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem, em paz, dentro de fronteiras internacionais reconhecidas.

A escalada da violência e a invasão israelense no Líbano levaram o Governo brasileiro a manifestar seu apoio à independência, soberania e integridade territorial do país, com o correlato endosso das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que instam Israel a retirar-se imediata e incondicionalmente do território libanês.

No conflito entre Irã e Iraque, o Brasil tem procurado preservar o relacionamento com as partes, ao mesmo tempo em que tem-se manifestado em favor de uma solução negociada para as questões que as separam.

Uma avaliação ampla do quadro regional do Oriente Médio permite identificar — não obstante a perene instabilidade e as agudas rivalidades — tendências e perspectivas promissoras para o Brasil no âmbito do nosso relacionamento bilateral. Decorrem estas não somente do sentido geral, construtivo, de nossa atuação diplomática na área, mas também da continuada projeção internacional do Brasil.

Com o Iraque, país com que mantemos intercâmbio intenso há anos, e tradicional fornecedor de petróleo ao Brasil, ampliamos significativamente o leque de nosso relacionamento. A descoberta de petróleo em território iraquiano pela BRASPETRO, o dinamismo das exportações de serviços de

engenharia nos mais diversos setores e as vendas brasileiras de armamento expressam claramente essa tendência. Em visita que realizei a Bagdá em setembro de 1983, tive oportunidade de examinar, com o Presidente e outras altas autoridades daquele país, os pontos mais relevantes do relacionamento bilateral.

As relações entre Brasil e Arábia Saudita, estabelecidas em 1968, dinamizaram-se a partir de 1979, quando se verificou intenso intercâmbio de visitas oficiais, o que contribuiu para o aumento do fluxo de comércio entre os dois países. Na área financeira, acentuou-se nos últimos cinco anos a participação de capitais sauditas em empréstimos ao Governo brasileiro e em investimentos diretos. A Arábia Saudita passou a ocupar, na região, lugar expressivo como mercado consumidor de produtos brasileiros.

As relações entre Brasil e Israel, apesar das divergências de posição quanto aos problemas do Oriente Médio, são normais.

O relacionamento com o Irã não poderia ter deixado de sofrer as influências do processo de profundas transformações por que passou esse país. Desde a Revolução procurou o Irã, no plano econômico-comercial, um intercâmbio mais intenso com países do Terceiro Mundo, em substituição aos vínculos com os EUA e outros países industrializados do Ocidente. Essa mudança de orientação, contudo, não produziu, numa primeira fase, resultados concretos no relacionamento com o Brasil. Mais recentemente, o Irã tem demonstrado um desejo de tornar mais produtivas as relações com o Brasil — que têm crescido expressivamente no plano comercial — e, na medida de nossos interesses e possibilidades, temos correspondido a esse propósito.

Com relação aos suprimentos de petróleo originários do Oriente Médio, o Brasil tem alcançado abastecer-se do combustível sem sofrer soluções de continuidade. As boas relações que mantemos com os Estados da

região têm-nos permitido superar as dificuldades decorrentes de fatores estranhos a esses relacionamentos bilaterais.

Com vistas a equilibrar a balança de pagamentos com os fornecedores do Oriente Próximo, intensificamos o fluxo de exportações para esses países, e conseguimos alguns resultados particularmente expressivos, inclusive na área de prestação de serviços: no período 1978-1983, o intercâmbio do Brasil com a área cresceu de US\$ 4,3 para US\$ 7,4 bilhões, ou seja, teve um incremento de 70%. Nossas exportações naquele período triplicaram em valor, passando de 600 milhões para 1,8 bilhão de dólares. O total do intercâmbio com a área representa aproximadamente 20% do total global do comércio exterior brasileiro, sendo de ressaltar que os produtos manufaturados têm tido participação crescente em nossas exportações.

ÁFRICA DO NORTE

O Magrebe sofre há nove anos os efeitos do conflito relativo à ex-colônia espanhola do Saara Ocidental. A luta entre o Reino do Marrocos e a Frente Polisário tem marcados efeitos regionais: influencia os demais Estados magrebins; paralisa as iniciativas de integração; resiste ao tratamento diplomático; e afeta profundamente a Organização da Unidade Africana (OUA). Quanto à questão do Saara Ocidental, temo-nos manifestado em favor do princípio da autodeterminação dos povos, como norma legal e ética a ser aplicada para a solução pacífica do problema.

A justeza de tal política tem sido compreendida, não constituindo fator inibidor da ampliação da presença brasileira no Magrebe. As recentes visitas presidenciais à Argélia e ao Marrocos dão prova eloqüente do espírito construtivo com que encaramos o relacionamento com essa região e no equilíbrio de propósitos que regula nosso diálogo externo.

ÁSIA E OCEANIA

Com a gradual expansão e diversificação de nossos interesses externos, determinada pela atitude universalista que adotamos, o papel da diplomacia brasileira na Ásia e Oceania evoluiu de uma ação política de presença e acompanhamento para um esforço concreto de identificação e aprofundamento de oportunidades reais de intercâmbio econômico-comercial e de cooperação em vários níveis, de modo a superar as limitações impostas pela distância geográfica e diversidade cultural.

O empenho brasileiro em promover essa aproximação obedece ao reconhecimento de que a região vem assumindo importância crescente no cenário internacional, haja vista sua situação político-estratégica do equilíbrio do poder mundial, e, sobretudo, seu surpreendente dinamismo econômico-comercial.

Nesse sentido, no plano bilateral, vêm ocorrendo, em anos recentes, importantes iniciativas políticas e econômicas, não somente em relação ao Japão e República Popular da China, nossos principais interlocutores na área, mas também, e em diferentes graus, junto a outros países de significativo peso específico, como a Índia, o Paquistão, o conjunto de nações que integram a ASEAN, a Austrália e a República da Coreia.

No caso específico do Japão, as relações bilaterais vêm apresentando evolução notável. O intercâmbio comercial nos dois sentidos, apesar da recessão, situou-se acima dos 2 bilhões de dólares em 1982 e tendo o Japão, no mesmo período, se tornado o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil.

Essa importante conjugação de interesses tem recebido, naturalmente, ampla cobertura política e institucional. Ressalta, nesse contexto, a visita oficial realizada pelo Primeiro-Ministro Zenko Suzuki ao Brasil, em 1982. Da mesma forma, aqui estiveram, em

visita oficial, entre 1979 e 1983, os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Japão, Senhor Sunao Sonoda. Aqui esteve também o Príncipe Naruhito, em sua primeira visita oficial a um país estrangeiro. Dando prosseguimento a esses contatos, empreendi, em abril de 1982, visita oficial ao Japão, ocasião em que tive a oportunidade de trocar pontos de vista com as autoridades locais, assim como participar de reuniões com personalidades acadêmicas e empresariais.

Como coroamento de tais iniciativas, o Presidente Figueiredo visitou Tóquio, em maio do corrente ano, elevando a um novo patamar o já intenso nível de relacionamento entre o Brasil e a segunda potência econômica do mundo capitalista.

No que diz respeito à República Popular da China, a exploração das potencialidades do imenso mercado desse país e a sua importância política crescente foram os principais fatores para o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974. Desde então, a cooperação sino-brasileira tem-se expandido de forma segura, com o respeito devido às especificidades dos sistemas político-econômicos respectivos.

No período considerado, dinamizou-se o ritmo de visitas recíprocas de alto nível e assinaram-se acordos em diversos campos. Em 1982 realizei visita oficial a Pequim. O intercâmbio científico e tecnológico ganhou novo impulso em março passado, quando entrou em vigor o Acordo Básico sobre a matéria.

Culminando uma seqüência de iniciativas, o Senhor Presidente da República realizou visita oficial à República Popular da China em maio-junho passados. Politicamente, a visita contribuiu para elevar a um novo plano o **status** das relações bilaterais, dez anos depois da normalização diplomática entre os dois países. Foram concluídos, durante a visita, compromissos no campo comercial e científico-tecnológico. De especial importância foi a conclusão de Memorandum de Entendimento sobre a cooperação nuclear

para fins pacíficos. Como consequência de convite formalizado em Pequim, visitou o Brasil no corrente mês o Chanceler chinês, oportunidade em que rubricamos o acordo nuclear negociado a partir do mencionado Memorandum de Entendimento.

O relacionamento político, econômico e comercial do Brasil com os países-membros da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) vem ganhando crescente substância nos últimos anos, verificando-se uma gradual expansão e diversificação de interesses mútuos. Trata-se de uma área que tem recebido atenção cada vez maior por parte da diplomacia brasileira, pelas excelentes perspectivas de cooperação que oferece em diversos níveis.

Desenvolveu-se, também, uma política de crescente aproximação com a Índia, o segundo país mais populoso do Terceiro Mundo, e a terceira economia entre os países em desenvolvimento, depois do Brasil e do México. Nesse contexto, registrou-se, a partir de 1980, um intercâmbio crescente de missões comerciais, tanto a nível governamental, como a chefiada pelo Ministro do Comércio indiano em 1981, quanto a nível privado.

Em março último, visitei a Índia. Altas autoridades daquele país haviam realizado visitas ao Brasil, inclusive a Primeiro-Ministro Indira Gandhi, em 1968.

A mesma intensificação se espera seja registrada nas relações com o Paquistão, país com o qual dispomos apenas de um Acordo de Comércio, assinado em 1982. Durante a visita que fiz a Islamabad em março deste ano, em que variados aspectos das relações econômico-comerciais e de tecnologia foram estimulados, foi assinado um protocolo àquele Acordo, contendo listas de produtos prioritários passíveis de intercâmbio entre os dois países.

As relações com os países da Oceania oferecem oportunidades de incremento do intercâmbio econômico-comercial, pois, além de

contarem eles com uma significativa produção agrícola e elevado potencial de importação, tornaram-se tradicionais exportadores de insumos básicos de importância para o Brasil.

A convite do Governo brasileiro, realizou visita oficial ao Brasil, em 1980, o Vice-Primeiro Ministro da Austrália, ocasião em que foram examinadas questões referentes ao setor energético e aos interesses recíprocos no comércio internacional de produtos de base. Em 1982, aqui esteve em visita de trabalho o Ministro da Indústria Primária do mesmo país.

Visitou oficialmente o Brasil, em 1983, o Vice-Ministro e titular da pasta da Agricultura da Nova Zelândia. Nesse mesmo ano, aqui esteve uma missão de observação econômica do "Trade Development Council", da Austrália, realizando visitas a unidades industriais, portos e empreendimentos agropecuários em vários Estados.

A ação da diplomacia brasileira com relação à República da Coreia distingue-se por um esforço no sentido de desenvolver as relações econômico-comerciais com aquele importante país asiático. Temos apoiado a posição de Seul nas Nações Unidas.

SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

É clara, no horizonte do sistema internacional, a "crise do multilateralismo". Suas origens são várias, e começam com a própria inadequação do sistema de segurança coletiva. O fracasso das tentativas de reordenar o sistema econômico internacional é outro sinal claro da crise da diplomacia parlamentar, que encontra ainda outras manifestações na própria inércia das reuniões e das burocracias internacionais. Um dado grave, que acentuou a crise nos últimos anos, é o desinteresse pelo multilateralismo que as Superpotências manifestam, agora até mesmo nas áreas ditas "técnicas".

Não temos acompanhado passivamente as

tendências que afetam, no fundo, a única base viável e sólida de construção de ordem internacional que não se funda na desigualdade e na força. O próprio fato de o Presidente João Figueiredo haver comparecido, em 1982, à ONU para a abertura do debate da XXXVIII Sessão da Assembléia Geral, testemunha a importância que atribuímos àquele foro e a disposição de prestigiá-lo e fortalecê-lo.

O mesmo espírito construtivo inspirou toda a participação brasileira, nos últimos anos, no sistema das Nações Unidas. Nele, o Brasil dedicou esforços particulares à questão do desenvolvimento econômico, que nos afeta muito diretamente. Esses esforços se desenvolveram em todos os setores das Nações Unidas, e mais especificamente no âmbito da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e do ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas). Muito em razão de nossa atividade, o Brasil foi eleito em 1983 presidente do ECOSOC, do qual temos sido membros, ininterruptamente, desde 1970.

Em consonância com nossas preocupações quanto ao aumento das tensões internacionais e quanto à escalada armamentista, o Brasil procurou contribuir para o debate substantivo sobre o desarmamento tanto nos trabalhos da Assembléia Geral, quanto nas atividades da Conferência do Desarmamento, com sede em Genebra, e na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, cuja presidência coube ao Brasil em 1983. Em vista da relevância dos temas ligados à corrida armamentista nuclear, bem como os impasses em que se encontram as negociações bilaterais e multilaterais sobre a matéria, fiz pronunciamento, em 21 de agosto, no curso da sessão do corrente ano da Conferência do Desarmamento, em Genebra.

Temos participado ativamente nos foros apropriados das Nações Unidas dos debates relativos às questões que afetam o Oriente Médio, a África Austral e a América Central e o Caribe. Temo-nos pronunciado sobre

essas questões na Assembléia Geral, no Conselho de Segurança e em reuniões especializadas. Por exemplo, com relação à África Austral, Delegações brasileiras estiveram presentes à Conferência de Sanções contra a África do Sul, realizada em Paris em 1981, a Conferência Internacional de Apoio à Luta do Povo Namibiano pela Independência, que teve lugar em Paris em 1983, e à II Conferência Mundial para o Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, em Genebra, em 1983. Com referência ao Caribe, o Brasil deplorou, em pronunciamento no Conselho de Segurança, a intervenção militar de Granada, ocorrida em 1983. Foi ativa a participação brasileira, no âmbito das Nações Unidas, na questão das Malvinas, baseada em nossa posição tradicional de reconhecimento da soberania argentina.

O Brasil seguiu posição coerente com o seu apoio aos princípios da Carta das Nações Unidas na questão da invasão do Afeganistão. No exame do assunto nos foros multilaterais, sublinhou sempre a necessidade de respeito ao princípio de não-intervenção em assuntos internos dos Estados, e salientou a necessidade de retirada de tropas estrangeiras do território afegão. Apoiou, e seguiu sempre com interesse, o mandato conferido ao Secretário Geral das Nações Unidas para obter uma solução negociada da questão afegã.

A atuação equilibrada e construtiva do Brasil na área dos direitos humanos levou à eleição de delegado brasileiro para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1981. Nossa participação também muito ativa em outras questões sociais, humanitárias e culturais proporcionou ao Brasil sua eleição para a presidência da III Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1982.

Deve-se mencionar, outrossim, a continuidade da ativa presença brasileira nos trabalhos do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Am-

biente (UNEP), do qual o Brasil é membro desde sua criação em 1971. Nessa área, foi sendo superada nos últimos anos, progressivamente, a tendência supranacional que, ao longo da década de 70, fez que o Brasil firmasse posição de princípio em torno da defesa da soberania exclusiva dos Estados sobre todos os recursos localizados em seus territórios. Passamos, em vista dessa evolução, a uma atitude de receptividade a propostas de ação, em nível internacional, na área da proteção ambiental.

O Brasil teve também participação muito ativa na II Conferência Internacional sobre População, que se realizou na Cidade do México em agosto corrente, orientando-se, no trato multilateral das questões de população, pelas diretrizes da política demográfica nacional.

Devo fazer menção especial aos importantes desenvolvimentos ocorridos, no âmbito multilateral, no que se refere aos grandes espaços não submetidos a jurisdições nacionais.

No início de 1982, o Governo tomou decisões para o engajamento do Brasil em atividades no continente antártico. Foi criada a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos e conferida à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar a incumbência de planejar e executar o Programa Antártico Brasileiro. No verão seguinte, realizou-se a primeira expedição brasileira à Antártida. Na segunda expedição, já instalamos uma estação científica na região. Os resultados do PROANTAR, mercê da participação da comunidade científica brasileira, justificaram a admissão do Brasil, em setembro de 1983, no grupo das partes Consultivas do Estado da Antártida, formado por dezesseis países. Temos agora voz e voto sobre todas as decisões que afetam o sexto continente, inclusive sobre eventual exploração e aproveitamento de recursos econômicos da área.

Com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em 10 de de-

zembro de 1982, que viemos a assinar, culminaram com êxito os esforços para garantir nossos direitos na faixa sob jurisdição nacional, bem como no alto mar e nos fundos marinhos. O novo conceito de zona econômica exclusiva consagra os objetivos essenciais da decretação do mar territorial de 200 milhas. Fica também assegurado o domínio sobre a plataforma continental além mesmo daquela distância e resguardadas as possibilidades de tirarmos proveito dos recursos dos fundos marinhos além da jurisdição nacional. Muito terá de ser feito para transformar em realidade as potencialidades que se abrem para a economia nacional no espaço marítimo.

A presença brasileira no plano multilateral fez-se também sentir nas várias agências especializadas das Nações Unidas. Na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), na Organização Mundial de Saúde (OMS), na Organização Mundial do Trabalho (OIT), e em várias outras áreas em que se registra o funcionamento de órgãos das Nações Unidas, foi positiva e constante a participação do Brasil.

Cabe ainda assinalar a participação do Brasil, como observador, na VI e na VII Conferências de Cúpula do Movimento Não-Alinhado, realizadas, respectivamente, em Havana, em 1979, e em Nova Délhi, em 1983.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

A L A D I

Um dos acontecimentos importantes na história da integração latino-americana é a reformulação da ALALC e a criação, em 1980, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), inspirada na idéia de retomar o dinamismo que caracterizou os primeiros anos da ALALC. Dificuldades estruturais e conjunturais revelaram, em fins dos anos 70, com toda clareza, a necessi-

dade de que se reformulassem os esquemas de integração. Era necessário manter o ideal, revitalizá-lo, dar-lhe sentido moderno e operacional, sobretudo em momento em que as formas agudas da crise internacional se desenhavam e exigiam maior cooperação intra-regional.

Assim, a ALADI constituiu versão amadurecida de sua antecessora, uma vez que, mediante maior flexibilidade institucional, torna possível a criação de uma área de preferência econômica configurada por acordos de caráter bilateral e regional.

O Brasil identifica-se com os ideais que inspiraram a ALADI e acredita que a Organização vem desempenhando importante papel no processo de aproximação dos países latino-americanos. A integração, fundada em esquemas legítimos, bem definidos técnica e politicamente, é uma das bases da realização dos melhores projetos do Continente. Por isto, o Brasil acredita que o processo de acentuada desaceleração do comércio intra-regional na América Latina, a partir de 1982, derivado do difícil ajustamento das economias nacionais à crise de endividamento externo, deve constituir um estímulo adicional à busca de esquema criativos e inovadores que permitam resgatar os níveis históricos de intercâmbio já alcançados no âmbito da ALADI.

S E L A

Nos últimos cinco anos, diante das necessidades de ampliação dos esquemas de cooperação continental, a posição do SELA se consolida. De várias formas, mas sobretudo como mecanismo de consulta para a definição de linhas de ação latino-americanas em temas econômicos internacionais, o trabalho do SELA tem sido valioso. A contribuição para conferências de amplo escopo, como a que se realizou em Quito, em janeiro de 1984, e que procurava tratar amplamente da conjuntura de crise que atravessamos, e, ao mesmo tempo, o esboço de mecanismos concretos e efetivos de cooperação, definem as potencialidades do Sistema.

Assim, gostaria de apontar para duas realizações recentes do organismo. Em primeiro lugar, a constituição da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), secretariada por um brasileiro, que pode trazer aportes úteis numa área realmente nova de cooperação multilateral no Continente. O segundo desenvolvimento importante foi a criação do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA), que pode atuar em obediência às necessidades reais dos países da área.

No âmbito do SELA, o Brasil tem procurado refletir uma linha de realismo e equilíbrio, procurando definir metas e propósitos de forma compatível com as potencialidades do organismo.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A OEA tem desempenhado papel importante na vida política do hemisfério. Suas atividades revelam os limites e potencialidades da vida hemisférica. Assim, ao longo dos últimos cinco anos, a Organização funcionou como foro político, onde se debateram as questões centro-americanas, das Malvinas e de Granada, e não deixou de incorporar a temática da crise econômica.

O tratamento das crises revela a necessidade de que a OEA se recomponha politicamente, ganhe de novo a confiança dos países-membros. Em relação aos temas centro-americanos, em contraste com o decisivo papel que desempenhou em 1979, a OEA tem-se revelado um foro de difícil utilização. As razões são várias. Dadas as múltiplas feições da crise, neste caso, é mais conveniente explorar os caminhos das tentativas de conciliação **ad hoc**, como as do Grupo de Contadora, antes de ampliar e generalizar o tratamento no âmbito do sistema interamericano. Neste caso, insisto, não é inconveniente, do ponto de vista diplomático, o tratamento **ad hoc**.

O conflito das Malvinas, em 1982, e a intervenção em Granada, em 1983, marcam dois momentos delicados na vida da organização. Ambos os casos revelam dificuldades sérias na convivência regional. Severas críticas à própria validade do sistema interamericano se desenharam. A questão de Granada contribuiu para reacender cisões sub-regionais, e, de novo, revela a fragilidade da Organização. É indubitável que as duas crises deixam marcas profundas na vida interamericana, que, aos poucos, vão sendo cicatrizadas. O Brasil, ao reconhecer as limitações e deficiências da Organização, nunca deixou também de reconhecer a necessidade de que se mantenham condições mínimas para o diálogo hemisférico, e para seu aperfeiçoamento.

Assim, a política brasileira na OEA tem-se caracterizado pela busca de harmonização de interesses, pela tentativa de reencontrar pontos de convergência entre os países-membros, que permitam justamente que a Organização ganhe nova confiança e credibilidade. Penso que esses objetivos são bem compreendidos pelos países americanos. A eleição, por unanimidade, para o cargo de Secretário Geral da OEA, do Embaixador Baena Soares — fato inédito na história da Organização — representa uma prova da confiança que os países-membros depositam na política brasileira.

A OEA reflete, de forma própria, a crise do multilateralismo, que é fenômeno global. A crise é grave e, em nossa região, recolhe dificuldades históricas e estruturais evidentes. Não são, todavia, dificuldades insuperáveis ou irremediáveis. Há caminhos a abrir, há perspectivas a explorar, e não tem sido outra a atitude brasileira.

POLÍTICA ECONÔMICA

a) Política Comercial

O período dos últimos cinco anos é marcado, no plano das relações econômicas internacionais, pela intensificação, dramati-

cidade e profundidade, de dificuldades econômicas, a partir da combinação de fatores perversos tais como os efeitos do chamado segundo choque dos preços do petróleo, a forte e persistente elevação das taxas de juros, a prática de políticas altamente recessivas e o incremento do protecionismo.

No bojo da crise, verifica-se o agravamento do processo de erosão da credibilidade dos organismos internacionais, na medida em que a disposição de negociar vem sendo substituída nos grandes centros pela tendência à introspecção e à adoção de políticas unilaterais que dificultam a recuperação e a estabilidade dos países em desenvolvimento. Assim, ao longo dos últimos anos, a cooperação internacional para o desenvolvimento regrediu e se tornou pequena diante das dimensões dramáticas da crise que afeta os países mais vulneráveis.

Nesse quadro, a política externa comercial do Brasil abre-se em várias linhas de ação, procurando lidar tanto com as questões abrangentes ligadas à própria dinâmica do sistema internacional quanto com a defesa de interesses específicos. No primeiro caso, que se desenvolve em foros multilaterais, a ação externa do Brasil tem por objetivo maior procurar dar sentido concreto à proposta de reformulação da ordem econômica internacional. Em tal sentido, o Brasil vem atuando decididamente em distintos foros com vistas a ampliar a aceitação da tese de que uma solução duradoura para a crise passa necessariamente pela reformulação dos padrões de relacionamento entre o Norte e o Sul.

A consciência da importância de uma ação diplomática coerente na busca de soluções ao mesmo tempo criativas e realistas para enfrentar a crise levou o Brasil a participar de diálogos de alto nível, como a Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Cancún, em que tive a honra de representar o Senhor Presidente da República, em 1981. No ano seguinte, o Presidente Figueiredo, nas Nações Unidas, fez vigoroso apelo

à reativação em termos concretos do Diálogo Norte-Sul.

No plano multilateral, vem o Brasil desenvolvendo intensos esforços no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) com vistas à obtenção de um tratamento diferenciado e mais favorável, no plano comercial, às exportações dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que, conforme notou o Presidente Figueiredo nas Nações Unidas, sustenta que os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando os seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação mundial.

No âmbito das Nações Unidas, as duas últimas Conferências sobre Comércio e Desenvolvimento (Manila, 1979, e Belgrado, 1983) não produziram resultados significativos a despeito da gravidade da crise da economia internacional. Na VI UNCTAD os resultados decepcionantes contrastam com a cuidadosa preparação e o espírito construtivo dos países em desenvolvimento, os quais, contudo, esbarraram em atitude totalmente intransigente dos países desenvolvidos.

A Reunião Ministerial do GATT de 1982 aprovou, além de declaração reconhecendo a gravidade da crise e seus efeitos especialmente perversos sobre as economias em desenvolvimento, programa de trabalho abrangendo as mais diversas áreas do comércio de mercadorias. Tal programa dá particular relevo a temas de interesse dos países em desenvolvimento. É forçoso reconhecer que a implementação de tal programa, decorridos quase dois anos da realização da Reunião Ministerial, está muito aquém dos mandatos então estabelecidos. Essa realidade, conjugada com iniciativas de certos países desenvolvidos para a realização de nova rodada de negociações comerciais, levou os países em desenvolvimento,

Partes Contratantes do GATT, a aprovar, no ano em curso, declaração na qual salientam que tal rodada careceria de credibilidade caso não fosse previamente cumprido o programa de trabalho da Reunião Ministerial, em especial nas áreas de interesse dos países em desenvolvimento, caso não fossem adotadas medidas de emergência em favor de tais países no campo comercial, visando a aliviar seus problemas de balanço de pagamentos.

Neste campo, vale advertir, ainda no que diz respeito ao GATT, que países desenvolvidos têm buscado ampliar a esfera de competência do Acordo, indicando a vontade de introduzir regras em áreas novas, que podem não ser convenientes aos esforços que os países em desenvolvimento fazem para fortalecer autonomia. Uma das "áreas novas" é a informática.

Consciente da importância de esforços nessa área, onde vem desenvolvendo trabalho pioneiro entre os países em desenvolvimento para assegurar base mínima de autonomia tecnológica e beneficiar-se dos frutos do progresso técnico, o MRE, na sua função de representação dos interesses externos do país, tem mantido atuação firme e ativa, nos foros multilaterais e em instâncias de diálogo bilateral, em defesa das políticas brasileiras de desenvolvimento autônomo.

Outra vertente não menos importante da ação externa do Brasil com vistas a encontrar soluções criativas para a crise é a do fortalecimento da chamada cooperação Sul-Sul. Em tal sentido, o Brasil participou ativamente, em 1981, da elaboração do chamado Programa de Ação de Caracas sobre Cooperação entre Países em Desenvolvimento, e desde então vem procurando estimular formas concretas de intensificação do relacionamento econômico-comercial com os países em desenvolvimento. Nesse contexto, cabe ressaltar a realização, no ano passado, no Brasil, de um Seminário sobre Exportação de Serviços, no contexto

do Programa de Ação sobre Cooperação entre Países em Desenvolvimento.

A esses esforços no plano multilateral se vêm somar as iniciativas que desenvolvemos no plano bilateral junto a nossos principais parceiros comerciais com vistas a garantir, e na medida do possível melhorar, o acesso de nossos produtos de exportação a seus mercados. O acirramento das pressões protecionistas, fruto da recessão e de políticas unilaterais adotadas pelos países industrializados, tem gerado numerosas questões contenciosas no plano comercial, às quais tem o Itamaraty dedicado enorme esforço diplomático, dentro da aguda preocupação de reduzir ou eliminar barreiras a nossos produtos e de salvaguardar o bom relacionamento político que temos com nossos parceiros comerciais desenvolvidos.

A ampla dimensão da dívida externa cria a necessidade de encontrar respostas para uma situação que angustia parcela considerável do mundo em desenvolvimento e levanta várias considerações ao êxito dos esforços realizados ao longo dos últimos anos no tocante à busca de melhores condições de vida para suas populações. Em tal sentido, vem o Brasil participando de esforços multilaterais, tais como a Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito, em janeiro deste ano, e, ainda, a Reunião de Cartagena, em junho último, com vistas ao lançamento de um debate político entre os Governos dos países devedores e os Governos dos países credores com vistas à adoção de medidas capazes de levar ao alívio dos ônus do endividamento. O Brasil tem tido atuação particularmente ativa na busca do diálogo político sobre a questão da dívida, tanto no plano do seguimento à Reunião de Cartagena quanto no plano das ações bilaterais, inclusive mediante a troca de correspondência sobre o assunto entre o Presidente Figueiredo e os Chefes de Governo dos principais países credores. Nesse contexto, são especialmente importantes os debates conduzidos semestralmente no Subgrupo Consultivo de Comércio com os Estados Unidos da Amé-

rica e a Comissão Mista Brasil—CEE, a qual se reuniu pela primeira vez em Bruxelas, em janeiro de 1984, órgão criado no contexto do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a CEE.

b) Produtos de Base

Nos últimos anos, o comércio de produtos de base refletiu as incertezas da economia mundial. A deterioração das cotações inseriu-se no quadro geral de recessão econômica que, da parte dos países desenvolvidos, vem sendo enfrentada por meio do protecionismo, e de políticas monetárias austeras. Tal conjuntura tem contribuído para dificultar a capacidade de recuperação dos países em desenvolvimento, obrigando-os a intensificar os esforços de resguardar as receitas de exportação.

Nesse contexto, a atuação brasileira tem-se pautado, principalmente, pela busca de:

- a) preços remunerativos e estáveis para os produtos de base;
- b) aumento do consumo e importação, especialmente por parte dos desenvolvidos, de produtos de base, inclusive os beneficiados ou processados;
- c) acesso dos produtos de base aos mercados dos países desenvolvidos, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias;
- d) coordenação de políticas de produção e comercialização, a fim de equilibrar a oferta e a demanda mundiais e evitar flutuações excessivas de preços.

O Brasil tem, assim, prestigiado, tanto em foros multilaterais quanto em organizações específicas criadas por acordos, as iniciativas que visam à consecução desses objetivos.

No plano multilateral, a UNCTAD foi o foro que melhor sistematizou as iniciativas de reorganização da estrutura do mercado de produtos de base, com a aprovação, em 1976, do Programa Integrado de Produtos

de Base (PIPB) e com o lançamento da idéia de constituição de um Fundo Comum para Produtos de Base, agente financeiro do Programa.

O PIPB representou tentativa de aglutinar em um único instrumento os esforços para solucionar os problemas dos produtos de base, por meio da conclusão de acordos sobre produtos comercializados internacionalmente. Até o presente momento, alcançaram-se acordos para açúcar, cacau, azeite de oliva, borracha natural, juta e madeiras tropicais.

A aprovação, em 1980, do Convênio Constitutivo do Fundo Comum, representou passo importante na implementação do PIPB, ao lançar as bases institucionais que assegurarão os recursos necessários à consecução dos acordos internacionais. Quando em vigor, o Fundo financiará estoques reguladores e, subsidiariamente, pesquisas e programas de desenvolvimento agrícola e de promoção de produtos de base. O Brasil assinou o Convênio do Fundo, em 1981, e depositou seu instrumento de ratificação em junho do corrente ano.

O Brasil vem participando intensamente das negociações de acordos de produtos de base, com ênfase variável conforme a importância do produto na economia nacional. Nesse sentido, ratificou em abril de 1982 o Acordo Internacional da Borracha Natural, o primeiro concluído no âmbito do PIPB (1979), do qual participa na qualidade de membro consumidor. O AIBN tem no seu Estoque Regulador o principal instrumento de intervenção no mercado. Desde que começou a operar em 1981, o estoque já interveio diversas vezes no mercado, com o objetivo de regularizar os preços da borracha natural no mercado internacional.

O Brasil também participou das negociações no âmbito do PIPB com vistas à celebração do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em Genebra, em 1983. O AIMT não contém cláusulas econômicas. Terá como objetivo promover a

cooperação entre produtores e consumidores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, reflorestamento e gestão florestal, informação de mercado e processamento a nível de país produtor.

Em que pese a existência do Acordo Internacional do Açúcar, o mercado deste produto caracterizou-se por declínio constante dos preços, que atingiram os níveis mais baixos dos últimos anos. Tal comportamento das cotações deveu-se sobretudo à não participação da CEE (maior produtor e exportador mundial) no Acordo. Não estando submetida às disciplinas daquele instrumento, pôde a CEE expandir livremente sua produção e exportação, por meio de uma política de subsídios, levando as cotações do produto a ponto extremo de depressão. Os EUA, por sua vez, ao implementarem uma política de proteção à produção interna, contribuíram para agravar ainda mais a situação do mercado internacional do açúcar. Tal política materializou-se com a adoção, em 1982, do sistema de quotas de importação, que limitou em mais de 50% as compras externas do produto. O Brasil, em particular, foi duplamente penalizado. Além de ter seu acesso àquele importante mercado limitado pelo sistema de quotas, passou a ser, com a implementação do plano de assistência à Bacia do Caribe, a partir de janeiro do corrente ano, o único país do hemisfério ocidental a ter suas exportações de açúcar sujeitas a gravames alfandegários naquele país.

O Acordo Internacional do Cacau de 1980, e atualmente em vigor, embora contemple dispositivos realistas, não logrou preencher seus objetivos de estabilização de preços, em razão, sobretudo, da escassez de recursos financeiros para o estoque regulador e da ausência do principal produtor (Costa do Marfim) e do principal consumidor (EUA). A Costa do Marfim não aderiu ao Acordo de 1980 em razão de sua discordância com os níveis da faixa de preços estabelecidos, julgados demasiadamente baixos. Os EUA, embora tivessem participado ati-

vamente das negociações do III AICacau, mantiveram-se, ao final, fiéis ao princípio do "livre jogo das forças de mercado". O Acordo Internacional do Cacau de 1980, que expiraria em 1º de outubro vindouro, foi prorrogado por mais um ano, e já se encontram em curso as negociações para o IV Acordo.

De todos os acordos com cláusulas econômicas de que participa, é o do café o que melhores resultados tem conseguido no ordenamento do mercado e na estabilização dos preços. O Convênio Internacional do Café de 1976, que expirou em setembro do ano passado, após ter sido prorrogado por um período de um ano, mostrou-se, a partir de 1980, quando suas cláusulas econômicas (quotas, controles e faixas de preço) passaram a operar, um mecanismo decisivo para a preservação da estabilidade no mercado.

O novo Convênio, atualmente em vigor, fruto de árduo processo de negociação, iniciado em janeiro de 1982, mantém, em suas linhas gerais, a estrutura básica do Acordo de 1976, incorporando, entretanto, com relação ao anterior, significativos avanços conceituais e aperfeiçoamentos técnicos, sobretudo no tocante às suas cláusulas econômicas.

Na atual conjuntura cafeeira mundial, caracterizada por excedentes em praticamente todos os países, e agravada por conhecidas dificuldades na comercialização, o Convênio de 1983, pelo mecanismo de quotas-preço, tem constituído instrumento útil para o disciplinamento do mercado do produto, com evidente benefício para produtores e consumidores.

Para o Brasil, o Convênio tem-se mostrado importante coadjuvante de nossa política de comercialização, sustentando razoavelmente as cotações externas, sem inibir o esforço de recuperação do mercado em que estamos empenhados desde 1980.

Paralelamente à sua atuação em acordos internacionais de produtos de base, o Brasil

é membro de organizações de produtores, como o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), a Aliança dos Países Produtores de Cacau, a Comunidade Internacional da Pimenta e o Instituto Internacional do Algodão, que se constituem em foros de consulta intergovernamental ou de estudo sobre questões relativas a cada um dos produtos específicos.

c) Política Financeira

O sistema financeiro internacional assistiu, nos últimos cinco anos, a uma crise de graves proporções. Quando a economia internacional ainda se recuperava do primeiro choque do petróleo de 1973-74, a segunda crise do petróleo, de 1979-80, representou um vigoroso e mais profundo golpe. A recessão que se seguiu e a elevação exponencial das taxas de juros colocaram a economia internacional diante de uma crise comparável à dos anos 30 e ainda mais abrangente. Tais dificuldades foram gravadas pelos problemas de pagamento enfrentados pela Polônia e pela declaração de moratória por parte do México, em novembro de 1982. A questão da dívida tornou-se verdadeiramente dramática sobretudo em consequência de decisões, tomadas na reunião do FMI e do Banco Mundial de setembro de 1982 em Toronto, que tornaram substancialmente mais rígidas as condições para os empréstimos privados aos países devedores. A consequência foi a retração violenta nos fluxos financeiros para alguns países em desenvolvimento, que foram perdendo capacidade de manter em dia seus pagamentos internacionais, e iniciaram então programas de renegociação de suas dívidas externas.

Foi diante desse quadro de crise que a diplomacia brasileira trabalhou, com vistas a trazer contribuições para o aprimoramento do sistema econômico internacional e o encaminhamento o mais adequado possível da questão da nossa dívida externa.

Parte fundamental desse trabalho diplomático residiu na formulação de um diagnós-

tico realista da gênese e dos desdobramentos da crise. Na visão brasileira, a crise financeira é apenas um dos aspectos — talvez o mais dramático — de uma crise mais profunda do sistema internacional. Suas raízes se localizam na incapacidade estrutural de o sistema montado em Bretton Woods fornecer respostas adequadas aos desafios crescentes da economia internacional.

Aquele arcabouço institucional do imediato pós-guerra compartimentalizou os sistemas de finanças e de comércio, tendo como principal traço de união a economia norte-americana. Sobretudo a partir dos anos 70, com a crescente interdependência entre aqueles dois sistemas, tornou-se essencial um tratamento coerente e integrado das questões de comércio e finanças. Tal requisito não foi cumprido e, como agravante, novos desequilíbrios emergiram.

Paradoxalmente, a crescente integração em escala internacional fazia-se acompanhar de uma perda e importância das entidades financeiras multilaterais. O crédito internacional privatizava-se. O financiamento do elevado déficit governamental norte-americano pressiona a níveis sem precedentes as taxas de juros, e, assim, gera dificuldades para o crescimento econômico nos demais países desenvolvidos e torna praticamente inviável o pagamento do serviço da dívida pelos países do Terceiro Mundo. Esse último problema é agravado pela retração do crédito internacional para diversos países em desenvolvimento.

Esse diagnóstico da crise — apenas esboçado anteriormente em suas linhas mais essenciais — serviu de base à ação diplomática brasileira, que se desenvolveu ao longo de duas vertentes principais que guardam entre si relação de coerência e complementaridade.

Num plano mais global e de mais longo prazo, o Brasil julgou indispensável dar continuidade aos esforços dos países em desenvolvimento em favor do aperfeiçoamento da ordem econômica internacional. Tal po-

lítica decorreu da verificação de insuficiências estruturais no atual sistema internacional e da conseqüente necessidade de superá-las para a retomada do crescimento em bases de maior equilíbrio e solidez. Dentro dessa mesma linha, inscreve-se o projeto de um tratamento integrado das questões de comércio, finanças e energia, que inspirou, por exemplo, a proposta de lançamento de Negociações Globais no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Ainda nessa perspectiva de âmbito mais global, o Brasil apóia propostas no sentido da reformulação de aspectos essenciais do sistema monetário internacional, tais como: aperfeiçoamento da composição e da supervisão da liquidez internacional; revisão do volume global de quotas do FMI; maior acesso dos países em desenvolvimento aos recursos dessa instituição; transformações dos Direitos Especiais de Saque no principal ativo de reserva internacional; utilização das condicionalidades do FMI de forma adequada às necessidades dos países em desenvolvimento, cujos problemas estruturais de ajustamento exigem mais longos prazos de carência e amortização aplicáveis aos recursos tomados do Fundo.

Paralelamente, a diplomacia brasileira procura lutar contra certas atitudes políticas que visavam a cindir as formas de ação conjunta dos países em desenvolvimento, indispensáveis a qualquer tentativa global de reformulação do sistema internacional. Nesse sentido, em diversas oportunidades, criticamos os conceitos de "gradação" e de "país recentemente industrializado", que distinguíam, entre os países em desenvolvimento, posições preferenciais com vários efeitos práticos, o que trazia conseqüências negativas para a conjugação de nossos esforços políticos.

A segunda vertente em que se desdobra a ação diplomática brasileira é a das iniciativas destinadas a produzir, no curto e médio prazo, resultados sensíveis para o encaminhamento mais adequado de problemas da

economia brasileira e, particularmente, da questão do endividamento externo.

Ressalto, a esse respeito, o pronunciamento do Presidente Figueiredo nas Nações Unidas, em 1982. Ao referir-se à situação insustentável de exacerbação do custo do serviço da dívida externa, considerou imprescindível que os países desenvolvidos se dispusessem a tomar iniciativas concretas com vistas à expansão dos fluxos financeiros e à adoção de uma nova política de taxas de juros.

Em junho de 1983, o Governo brasileiro enviava mensagem aos sete países industrializados participantes da Reunião de Cúpula de Williamsburg. Reiterava-se então a necessidade de firme decisão política no sentido de assegurarem-se condições favoráveis à retomada do crescimento sustentado da economia mundial, como alternativa válida à solução duradoura e conjunta dos problemas econômicos com que se defrontavam países do Norte e do Sul.

Posteriormente, em Quito, em janeiro de 1984, a Conferência Econômica Latino-Americana, da qual o Brasil participou ativamente, demonstrou a identidade de posições — raramente encontrada em reuniões do gênero — e exprimiu a semelhança de vicissitudes enfrentadas pelos países da reunião sob o peso da dívida externa e ao impacto de um sistema internacional carregado de componentes negativos para seus interesses.

Na Declaração de Quito, os países da região preferem a persuasão à confrontação. Reconhecem que "os esforços próprios não são suficientes para superar a crise, tornando-se indispensável a complementação do apoio externo, principalmente nas áreas de comércio e financiamento". Para tanto, "fazem um chamamento aos países industrializados sobre a gravidade da situação econômica da região e a necessidade de que participem, urgentemente, pela ação de seus Governos e dos organismos internacionais, de medidas que permitam à América Latina enfrentar a crise".

Os sucessivos aumentos das taxas de juros e o entorpecimento dos fluxos financeiros externos passaram a frustrar a consecução dos programas de ajustamento econômico acertados pelos países da região com a comunidade internacional. Diante dessas persistentes dificuldades, o encontro de Quito tornou mais intensa, no curto prazo, a busca de ação conjunta entre os países da região e preparou terreno para novas iniciativas ligadas à problemática do endividamento externo.

Assim, tornaram-se mais freqüentes as manifestações do Governo brasileiro e dos demais Governos da região a respeito dos efeitos perversos sobre o desempenho dos países em desenvolvimento, de políticas econômicas postas em prática por países desenvolvidos. Amadurecia a convicção da irreversibilidade de aprofundar-se a coordenação regional com vistas ao diálogo com os países credores.

A Reunião de Cartagena, na Colômbia, em junho último, cujo sentido político e desdobramentos econômicos foram já avaliados anteriormente, constituiu uma nova etapa, qualitativamente mais significativa ainda, desse processo de coordenação regional, com vistas ao equacionamento da questão do endividamento externo. Avançou-se, então, em direção à criação de um mecanismo de consulta e acompanhamento.

Essa análise retrospectiva dos últimos cinco anos de nossa política externa no âmbito das finanças internacionais nos revela algumas lições. Dentre elas, ressaltaria, em primeiro lugar, que, infelizmente, o diagnóstico quanto ao caráter estrutural da crise parece confirmar-se. A crise de endividamento externo e a distância em que nos encontramos de soluções efetivas seriam as manifestações mais visíveis do grau de realismo daquele diagnóstico.

Finalmente, parece possível extrair o ensinamento de que, embora bloqueados, os caminhos não estão inteiramente fechados. E o eventual encaminhamento de soluções

não poderá emergir de iniciativas exclusivamente técnicas. É preciso perseverar no trabalho político de sensibilizar os países credores da necessidade de repartir o ônus do processo de endividamento com os países devedores.

d) **Energia e Recursos Minerais**

Os últimos cinco anos são um período de grandes transformações em escala internacional no campo da energia. São os anos do segundo choque do petróleo, que emergiu no bojo da Revolução Iraniana e produziu a duplicação de preços em 1979—1980. São anos de êxito para as políticas conservacionistas em vários países e, de forma muito expressiva, no Brasil. Tais políticas, mais a recessão internacional, levariam a uma redução na demanda global de petróleo, o que faria com que os preços tivessem uma trajetória de estabilidade a partir dos picos alcançados em 1979—1980. A unidade da OPEP e sua capacidade de fixação de preços sofreram as conseqüências da citada redução da demanda em escala internacional e da declinante participação da organização na produção global de petróleo, em virtude da diversificação de áreas produtoras, tais como o México e o Mar do Norte.

O segundo choque do petróleo teve um impacto mais profundo ainda que o ocorrido nos anos 1973—74, uma vez que a economia internacional ainda procurava refazer-se da primeira crise petrolífera. Assim, o novo quadro energético colocou para o Brasil desafios de grande complexidade. Era necessário responder de forma criativa e dinâmica aos novos problemas que envolviam desde necessidades de inovação tecnológica até redimensionamento de relacionamentos internacionais.

Para o Brasil, o processo de ajustamento a essa nova conjuntura energética internacional deixou de ser uma questão de opção política e transformou-se em inadiável imperativo econômico. Era essencial inovar.

A diplomacia brasileira tem papel funda-

mental na construção desse caminho de mudanças. Num primeiro momento imediato à segunda crise, era necessário assegurar suprimentos, diante de uma conjuntura particularmente adversa aos países consumidores, pois o nível de demanda era elevado e os volumes de produção se retraíam drasticamente em virtude da Revolução Iraniana, que determinou subitamente a retirada do mercado de quase 5 milhões de barris diários de petróleo.

Atuando em estreita cooperação com as áreas técnicas, a contribuição de nossa diplomacia ao esforço de assegurar suprimentos de petróleo desenvolveu-se em duas vertentes. Numa primeira fase, quando precisávamos dos fornecimentos dos países da OPEP, colhemos os dividendos resultantes do fato de termos tido nos últimos anos uma política externa que logrou alcançar, no mundo árabe e em outros setores dos países produtores de petróleo, respeito e confiança pela continuidade de suas atitudes com relação às grandes questões do Oriente Médio e pela relevância dos laços concretos que foram criados ou, como no caso da Venezuela e México, significativamente fortalecidos. Numa etapa posterior, quando o importante era diversificar fontes de suprimento energético — canalizando maior volume de importações para países como Venezuela, México, Angola e China — fomos beneficiados pelos contatos intensos e pela boa convivência que cultivamos com os demais países latino-americanos, pela nossa ativa política africana e pelas iniciativas diplomáticas no continente asiático, que receberam novo impulso com o aprofundamento das relações diplomáticas com a China, estabelecidas há 10 anos.

A esse trabalho diplomático correspondia, no âmbito interno, um intenso e inovador esforço de pesquisa, de aperfeiçoamento de métodos de trabalho, de descoberta de novas técnicas de produção. Dessa união de esforços no plano externo e interno emergiram resultados verdadeiramente excepcionais. A dependência externa passou de 37,5%, em 1979, para 22,2%, em 1983, co-

mo consequência de um grande aumento da produção de energia primária e a consequente diminuição das importações.

Esse resultado deveu-se a um intenso programa interno no sentido de incrementar a produção de fontes tradicionais, como o petróleo, o carvão e a hidreletricidade e, concomitantemente, desenvolver a produção de fontes novas, como a biomassa, a energia eólica, o biogás e outras. Merece destaque o expressivo aumento da produção de petróleo, tendo-se atingido os 500 mil barris/dia em julho de 1984, e do álcool como combustível, tendo-se obtido 8,1 bilhões de litros de álcool na última colheita, equivalente a 110 mil barris/dia de petróleo.

O êxito brasileiro na redução da dependência energética externa e no desenvolvimento de tecnologias de fontes alternativas de energia, por sua vez, tem ensejado uma série de novas iniciativas na área internacional. Por um lado, vários países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina e na África, têm procurado conhecer a experiência brasileira nesse campo e têm manifestado interesse em uma cooperação com o Brasil para desenvolver seu potencial próprio. Por outro lado, o Brasil vê nessa área novas possibilidades de exportar tecnologia e produtos energéticos.

Assim, a cooperação brasileira com países em desenvolvimento na área da energia tem-se desenvolvido bastante. Na América Latina, essa cooperação tem-se feito sobretudo no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), onde já foram realizados com assessoria brasileira levantamentos de recursos carboníferos, balanços e planejamento energéticos e programas para a utilização do álcool como combustível. Também como decorrência da participação brasileira na OLADE foram concluídos Protocolos de Intenção para a cooperação energética bilateral com os seguintes países: Uruguai, Nicarágua, Guiana, Jamaica, Costa Rica, Haiti, Peru e Guatemala.

Além da OLADE, há também cooperação brasileira com vários países latino-americanos através da Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER) para a América do Sul, e da Assistência Recíproca Petrolífera Estatal Latino-Americana (ARPEL).

Na África, a cooperação energética tem sido sobretudo bilateral, através do intercâmbio de técnicos, da ida de missões brasileiras à África e africanas ao Brasil e da venda de serviços à África. Sob a coordenação do Itamaraty, várias instituições brasileiras têm participado dessa cooperação. Destacam-se a Petrobrás/Braspetro, a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (STI/MIC), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a Eletrobrás e a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB).

No âmbito multilateral, merece ser citada a participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Energia, em Nairobi, em agosto de 1981, e nas iniciativas do Programa de Cooperação Econômica de Países em Desenvolvimento do Grupo dos 77.

Outro setor em que a diplomacia brasileira atuou nos últimos cinco anos foi o da energia nuclear. Atuou de várias formas. Em primeiro lugar, o Itamaraty, em coordenação estreita com os demais órgãos brasileiros na área, tem procurado defender as condições internacionais para que se cumpra plenamente o Programa Nuclear Brasileiro. Hoje, na comunidade internacional, não existem quaisquer dúvidas sobre o sentido pacífico de nossos objetivos, voltados para a garantia de suprimento energético e o progresso científico. São bem conhecidas as dificuldades que o Programa atravessa, diante, basicamente, de limitações financeiras. Os ajustamentos realizados não prejudicam, contudo, a realização das metas essenciais do Programa.

O progresso já realizado na área técnica, o fato de que somos o quinto produtor mundial de urânio, o sentido pacífico de nosso

programa, o aprofundamento dos mecanismos de cooperação com países em desenvolvimento são alguns dos fatores que estão na base da outra modalidade de atuação da diplomacia na área nuclear. Estimulamos, nos últimos anos, importantes acordos e memorandos de entendimento no setor de energia nuclear com a Argentina, o Chile, a Colômbia, o Iraque, o Peru, a Venezuela, a China, e, também, a Espanha. A área é extremamente promissora para a cooperação internacional, e alguns progressos notáveis, tanto no diálogo político quanto na cooperação técnica, já foram alcançados no âmbito desses instrumentos bilaterais.

Ainda no âmbito bilateral, mencionaria que segue fluido e bem organizado o diálogo com um dos parceiros centrais para a cooperação nuclear com o Brasil, que é os EUA. Um dos grupos de trabalho bilateral, criado pelos Presidentes Reagan e Figueiredo, em 1982, tratou justamente de energia nuclear, permitindo a superação do problema representado pelas exigências unilaterais dos EUA para o fornecimento de serviços de enriquecimento de urânio para as recargas de Angra I.

Temos buscado intensificar nossa presença e nossa atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Apoiando firmemente a Agência como foro central para a consideração dos temas nucleares internacionais, temos procurado melhor equilíbrio na atuação da Agência, defendendo a dinamização das suas funções de prestadora de assistência e cooperação técnicas, e procurando colocar em perspectiva adequada as suas ações na área de salvaguarda, hoje excessivamente valorizadas pelas grandes potências nucleares.

No que tange aos minerais, em 1979, o Brasil era exportador líquido de ferro, manganês e estanho, importando grandes quantidades de alumínio, cobre, níquel e zinco. Desses últimos, sobretudo o alumínio e o

cobre constituíam um grande peso na balança comercial brasileira, já que suas importações atingiram respectivamente cerca de US\$ 159 milhões e US\$ 369 milhões naquele ano.

Ao fim de 1983, o Brasil já era exportador líquido de alumínio (US\$ 261,9 milhões de exportação nesse ano) e as importações de cobre haviam-se reduzido muito, atingindo a US\$ 101,7 milhões.

No campo mineral, os esforços internacionais do Brasil têm-se desenvolvido no sentido de garantir mercados para seus excedentes exportáveis numa época de crise internacional em que as iniciativas protecionistas têm-se multiplicado e num setor onde as correntes comerciais são muitas vezes controladas por grandes empresas transnacionais.

Nesses últimos cinco anos, o balanço das nossas realizações na área energética e de recursos minerais no âmbito internacional indica claramente que a política externa brasileira foi instrumento essencial à consecução dos nossos objetivos prioritários no setor, quais sejam: a redução da dependência energética, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, a continuidade do esforço por conquistas tecnológicas na área nuclear, o ajustamento do programa nuclear às novas realidades econômico-financeiras e a transformação do país em importante exportador de alguns minerais que antes importava em larga escala.

e) Transportes e Comunicações

A política brasileira no setor de transportes internacionais tem constituído, ao longo dos últimos cinco anos, importante instrumento para a realização dos objetivos de nossa política externa: no plano econômico, tem contribuído para maior economia de divisas através da agregação de maior carga transportada em navios de bandeira brasileira; no plano político-comercial, tem criado condições para fluxos inovadores de comércio, através da abertura de linhas

pioneiras de navegação marítima com apoio governamental.

O Brasil tem presença marcante na Organização Marítima Internacional (IMO), tendo sido reeleito, em 1983, para integrar o Conselho da Organização, juntamente com alguns países com maior interesse no comércio marítimo internacional.

No setor do Transporte Aéreo, verificou-se o início das ligações aéreas com a Nigéria (1979), Moçambique (1982) e Angola (1983).

Foram restabelecidas, pela importância que representam para o Brasil, as relações no campo da aviação civil com a Guiana em 1982, interrompidas três anos antes, em razão do pequeno tráfego existente. Para intensificar o intercâmbio aéreo com o Norte do Continente, foi assinado Acordo de Transporte Aéreo com o Suriname, em 1981.

Em 1981, o Brasil denunciou o Acordo de Transporte Aéreo com os EUA (1946), o qual foi substituído, em 1984, por Memorando de Consulta, cuja validade cessa em novembro do corrente ano.

Na Organização Aérea Civil Internacional (OACI), foro internacional que trata das relações aéreas entre a quase totalidade dos Estados Membros das Nações Unidas, o Brasil foi reeleito, em 1983, para o Conselho da Organização, na Categoria I, que congrega os Estados de maior importância no intercâmbio aéreo.

No setor de Transporte Terrestre, o Brasil procedeu à ratificação, em 1982, do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, firmado em 1977, com os demais países do Cone Sul e, em 1982, celebrou-se com a Venezuela o Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga.

Na área das comunicações, o Brasil concretizou as negociações com o Canadá, com vistas a fazer fabricar naquele país o primei-

ro satélite doméstico brasileiro, que será colocado em órbita em 1985. Em 1980, foram assinados, em Montevideu, dois Acordos Tripartites entre Brasil, Argentina e Uruguai, referentes aos serviços de telecomunicações nas áreas de fronteiras. Os acordos firmados destinam-se a evitar mútuas interferências prejudiciais aos serviços.

O candidato brasileiro para o posto de Diretor-Geral da União Postal Universal foi eleito, com expressiva votação, em 1984, para a chefia daquela entidade, que é a mais antiga organização internacional.

PROMOÇÃO COMERCIAL

O serviço de promoção comercial do Itamaraty tem por finalidade precípua apoiar a política de comércio exterior, à luz das diretrizes de política externa do Governo. Constitui um dos instrumentos que conjugam a ação do empresário nacional com as iniciativas do Estado no plano internacional.

A atenção do Itamaraty suplementa e cataliza a ação empresarial, que não pode ser substituída. O agente diplomático não realiza atos de negócios, mas apenas cria condições propícias às transações comerciais, preservando a necessária isenção que reforça sua qualidade de interlocutor de Estado a Estado.

As atividades de promoção comercial com crescente frequência não podem prescindir de atos de negociação — campo primordial da ação diplomática — seja para furar ou remover barreiras comerciais, seja para dar assistência a transações administrativas. Desse modo, a ação do Itamaraty na área comercial enseja nova temática inclusive na agenda política de alto nível, que o Presidente Figueiredo tem privilegiado em sua correspondência pessoal ou em encontros com outros Chefes de Estado no Brasil e no exterior.

A diversificação especial de mercado, obje-

tivo de comércio exterior, tornou-se cada vez mais ampla com a abertura diplomática de caráter universalista empreendida pelo Itamaraty. Enquanto em 1970 o Brasil exportava para 35 países, em 1981 vendeu produtos brasileiros em 89 mercados.

O Ministério das Relações Exteriores tem oferecido três tipos de vantagens administrativas para aperfeiçoar e dinamizar o apoio institucional às exportações:

- a) a tradição de sua organização, com ampla experiência acumulada de atuação no exterior e um corpo profissional eficiente e versátil;
- b) condições favoráveis à economia de despesas, pelo aproveitamento, a custos marginais, das instalações e dos diversos serviços administrativos, os quais são compartilhados com os setores de promoção comercial que se montaram nas repartições consulares e diplomáticas;
- c) flexibilidade de infra-estrutura, distribuída em grande número de países e, por conseguinte, suscetível de ser modulada conforme prioridade de mercado.

Em termos mais específicos, convém realçar, entre os resultados mais expressivos desse processo nos últimos cinco anos, os seguintes: o Brasil consolidou-se como exportador de serviços, expandiu consideravelmente as exportações em setores novos, tais como produtos siderúrgicos, veículos, unidades industriais e equipamentos militares, frangos congelados; incorporou alguns países asiáticos e africanos como parceiros comerciais; e procurou sensibilizar os setores produtivos do país para a importância do mercado externo numa conjuntura de redução da demanda interna no Brasil.

Na área de prestação de serviços, progressos significativos foram alcançados, sobretudo nos setores de hidráulica, infra-estrutura de transportes e de construção civil. Concluiu-se recentemente a construção de ferrovia no Iraque, orçada inicialmente em US\$ 1,2 bilhão e cuja construção durou 5 anos, e

encontram-se em fase de construção: hidrelétrica na Colômbia e no Peru; represas na Argélia e no Uruguai; rodovia no Iraque, na Bolívia e no Congo; e canal de navegação e drenagem no Iraque. Firms brasileiras de consultoria e projeto encarregam-se também da realização de projetos para as seguintes obras: aeroporto de São Tomé e Príncipe, metrô de Bagdá, campo carbonífero em Moçambique, eletrificação rural em Guiné-Bissau, e empreendimentos agrícolas para produção de soja, milho e outros cereais em Angola e Costa do Marfim.

Na área de manufaturados, digna de registro foi a capacidade de adaptação, para superar a recessão interna e externa, dos setores siderúrgico, automobilístico e de bens de capital e, em menor escala, de equipamentos ferroviários. Neste sentido, merecem referências as grandes vendas de veículos para o Iraque — 50 mil carros, nos últimos dois anos, e possivelmente 105 mil veículos, nos próximos três anos; produtos siderúrgicos para o Irã; equipamento ferroviário para a Jordânia, Arábia Saudita, Tunísia e Angola, entre outros; refinaria de estanho para a Tailândia; e usinas de álcool e açúcar para diferentes países.

Cresceram as vendas de material de emprego militar para o mercado externo. São operações comerciais que, por sua natureza, não podem efetivar-se sem controle governamental específico, como, aliás, ocorre em todos os países que participam do mercado. Os volumes e tipos de equipamento militar brasileiro exportado não lhes conferem, em princípio, capacidade de influir decisivamente sobre conflitos.

As operações comerciais acima exemplificadas um tanto assistematicamente não teriam sido possíveis ou pelo menos dificilmente se viabilizariam nesse lapso de tempo sem o empenho que o Presidente Figueiredo vem emprestando à ação diplomática voltada para o apoio às exportações. O próprio Presidente Figueiredo, aliás, tomou a iniciativa em diversas ocasiões de fazer-se acompanhar, em suas visitas oficiais a paí-

ses amigos (Venezuela, Paraguai, Argentina, Chile, França, Peru, Portugal, Colômbia, Estados Unidos da América, Canadá, Japão e China), de grupos empresariais, facilitando e privilegiando, assim, a cooperação direta entre os agentes econômicos, paralelamente a atos e eventos de alto significado diplomático.

O Itamaraty se preocupa não só em modernizar o seu aparelho de apoio à comercialização externa, mas também de buscar novas modalidades e esquemas de assistência ao empresário nacional, como a instalação de ampla rede de processamento eletrônico de dados, que permite a transmissão imediata de informações valiosas para o exportador. Os benefícios do sistema se fizeram sentir logo e com excelentes resultados nos mercados dos países industrializados, onde, apesar das tendências protecionistas, muito se pode realizar com a diversificação de produtos oferecidos.

Para os países em desenvolvimento, cuja capacidade de importação, nos últimos anos, se restringiu em virtude da crise financeira, a ação do Itamaraty procura criar novas modalidades de apoio às exportações, tais como: incentivos a mecanismos de comércio; negociações, em nível diplomático, de esquemas de financiamento, às vezes mesmo com recursos de organismos multilaterais; e utilização de instrumentos de cooperação econômica e técnica capazes de gerar, a curto ou longo prazos, oportunidades de venda de produtos e serviços. Em coordenação com os órgãos públicos, promovem-se seminários de tecnologia e concebem-se esquemas de oferecimento de projetos de previabilidade, visando sempre a divulgar a capacidade tecnológica brasileira entre os parceiros do mundo em desenvolvimento, onde, apesar de escassez de recursos financeiros, há muito o que explorar com a ajuda de instituições internacionais ou regionais que lhes prestam assistência para o desenvolvimento.

A capacidade instalada do Itamaraty para a promoção das exportações brasileiras per-

mitiu, malgrado as limitações, o alcance dos seguintes resultados, no período 1979–1984:

- manutenção e administração de uma rede de 111 Setores de Promoção Comercial em todo o mundo;
- formação de 107 especialistas em promoção comercial, destinados ao mercado de trabalho nacional;
- captação de cerca de 260.000 oportunidades concretas de negócios;
- disseminação, no Brasil, de 25 milhões de peças de informação sobre oportunidades e mercados;
- distribuição, no exterior, de cerca de 6 milhões de exemplares da Revista Brasil Comércio e Indústria;
- realização de 358 mostras comerciais, servindo a cerca de 5.000 expositores e com vendas declaradas de US\$ 1,5 bilhão;
- montagem de extensa rede internacional de teleprocessamento de dados dedicada a promoção comercial.

Com relação às atividades operacionais do sistema de promoção comercial, é importante assinalar o seguinte:

- a) mais da metade das informações comerciais é coletada nos países desenvolvidos. Essas informações dizem respeito a oportunidades comerciais concretas, concorrências públicas e indicadores de mercado, e são processadas e distribuídas aos empresários nacionais;
- b) cerca de 60% do pessoal dedicado à promoção comercial no exterior se encontra lotado em países desenvolvidos;
- c) quase 70% dos terminais do sistema de processamento eletrônico de dados se encontram localizados em países desenvolvidos;
- d) cerca de 60% dos exemplares da Revista Brasil Comércio e Indústria são distribuídos em países desenvolvidos;

- e) também as feiras e exposições organizadas pelo Itamaraty se concentram em mais de 60% nos países industrializados;
- f) os seminários destinados a promover setores específicos de tecnologia brasileira perante audiências previamente selecionadas têm-se realizado exclusivamente em países do Terceiro Mundo como Peru, Chile, Colômbia, China, Tailândia, Malásia, Nigéria, Togo e Costa do Marfim;
- g) a quase totalidade das atividades de apoio direto a operações comerciais específicas que requerem a intervenção política do Estado se concretizou nos países em desenvolvimento. É o caso, por exemplo, das grandes obras públicas que empresas brasileiras vêm realizando no exterior, e das vendas de serviços de engenharia.

No período de 1979 a 1984, as atividades de promoção comercial do Itamaraty foram substancialmente afetadas pelas restrições orçamentárias impostas pela necessidade do Governo de controlar o processo inflacionário.

A superação dessa fase tem sido conseguida graças não só ao aumento da eficiência, mormente com o recurso ao processamento eletrônico de dados, mas também pela procura do apoio de outras entidades, inclusive mediante convênios. Entre elas destacam-se o Banco do Brasil, o BNDES, a FINEP, o CNPq, a CINGRA, o CEBRAE e a CACEX, que têm participado, alguns financeiramente e outros completando parcelas de atividades, do esforço de promoção das exportações brasileiras conduzido pelo Itamaraty.

O Itamaraty hoje dispõe de aparelho administrativo perfeitamente moldado para dar apoio decisivo às vendas externas. Desenvolveu instrumental técnico e formou equipe especializada de agentes de promoção comercial plenamente capacitados para o ofício que lhes é confiado. A organização que assim se estruturou é, aliás, considerada

modelar pelo International Trade Center do GATT/UNCTAD, que tem encaminhado estagiários de outros países em desenvolvimento para participar de programas de treinamento "on-the-job" no Itamaraty, na área de promoção comercial. Esta mesma entidade está interessada na aquisição do conhecimento desenvolvido pelo Itamaraty com a rede internacional de teleprocessamento, para repassá-lo aos demais países em desenvolvimento que desejem dinamizar seus serviços de promoção de exportações.

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A cooperação técnica, científica e tecnológica cresce de forma notável nos últimos cinco anos, e ganha novos contornos. Três desenvolvimentos caracterizam o período:

- i) o Brasil consolida o processo de passagem da condição de país recipiendário para a de país fornecedor de cooperação técnica;
- ii) inova-se significativamente na área da cooperação em ciência e tecnologia, e, diante de nossa capacitação, emergem formas de cooperação com conteúdo tecnológico;
- iii) as formas de cooperação brasileira tornam-se uma das modalidades dinâmicas e eficazes de cooperação Sul-Sul, e têm tido, portanto, a importância política de ampliarem o escopo de nossos contatos com parceiros em desenvolvimento.

No âmbito da cooperação técnica, o Brasil fortaleceu sua atuação em duas vertentes: enquanto país ainda recipiendário, buscou maximizar esforços com vistas à eficiente utilização dos escassos recursos financeiros disponíveis a nível mundial para esse tipo de atividade, canalizando-os para os setores de maior impacto econômico e de maior rentabilidade custo-benefício. Procurou também, através da realização de reuniões intergovernamentais e de sessões de grupos

de trabalho, ativar a cooperação bilateral recebida, principalmente, da República Federal da Alemanha, Canadá, Japão, França, Itália e Espanha, e chegou a concretizar com alguns deles amplos programas propiciadores de transferência de tecnologia para o Brasil em setores de interesse nacional.

Multilateralmente, o Brasil também intensificou seu relacionamento, seja com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), seja com a Organização dos Estados Americanos (OEA), conseguindo obter a participação dos mesmos em projetos de alta densidade tecnológica.

Nos últimos anos, entretanto, tendo em vista o desenvolvimento econômico atingido e a infra-estrutura institucional instalada de pesquisa científica e tecnológica, de modernização administrativa e gerencial e de formação de recursos em todos os níveis, a comunidade internacional passou a recorrer cada vez mais ao nosso país como fonte alternativa ou suplementar de cooperação para o desenvolvimento de terceiros países.

O crescimento da cooperação técnica prestada foi de tal ordem — só em 1982, 360% com relação ao ano anterior — que o Brasil teve que empreender um esforço considerável para mobilizar recursos internos e externos — estes últimos captáveis junto a entidades financeiras e organismos internacionais — que o habilitassem a atender à demanda crescente de parceiros que desejam cada vez mais a colaboração brasileira na implementação de projetos específicos de desenvolvimento sócio-econômico.

Os esforços de cooperação técnica foram, nos últimos anos, canalizados preferencialmente para duas regiões: América Latina e África. No caso da América Latina, estimulou-se a execução de projetos conjuntos que objetivassem o enriquecimento técnico e tecnológico das partes envolvidas mediante, sobretudo, o fortalecimento de instituições nas diversas áreas de desenvolvimento. Na África, a atuação brasileira concentrou-se, inicialmente, em programas de formação

de recursos humanos e, posteriormente, na criação e fortalecimento de instituições técnicas e de centros de formação e pesquisa, principalmente nas áreas de agricultura e agroindústria. São essas, portanto, instâncias bem sucedidas de cooperação horizontal, de cooperação entre os países do Hemisfério Sul.

Cumprindo finalmente frisar que a cooperação técnica prestada, ainda que inserida num contexto maior de solidariedade e aproximação dos povos, possui conotação nitidamente econômica, já que tem tornado viáveis oportunidades para empresas brasileiras exportarem bens e serviços.

Quanto à cooperação em ciência e tecnologia, tem a mesma, cada vez mais nesses últimos anos, se revelado instrumento eficaz de nossa política externa. Tal atividade, que era pouco desenvolvida até relativamente pouco tempo, por não se reconhecer ao Brasil capacidade tecnológica suficiente para atuar em nível de igualdade com os eventuais parceiros, nesses últimos cinco anos aumentou substancialmente não só com países desenvolvidos mas também com os em desenvolvimento e, o que é mais significativo, os vários acordos assinados passaram a incluir, além da colaboração científica — basicamente o intercâmbio interuniversitário — a cooperação tecnológica, quando não mesmo industrial.

Por um lado, procurou-se aumentar a colaboração com países altamente desenvolvidos, pelo benefício que nos advém da pesquisa conjunta, do intercâmbio de especialistas e professores, da seleção da tecnologia mais adequada à realidade nacional, trazendo-a, sempre que possível, em “pacotes abertos”, para que pudesse ser incorporada integralmente ao próprio processo produtivo. Nessa linha de ação conseguiu-se a assinatura de Acordos de Cooperação Científica-Tecnológica com os EUA e, após anos de intenso esforço político e diplomático, com o Japão, além da intensificação da cooperação com países como a República Federal da Alemanha e a França.

O Brasil vem colaborando igualmente com países de semelhante ou menor desenvolvimento relativo. Trata-se de trabalho frutífero através do qual experiências bem-sucedidas são intercambiadas com proveito mútuo no campo da pesquisa científica ou no da aplicação tecnológica adequada, tendo como no caso da cooperação técnica prestada, resultado inclusive na exportação de bens e serviços brasileiros.

Nesse sentido, o Brasil negociou e assinou instrumentos bilaterais de cooperação com quase todos os países da América Latina e com alguns da Ásia e da África. Cabe aqui menção especial ao Acordo firmado com a República Popular da China, que já propiciou intercâmbio de várias missões capazes de identificar possibilidades de cooperação de interesse considerável.

Ainda no campo da ciência e tecnologia, desenvolveu-se o SICTEX — Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior — com o objetivo de captar, através de Embaixadas selecionadas, informação científico-tecnológica que não pode ser obtida comercialmente e sua disseminação à comunidade brasileira interessada. Objetiva ainda o SICTEX divulgar a tecnologia brasileira com fins de eventual aproveitamento externo.

Em suma, pode-se hoje afirmar que a cooperação técnica, científica e tecnológica, tomada como um todo, constitui instrumento cada vez mais útil de consecução de política externa. Os recursos orçamentários para esse fim são ainda inadequados, por motivos óbvios. Mas o esforço vem lançando bases seguras para o futuro e provando experiência inestimável.

DIFUSÃO CULTURAL

Uma diplomacia que se funda sobre a autenticidade nacional, que acredita no entendimento e na cooperação, que aspira a servir à paz e ao progresso e que busca ampliar a presença brasileira no mundo, toma ne-

cessariamente na ação cultural externa uma de suas formas mais fecundas e permanentes.

Essa ação, quer sob seu aspecto educativo, de ensino da língua e da cultura brasileira, quer sob o da divulgação do Brasil e da difusão de seus valores, exerce-se, de modo discreto e continuado, para ter efeitos que se prolongam no tempo, permeando as relações internacionais da simpatia nascida do bom conhecimento, e sobrepondo-se muitas vezes a contingências de crises ou pelo menos, as amenizando.

O que se propõe a ação cultural do Brasil no exterior é a aceitação e a compreensão do que é o homem brasileiro. Por isso, volta-se para seus valores com vocação de permanência, ao mesmo tempo que busca modernizar os métodos de trabalho e ampliar as áreas de atuação.

A atividade educativa desenvolve-se nas Casas do Brasil em Londres e Madri e em 19 Centros de Estudos Brasileiros – em Assunção, Barcelona, Bogotá, Buenos Aires, Cabo Verde, Caracas, Georgetown, La Paz, Lima,

México, Milão, Montevideu, Panamá, Paramaribo, Quito, Roma, Santiago, São José da Costa Rica e Washington –, com uma freqüência que já ultrapassa os 5 mil alunos anuais. Não se reduz a esses centros o ensino da língua e da cultura do Brasil no exterior. Ele se processa também através de uma rede de leitorados universitários, em Abidjã, Acra, Bári, Buenos Aires, Dacar, Gdynia, Genebra, Houston, Ifé, Londres, Nápoles, Nova Delhi, Paris, Port-of-Spain, Roma, Viena e Zurique.

Todas essas instituições são excelentes instrumentos da divulgação do Brasil e da difusão de sua cultura, que se completam com o patrocínio de traduções de autores brasileiros, a organização de exposições, a promoção de concertos e recitais, a montagem de semanas de cinema, a participação nas grandes bienais de artes plásticas e nos grandes festivais cinematográficos, a utilização do rádio e da televisão, a participação em colóquios internacionais e o apoio a intelectuais e artistas no exterior. Será sempre de toda importância a cooperação de outros órgãos de Governo, e de entidades privadas.

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros da tailândia

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Tenente-Brigadeiro Siddhi Savetsila, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 11 de setembro de 1984, por ocasião de jantar oferecido ao Chanceler tailandês.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, desejo apresentar a Vossa Excelência e a toda sua ilustre comitiva, as boas-vindas ao nosso país. A presença de Vossa Excelência e de sua delegação entre nós atesta com clareza o amadurecimento experimentado pelas relações entre o Brasil e a Tailândia nos últimos anos. Estamos seguros de que esta visita será mais uma contribuição para o estreitamento de nossa amizade e cooperação.

O Brasil vê na Tailândia, Senhor Ministro, um país de história antiga e gloriosa, que empenha todos os seus esforços na construção de seu futuro. A característica de nunca haver sido submetido a um regime colonial, singulariza seu país no contexto dos países em desenvolvimento e, no plano regional, do Sudeste Asiático. Tal como o Brasil, a Tailândia transita da condição de país essencialmente agrícola para a de um país dotado de significativo parque industrial. Conscientes das grandes potenciali-

dades de seus povos, a Tailândia e o Brasil encaram o futuro com confiança e não se deixam abater com o surgimento ocasional de dificuldades. O fato de compartilharmos a situação de países em desenvolvimento, com problemas e potencialidades comuns, é um fator importante de aproximação. O seu país, Senhor Ministro, é, tal como o Brasil, rico em recursos naturais e está empenhado em utilizá-los de forma racional, visando, antes de tudo, à elevação do nível de vida de sua gente.

Senhor Ministro,

Os contatos entre os nossos países têm sempre sido caracterizados pela amizade e correção. Caberia recordar que nos honraram, em período recente, com sua presença, o Presidente do Conselho de Política Nacional e o Vice-Ministro da Agricultura e Cooperativas da Tailândia. Em março do corrente ano, tivemos a satisfação de receber a visita de missão econômica tailandesa, chefiada pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Essa missão revelou-se extremamente proveitosa, como oportunidade para

uma análise conjunta do intercâmbio econômico bilateral. E agora Vossa Excelência, que há mais de quatro anos conduz com firmeza e serenidade a diplomacia de seu país, nos dá o prazer de sua visita. Não poderia ter sido mais significativa a comemoração do jubileu de prata de nossas relações diplomáticas, estabelecidas com Embaixadas permanentes em 1959.

Senhor Ministro,

A crise econômica mundial iniciada na década passada acarretou, entre outras consequências, uma alta alarmante das taxas de juros nos mercados internacionais de capitais e o recrudescimento de tendências protecionistas nos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, a despeito dos esforços empreendidos para se ajustarem a essa nova situação, têm sido severamente por ela afetados.

Particularmente preocupante para os nossos países, como bem sabe Vossa Excelência, são os fenômenos, já observados de longa data e até hoje presentes, representados pela oscilação dos preços dos produtos primários de exportação. Vemos, com satisfação, que o Governo tailandês compartilha a nossa justa preocupação com esse estado de coisas.

Temos acompanhado com grande interesse, Senhor Ministro, o trabalho de estabilização política e integração econômica desenvolvido pela Associação de Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN, de cuja fundação participou ativamente a Tailândia.

Registro com satisfação que o Brasil vem apoiando, no âmbito das Nações Unidas, as Resoluções apresentadas pela ASEAN à Assembléia Geral sobre a situação no Cam-pucheia. Encontramo-nos, portanto, de acordo em solicitar a retirada das tropas invasoras daquele país, sob supervisão de força de paz das Nações Unidas; em reclamar a restauração da sua independência e o respeito aos princípios de não-intervenção; e em preconizar a realização de eleições li-

vres no país e a observância da sua neutralidade.

É também de assinalar-se que os princípios enunciados pelos Chefes de Governo da ASEAN durante a Conferência de Bali, em 1976, no tocante à cooperação internacional, são plenamente compartilhados pelo Brasil e oferecem amplo terreno para ação conjunta.

Senhor Ministro,

As relações entre o Brasil e a Tailândia têm-se expandido e diversificado gradualmente. O comércio bilateral, posto que de valores totais irregulares, tem apresentado tendência ascendente ao longo do tempo. O Brasil é hoje o maior supridor latino-americano do mercado tailandês. Em visitas que fizeram à Tailândia, em 1981 e 1982, missões comerciais brasileiras, identificaram apreciáveis oportunidades de cooperação econômica. O Acordo de Comércio e Pagamentos que assinaremos amanhã constituirá, estou certo, importante incentivo ao intercâmbio bilateral. Configura ele uma demonstração inequívoca da disposição brasileira e tailandesa de estreitar as relações comerciais e proporcionar às entidades governamentais e privadas das duas partes o apoio necessário à superação dos obstáculos antepostos pela distância geográfica e pelo ainda incipiente conhecimento mútuo.

São também promissoras as perspectivas da cooperação científica e técnica, especialmente nas áreas da produção e da utilização dos combustíveis da biomassa, como o álcool derivado da cana-de-açúcar e da mandioca. Sendo a Tailândia, como o Brasil, país importador de petróleo e ao mesmo tempo, grande produtor de açúcar e de mandioca, o acervo de experiências brasileiras no campo da produção de álcool abre amplas perspectivas à colaboração bilateral. Os contactos entre autoridades brasileiras e tailandesas sobre possibilidades de transferência de tecnologia nesse domínio já datam de algum tempo, e é com especial satisfação que me congratulo com Vossa Exce-

lência por podermos agora anunciar a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os Governos da Tailândia e do Brasil, que ocorrerá amanhã e que deverá constituir um poderoso instrumento para o aprofundamento das relações entre os nossos países.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência, em momento tão significativo do nosso relacionamento, assinala a vontade de nossos países de aproveitarem e estimularem as múltiplas oportunidades de cooperação. Duas iniciativas importantes marcaram, de forma concreta, a disposição recíproca de nossos Governos de acercarem duas nações que, afastadas pela Geografia, buscam a aproximação pela amizade e pelo trabalho mutuamente proveitoso.

Convido os presentes para erguerem comigo um brinde pelo contínuo desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Tailândia; pela paz e prosperidade do povo tailandês; pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pela saúde de Sua Majestade o Rei Bhumibol.

Muito obrigado.

CHANCELER TAILANDÊS

Mr. Foreign Minister,

Excellencies,

Ladies and Gentlemen,

It is indeed a great honour and privilege for me to have had this opportunity to visit this great and beautiful nation. I wish to express my heartfelt appreciation to you, and through you to the Government of Brazil, for the warm welcome and generous hospitality accorded to me and my delegation since our arrival in your country. I am very pleased to start my Latin American mission with this visit to Brazil.

My presence here gives me the opportunity to promote further the cordial relations we have with the Federative Republic of Brazil and to exchange views with Your Excellency and other high-ranking officials on ways and means to enhance our cooperation for our mutual benefits.

I would also like to express my sincere gratitude to His excellency the President of the Federative Republic of Brazil for giving me the honour of paying him a courtesy call this afternoon. His wise words have helped in giving me a further insight in the political scene of this country.

Excellencies,

It is heartening to note that since the establishment of diplomatic relations between our two countries in April 1959, or a quarter of century ago, there has never been any obstacle in the course of our smooth and cordial relations. Our friendship has become even stronger with the passage of time.

We are both developing countries with common hopes and aspirations. We want peace and stability in our regions, in addition to prosperity and economic well-being for our countries and peoples. In this ever increasingly interdependent world, economic prosperity of one nation can have an impact on the other. The need for intensified cooperation to solve interrelated problems facing all of us is never more acutely felt than at the present time. I can assure you that Thailand, in this regard, stands ready to work closely with Brazil for the harmonization of our interests.

The signing tomorrow of two bilateral Agreements, one on Trade, and the other on Scientific and Technical Cooperation, has opened the way for further expanding the scope of our cooperation. I am certain that both sides will reap the full benefits that these agreements can offer.

Economic progress and political stability are interrelated and mutually reinforcing factors. We cannot consider the one without the other. We therefore believe that should peace and harmony prevail in all regions of the world, every independent nation can devote its available resources and energy for national development, thus raising the standard of living and improving the welfare of its respective peoples. It is in this quest for regional peace and stability that Thailand and ASEAN member states have searched for a comprehensive peaceful political settlement to the Kampuchean problem, which is the primary source of tension in Southeast Asia. Such a solution is to be found in the letters of the various resolutions already adopted by the United Nations. Thailand deeply appreciates Brazilian support for ASEAN position which calls for the total withdrawal of the Vietnamese occupation forces from Kampuchea, and allowing the Kampuchean people the right of self-determination. We are gratified to know that the Brazilian Government will continue to give us its valuable support.

Excellencies, Ladies and Gentlemen,

In recent years, our cooperative relationship have been enhanced steadily. As I said earlier, my mission here is to cement the amicable ties of friendship between our two countries and peoples and to open up ways for even closer cooperation. I, therefore, hope that my visit would help in some small ways to achieve these purposes.

Mr. Minister, a visit on your part to Thailand would also contribute very much to the strengthening of our bilateral relations. I should therefore like to extend an invitation to Your Excellency to visit my country, during which I hope to be able to reciprocate the warm hospitality extended to me here in Brazil.

It is with this hope that I would like to ask you to join me in a toast to the continued good health and happiness of His Excellency the President, His Excellency the Minister of External Relations of Brazil and Madame Ramiro Saraiva, to the prosperity of the Brazilian people, and to the cordial friendship between our two countries and peoples.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 160, uma informação sobre os Acordos de Comércio e de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Tailândia, assinados por ocasião da visita do Chanceler tailandês.

chanceler brasileiro abre a XXXIX assembléia geral das nações unidas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 24 de setembro de
1984, por ocasião da sessão de abertura da XXXIX
Assembléia Geral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a satisfação de congratular Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da XXXIX Sessão da Assembléia Geral.

Estou seguro de que interpreto a confiança de todas as Delegações presentes a esta Sala na direção experiente e equânime de Vossa Excelência para o êxito de nossos trabalhos. Permito-me também saudar Vossa Excelência como representante de Zâmbia e do continente africano, ao qual meu país está ligado por profundos vínculos culturais, históricos e políticos.

Nesta oportunidade, permita-se-me ainda prestar justa homenagem ao Senhor Presidente Jorge Illueca pela competência e habilidade com que conduziu os trabalhos da última Sessão desta Assembléia Geral.

Senhor Presidente,

É um privilégio poder congratular-me com o povo e o Governo de Brunei Darussalam

pelo seu ingresso nesta Organização e renovo aqui meus votos de paz e prosperidade a esse país, com o qual o Brasil já mantém relações diplomáticas.

Senhor Presidente,

É nossa experiência cotidiana a convivência com a tensão e a crise internacionais. Claramente, as crises se superpõem num processo vicioso que só tende a reforçar-se. Mais do que nunca é urgente a transformação dentro da ordem.

Diante desse desafio, o Brasil vê caminho seguro no compromisso com os princípios fundamentais da convivência internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas. Reafirma a inspiração ética de sua política externa, voltada para a busca de soluções para as causas universais da paz e do desenvolvimento. Mantém sua disposição serena e equilibrada no exame objetivo das questões internacionais.

Entendemos também que só a confiança

pode criar bases duradouras para o diálogo e a cooperação entre as nações.

São esses valores e essa vontade de transformação que orientam minhas palavras na inauguração do Debate Geral.

As épocas de crise, como a que atravessamos, evidenciam-se nos fatos, mas se refletem também no plano das idéias e da cultura. Esta Organização não poderia ficar imune à crise de nosso tempo.

A geração fundadora desta instituição nos legou uma mensagem que repudia os padrões duplos de julgamento. Mais do que nunca é preciso recuperar o sentido dessa mensagem. Poderosos e fracos, aliados e adversários, devem compreender e seguir os critérios que regem a convivência internacional, porque só assim o diálogo se torna verdadeiramente possível. Esta é uma das razões fundamentais do trabalho que desenvolvemos nas Nações Unidas.

Embora sejam muitos os disfarces do autoritarismo não me parece lícito confundir, no ano de 1984, o ideal da paz com a obsessiva disposição para a guerra. Não se pode invocar a liberdade, a justiça ou o progresso para encobrir o desejo de dominação.

Não pode haver tergiversação quanto ao acatamento dos princípios universais da Carta. Igualdade quer dizer igualdade; soberania quer dizer soberania; não-intervenção quer dizer não-intervenção. Iludem-se aqueles que cedem a tentações imediatistas em prejuízo de valores essenciais à credibilidade desta Organização.

Senhor Presidente,

O Brasil tem posições conhecidas e claras sobre os grandes focos de tensão política que continuam a desafiar a capacidade de ação da comunidade internacional. Depois de anos de debates e de negociações sobre algumas dessas questões, largas margens de consenso foram alcançadas.

Não se negará que o melhor caminho para a autodeterminação e independência da Namíbia é o cumprimento da Resolução 435 do Conselho de Segurança. Sempre que se preserve essa diretriz, são auspiciosos os sinais recentes de flexibilidade na África Austral, com vistas ao diálogo e à negociação. Por outro lado, a consciência da comunidade internacional tem sido inequívoca no repúdio à segregação racial e, por isso mesmo, as Nações Unidas não podem transigir ou hesitar na total condenação do **apartheid**.

O tempo tem mostrado que fora dos parâmetros originalmente estabelecidos pelas Nações Unidas não se vislumbra uma solução abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. Uma sucessão de crises decorrentes da não aceitação de tais parâmetros vem impedindo, por mais de uma geração, a construção da paz naquela área conturbada.

No Oriente Médio, como em outros contextos regionais, o Brasil condena a persistência de uma política de fatos consumados, atentatória à Carta. Entre as muitas vítimas da recente e persistente crise libanesa, devemos lamentar a perda de muitos soldados das forças multinacionais que lá atuaram. Não terá sido em vão o sacrifício, se nos fizer refletir a todos, mesmo os mais poderosos, sobre o papel que pode e deve caber às Nações Unidas na condução de operações de paz, em cumprimento a mandatos da comunidade internacional com pleno respaldo do Conselho de Segurança.

Em todas as áreas de tensão — como no Afeganistão e no Campuchéia — o princípio da não-intervenção não pode admitir desvios em sua aplicação. Seja onde for, as tentativas de interferir em processos políticos internos pela força ou por escusas técnicas de infiltração, merecerão a condenação da comunidade internacional. É anacrônico pensar que a opinião pública ainda possa ser iludida por fachadas de legitimação para atos de intervenção efetiva, que atendem a interesses estratégicos ou de mero prestígio.

Na América Central, não haverá soluções de longo prazo sem o integral respeito dos princípios básicos da autodeterminação, do mútuo respeito entre países e de convivência democrática. É indispensável, por isso mesmo, que prossiga e tenha êxito o trabalho do Grupo de Contadora, apto a promover uma consciência dos problemas da região em toda sua complexidade histórica e social, política e econômica. A boa convivência hemisférica depende hoje, de forma crítica, da estabilidade na América Central.

É preciso fazer prevalecer o espírito da Carta no sentido do diálogo e da negociação. Neste particular, cabe-nos agradecer ao Secretário Geral, que — quando a isso solicitado — tem exercido seus bons ofícios e papel mediador, mesmo em condições adversas, com o senso de oportunidade e a descrição convenientes a cada caso.

O mesmo se aplica à questão das Malvinas, para cuja positiva solução continua a ser indispensável a contribuição das Nações Unidas, inclusive através do encorajamento ao entendimento diplomático entre as partes. Essa é uma questão que afeta diretamente aos países latino-americanos, que têm posição firmada sobre o mérito da questão, reconhecem os direitos da Argentina e desejam afastar o risco de tensões numa área cuja vocação é de paz e de concórdia. É o momento de demonstrar coerência e autenticidade, honrando os princípios da Carta, através da implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança.

Em todos os problemas críticos que mencionei, esta Organização não deixou de tomar posições e de indicar terapias.

Mas a escassez de soluções efetivas não deriva de vícios de diagnóstico: os problemas persistem porque há fragmentação da vontade política da comunidade internacional. Na medida em que há um bloqueio no mecanismo deliberativo e na própria implementação das decisões das Nações Unidas, fórmulas de consenso penosamente nego-

ciadas são submetidas a um processo de desgaste. O resultado prático é, com frequência, um lastimável retrocesso sobre bases de entendimento já consagradas por este foro, como é o caso — para citar um exemplo eloqüente — do Documento Final da I Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, em 1978.

Senhor Presidente,

Há 39 anos, ainda sob o impacto de um conflito sem precedentes, as Nações Unidas nasceram sob o signo da universalidade e da igualdade entre as nações. Esta Organização espelha, em seu próprio nome, o ideal da solidariedade e da união e, além disso, o reconhecimento de que o mundo não mais comportava o isolamento entre as nações. Se havia um generoso utopismo nessa visão, havia também uma lúcida consciência das reais necessidades de sobrevivência e bem-estar da humanidade.

No nosso século, nenhum Estado, por mais poderoso que seja, pode afrontar a comunidade internacional aqui representada, nem prescindir do diálogo com outras nações. Nenhuma potência pode pretender legislar sobre o mundo. Em outras palavras, a liderança para ser efetiva deve estar impregnada de sentido autenticamente democrático: ela só se fortalece quando mantém esse valor intrínseco.

O sistema internacional não deve ser vertical e centralizado. Aquilo que afeta a todos, por todos deve ser decidido. Isso se aplica especificamente a dois temas de interesse global que não podem ser dissociados em seu tratamento: paz e desenvolvimento. Mas é justamente sobre esses temas, de vital importância para a humanidade, que mais se evidencia o bloqueio da interação política e a substituição do diálogo democrático por equações de poder.

Senhor Presidente,

Tive oportunidade de comparecer, em agos-

to último, perante a Conferência de Desarmamento para reiterar as crescentes apreensões de meu país diante do acelerado recrutamento da corrida armamentista.

Manifestei então o endosso brasileiro à recente Declaração Conjunta de seis Chefes de Estado e de Governo às potências nucleares, da qual citei a seguinte afirmação: "é primariamente responsabilidade dos Estados nucleares evitar uma catástrofe nuclear mas esse é um problema demasiadamente importante para ser deixado a esses Estados apenas".

Diante dessa tarefa — prioritária entre todas — o processo de decisões internacionais deve incorporar efetivamente a participação ampla e representativa da comunidade das nações. Isso se faz necessário para superar o monólogo de intransigências em que se converteu o processo de negociação entre aqueles que — pelo diálogo — deveriam ser os responsáveis primários pela segurança de todos. Sob esse influxo paralisante, as chamadas discussões sobre "controle de armas" correm o risco de se desvincular totalmente do objetivo final que se impõe: o desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional.

A dialética da confrontação, fértil em disfarces doutrinários, só conduz na prática a patamares sempre mais elevados de terror e não de segurança. A inteligência política já desmascarou essa trágica racionalização da vontade de poder.

A paz não pode tornar-se uma miragem, que se dilui na espiral armamentista. Não há substituto para a paz e a paz nasce de uma ordem internacional justa e confiável e não do equilíbrio da desconfiança. É essa a lição fundamental da Carta de São Francisco.

Senhor Presidente,

É no plano econômico que a crise contemporânea tem a sua dimensão mais sensível, mas sua dinâmica é essencialmente política.

Os caminhos da paz e do desenvolvimento não podem deixar de ser paralelos. Estamos colocados diante de uma situação-limite, que nos obriga a examinar suas raízes, sem ilusões e ambigüidades.

O Brasil não renuncia à perspectiva do desenvolvimento, nem pode aceitar a retração do espaço que conquistou no comércio internacional, dentro de regras legitimamente acordadas. Há longo tempo, meu país vem lutando nos foros competentes para corrigir os vícios da estrutura econômica mundial, de que hoje somos uma das principais vítimas.

Diversas vezes perante a Assembléia Geral, expressei a preocupação com que o Brasil encara o percurso seguido pela economia internacional nos últimos anos.

Reiterei, sob múltiplas formas, o chamamento para um decidido esforço de concertação internacional para enfrentarmos os efeitos de uma grave crise global.

Reafirmei a necessidade de reverter a crescente tendência à erosão daquilo que de mais valioso tínhamos, todos, conseguido realizar no pós-guerra — a cooperação internacional, como instrumento a serviço do desenvolvimento e como fator indispensável para a gestão de um sistema de comércio e finanças que se revela precário e instável.

Afirmei, a certa altura, que "quando a economia mundial se torna altamente diversificada e os problemas se exprimem de maneira global, o desafio não é mais o de como obter vantagens unilaterais, mas o de como definir conjuntamente, maneiras viáveis de gerenciar um sistema crescentemente instável".

Fatos recentes, como a contenção da inflação e a retomada do crescimento em alguns países desenvolvidos, parecem demonstrar o potencial de êxito do recurso, por uma ou outra das principais potências desenvolvidas, a políticas unilaterais. Por positiva

que seja a recuperação ora em curso em certas economias desenvolvidas, não há como negar que ela é limitada e seu desdobramento se faz às custas da elevação a níveis excessivos do coeficiente de instabilidade no sistema econômico internacional.

Tampouco há como negar que, por força do recurso a políticas unilaterais surgem mecanismos perversos pelos quais países endividados são levados a transferir recursos que subsidiam à prosperidade de países ricos. Pior ainda, vêem aqueles países suas próprias perspectivas de desenvolvimento tolhidas ao impacto, muitas vezes avassalador, das ações das grandes potências industriais.

A solução para os prementes problemas da economia internacional não pode ser o das ações individuais ou abordagens tópicas. Da mesma maneira, não podem resultar exitosas as tentativas de resolver os problemas econômicos da atualidade por obra e graça da recuperação de um ou outro país desenvolvido. Isto é ainda mais verdade quando tal recuperação, sujeita a fortes elementos de incertezas e precariedade, tem, ademais, conseqüências restritivas sobre as possibilidades de expansão de outros países, em particular os mais fortemente endividados.

O caminho para uma recuperação sustentada e sadia de economia internacional não pode, portanto, ser a reativação precária de uns poucos e a tentativa inelutavelmente fadada ao malogro, de manter uma política econômica de sentido concentrador e efeitos limitativos sobre a própria perspectiva de retomada do desenvolvimento pelos países do Terceiro Mundo.

As tensões sociais e políticas a que estes têm sido submetidos não podem prolongar-se por muito tempo mais, nem podem seus povos continuar indefinidamente sujeitos aos sobressaltos gerados por abruptas variações nas já intoleravelmente altas taxas de juros, na disponibilidade de fluxos de financiamento e nas condições de acesso aos mercados internacionais.

Sucedem-se os episódios de resistências por parte de países desenvolvidos à ação concertada — lembre-se da falta de resultados de Cancún, a obstrução ao lançamento das Negociações Globais, o fracasso da última reunião da UNCTAD, o descumprimento dos princípios e compromissos do GATT. Ao contrário, tendo em vista o contexto adverso que enfrentamos, deveriam ter-se aberto trilhas múltiplas em direção ao objetivo que o Presidente Figueiredo, em seu discurso, neste foro, em 1982, definiu como a necessidade de recomposição da ordem econômica internacional.

A recusa ao diálogo e à ação concertada entre os Governos vem tendo efeitos particularmente perniciosos nestes dois últimos anos, caracterizados pela eclosão da crise do endividamento, de efeitos tão avassaladores para a América Latina. Países cujo empenho em manter adequadas taxas de crescimento na década dos 70 foi então importante para a sustentação das atividades econômicas no mundo desenvolvido, se vêem hoje forçados, em decorrência de fatos criados à sua revelia, a sofrer severas pressões de caráter recessivo. Esta não é, certamente, a compensação que merecem pela significativa contribuição que deram à prosperidade da economia mundial.

O mundo em desenvolvimento não tem deixado de dar, nestes últimos tempos, claros sinais de sua disposição ao diálogo realista e construtivo, como evidenciaram diversos pronunciamentos feitos nos mais variados foros internacionais como o ECOSOC, a UNCTAD, o GATT, o FMI. Essa disposição tem sido reforçada pela crescente movimentação interna ao nível da cooperação Sul-Sul e dos contactos interregionais.

No que se refere à América Latina, três importantes passos em busca do diálogo com o mundo desenvolvido foram dados este ano com a realização, em Quito, em janeiro último, da Conferência Econômica Latino-Americana, e, mais recentemente, com as reuniões que fizeram, em Cartagena e em

Mar del Plata, onze países particularmente afetados pela questão do endividamento.

Quito, Cartagena e Mar del Plata, recolheram, de maneira serena, objetiva e pragmática o que devem ser os princípios políticos a gerar as relações entre devedores e credores, com ênfase na necessidade de reconhecerem estes últimos suas co-responsabilidades na solução das questões do endividamento, assim como a importância de que haja simetria e equidade na divisão dos ônus dela decorrentes.

Em Cartagena, em especial, deram os países participantes significativo passo ao fazer clara e forte manifestação de sua vontade política de procurar atuar em conjunto na busca de um diálogo com os Governos dos países credores sobre os aspectos gerais da temática do endividamento. Como assinalado no "Consenso de Cartagena", a questão da dívida exige adequada consideração política a nível internacional visto que acarreta evidentes conseqüências políticas e sociais. Só a vontade dos Governos dos países credores e devedores permitirá modificar as condições que impedem soluções duradouras para problemas que não podem ser tratados exclusivamente por diálogo com os bancos, pela ação isolada dos organismos financeiros internacionais ou pelo simples comportamento dos mercados.

Reunidos em Mar del Plata, Argentina, a 13 e 14 deste mês, os Chanceleres e Ministros da Fazenda dos países de Cartagena, em seguimento ao encontro de Cartagena, fizeram chamamento concreto ao diálogo com os Governos dos países credores, sob a forma de encontro destinado a uma reflexão conjunta sobre a questão da dívida e a maneira de permitir o alívio de seus encargos para os países afetados. Esse diálogo, no qual serão tidos na devida conta os interesses de todas as partes envolvidas, se assegurará indispensável para permitir o equacionamento de problemas que não podem continuar deixados ao impacto das contingências de cada momento. Esperemos que, desta vez, nosso chamamento não seja em vão.

Senhor Presidente,

Como a paz, também o desenvolvimento ameaça transformar-se numa miragem, na ótica dos países mais fracos. Se insisto nessa correlação, é para salientar que, tanto na esfera política quanto na econômica, as dificuldades que encontramos derivam da mesma estrutura do sistema internacional, refratário a projetos de transformação não mediados pelo poder.

Não podemos nos furtar mais ao reconhecimento de que, a persistirem as distorções presentes, a crise atual acabará por prejudicar decisivamente a todos, pobres e ricos, devedores e credores. Neste fim de século, o mundo econômico, como o político, se tornou indivisível. A interdependência não é uma figura de retórica — é uma necessidade histórica, que exige um gerenciamento político, no sentido da cooperação e não da regressão ou do isolamento.

Para concluir, desejo voltar a minha reflexão inicial sobre o papel das Nações Unidas no mundo de hoje.

Com excessiva freqüência, esta Organização se viu transformada em "palco de confrontações estéreis", como afirmou o Presidente Figueiredo, ao se dirigir, em 1982, a esta Assembléia Geral. Ao reconhecer a virtual paralisação dos mecanismos da diplomacia multilateral, o Brasil busca um objetivo mais alto: a preservação e o aperfeiçoamento das Nações Unidas para que seja, como deve ser, o foro por excelência para dirimir controvérsias entre os Estados e para promover a cooperação internacional.

O Brasil rejeita o diagnóstico de que as Nações Unidas estão condenadas ao anacronismo. Anacrônica é a recusa do diálogo democrático dentro da comunidade das nações. Anacrônica é a rejeição de aspirações autênticas e de fórmulas de consenso, que resultam de longos e dispendiosos esforços de negociação. Anacrônica é a perspectiva

de alargamento geométrico do hiato na distribuição das riquezas entre as nações do Norte e do Sul.

Haverá certamente razão para conforto e otimismo se soubermos aproveitar as lições de experiência acumulada. Ao se aproximar dos seus 40 anos, as Nações Unidas têm hoje uma visão dolorosa — porém mais clara — dos seus limites. Essa visão está corajosamente refletida nos relatórios sobre o trabalho desta Organização que o Secretário Geral nos apresentou nos últimos três anos. São muito oportunas e valiosas suas sugestões para o maior aproveitamento do potencial de ação das Nações Unidas. Permanece assustadoramente viva, contudo, sua advertência de que estamos “perigosamente próximos de uma nova anarquia internacional”.

Nunca a humanidade esteve tão indissolivelmente associada em seu destino e, no entanto, perigosamente, a capacidade de ação da comunidade internacional se vem debilitando a cada dia.

As Nações Unidas voltam a sofrer de forma

aguda os efeitos corrosivos da rivalidade entre as Superpotências. Seria imprudente ignorar a realidade do poder nas equações internacionais. Contudo, também é realista perceber que a apologia da coerção representa, em última análise, o reconhecimento do fracasso da inteligência e da criatividade políticas. Gera-se uma ameaça ainda maior: a de um trágico retrocesso doutrinário no que se refere às regras de convivência entre as nações. A crise é sempre um campo fértil para as exacerbações de egoísmos nacionais.

Mais uma vez é preciso proclamar que a Carta de São Francisco constitui um patrimônio comum de sabedoria política. As Nações Unidas não são o monopólio de qualquer país ou bloco de países, nem têm compromissos com o imobilismo. O esforço pela harmonia passa pelo respeito à diferença, entre indivíduos, como entre povos. Reafirmar essa filosofia política, que é da responsabilidade de todos, ricos e pobres, fortes ou fracos, é preservar uma herança espiritual arduamente conquistada e a que o Brasil se mantém fiel.

Muito obrigado.

o brasil na reunião ministerial do grupo dos 77, em nova york

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 26 de setembro de 1984, por ocasião da Reunião Ministerial do Grupo dos 77, preparatória da XXXIX sessão a Assembleia Geral das Nações Unidas e comemorativa do XX aniversário da criação daquele grupo.

Senhor Presidente,

Esta Reunião Ministerial do Grupo dos 77 nos convida a fazer uma reflexão sobre as nossas conquistas e os nossos percalços, pois este é o ano em que comemoramos o vigésimo aniversário de nossa decisão de unir esforços para superar as dificuldades comuns que encontramos no cenário das re-

lações econômicas internacionais. Conseguimos estimular não só neste fórum, mas também em muitas outras organizações econômicas internacionais, o debate e a negociação sobre um amplo elenco de temas de alta importância para os anseios de desenvolvimento de nossos países e para o próprio equilíbrio e eficácia do sistema econômico internacional.

O maior significado de nosso Grupo repousa no fato de que conseguimos em várias ocasiões produzir um impacto político sadio no debate dos problemas que afetam a economia mundial. Temos defendido com firmeza a necessidade do reconhecimento da interdependência entre o Norte e o Sul e a conseqüente necessidade de redefinir o marco das relações internacionais em diferentes campos.

Talvez não menos importante tenha sido nossa capacidade de realizar tudo isto pela via do consenso e da solidariedade que nos une como membros de nosso Grupo, e graças a um maduro sentido de oportunidade política. Estes têm sido os três elementos básicos, as três forças motrizes que nos têm inspirado nos últimos vinte anos.

Nossa determinação em resolver nossos problemas por consenso sempre foi uma das características mais notáveis do nosso Grupo. Estou convencido de que muito da nossa força deriva exatamente desta nossa determinação em ouvirmos-nos uns aos outros e em colocarmos nossa adesão aos ideais e objetivos comuns acima de eventuais e momentâneas discrepâncias de pontos de vista, derivadas, em alguns momentos, de condições heterogêneas nos planos social, econômico e político de nossos países. A superação destas diferenças, todavia, tem sido sempre possível graças ao fato de que compartilhamos uma série de interesses comuns face ao mundo desenvolvido, dada a nossa inserção no sistema econômico internacional como importadores de capital e tecnologia e exportadores, em graus variáveis mas de qualquer modo significativos, de produtos primários.

Nossa tarefa não foi em vão. A importância de nossos países e de nosso Grupo nas negociações multilaterais foi reconhecida a nossos pleitos, em algumas delas, levados em consideração. Chamamos a atenção mundial para a situação dramática dos países de menor desenvolvimento relativo entre nós, que merecem atenção especial e análise específica.

Nossas propostas de maior importância, em particular aquelas que têm por objetivo corrigir os desequilíbrios nas relações econômicas entre o Norte e o Sul, foram, infelizmente, consideradas como prematuras ou irrealistas, como se a situação de nossas economias — e da própria economia mundial em seu conjunto — não fosse em si argumento poderoso e suficiente em favor da urgência e da pertinência de nossas propostas.

A erosão da cooperação multilateral está na raiz da inexistência de progressos no diálogo Norte-Sul. Não podemos senão lamentar a indiferença das grandes potências industriais diante de propostas dirigidas aos obstáculos mais prementes à recuperação da economia mundial de uma das mais sérias crises econômicas que nossos países foram jamais chamados a enfrentar. Pior ainda, as grandes potências industriais estão implementando um conjunto de políticas unilaterais que provocam o agravamento da situação dos países em desenvolvimento.

O fato de nossas reivindicações terem sido desconsideradas jamais chegou, entretanto, a minar nossa solidariedade. Ao contrário, nosso Grupo está abrindo novos canais de comunicação que não se limitam à área do comércio, mas englobam o campo altamente importante da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. O Brasil se sente particularmente orgulhoso dos crescentes elos que se vêm tecendo nessa área entre nosso país e os países irmãos da África, Ásia e América Latina.

Ainda que nossa unidade e solidariedade não tenha sido afetada, é forçoso reconhecer que a convergência da crise econômica mundial com a indiferença dos países desenvolvidos pela cooperação multilateral nos leva a novos desafios na definição do mais apropriado e frutífero curso de ação a seguir.

Não podemos perder de vista nosso objetivo básico, que é a recuperação da ordem econômica internacional. Não podemos

perder de vista os objetivos permanentes do Diálogo Norte-Sul, mesmo quando algumas tentativas específicas de iniciar negociações — por mais importantes que essas negociações possam ser, como é o caso das negociações globais — nos estão levando a um beco sem saída. Não podemos fazer com que o futuro do diálogo Norte-Sul dependa do sucesso ou do fracasso de qualquer momento específico, pois a principal tarefa de nosso Grupo é a de determinar a linha de conduta mais adequada para dar seqüência à luta por nossos objetivos e manter o diálogo em progresso.

Senhor Presidente,

Não poderia concluir sem breve referência a matéria de alta importância que será objeto de consideração pelo Plenário desta Trigesima Nona Sessão da Assembléia Geral, sob o título "A crítica situação econômica da África".

A amizade e a solidariedade entre a África e o Brasil são elementos históricos nas relações de nossos povos. Ademais, como já mencionei anteriormente, nosso Grupo tem como uma de suas características básicas a solidariedade com todo e cada um de seus membros. Estou certo, portanto, de que saberemos unir nossos esforços para auxiliar a causa de nossos irmãos africanos.

Senhor Presidente,

Creio que a lição fundamental que devemos tirar da experiência de vida comum no Grupo dos 77 é a de que não podemos esquecer as três linhas diretrizes que nos têm mantido unidos: solidariedade, consenso e senso de oportunidade política. Nos últimos vinte anos, logramos formular nossos problemas e delinear nossas aspirações. O que temos que buscar daqui por diante é continuar nosso trabalho em favor da restauração da cooperação multilateral, única via que nos poderá conduzir a melhores dias.

relações diplomáticas

brasil cria embaixadas na república árabe do iêmen e na república democrática popular do iêmen

Decretos do Presidente João Figueiredo, de números 89.912 e 89.913, de 4 de julho de 1984, publicados no Diário Oficial de 5 de julho de 1984, através dos quais foram criadas as Embaixadas do Brasil na República Árabe do Iêmen e na República Democrática Popular do Iêmen:

REPÚBLICA ÁRABE DO IÊMEN

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição, decreta:

Artigo 1º — Fica criada a Embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen.

Artigo 2º — A Missão diplomática de que trata o artigo anterior será cumulativa com a Embaixada do Brasil no Reino da Arábia Saudita.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 04 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

João Figueiredo

R.S. Guerreiro

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO IÊMEN

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição, decreta:

Artigo 1º — Fica criada a Embaixada do Brasil na República Democrática Popular do Iêmen.

Artigo 2º — A Missão diplomática de que trata o artigo anterior será cumulativa com a Embaixada do Brasil no Estado do Coquite.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 04 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

João Figueiredo

R.S. Guerreiro

designação de embaixador brasileiro

Carlos Augusto de Proença Rosa, para Representante Especial junto aos órgãos nas Nações Unidas e outros órgãos internacionais com sede em Viena, em 25 de julho de 1984.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Olayemi Mudaziri Adisa Abiola, da **Nigéria**, e Rafael Maximiano Vazquez, da **Argentina**, em 28 de agosto de 1984.

Hisham Al Shawwa, da **Jordânia**, e Alexander Van Zyl, da **África do Sul**, em 24 de setembro de 1984.

Roger Bar, da **Suíça**; Bernard Dorin, da **França**; e Eduardo Roman Calderon Godoy, da **Venezuela**, em 25 de setembro de 1984.

protocolo de intenções prevê cooperação entre brasil e guiné-bissau nas áreas de energia e minas *

Protocolo de Intenções entre o Brasil e a Guiné-Bissau, para cooperação nas áreas de energia e minas, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1984, pelo Secretário Geral do Ministério das Minas e Energia, Arnaldo Rodrigues Barbalho, e pelo Secretário de Estado do Plano e Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, Bartolomeu Simões Pereira.

O Governo da República Federativa do Brasil, representado pelo Secretário Geral do Ministério das Minas e Energia, Senhor Arnaldo Rodrigues Barbalho, e o Governo da República de Guiné-Bissau, representado pelo Secretário de Estado do Plano e Cooperação Internacional, Senhor Bartolomeu Simões Pereira, por meio deste instrumento declaram sua intenção de formular e implementar programas de cooperação nas áreas de energia e minas, com particular ênfase nos seguintes pontos:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Será contemplada neste item a capacitação de pessoal nos aspectos técnicos, econômicos, administrativos e legais requeridos, a nível médio e superior, nas áreas relacionadas com a energia e mineração e outras de interesse para ambas as Partes. A mencionada capacitação incluirá estudos acadêmicos, cursos de pequena duração, seminários, reuniões de trabalho e estágios em instituições relacionadas com os programas de cooperação: promover-se-ão viagens de intercâmbio de experiências, em diferentes níveis, intercâmbio de informações e de pessoal técnico nos programas aprovados, bem como o suprimento de equipamento necessário para projetos demonstrativos.

ENERGIA HIDRÁULICA: Prevê-se a identificação de recursos hidrelétricos pequenos e convencionais, bem como o apoio técnico ao estabelecimento de critérios de engenharia e definição das características técnicas desses projetos.

PLANIFICAÇÃO ENERGÉTICA: Contemplar-se-á neste item a cooperação na elaboração de planos energéticos setoriais e globais, além de programas de conservação e uso racional de energia para os setores residencial, industrial e de transporte e programas de eletrificação rural.

BIOMASSA: Examinar-se-á a cooperação para a produção e utilização de lenha e carvão vegetal com vistas a estabelecer as possibilidades de executar programas sobre cultivos energéticos. Esta cooperação poderá incluir avaliação e inventário de recursos e resíduos florestais e vegetais que possam ser utilizados energeticamente, a determinação dos métodos mais adequados para produzir carvão vegetal, e o estudo de mercado da lenha e do carvão vegetal. Estudos sobre usos alternativos da lenha e possibilidades de gerar eletricidade para zonas rurais. Gaseificação e bagaço. Briquetização e peletização.

ÁLCOOL: Examinar-se-á a cooperação para elaboração de estudos de viabilidade para instalar microdestilarias de álcool, analisando diferentes matérias-primas, bem como o fornecimento de equipamento e sua instalação e realização de estudos para a adaptação de automóveis, a gasolina, para o álcool em mistura e como combustível exclusivo. Prevê-se apoio para chegar a ter um programa nacional de álcool que inclua a parte agrícola, técnica, econômica, financeira e institucional.

BIOGÁS: Contemplar-se-á a cooperação técnica para a produção de biogás a partir de resíduos agrícolas, animais e vinhoto, bem como a conversão e suprimento de motores para o uso de biogás. Equipamentos de biodigestão familiares e industriais para diferentes usos, cocção de alimentos, geração de eletricidade, bombeamento, formarão parte deste estudo.

PETRÓLEO: Propõe-se que a colaboração contemple a cooperação técnica na exploração, exploração de hidrocarburentes e no refino do óleo bruto, considerando as especificações técnicas dos combustíveis, a eficácia energética das refinarias e mudanças na estrutura do refino, além do investimento necessário. Levar-se-á em conta igualmente a cooperação técnica na adoção de políticas nessa área e no sistema de fixação de preços.

ÓLEO VEGETAL: Nesta área, prevê-se apoio à construção de pequenas fábricas destinadas à extração de óleos vegetais a partir de sementes oleaginosas e ao aperfeiçoamento

* Os Acordos Bilaterais do Brasil com outros países, na íntegra, estão sendo publicados nesta Resenha, localizados na página 160, são aqueles que foram assinados no terceiro trimestre de 1984 e que entraram em vigor no mesmo período.

mento da tecnologia para a conversão de óleo vegetal bruto em combustível utilizável em motores diesel.

DESENVOLVIMENTO NA ÁREA MINERAL: Prevê-se a cooperação no setor de mineração nos níveis de pesquisa básica, prospecção, bem como o desenvolvimento da exploração de minérios tanto de caráter metálico quanto industrial. Serão aceitos, sempre que possível, acordos de joint ventures que incluam empresas públicas e privadas.

Ambos os representantes concordam que poderão ser estabelecidos outros programas na área energética e de mineração que se harmonizem com o espírito da cooperação do presente Protocolo de Intenções.

Desse modo, os representantes de ambos os países deverão reunir-se em data a ser estabelecida de comum acordo para preparar programas detalhados de prioridades a serem implementados por meio de Convênios Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre ambos os Governos. Esses Convênios Complementares especificarão os objetivos dos programas, bem como seus requisitos técnicos e financeiros, particularmente a identificação do montante de recursos financeiros disponíveis.

Os programas e projetos decorrentes do presente Protocolo devem ser executados de forma integrada por ambas as Partes, as quais se comprometem, assim, a proceder a consultas mútuas, com a devida antecipação, para o fornecimento de capacitação, consultoria, equipamentos e material necessário à execução dos mesmos.

Em fé do que firmamos o presente Protocolo, em Brasília, aos 03 dias do mês de julho de 1984, em dois exemplares originais, no idioma português.

paquistão instala escritório comercial em são paulo

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Paquistão, para instalação de um Escritório Comercial daquele País em São Paulo, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 4 de julho de 1984 (e que entrou em vigor no dia 5 de julho de 1984), pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador paquistanês, Syede Murad Ahmar Khairi.

A Sua Excelência o Senhor Syede Murad Ahmar Khairi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Islâmica do Paquistão.

Senhor Embaixador,

Em resposta à Nota TR. 1/83, de 18 de maio de 1984, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Exce-

lência que o Governo brasileiro concorda em que seja instalado na cidade de São Paulo um Escritório da República Islâmica do Paquistão para fins comerciais, nas seguintes condições:

- a) o Escritório, designado como Escritório Comercial da República Islâmica do Paquistão, constituirá uma seção dos serviços comerciais da Embaixada do Paquistão no Brasil;
- b) o Escritório Comercial terá exclusiva função de fomentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Islâmica do Paquistão e promover os interesses comerciais desta última no Brasil, não podendo entretanto, praticar atos de comércio;
- c) as instalações do Escritório Comercial, bem como sua correspondência, gozarão do privilégio de inviolabilidade;
- d) os funcionários de nacionalidade paquistanesa que vierem a servir no Escritório Comercial em São Paulo serão considerados um acréscimo ao número total dos funcionários da Embaixada da República Islâmica do Paquistão no Brasil;
- e) o Escritório Comercial poderá empregar, a seu serviço, cidadãos brasileiros, observados os dispositivos constitucionais brasileiros pertinentes, devendo a Embaixada informar o Ministério das Relações Exteriores do nome, local e data de nascimento, filiação e funções desses empregados;
- f) o Chefe do Escritório Comercial, como tal devidamente designado, portador de passaporte diplomático, gozará dos privilégios concedidos aos diplomatas estrangeiros no Brasil;
- g) todos os demais funcionários do Escritório Comercial, de cidadania da República Islâmica do Paquistão, terão vistos oficiais e receberão o mesmo tratamento atribuído aos membros do pessoal administrativo e técnico de Missões diplomáticas estrangeiras no Brasil;
- h) poderão figurar na "Lista Diplomática", além do endereço do Escritório Comercial, o nome do seu Chefe;
- i) anualmente, a Embaixada da República Islâmica do Paquistão deverá encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores a relação atualizada dos funcionários de cidadania paquistanesa e de cidadania brasileira lotados no Escritório Comercial.

2. Fica assegurada pelo Governo da República Islâmica do Paquistão reciprocidade de tratamento ao Governo brasileiro, caso este venha a solicitar o estabelecimento de Escritório da mesma natureza na República Islâmica do Paquistão.

3. A presente Nota e a respectiva resposta de Vossa Excelência, de igual teor, constituirão um Acordo sobre a ma-

téria entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Islâmica do Paquistão, o qual entrará em vigor na data de recebimento da Nota de resposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

brasil e república federal da alemanha assinam três ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Ramiro Saraiva Guerreiro**, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, **Walter Gorenflor**, assinaram no Palácio do Itamaraty, em Brasília, três Ajustes ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963. O primeiro Ajuste, assinado no dia 6 de julho de 1984, relaciona-se ao Projeto "Centro Multi-Regional em Formação em Tecnologia de Solda"; os outros dois Ajustes, assinados em 20 de setembro de 1984, referem-se, respectivamente, aos projetos "Planejamento Pesqueiro Artesanal/Sudepe" e "Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais".

projeto "centro multi-regional de formação em tecnologia de solda"

A Sua Excelência o Senhor **Walter Gorenflor**,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ445/128/516/84, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro

Em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Centro Multi-Regional de Formação em Tecnologia de Solda" (PN 81.2225.1):

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão conjuntamente pelo prazo de três anos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na implantação do Centro Multi-Regional de Tecnologia de Solda.

II — Objetivos principais do projeto:

- Formação e exame de soldadores
- treinamento e exame de soldadores—instrutores
- formação e exame de técnicos de soldagem
- aperfeiçoamento de técnicos soldadores do setor industrial
- realização de ensaios de materiais para a indústria
- colaboração com a indústria e as entidades competentes na elaboração de normas uniformizadas para os exames de soldador no Brasil.

III — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- 1 — Enviar por um período máximo de 78 homens/mês
 - a) um engenheiro especialista em soldagem
 - b) um soldador—instrutor ou especialista em ensaios de materiais
 - c) especialistas a curto prazo.
- 2 — Fornecer equipamento complementar para o laboratório e a oficina de soldagem, destinado a complementar o equipamento básico de soldagem facultado pela parte brasileira, bem como o material didático necessário.
- 3 — Facultar para até seis técnicos brasileiros estágios de formação na República Federal da Alemanha, por um prazo máximo de 10 meses.
- 4 — Encarregar-se das despesas de transporte e seguro do equipamento, referido no parágrafo 2 deste item, até o porto de desembarque.

IV — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- a) Colocar à disposição o necessário pessoal técnico, auxiliar e administrativo, inclusive uma secretária bilingüe.
- b) Facultar os necessários terrenos e edifícios, inclusive seu equipamento.
- c) Isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, providenciando seu pronto desembarço alfandegário. O material ficará à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados, durante sua atuação no projeto.
- d) Custear as despesas de pessoal, funcionamento e manutenção do projeto, tomando providências para que a entidade executora tome a seu cargo todos os custos porventura ocasionados pelo armazenamento de bens importados destinados ao projeto e considerando que a parte alemã fará todos os esforços ao seu alcance tendentes a evitar esses custos.

e) Encarregar-se das despesas com viagens e da continuação do pagamento dos vencimentos dos bolsistas.

V — 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)" GmbH (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), Postfach 5180, 6236 Eschborn 1.

2 — O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

3 — O projeto será realizado em estreita colaboração com as empresas industriais no Rio de Janeiro.

4 — Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os caso necessário, ao andamento do projeto.

VI — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VI, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

projeto "planejamento pesqueiro artesanal/sudepe"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/139/612/84, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à nota verbal DCOPT/DE-I 288/644 (B46) (F36), de 17 de novembro de 1982, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste referente ao projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE":

I. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha darão prosseguimento, por três anos, à cooperação destinada a dar assistência ao planejamento da pesca artesanal de pequeno porte no Nordeste.

A cooperação em apreço visa a contribuir para o equacionamento dos problemas da pesca de pequeno porte e propiciar aos pequenos pescadores um aumento da renda, melhorando, simultaneamente, o abastecimento da população com produtos pesqueiros. Para alcançar esses objetivos, pretende-se assessorar a "Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)" na implementação do plano operacional, elaborado já durante a fase-piloto do projeto.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar três economistas piscicultores, nas seguintes condições:

a) 1 economista piscicultor, por um prazo de até 36 homens/mês com experiência em planejamento setorial e de programas, a ser encarregado das tarefas que se segue:

- coordenação das atividades dos técnicos alemães;
- planejamento interdisciplinar de atividades para a Coordenadoria Regional no Sergipe;
- organização e orientação de grupos de trabalho interdisciplinares da SUDEPE;
- responsabilidade pela avaliação das experiências e pelo prosseguimento da elaboração do plano global.

b) 1 economista piscicultor, por um prazo de até 36 homens/mês, com experiência em tecnologia de captura bem como conhecimentos de biologia dos seres vivos aquáticos e de náutica, a ser encarregado das seguintes tarefas:

- assessoramento das Coordenadorias Regionais da SUDEPE em Sergipe;
- cooperação na elaboração de estudos de projeto e programas parciais;
- colaboração na elaboração do plano global.

c) 1 economista piscicultor, por um prazo de até 36

homens/mês, com experiência em planejamento infra-estrutural e em comercialização, a ser encarregado das seguintes tarefas:

- organização e orientação de grupos de trabalho interdisciplinares da SUDEPE;
- formulação de conceitos para projetos infra-estruturais de comercialização do pescado;
- colaboração na elaboração do plano global.

2. Enviar, além disso, por um período de 8 homens/mês, peritos a curto prazo, para o equacionamento de problemas específicos que não possam ser resolvidos pela equipe de peritos "in loco".

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Tomar providências com vistas a:

- a) conceder aos especialistas alemães o apoio indispensável à execução das tarefas que lhes foram confiadas, dando-lhes acesso a toda a documentação necessária e disponível, que seja de interesse para o desenvolvimento do projeto;
- b) isentar o equipamento fornecido pelo Governo da República Federal da Alemanha, de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, providenciando seu pronto desembaraço alfandegário;
- c) custear as despesas decorrentes das viagens a serviços dos especialistas alemães, necessárias ao desempenho de suas atividades dentro do Brasil, pagando-lhes hospedagem e diárias adequadas. Colocar à disposição dos especialistas enviados e de suas famílias, além disso, moradia adequada ou pagar-lhes as despesas relativas à sua locação;
- d) custear as despesas de funcionamento e manutenção dos veículos de serviço que serão colocados à disposição dos peritos alemães e, caso se torne necessário efetuar pesca experimental, colocar à disposição um barco adequado com tripulação, bem como equipamento de pesca. Facultar, além disso, a utilização de salas de escritório e/ou de trabalho necessárias às tarefas dos mencionados peritos e custear as despesas de manutenção das mesmas.

IV. Dos Executores do Projeto

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), D-6236 Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução de suas contribuições a autarquia federal "Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)".

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a V, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência em que se expressa a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

projeto "desenvolvimento de recursos humanos em metalurgia e materiais"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflor,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/119/706/84, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência às notas verbais DCOPT/DE-I/DPI/312/644 (B46) (F36), de 21 de dezembro de 1982, e DCOPT/DE-I/154/644.1 (B46) (F36), de 04 de maio de 1983, ao Ajuste de 30 de dezembro de 1977, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto (PN 76.2175.8): "Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais".

- I. Há concordância entre as partes contratantes em que
 - a) serão prorrogados os períodos das atividades até a data exercidas pelos técnicos, isto é:
 - o período de atuação do Senhor Rupp até 30 de setembro de 1985;
 - o período de atuação do Senhor Chatterjee até 30 de novembro de 1985;
 - b) os recursos previstos para os meses ainda restantes e

destinados a peritos a longo prazo serão utilizados para o fornecimento de materiais.

2. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 30 de dezembro de 1977.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 e 2, esta nota verbal e a nota de resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em que se expresse a concordância do mesmo, constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveitou a oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos de sua mais elevada consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

prorrogado por quatro meses o acordo que põe em vigor a ata final da XI reunião de consulta aeronáutica brasil-eua

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que prorroga por quatro meses o Acordo que põe em vigor a Ata Final da XI reunião de consulta Aeronáutica entre os dois Países, de 23 de junho de 1982, celebrado em Brasília, em 11 de julho de 1984. A Nota brasileira foi assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, enquanto que a Nota norte-americana foi verbal.

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada dos Estados Unidos da América e tem a honra de referir-se à Reunião de Consulta aeronáutica, realizada em Washington, D.C., no período de 11 a 14 de junho de 1984, na qual foi aprovado o Memorando, cujo texto é reproduzido a seguir:

MEMORANDO DE CONSULTA

Delegações representando os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América reuniram-se em Washington, D.C., no período de 11 a 14 de junho de 1984, para tratarem de vários assuntos ligados à aviação civil, inclusive as condições gerais do transporte de carga, e para alcançar entendimentos mutuamente satisfatórios.

As relações dos componentes de ambas as Delegações se encontram nos Anexos A e B.

Em atenção à preocupação manifestada pelo Governo dos Estados Unidos da América de que determinadas leis, regulamentos e práticas brasileiras resultam em um tratamento preferencial, que favorece a escolha das empresas brasileiras, em prejuízo das empresas norte-americanas que competem pelo transporte de carga aérea, a Delegação brasileira fez uma série de proposta com o objetivo de reduzir a extensão dos alegados efeitos da legislação brasileira.

Especificamente, a Delegação brasileira informou à Delegação dos Estados Unidos da América sobre medidas tomadas pelo Governo brasileiro para modificar a legislação brasileira, as quais eliminarão as preocupações manifestadas pelo Grupo Técnico dos Estados Unidos da América, constantes da ata da reunião dos Grupos Técnicos do Brasil e Estados Unidos da América, realizada no período de 21 a 25 de maio de 1984.

A Delegação dos Estados Unidos da América manifestou seu reconhecimento por estas propostas, bem como as modificações à legislação brasileira e observou que o Governo norte-americano esperava que a implementação destas mudanças criaria condições operacionais justas e equitativas para as empresas de ambos os países competirem pelo transporte de carga aérea.

Em consequência da mútua boa vontade e cooperação, ambas Delegações concordaram em que as autoridades de ambos os países prorrogarão, até 25 de novembro de 1984, as autorizações de operação para as empresas designadas das duas Partes realizarem serviços regulares e não-regulares, de passageiros e carga, no mercado Brasil—Estados Unidos da América.

As Delegações de ambos os países concordaram em que estatísticas serão coligidas, com respeito ao tráfego de carga aérea transportada no mercado Brasil—Estados Unidos da América, e que tais estatísticas serão trocadas durante as próximas reuniões das Delegações de ambos os países.

Após ampla e franca discussão sobre questões de aviação civil, as Delegações de ambos os países também acordaram:

I — Autorização para Operação das Empresas Aéreas

Durante este período interino, as empresas atualmente de-

signadas por ambas as Partes para realizarem serviços regulares poderão operar nas rotas especificadas no Anexo "C". Cada Parte poderá substituir uma empresa designada.

II – Condições Operacionais

1. As empresas designadas de cada Parte poderão operar até 22 serviços mistos, ida-e-volta, por semana e até 5 serviços exclusivamente cargueiros, ida-e-volta, por semana.

2. Os vôos acima autorizados deverão ser operados nas rotas constantes do Quadro de Rotas apresentado no Anexo "C", a critério das empresas.

3. O número de vôos exclusivamente cargueiros autorizados no parágrafo II, 1 acima, é expresso em unidades representando aeronaves de grande porte. Para estes serviços ou mais aeronaves de grande porte poderão ser substituídas por aeronaves de pequeno porte na razão de uma freqüência de grande porte igual a duas freqüências de pequeno porte.

4. Se qualquer empresa de uma das partes suspender os seus serviços, temporária ou permanentemente, aquela Parte poderá alocar as freqüências dessa empresa para outra(s) empresa(s) designada para realizar serviços da mesma categoria. Cada Parte deverá comunicar à outra Parte quando uma de suas empresas designadas suspender, temporária ou permanentemente, seus serviços ou quando esta empresa desejar reiniciá-los.

5. Cada Parte poderá alocar ou redistribuir as freqüências autorizadas no parágrafo II, 1 acima, a seu critério, com o entendimento de que freqüências de empresas realizando serviços mistos somente poderão ser transferidas para outras empresas designadas realizando serviços mistos; freqüências exclusivamente cargueiras poderão ser transferidas para qualquer das empresas designadas.

6. Cada Parte concordou que cada empresa designada transmitirá seus horários completos às autoridades aeronáuticas da outra Parte com pelo menos 30 dias de antecedência de sua entrada em vigor. O horário entrará em vigor como proposto pela empresa designada, desde que esteja em conformidade com este Memorando. As autoridades aeronáuticas poderão aceitar horários apresentados em menor período.

7. As freqüências constantes do parágrafo II, 1 acima, poderão ser operadas livremente, a critério das empresas, com aeronaves de grande ou pequeno porte.

8. As empresas designadas por cada Parte poderão operar os serviços regulares mencionados neste Memorando de Consulta e em seus Anexos sem qualquer restrição aos direitos de tráfego de 3ª, 4ª, 5ª e 6ª liberdades.

9. Cada Parte assegurará aprovação às solicitações para vôos extraordinários apresentadas pelas empresas da outra

Parte, desde que tais vôos não excedam a alocação semanal de freqüências descritas no parágrafo II, 1 acima. Solicitações para vôos extraordinários acima de alocação semanal de freqüências serão considerados com a devida atenção pelas autoridades aeronáuticas de ambas as Partes.

III – Direitos de Operação

1. As Delegações concordam que, dentro de práticas regulares aceitáveis, uma empresa de um país possa em qualquer ponto autorizado no território do outro país, consolidar dois ou mais vôos em um só vôo, de tal modo que apenas uma aeronave continue transportando o tráfego desses vôos.

2. As duas Delegações concordam que, na execução dos serviços autorizados neste Memorando de Consulta, as empresas designadas poderão usar suas próprias aeronaves ou aeronaves arrendadas, fretadas ou intercambiadas, observando as normas e regulamentos de cada Parte.

IV – Arrendamento de Aeronaves entre os Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo

As Delegações concordaram em que:

1. As empresas designadas dos Estados Unidos da América estão autorizadas a contratar empresas brasileiras para o arrendamento de aeronaves para realizar os serviços entre os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo em conexão com os serviços da empresa norte-americana nas rotas acordadas.

2. Todas as formalidades de desembarço aeroportuário para os serviços previstos no contrato serão efetuadas no aeroporto internacional de São Paulo.

3. Será permitido às empresas norte-americanas consignar os números de seus vôos na divulgação de seus horários de vôos de conexão realizados por aeronaves de empresa brasileira, em regime de arrendamento entre os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, e poderão operar também um ou mais de tais vôos com aeronaves próprias, além do Rio de Janeiro para pontos de suas rotas em terceiros países.

V – Tarifas

As tarifas para passageiros e carga para os serviços regulares estarão relacionadas com o custo operacional das empresas e serão aprovadas por ambas as Partes antes de entrarem em vigor. As empresas designadas apresentarão as tarifas trinta (30) dias antes da data prevista para sua efetivação.

Se qualquer das Partes não estiver satisfeita com a tarifa proposta, uma notificação formal de desaprovção será dada à outra Parte pelos canais diplomáticos nunca menos de quinze (15) dias antes da data proposta para sua efetivação. A pedido de qualquer das Partes, consultas sobre tarifas deverão ser realizadas dentro de trinta (30) dias do

recebimento da notificação de desaprovação, ou conforme acordado por ambas as Partes.

À falta de entendimento durante a consulta, nenhuma tarifa proposta se tornará efetiva. Na ausência de concordância entre as Partes, as tarifas em vigor à época da apresentação da proposta continuarão em vigor até que as novas tarifas sejam mutuamente aprovadas.

VI – Vãos não-regulares

1. Cada parte autorizará, para o período de 25 de junho de 1984 até 25 de novembro de 1984, as empresas da outra Parte a realizar serviços não-regulares, em 3ª e 4ª liberdades, até 75 vãos não-regulares, exclusivamente passageiros, ida-e-volta, e até 36 vãos não-regulares mistos (passageiros e carga) ou exclusivamente cargueiros, ida-e-volta, entre qualquer ponto ou pontos no território de uma das Partes e qualquer ponto ou pontos no território da outra Parte. Solicitação de vãos não-regulares acima destes números pelas empresas de cada Parte serão tratados com a devida atenção pelas autoridades aeronáuticas da outra Parte.

2. Ambas as Partes permitirão a venda ao público de vãos não-regulares de passageiros, após 25 de novembro de 1984, data do término deste Memorando de Consulta, no entendimento de que a operação de vãos após aquela data estará sujeita à aprovação governamental.

3. Cada Parte fornecerá à outra Parte a relação das suas empresas autorizadas a realizar os serviços não-regulares acima referidos.

4. Os serviços não-regulares operados pelas empresas de cada Parte serão tratados em uma base não discriminatória.

5. Cada Parte fornecerá à outra Parte, mensalmente, a quantidade de vãos não-regulares operados efetivamente pelas suas próprias empresas.

6. Cada Parte poderá solicitar que uma notificação com as informações mínimas necessárias para a operação de um vão não-regular autorizado, ou uma série de vãos não-regulares, seja fornecida com 15 dias de antecedência, para os vãos não-regulares de passageiros e mistos, e dois dias úteis de antecedência, para os vãos não-regulares exclusivamente cargueiros. Em circunstâncias excepcionais, uma notificação para vãos não-regulares de passageiros, mistos e exclusivamente cargueiros poderá ser fornecida em um período menor que o acima estipulado e deverá ser tratado com boa vontade e presteza.

7. Cada empresa poderá acertar o preço de fretamento diretamente com o afretador, observando os regulamentos em vigor no território da Parte onde o tráfego se origina.

VII – Condições e Oportunidades Comerciais

Cada Parte afirma seu compromisso de desenvolver todo o

esforço possível para assegurar que as empresas de cada país possam operar com o máximo de eficiência e com oportunidades iguais e justas para participar do tráfego numa base não-discriminatória. Em particular, cada Governo providenciará para: 1) oportunidade justa e igual para o transporte comercial sem discriminação entre as empresas; 2) facilidade para conversão e transferência de fundo; 3) tarifas aeroportuárias, e de navegação e comunicação, e custos de combustíveis numa base não discriminatória; 4) isenção de impostos federais ao máximo possível; 5) oportunidades sem restrições para publicidade e promoção de todos os serviços das empresas designadas; e 6) oportunidade para as empresas realizarem os serviços de "handling" por si mesmas ou contratar uma empresa de sua escolha para prover tais serviços, de acordo com as exigências legais internas.

As delegações concordaram, ainda, que as empresas aéreas designadas de cada Parte poderão notificar diretamente às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte sobre qualquer problema encontrado relativo a práticas discriminatórias e injustas; as notificações obrigam as Autoridades Aeronáuticas daquela Parte a investigar profundamente o assunto e, se julgadas corretas, tomar as medidas imediatas para eliminação da discriminação e das práticas injustas.

VIII – Compra de combustível

As delegações de ambos os países afirmaram que as empresas designadas de ambos os países poderão adquirir serviços locais e combustível em moeda local ou livremente conversível à opção da empresa. A Delegação brasileira afirmou que estudos estão sendo conduzidos com o objetivo de eliminar qualquer encargo adicional que possa incidir no processamento do pagamento desses serviços locais e combustível.

IX – Remessas

As Delegações de ambos os países observaram que as empresas designadas de ambos os países têm o direito de converter imediatamente e remeter para os seus países o saldo de suas receitas de transporte. Conversões e remessas das receitas de transporte deverão ser prontamente permitidas sem restrições ou imposto de remessa, ao câmbio aplicável às transações correntes e remessas.

A Delegação brasileira também observou que as receitas locais de transporte que não haviam sido remetidas previamente, devido à falta de documentação, teriam um rápido tratamento.

X – Segurança

Cada Parte:

1. reafirma seu compromisso de agir em acordo com as normas da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, firmada em Tóquio em 11 de setembro de 1963, da Convenção para Repressão ou Apoderamento Ilícito de Aeronaves

ves, firmada em Haia em 16 de dezembro de 1970, e da Convenção sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional, firmada em Montreal em 23 de setembro de 1971;

2. deverá exigir que os operadores das aeronaves sob seu registro ajam de acordo com as provisões de segurança de aviação aplicáveis, estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional e adotadas por ambas as Partes; e
3. proporcionará a máxima assistência a outra Parte com vistas a evitar o apoderamento ilícito de aeronaves, sabotagem a aeronaves, aeroportos e facilidades de navegação aérea, bem como ameaças à segurança da aviação; dar a atenção devida a qualquer pedido da outra Parte para medidas de segurança especiais para suas aeronaves ou passageiros a fim de enfrentar determinada ameaça; e, quando incidentes, ou ameaças de seqüestro, ou sabotagem contra aeronaves, aeroportos ou facilidades de navegação aérea ocorrerem, auxiliar a outra Parte mediante a facilitação de comunicações destinadas a pôr fim a tais incidentes de modo rápido e seguro.

XI — Serviço Intermodal de Carga

As Autoridades Aeronáuticas de cada país, em base de reciprocidade, concederão às empresas da outra Parte o direito de oferecer serviços intermodal de carga, conjuntamente com suas operações de carga internacional, com a maior eficiência e com oportunidades iguais e justas para competir no tráfego em bases não discriminatórias.

XII — Programa para as Futuras Negociações

As Delegações afirmaram que a próxima reunião dos Grupos Técnicos representando ambos os países realizar-se-á no período de 20 a 24 de agosto de 1984, em Washington, D.C. Os Grupos Técnicos serão instruídos para iniciar a elaboração de um novo Acordo Aéreo bilateral e analisar as atuais condições do mercado Brasil-Estados Unidos. A seguinte sessão plenária será realizada no período de 22 a 26 de outubro de 1984, no Rio de Janeiro. Nesta Reunião serão discutidos o progresso alcançado durante o período interino de cinco meses, bem como a evolução dos trabalhos dos Grupos Técnicos. Ambas as Delegações concordaram que esperam que os futuros entendimentos sejam menos restritivos em termos de duração e possam possibilitar maiores oportunidades para a indústria do transporte aéreo de ambas as Partes.

XIII — Entrada em Vigor

Este Memorando de Consulta tornar-se-á operativo em 15 de junho de 1984, e entrará em vigor mediante troca de Notas diplomáticas.

Washington, D.C. em 14 de junho de 1984.

ROTAS

ANEXO "C"

A. De acordo com este Memorando de Consulta, as empresas designadas pelos Estados Unidos da América ficam autorizadas a embarcar e desembarcar tráfego aéreo internacional de passageiros, carga e mala postal, combinada ou separadamente, em ambos os sentidos, nas seguintes rotas:

1. dos Estados Unidos da América, via pontos intermediários no Caribe, América Central e países na Costa Oeste da América do Sul, para São Paulo e Rio de Janeiro;
2. dos Estados Unidos da América, via pontos intermediários no Caribe e América do Sul, para Belém, Recife e além para a África;
3. dos Estados Unidos da América, via pontos intermediários no Caribe, Panamá e países nas Costas Norte e Leste da América do Sul, para Belém ou Manaus, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e além para o Uruguai e Argentina e além para a Antártica e além;
4. dos Estados Unidos da América, via pontos intermediários na América Média e países nas Costas Norte e Leste da América do Sul, para Belém ou Manaus, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e além para o Uruguai e Argentina;
5. dos Estados Unidos da América, via pontos intermediários no Caribe e na América do Sul, para o Rio de Janeiro e São Paulo e além para pontos na África, ao Sul do equador.

B. De acordo com este Memorando de Consulta, as empresas designadas pela República Federativa do Brasil ficam autorizadas a embarcar e desembarcar tráfego aéreo internacional de passageiros, carga e mala postal, combinada ou separadamente, em ambos os sentidos, nas seguintes rotas:

1. da República Federativa do Brasil, via pontos intermediários na América do Sul e América Média, para Los Angeles (Nota 1);
2. da República Federativa do Brasil, via pontos intermediários na América do Sul e no Caribe para Miami e Chicago;
3. da República Federativa do Brasil, via pontos intermediários na América do Sul, Caribe e Panamá, para Washington e Nova York;
4. da República Federativa do Brasil, via pontos intermediários nas Costas Leste e Norte da América do Sul e no Caribe, para Miami e Nova York e além para o Canadá;
5. da República Federativa do Brasil, via pontos interme-

diários na América do Sul para Nova York e além via o ponto intermediário de Anchorage, para o Japão e além (Nota 1).

Nota 1.

As operações da rota 1 poderão ser estendidas além Los Angeles, via o ponto intermediário Honolulu para o Japão e além até que uma empresa brasileira comece as operações além Nova York na rota 5, ocasião em que todos os direitos de operar além Los Angeles na rota 1 terminarão automaticamente.

C. Qualquer ponto ou pontos das rotas contidas neste Quadro de Rotas poderão ser omitidos em uma ou ambas as direções, a critério da empresa designada para operar essa rota ou rotas.

D. As empresas aéreas designadas por uma Parte, nos termos deste Memorando de Consulta, serão autorizadas a operar outros serviços através do território da outra Parte, sem obrigação de pouso, pela rota mais direta entre os pontos a serem servidos na medida em que a segurança da operação não seja afetada. Em qualquer caso, o uso de itinerário anti-econômicos e não razoavelmente diretos será evitado.

E. Os vôos de uma empresa aérea designada que não sirvam todos os pontos concedidos nas rotas contidas no Quadro de Rotas poderão ser operados pela rota mais direta entre os pontos a serem servidos, na medida em que a segurança da operação não seja afetada.

Em qualquer caso, o uso de itinerários anti-econômicos e não razoavelmente diretos será evitado.

F. As empresas aéreas designadas por uma Parte, nos termos deste Memorando de Consulta, serão autorizadas a efetuar pouso técnico, no território da outra Parte. Todo o aeroporto no território de uma das Partes, que esteja aberto ao tráfego internacional, será aberto em condições uniformes à aeronave da outra Parte para esse pouso técnico.

G. Para os efeitos deste Quadro de Rotas, a expressão América Média é entendida, como incluindo somente aqueles países localizados no Continente entre a América do Sul e o território continental dos Estados Unidos da América.

2. O Ministério das Relações Exteriores informa a Embaixada dos Estados Unidos da América da concordância do Governo brasileiro com os termos do Memorando de Consulta acima transcrito.

3. Nestas condições, e em observância do item XIII do referido Memorando, o Ministério das Relações Exteriores propõe que a presente Nota e a resposta da Embaixada dos Estados Unidos da América, sobre a mesma matéria e da mesma data, sejam consideradas como um Acordo entre os dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje,

devido o Memorando de Consulta vigorar até 25 de novembro de 1984.

Brasília, em 11 de julho de 1984.

organização meteorológica mundial reconhecerá centro de treinamento meteorológico da universidade federal do pará

Acordo entre o Brasil e a Organização Meteorológica Mundial para o reconhecimento de um Centro Regional de Treinamento Meteorológico na Universidade Federal do Pará, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de julho de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Secretário Geral da OMM, Godwin Olu Patrick Obasi.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
A Organização Meteorológica Mundial,

Considerando que o Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial (doravante designada OMM) aprovou os critérios para o reconhecimento dos Centros Regionais de Treinamento Meteorológico da OMM;

Considerando que o Representante Permanente do Brasil requereu o reconhecimento pela OMM de suas instalações de treinamento localizadas na Universidade Federal do Pará, em Belém, como um Centro Regional de Treinamento Meteorológico da OMM (doravante designado Centro), sujeito aos termos do presente Acordo;

Animados de um espírito de cooperação mútua,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I Abrangência do Acordo

Este Acordo estabelece as condições e obrigações básicas pelas quais a OMM deverá reconhecer o Departamento de Meteorologia e Geofísica da Universidade Federal do Pará, em Belém, como um Centro Regional de Treinamento Meteorológico da OMM.

ARTIGO II Objetivo e Funções do Centro

1. O Centro deverá organizar e conduzir programas para o treinamento de pessoal de Classe I e Classe II em meteorologia, com ênfase em meteorologia tropical, em língua portuguesa.

2. O Centro deverá organizar ou sediar outros eventos relacionados com treinamento, de acordo com o Artigo III, parágrafo 1.

ARTIGO III **Condições Básicas**

1. O Centro será estabelecido somente para atender às necessidades expressas dos membros, que não possam ser atendidas em instalações existentes na mesma região.

2. O Centro deverá ser concebido para atender às necessidades dos membros da região, conforme seja estabelecido por decisão da Associação Regional.

3. O Centro se situará na região determinada, e sua localização será decidida pelo Comitê Executivo à luz do parecer da Associação Regional, ou de seu Presidente após consultas com os membros, e dos comentários do Secretário Geral.

4. O Centro estará aberto a estudantes de todos os países da região.

5. O nível educacional dos vários cursos de instrução ministrados no Centro deverá estar de acordo com o material de orientação fornecida pela OMM.

6. O Centro deverá ter edificações adequadas, instalações para treinamento e instrutores competentes.

ARTIGO IV **Obrigações da OMM**

A OMM deverá fornecer ao Centro:

- a) aconselhamento em assuntos pertinentes ao propósito e funções do Centro;
- b) dentro das limitações orçamentárias, toda assistência necessária e requerida pelo Centro, que seja compatível com as resoluções e decisões do Congresso e do Comitê Executivo, e com o regulamento financeiro da OMM.

ARTIGO V **Obrigações do Governo Anfitrião**

O estabelecimento e a manutenção do Centro serão sobretudo responsabilidade do país anfitrião.

ARTIGO VI **Obrigações do Centro**

- 1. O Centro deverá assegurar que:
 - a) haja organização administrativa adequada para eficiente e regular condução das atividades;
 - b) as qualificações, para a admissão dos estudantes, o caráter e o nível dos exames, e a competência dos instrutores sejam adequados à manutenção de padrão de educação e treinamento com o material de orientação fornecido pela OMM;

c) os graduados recebam diplomas ou certificados apropriados.

2. O Centro permitirá à OMM:

- a) supervisionar o trabalho e as atividades de treinamento do Centro;
- b) examinar os programas de estudos e outros materiais relevantes de modo a assegurar que o nível de educação e treinamento esteja de acordo com o material de orientação fornecido pela OMM.

ARTIGO VII **Cláusulas Gerais**

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da assinatura.

2. O presente Acordo poderá ser modificado por acordo escrito entre as Partes Contratantes.

3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação por via diplomática e deixará de vigorar sessenta dias após o recebimento da referida notificação. O término isentará as Partes de qualquer obrigação ulterior no sentido de cumprir o presente Acordo, mas não afetará os direitos, obrigações ou situação jurídica das Partes, criados pela execução do presente Acordo e que se iniciem antes de seu término.

4. A OMM terá o direito de retirar seu reconhecimento do Centro em virtudes da não-observância, pela outra Parte, das condições básicas e obrigações contidas no presente Acordo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente nomeados representantes do Governo e da OMM, respectivamente, assinam o presente Acordo.

Feito em Brasília, a 13 de julho de 1984, em dois exemplares originais, ambos nos idiomas português e inglês. Em caso de diferenças de significado, prevalecerá o texto inglês.

protocolo adicional ao acordo de cooperação cultural brasil-gabão na área da televisão

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Gabão, na área da televisão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

O Governo da República Gabonesa
e
O Governo da República Federativa do Brasil,

Doravante denominados "Partes Contratantes",

nos termos dos Artigos VII e VIII do Acordo de Cooperação Cultural assinado em Brasília, a 14 de outubro de 1975,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes realizarão programas de televisão, mediante ações diretas entre a "Rádio Télévision Gabonaise" e empresas brasileiras de televisão, em condições a serem determinadas de comum acordo entre elas.

ARTIGO II

As Partes Contratantes selecionarão as áreas geográficas onde deverão ser realizados os programas, bem como os setores de cooperação que deverão ser explorados, o conteúdo dos programas e determinarão, ainda, o modo de sua implementação.

ARTIGO III

As Partes Contratantes facilitarão o intercâmbio de informações técnicas na área de televisão, bem como promoverão programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes poderão complementar o presente Protocolo através de contratos ou qualquer outra forma de ajuste.

ARTIGO V

1. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura; será válido por um período de cinco anos, renovável automaticamente, por períodos idênticos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique à outra por escrito, por via diplomática, três meses antes do término da vigência, sua intenção de denunciá-lo.

2. Uma das Partes Contratantes poderá solicitar a revisão total ou parcial deste Protocolo, sob as mesmas condições expressas no parágrafo anterior.

3. As disposições revistas, ou emendadas, por consentimento mútuo, por via diplomática, entrarão em vigor na data de sua aprovação pelas Partes Contratantes e não afetarão, em princípio, os programas em execução.

Feito em Brasília, no dia 1º de agosto de 1984, em dois exemplares originais nos idiomas português e francês, fazendo os dois textos igualmente fé.

ANEXO AO PROTOCOLO ADICIONAL NA ÁREA DA TELEVISÃO

Com vistas à aplicação imediata do Protocolo Adicional sobre Televisão, assinado em Brasília a 1º de agosto de 1984, o Governo da República Federativa do Brasil, de acordo com o Artigo I do Protocolo, designa a "Rádio e Televisão Bandeirantes S.A." como uma das empresas brasileiras que deverá realizar programas de televisão na República Gabonesa.

Os dois Governos tomam nota dos contatos já estabelecidos entre as Partes supracitadas.

Os Chefes das delegações brasileira e gabonesa à II Sessão da Comissão Mista Brasil-Gabão convieram em assinar o presente documento, o qual será anexado ao referido Protocolo.

Feito em Brasília, no dia 1º de agosto de 1984, em dois exemplares originais nos idiomas português e francês, sendo os dois textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:
Ramiro Saraiva Guerreiro

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
GABONESA:
Martin Bongo

o acordo brasil-china para instalação de consulados em são paulo e em xangai

Acordo entre o Brasil e a República Popular da China para instalação de Repartições Consulares dos dois Países em São Paulo e em Xangai, assinado, por troca de Notas, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de agosto de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele País, Wu Xueqian.

A Sua Excelência o Senhor Wu Xueqian,
Conselheiro de Estado e Ministro dos
Negócios Estrangeiros da
República Popular da China.

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o seguinte Acordo, regido pelos princípios gerais de igualdade de tratamento e reciprocidade, sobre a instalação em São Paulo de uma Repartição Consular da República Popular da China e em Xangai de uma

Repartição Consular do Brasil, ambas com a categoria de Consulado Geral.

I — A Repartição Consular do Brasil em Xangai terá jurisdição sobre a Municipalidade de Xangai, a Província de Jiangsu e a Província de Zhejiang. A Repartição Consular da República Popular da China em São Paulo terá jurisdição sobre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

II — Em conformidade com as respectivas leis e regulamentos, o Governo do Estado receptor prestará as facilidades necessárias para a instalação da Repartição Consular do outro Estado e para o exercício de suas funções.

III — Os dois Governos fixam de comum acordo o número máximo do pessoal de cada Repartição Consular (ver anexo). Se um dos Governos tiver necessidade de aumentar esse número, a questão será resolvida por ambos os Governos, mediante consulta.

IV — O Governo brasileiro e o Governo chinês comprometem-se à concessão recíproca, no que diz respeito aos locais consulares do outro Estado (ver anexo), aos funcionários consulares de carreira e outros membros da Repartição Consular, das facilidades, privilégios e imunidades previstos no Capítulo II da Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

2. As questões referentes às relações consulares entre os dois países deverão ser tratadas, com base nos dispositivos que regem este Acordo, através de consultas amistosas e segundo os princípios da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de abril de 1963, a prática internacional e as leis e regulamentos do Estado receptor.

3. Caso o Governo da República Popular da China concorde com as disposições acima, tenho a honra de propor que a presente Nota, com seu respectivo Anexo, e a resposta de Vossa Excelência, no mesmo sentido, constituam um Acordo entre nossos dois Governos, que entrará em vigor na data do recebimento da Nota de resposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

ANEXO

1. As duas Repartições Consulares fomentarão o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, científicas e tecnológicas entre os dois países. As atividades culturais continuarão a cargo das respectivas Embaixadas, segundo a programação acordada anualmente entre os dois Governos.

2. O pessoal chinês lotado na Repartição Consular da República Popular da China em São Paulo assim como o

pessoal brasileiro lotado na Repartição Consular do Brasil em Xangai é fixado, em cada caso, no número máximo de dez (10). Para os presentes fins, são considerados como pessoal da Repartição Consular, o Cônsul-Geral, os Cônsules, Vice-Cônsules e Agentes Consulares, os funcionários encarregados de fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, científicas e tecnológicas, os funcionários administrativos e os empregados domésticos, inclusive motoristas, da nacionalidade de cada Estado, não estando os familiares incluídos nesse número.

3. Entendem-se por locais consulares aqueles em que funcionem a Repartição Consular do Brasil em Xangai e a Repartição Consular da China em São Paulo. As instalações da Repartição Consular do Brasil em Xangai e a Repartição Consular da República Popular da China em São Paulo estarão centralizadas em um único local.

4. As duas Repartições Consulares poderão empregar, a seu serviço, cidadãos do Estado receptor, observados os dispositivos constitucionais e legais pertinentes, devendo informar ao Ministério das Relações Exteriores desse Estado o nome, local, data de nascimento, filiação e função dos empregados.

5. Semestralmente, cada Repartição Consular deverá encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor relação atualizada dos seus funcionários de qualquer nacionalidade.

acordo brasil-paraguai para isenção do imposto de renda sobre rendimentos de frete do transporte de combustíveis

**Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e Paraguai,
para isenção do Imposto de Renda sobre rendimentos de
frete do transporte de combustíveis, assinado em Assunção,
em 29 de agosto de 1984,
pelo Embaixador brasileiro naquele País,
Mário de Mello Mattos, e pelo Ministro paraguaio das
Relações Exteriores, Carlos A. Saldívar.**

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Carlos A. Saldívar,
Ministro de Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota N.R. 10, de 29 de agosto de 1984, pela qual Vossa Excelência me comunicou a decisão do Governo da República do Paraguai no sentido de isentar do imposto de renda paraguaio, a partir desta data, os rendimentos de frete pagos no Paraguai a transportadoras rodoviárias brasileiras, sempre que dito transporte se efetue ao amparo de convênios ou con-

tratos firmados entre empresas estatais ou de economia mista de ambos os países, encarregadas da produção e comercialização de petróleo e seus derivados.

2. A esse propósito, informo Vossa Excelência de que, nos termos dos artigos 1 e 2 do Decreto-Lei Nº 1228, de 03 de julho de 1972, as empresas de transporte rodoviário gozam de isenção do imposto de renda, no Brasil, se no país de seu domicílio, as empresas brasileiras de igual objetivo gozarem da mesma prerrogativa.

3. Informo, ainda, Vossa Excelência de que o Governo brasileiro reconhece a referida Nota como prova de reciprocidade do tratamento e, portanto, condição suficiente para que sejam isentos do imposto de renda incidente na fonte os rendimentos de frete pagos, a partir desta data, no Brasil, às transportadoras rodoviárias paraguaias que transportem por rodovia petróleo e produtos derivados de petróleo, sempre que dito transporte se efetue ao amparo de convênios ou contratos firmados entre empresas estatais ou de economia mista de ambos os países, encarregadas da produção e comercialização de petróleo e seus derivados. Fica entendido que esta proposta inclui os transportes já efetuados, pendentes de pagamento nesta data.

4. A isenção prevista nesta Nota poderá ser denunciada por qualquer dos Governos, mediante notificação com antecedência de seis meses, caso em que perderá a validade no dia seguinte ao do término do referido prazo.

5. O Governo da República Federativa do Brasil considera que a Nota de Vossa Excelência, acima mencionada, juntamente com esta Nota de resposta, constituem um Acordo entre os dois Governos sobre a matéria, que entrará em vigor nesta data.

Aproveito a oportunidade para fenovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração

Mario de Mello Mattos
Embaixador do Brasil

brasil e canadá assinam ajuste complementar para cooperação técnica em comunicação e programas espaciais

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá (de 1º de abril de 1975) sobre cooperação técnica em comunicações e programas espaciais, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 4 de setembro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, Anthony Tudor Eyton.

A Sua Excelência o Senhor
Anthony Tudor Eyton,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
do Governo do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº B-159, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à nota verbal DCOPT/DAI/DTC/DIE/DCS/62, de 24 de outubro de 1983, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, e ao artigo LII do Contrato de 30 de junho de 1982, entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — EMBRATEL e a Spar Aerospace Ltd., para o Segmento Espacial do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite — SBTS, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do artigo II do Acordo supramencionado, o Ajuste Complementar que dispõe sobre cooperação técnica em comunicações e programas espaciais:

I — “O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá realizarão atividades conjuntas de cooperação técnica em comunicações e programas espaciais nos termos e condições estabelecidos no presente Ajuste e seus Anexos A e B. Como entidade de coordenação, o Governo da República Federativa do Brasil designa o Ministério das Comunicações e o Governo do Canadá designa, para os mesmos propósitos, o Departamento de Comunicações.

II — “As atividades de cooperação técnica que são objeto do presente Ajuste e que estão cobertas pelos Anexos A e B serão realizadas por ambas as Partes, especificamente como estabelecido abaixo:

- a) treinamento de engenheiros e técnicos brasileiros no Brasil e no Canadá;
- b) intercâmbio de cientistas e técnicos;
- c) intercâmbio de informação e participação conjunta em programas e projetos de comunicações particularmente aqueles que dispõem sobre tecnologia espacial, e
- d) fornecimento de documentação, equipamentos e serviços de consultoria para o Brasil pelo Canadá.

III — “As disposições contidas no Acordo de Cooperação Técnica de 1975 e seu Anexo B serão aplicadas ao Brasil, exceto sobre aqueles itens tratados diferentemente nos Anexos A e B do presente Ajuste. As disposições contidas no Acordo de Cooperação Técnica e seu Anexo A serão aplicadas ao Canadá exceto sobre aqueles itens tratados diferentemente nos Anexos A e B do presente Ajuste.

IV — “As Partes acordam que a informação científica e técnica que venha a ser colocada à sua disposição para fins de cooperação técnica no âmbito deste Ajuste ou que

resulte dessa cooperação não será fornecida a terceiras partes sem a autorização escrita e prévia da outra Parte. Esta disposição não se aplica às relações entre as Partes e às entidades e às empresas mencionadas nos Anexos do presente Ajuste Complementar, responsáveis pelo desempenho das atividades específicas.

V — "As Partes acordam que a execução das atividades de cooperação técnica estará sujeita a uma avaliação anual, a fim de assegurar resultados benéficos para ambas as Partes. Os resultados desta avaliação serão revistos durante as Conversações Bilaterais sobre Cooperação Técnica que serão realizadas, em princípio, a cada ano, alternadamente em Brasília e Ottawa.

VI — "As Partes acordam que as áreas mencionadas nos Anexos do presente Ajuste poderão posteriormente ser emendadas, por mútuo acordo entre as entidades de coordenação. Quaisquer modificações que resultem serão apresentadas no curso das Conversações Bilaterais referidas no parágrafo precedente.

VII — "O presente Ajuste é concluído no contexto do Programa para o Segmento Espacial do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite e terá a duração de cinco anos. Poderá ser prorrogado, no todo ou em parte, de comum acordo entre as Partes, por troca de notificações, seis meses antes da data de sua expiração. As prorrogações terão a duração de um ano, podendo haver, no máximo, três prorrogações sucessivas.

2. "Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com a proposta contida nos itens de I a VII acima, bem como nos Anexos A e B que acompanham a presente Nota, proponho que a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da resposta de Vossa Excelência.

2. A respeito, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações
Exteriores da República
Federativa do Brasil

brasil e colômbia assinam acordo sobre obras aeroportuárias

Acordo, por troca de Notas, entre Brasil e Haiti,
para criação de uma Comissão Mista haitiano-brasileira,
assinado em Porto Príncipe, em 14 de setembro de 1984,
pelo Embaixador brasileiro naquele País,
Paulo Frassinatti Pinto, e pelo Ministro dos Negócios
Estrangeiros do Haiti, Jean-Robert Estimé.

A Son Excellence
Monsieur Jean-Robert Estimé,
Ministre des Affaires Etrangères et des Cultes.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de porter à votre connaissance que, en vue de resserrer davantage des liens traditionnels d'amitié et de coopération qui unissent la République Fédérative du Brésil et la République d'Haiti, et dans le but de promouvoir le développement des relations économiques, commerciales, techniques, scientifiques et culturelles entre les deux pays, le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil est disposé à conclure avec Celui d'Haiti un Accord pour la création d'une Commission Mixte haitiano-brésilienne.

La dite Commission Mixte aura notamment pour objectifs de:

1. Assurer le suivi de la coopération technique et scientifique entre les deux pays et faire toutes suggestions susceptibles de rendre plus efficace la dite coopération, dans les domaines consues considérés comme prioritaires par les deux gouvernements.
2. Analyser le développement des échanges commerciaux entre Haiti et le Brésil et suggérer des mesures en vue de les accroître et de les diversifier.
3. Evaluer la coopération culturelle entre Haiti et le Brésil et envisager les initiatives propres à contribuer à son renforcement.

La Commission Mixte se réunira d'ordinaire une fois tous les deux ans, alternativement au Brésil et en Haiti, et en caractère extraordinaire, avec l'accord des deux parties.

Si le Gouvernement de la République d'Haiti est d'accord avec les propositions sus-mentionnées, la présente Note et la Note réponse de Votre Excellence de la même teneur et portant la même date, constitueront un Accord entre nos deux Gouvernements qui entrera en vigueur à la date d'aujourd'hui.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence l'expression de ma plus haute considération.

Paulo Frassinetti Pinto
Ambassadeur de la République
Fédérative du Brésil.

brasil e haiti assinam acordo para criação de uma comissão mista

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Colômbia,
para realização de obras em aeroportos de diversas
cidades daquele País, assinado em Bogotá,

em 24 de setembro de 1984, pelo
Embaixador brasileiro, João Hermes Pereira de Araújo,
e pelo Ministro colombiano das Relações Exteriores,
Augusto Ramfrez Campo.

A Sua Excelência
o Senhor Doutor Augusto Ramfrez Campo,
Ministro das Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota de Vossa
Excelência, de 11 do corrente, do teor seguinte:

"Señor Embajador:

Con relación a las conversaciones que se han venido adelantando entre representantes del Departamento Administrativo de Aeronáutica Civil "DAAC" de Colombia y la Comisión de Aeropuertos da Região Amazônica "COMARA" del Brasil, respecto a los trabajos de ampliación de la pista y plataforma de aparcamiento del Aeropuerto Vásquez Cobo de la ciudad de Leticia, construcción de la pista del Aeropuerto de Mitú y construcción de la pista, plataforma de aparcamiento y taxeos del Aeropuerto de Puerto Infrida, Colombia; e invocando el espíritu fraternal que caracteriza nuestras cordiales relaciones y el excelente desarrollo que ha tenido la cooperación bilateral, tengo el honor de proponer a Vuestra Excelencia el siguiente acuerdo:

1. Los Gobiernos de la República de Colombia y el Gobierno de la República Federativa del Brasil apoyan los contactos iniciados entre el DAAC y COMARA, y en atención a la solicitud formulada por el DAAC, éste y COMARA podrán celebrar un contrato para la ejecución de los trabajos de ampliación de la pista y plataforma de aparcamiento del Aeropuerto Vásquez Cobo de la ciudad de Leticia, construcción de la pista del Aeropuerto de Mitú y construcción de la pista, plataforma de aparcamiento y taxeos del Aeropuerto de Puerto Infrida, Colombia.
2. Al entrar a negociar el contrato por parte de las entidades antes mencionadas, se tendrán en cuenta, por ejecutarse los trabajos en territorio colombiano, las disposiciones legales internas vigentes en Colombia.
3. Em caso necesario, los dos Gobiernos realizarán contactos por vía diplomática con el fin de estudiar asuntos relacionados con el cumplimiento del objeto del Acuerdo.

Si Vuestra Excelencia tiene a bien confirmar los términos de la presente nota em nombre de su Gobierno, ésta y la respuesta de Vuestra Excelencia constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos de la República de Colombia y de la República Federativa del Brasil. Este Acuerdo entrará em vigor en la fecha de la nota de respuesta de Vuestra Excelencia y terminará cuando el objeto del mismo haya sido cumplido en su totalidad."

2. Em resposta, é-me particularmente grato manifestar a Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita que, com a presente

resposta, constituem acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, o qual entrará em vigor nesta data e permanecerá vigente até que se cumpram, em sua totalidade, seus objetivos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

João Hermes Pereira de Araújo
Embaixador da República Federativa do Brasil

acordos bilaterais assinados no terceiro trimestre de 1984 e que ainda não estão em vigor

Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), assinado em Brasília, em 17 de julho de 1984.

Acordo, por troca de Notas, entre Brasil e França, sobre Dispensa de Vistos, celebrado em Brasília, em 24 de julho de 1984.

Acordo entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento, em Brasília, do escritório da Comissão Econômica para a América Latina, assinado em Santiago, em 27 de julho de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e por Enrique V. Iglesias.

Acordo Comercial entre o Brasil e o Gabão, assinado em Brasília em 19 de agosto de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

Acordos de Comércio e de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Tailândia, assinado em Brasília, em 12 de setembro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Siddhi Savetsila.

Acordo de Previdência Social entre o Brasil e a Grécia, assinado em Atenas, em 12 de setembro de 1984.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no terceiro trimestre de 1984

Acordo Internacional da Madeira Tropical — 1983.
Japão ACEITOU.

Gabão, Bélgica, Dinamarca, C.E.E., França, R.F. Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Indonésia ASSINARAM.

Acordo Internacional da Borracha Natural – 1979.
Grécia ADERIU.

Acordo Internacional Sobre a Juta e Seus Produtos – 1982.
Suíça ADERIU.

Protocolo Sobre Marcas Rodoviárias, Adicional ao Acordo Europeu Suplementar à Convenção Sobre Sinalização Rodoviária Aberta à Assinatura – 1973.
Rússia, Belorússia e Ucrânia ADERIRAM (Todos os três com Reserva e Declaração).

Acordo Relativo à Adoção de Condições Uniformes de Homologação e de Reconhecimento Recíproco da Homologação de Equipamentos e Peças de Veículos à Motor – 1958.
Todos os países signatários do Acordo ACEITARAM as Emendas propostas pela Itália, ao Regulamento nº 9 anexo ao Acordo.

Acordo Que Estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento, Emendado pela Resolução 05/79 – 1982.
Objeção de Israel ao Instrumento de Aceitação do Coveite, em razão de declaração de cunho político, acerca de Israel, contido neste.

Protocolo ao Acordo Sobre Importação de Materiais Educacionais, Científicos e Culturais – 1976.
Portugal ADERIU (com Declaração, relativa ao art. 16(a) do referido Protocolo).

Acordo Europeu Sobre as Principais Artérias do Tráfego Internacional – 1975.
Rússia ADERIU (com Declaração).

Tratado de Nairóbi Sobre a Proteção do Símbolo Olímpico – 1981.
Senegal RATIFICOU.

Protocolo do Reencontro Plenipotenciário para o Estabelecimento do Centro Internacional Para Engenharia Genética e Biotecnologia – 1984.
Argentina, Bulgária, Chile, Cuba, Grécia, Índia, Itália, Peru, Venezuela, Iugoslávia, Bhutan, Senegal e México ASSINARAM.

Estatutos do Centro Internacional Para Engenharia Genética e Biotecnologia – 1983.
Bhutan, México e Senegal ASSINARAM.

Acordo Sobre Privilégios e Imunidades – 1959.
República Popular da China ACEITOU (com Reservas).

Acordo Constitutivo da INTELSAT – 1971.
Malawi e Irlanda ADERIRAM.

Tratado da Antártida – 1959.
Cuba ADERIU.

Acordo Que Regula As Atividades Dos Estados Na Lua E Em Outros Corpos Celestes – 1979.
Áustria, Chile, Filipinas, Uruguai e Países Baixos ADERIRAM.

Tratado Sobre o Controle de Armamentos no Fundo do Mar – 1971.
México ADERIU (com Declaração).

Protocolo Adicional à Convenção Internacional Sobre a Conservação do Atum Atlântico – 1984.
Brasil, Canadá e E.U.A. ADERIRAM.

Convenção para a Supressão de Atos Ilegais Contra a Aviação Civil – 1971.
Índia RATIFICOU (com Reservas).

Convenção Para a Supressão da Captura Ilegal de Aeronaves – 1970.
Índia RATIFICOU (com Reservas).

Convenção Sobre a Prevenção e Punição dos Crimes Contra Pessoas com Proteção Internacional, Inclusive Representantes Diplomáticos – 1973.
Grécia ADERIU.

Convenção Internacional Para a Proteção de Artistas Intérpretes ou Executantes Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão – 1961.
Filipinas ADERIU.

Convenção Internacional Sobre o Uso da Radiodifusão Na Causa da Paz – 1936.
Hungria RATIFICOU (com 1 Reserva e 1 Declaração).
República Democrática da Alemanha ADERIU (com 1 Reserva e 1 Declaração).

Protocolo de Emendas à Convenção Única Sobre Entorpecentes/1961 – 1972.
Bélgica RATIFICOU o Protocolo (com Reservas).

Constituição da União Postal Universal – 1979.
Tailândia APROVOU alguns atos da União.
Kiribati foi ADMITIDO e ADERIU a alguns atos da União.
Uruguai, Filipinas, Bahamas, Líbano e Sri Lanka RATIFICARAM alguns atos da União.

Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – 1979.
Yêmen Democrático, Libéria, Ilhas Maurício ADERIRAM.
(com 1 Reserva) (com reservas)
Indonésia RATIFICOU (Com uma Reserva)

Convenção das Nações Unidas Sobre Direito do Mar – 1982.
Gâmbia RATIFICOU.
Cuba RATIFICOU.

- Convenção das Nações Unidas Sobre o Transporte Marítimo de Mercado – 1978.**
Hungria RATIFICOU.
- Convenção Internacional Sobre Harmonia nos Controles de Cargas – 1982.**
Espanha ADERIU.
- Convenção Internacional Contra o Uso de Reféns – 1979.**
Portugal RATIFICOU.
- Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – 1966.**
Camarões e Togo ADERIRAM.
- Pacto Internacional Sobre Direitos Cívicos e Políticos – 1966.**
Camarões e Togo ADERIRAM.
- Protocolo Adicional ao Pacto Internacional Sobre Direitos Cívicos e Políticos – 1966.**
Camarões ADERIU.
- Protocolo de Emenda à Convenção da Escravatura – 1953.**
Camarões ADERIU.
- Convenção Suplementar Sobre a Abolição da Escravatura, o Comércio Escravo e Instituições e Práticas Similares à Escravatura – 1956.**
Camarões ADERIU.
- Convenção de Viena Sobre Sucessão dos Estados em Matéria de Bens, Arquivos e Dívidas – 1983.**
Egito e Nigéria ASSINARAM.
- Constituição da Organização Mundial da Saúde (O.M.S.) e Emendas de 1976 aos Artigos 24 e 25 Adotadas Pela Assembleia Mundial da Saúde, em 17-5-76 – 1946.**
Cook Islands e Coveite ACEITARAM.
Zâmbia ACEITOU.
- Convenção Internacional Sobre a Supressão e Punição do Crime do Apartheid – 1973.**
Togo ADERIU.
- Protocolo Adicional à Convenção Internacional Para a Conservação do Atum Atlântico.**
Brasil, Canadá, E.U.A. ASSINARAM o Protocolo.
- Convenção Que Estabelece a Organização da Propriedade Intelectual – 1967.**
Venezuela ADERIU.
- Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – 1969.**
Argentina/Barbados/Bolívia/Chile (com Declaração), Colômbia, Costa Rica, Repúb. Dominicana (com Declaração), Equador (com Declaração), El Salvador, Granada, Guatemala (com Reserva), Haiti, Honduras, Jamaica (com Declaração), México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, E.U.A., Uruguai (com Reserva) e Venezuela ASSINARAM.
Bolívia e México (com 2 Declarações Interpretativas e 1 Reserva) ADERIRAM.
Barbados (com Reservas), El Salvador (com 1 Declaração e 1 Reserva), Guatemala (com 1 reserva), Jamaica, (com 1 Declaração), Venezuela (com 1 Declaração e com 1 Reserva) e Granada RATIFICARAM.
- Convenção Sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio – 1948.**
Togo ADERIU.
- Convenção Sobre a Organização Marítima Internacional (IMO) – 1948.**
Viet-Nam ACEITOU (Com uma Declaração).
Emendas à Convenção Sobre a Organização Marítima Internacional, Adotadas pela Assembleia da IMO na Resolução A.400(X) de 17-11-77.
Trinidad e Tobago ACEITOU.
- Acordo Internacional do Cacau – 1980.**
Bélgica e Luxemburgo RATIFICARAM.
Países Baixos ACEITARAM.
- Convenção Aduaneira Sobre o Transporte Internacional de Mercadorias (TIR) – 1975.**
Com Cobertura das Cadernetas.
República Islâmica do Irã ADERIU.
- Acordo Que Estabelece o Fundo Comum Para Produtos de Base – 1980.**
Somália RATIFICOU.
- Constituição da Organização Mundial da Saúde – 1946.**
Kiribati ACEITOU.
- Acordo de Haia, de 6 de novembro de 1925, referente ao Depósito Internacional de Desenhos Industriais – 1925.**
Senegal ADERIU.
- Revisão de Londres do Acordo de Haia de 6 de novembro de 1925, referente ao Depósito Internacional de Desenhos Industriais – 1934.**
Senegal ADERIU.
- Revisão de Haia do Acordo de Haia de 6 de novembro de 1925, referente ao Depósito Internacional de Desenhos Industriais – 1960.**
Senegal ADERIU.
- Ato de Estocolmo Complementar ao Acordo de Haia Sobre Depósito Internacional de Desenhos Industriais – 1967.**
Senegal ADERIU.

comunicados e notas

a reunião entre representantes da argentina e do reino unido

Comunicado divulgado em Berna, em 20 de julho de 1984, pelos países protetores presentes à reunião entre representantes da Argentina e do Reino Unido:

COMMUNIQUÉ

La Présidence suisse et les représentants du Gouvernement du Brésil communiquent ce qui suit:

À l'invitation du Gouvernement Suisse et en présence de représentants du Gouvernement du Brésil, des hauts fonctionnaires argentins et britanniques se sont rencontrés à Berne les 18 et 19 Juillet 1984.

À cette occasion, la partie argentine a reiteré qu'il était nécessaire à ses yeux de discuter la mise en place d'un mecanisme permettant d'engager une discussion à propos de la souveraineté sur les îles, la partie britannique a reafirmé que le gouvernement de Sa Majesté n'était pas disposé à entrer en discussion sur la question de la souveraineté.

La partie britannique a exposé des propositions dans différents domaines qui pourraient se prêter, aux yeux du Gouvernement de Sa Majesté, à mener par étapes à la normalisation de relations entre les deux pays, la partie argentine a fait remarquer à ce propos qu'elle n'était pas disposée à entrer en matière sur ces points aussi longtemps que ne pouvait être examinée la manière d'aborder la question de la souveraineté.

Ces entretiens ont permis aux deux parties d'avoir un premier contact direct et d'exposer clairement leurs points de vue respectifs.

Les délégations argentine et britannique feront rapport à leurs gouvernements sur l'ensemble des entretiens."

ministro carlos augusto proença rosa representará o governo brasileiro junto a organismos internacionais com sede em viena

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 24 de julho de 1984:

O Senhor Presidente da República designou o Ministro de Primeira Classe Carlos Augusto Proença Rosa na qualidade de representante especial do Governo Brasileiro para tratar dos assuntos de interesse do Governo junto a organismos internacionais com sede em Viena.

a reunião dos chanceleres e ministros da área financeira dos países que assinaram o consenso de cartagena

Comunicado emitido em Mar del Plata, em 14 de setembro de 1984, ao final da reunião dos Chanceleres e dos Ministros da área financeira dos países que assinaram o "Consenso de Cartagena".

COMUNICADO DE MAR DEL PLATA

Los Cancilleres y Ministros responsables del area financiera de los países firmantes del Consenso de Cartagena, reunidos en Mar del Plata, los días 13 y 14 de septiembre de 1984:

Señalaron con preocupación la perdida del sentido de urgencia en los países industrializados respecto de la solución de la crisis del endeudamiento externo, mientras se agudiza el empobrecimiento en los países en desarrollo. Manifestaron que si bien hasta ahora; no se ha producido una desestabilización severa del sistema financiero internacional, se profundizan las consecuencias de esa crisis sobre sus países.

Ante estos hechos, cuyo tratamiento reclama un amplio enfoque político, coincidieron en:

- Ratificar la vigencia del Consenso de Cartagena,
- Reiterar su solidaridad ante el problema del endeudamiento de América Latina y
- Reafirmar su determinación de continuar realizando consultas, con la frecuencia necesaria, en el marco del Mecanismo de Consulta y Seguimiento.

Señalaron que el incremento de las tasas de interés registrado apenas concluida la Reunión de Cartagena, agravó las consecuencias negativas derivadas de su nivel excesivamente elevado. Apesar de la detención de los incrementos observados desde fines de junio, la estabilización de dichas tasas a los niveles actuales, que sobrepasan varias veces los promedios históricos, dificulta la ejecución de proyectos en el campo económico y mantiene vigentes problemas de endeudamiento externo e interno que imposibilitan un manejo adecuado de las políticas de desarrollo de la región. Lo anterior confirma la urgencia de que la comunidad internacional, y en especial los gobiernos de los países

industrializados, adopten acciones que permitan retornar a niveles razonables de tasas reales de interés.

Advirtieron que las manifestaciones de recuperación de la actividad económica, continúan concentradas en algunos países desarrollados los que siguen aplicando políticas que afectan las perspectivas de crecimiento de la mayoría de los países de la comunidad internacional. En la medida en que esta recuperación económica no se extienda a todos los países, estará signada por la precariedad, amenazando precipitarse en una crisis internacional, cuya magnitud, profundidad y consecuencias no se pueden predecir.

Manifestaron que, salvo casos aislados, las tendencias proteccionistas y otras medidas restrictivas se han intensificado. Ello acentúa los efectos adversos que estas acciones ejercen sobre el nivel de ingreso de divisas por exportación, la capacidad para importar, la posibilidad de atender el servicio de la deuda externa y las perspectivas de los programas de desarrollo de los países del área. Notaron además, que no se han reanudado a niveles adecuados las corrientes financieras para promover el crecimiento económico ni los créditos comerciales de corto plazo.

Reiteraron su preocupación por el mantenimiento de la asimetría en los esfuerzos de ajuste, incompatible con la corresponsabilidad de acreedores y deudores en la búsqueda de la solución al problema de la deuda.

Observaron con interés que en una negociación reciente sobre reestructuración de deuda, se ha logrado adoptar algunos de los principios enunciados en el Consenso, en materia de términos, costos y condiciones.

Sin embargo, manifestaron que es de fundamental importancia continuar la búsqueda de soluciones adecuadas y

permanentes para el conjunto de los problemas relacionados con el endeudamiento externo dentro de la orientación establecida en el Consenso, de forma que los gobiernos de los países acreedores, los organismos financieros multilaterales y la comunidad bancaria realicen aportes comparables con los esfuerzos efectuados por los deudores en su proceso de ajuste.

Reafirmaron la necesidad del diálogo como factor de entendimiento. En la materia específica del endeudamiento, concluyeron que el diálogo entre acreedores y deudores es imprescindible para lograr que se comprenda cabalmente el problema y se alcance ese entendimiento. La ausencia de diálogo impediría poner en marcha la cooperación necesaria entre las partes para resolver conjuntamente la crisis.

Dada la persistente gravedad de la situación descrita, y conforme al párrafo 23 del Consenso de Cartagena, juzgaron esencial invitar a gobiernos de países industrializados a un diálogo político directo que sería deseable realizar en el primer semestre de 1985, para lo cual se efectuarán las gestiones correspondientes.

Pusieron de manifiesto la coordinación lograda por sus países frente a las próximas reuniones internacionales. En consecuencia, las iniciativas acordadas serán planteadas en todos los foros pertinentes como expresión del Consenso.

Los países miembros podrán solicitar la realización de reuniones extraordinarias del Mecanismo de Consulta y Seguimiento para examinar las implicaciones y consecuencias de hechos que revistan carácter de urgencia.

La próxima reunión se efectuará en la República Dominicana, en el curso del primer trimestre de 1985. A tal efecto el país sede actuará como Secretaría Pro-Tempore.

a carta do presidente joão figueiredo ao presidente dos eua, ronald reagan

Carta do Presidente João Figueiredo ao Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, enviada em 3 de julho de 1984:

Caro Presidente,

Muito lhe agradeço a gentileza de sua carta do dia 26 de junho. Foi para mim motivo de particular satisfação verificar que Vossa Excelência e os demais Chefes de Governo presentes à recente reunião em Londres dedicaram especial atenção às dificuldades econômicas que acarreta para numerosos países latino-americanos a grave situação do endividamento externo.

Já nas conversações que tive o prazer de manter com Vossa Excelência quando de sua visita a Brasília, em dezembro de 82, tínhamos podido abordar essa questão, a qual se tornara premente essencialmente em decorrência de inusitada conjunção de fatores externos adversos. Lamentavelmente, nesses 18 meses que desde então se passaram, a situação agravou-se consideravelmente, a ponto de levar-me, em conjunto com outros Chefes de Governo latino-americanos, a dirigir carta aos participantes do encontro de Londres.

É assim com satisfação que vejo Vossa Excelência confirmar a impressão, que havia eu recolhido do teor do Comunicado de Londres, de que na reunião dos sete principais países desenvolvidos se deram passos à frente no sentido da introdução de maior flexibilidade no trato da questão da dívida, inclusive com o endosso à idéia de reescalamentos plurianuais. Constitui também gesto de conteúdo construtivo a disposição de proceder a uma mais intensa discussão das questões financeiras de interesse para os países em desenvolvimento no âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial.

Os progressos realizados na Reunião de Londres no que se refere à questão da dívida externa — a começar pela importância então reconhecida ao assunto — denotam a existência de substancial campo para o diálogo e o entendimento entre os Governos dos países representados em Londres e os Governos de países devedores. Em reunião que onze destes, entre os quais o Brasil, realizaram em Cartagena, Colômbia, a 21 e 22 de junho — e na qual tiveram muito em mente os resultados do encontro de Londres — definiu-se, sob a forma de um abrangente "Consenso", conjunto de princípios e proposições concretas que a nosso ver constituem base válida, realista e prag-

mática para a busca de medidas capazes de dar solução à excessiva carga do endividamento e assim contribuir para a criação de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento econômico.

Por via diplomática o Governo norte-americano estará tomando conhecimento do "Coñsenso de Cartagena". De minha parte, desejo expressar a Vossa Excelência a continuada preocupação do Governo brasileiro com a crise do endividamento e seus efeitos econômicos, sociais e políticos, e reiterar-lhe minha profunda convicção da necessidade de um exame urgente, e em termos mais amplos e integrados, a nível de Governos, de questão de tamanha gravidade e multiplicidade de aspectos. O sentido de urgência da questão se vê inegavelmente aumentado pelos atuais níveis das taxas de juros e pela possibilidade que em futuro próximo tais taxas registrem novas elevações, fato que preocupa também ao Governo dos EUA, como por este publicamente afirmado. As agruras econômicas e tensões políticas que se registram em vários países endividados, já em si graves, podem vir a atingir níveis insuportáveis no caso de se intensificarem os fatores externos adversos que muitas vezes afetam suas economias. Com base nas conclusões de Londres, e no "Consenso de Cartagena", creio que estão criadas condições particularmente favoráveis para a realização de um diálogo mais amplo entre os Governos de países devedores e credores. Tendo anotado, com muita satisfação, a disposição que Vossa Excelência expressa de manter-se aberto a uma troca de pontos-de-vista sobre questões relacionadas com a dívida externa, reafirmo-lhe — conforme assinalado no "Consenso de Cartagena" — a disposição que existe no Brasil — e em outros países latino-americanos — de proceder a uma reflexão conjunta sobre a questão da dívida e seus múltiplos aspectos e conseqüências, com vistas à busca de medidas capazes de, com o resguardo dos interesses de todas as partes envolvidas, propiciar uma solução para a carga excessiva decorrente do endividamento e a criação de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento pelas nações devedoras e à expansão sustentada da economia e do comércio internacionais.

João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

a mensagem do presidente joão figueiredo ao presidente da bolívia, hernán siles zuazo

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Presidente da Bolívia, Hernán Siles Suazo, enviada em 5 de julho de 1984:

Com grande satisfação tomei conhecimento do desfecho do lamentável seqüestro de que Vossa Excelência foi vítima. Ao congratular-me com Vossa Excelência pela feliz superação do incidente, desejo uma vez mais reiterar a sincera amizade que o povo e o Governo brasileiro devotam ao povo irmão da Bolívia e renovo, ao mesmo tempo, minha confiança na determinação com que nossos países vêm estreitando cada vez mais os profícuos laços de cooperação e entendimento que os unem. Mais alta consideração.

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil.

presidente figueiredo envia mensagem ao primeiro-ministro da França, laurent-fabius

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Primeiro-Ministro da França, Laurent-Fabius, enviada em 23 de julho de 1984:

Au moment où vous assumez les fonctions de Premier Ministre de la République Française, je viens, au nom du peuple et du Gouvernement brésiliens, vous adresser les meilleurs voeux de succès dans l'accomplissement de cette haute mission.

João Figueiredo
Présidenty de la République Fédérative du Brésil.

presidente figueiredo troca correspondência com o primeiro-ministro do Canadá

Carta do Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Eliot Trudeau, ao Presidente João Figueiredo, de 9 de julho de 1984, e a carta-resposta do Presidente Figueiredo ao novo Primeiro-Ministro do Canadá, Martin Brian Mulroney, de 16 de julho de 1984, ambas divulgadas pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de julho de 1984.

CARTA DO PRIMEIRO-MINISTRO CANADENSE

Sua Excelência
O Presidente da República Federativa do Brasil
João Baptista de Oliveira Figueiredo
Brasília, D.F.

Meu caro Presidente,

Desejo agradecer Vossa Excelência por haver trazido à minha atenção suas observações a respeito da atual situação econômica e financeira da América Latina antes da instalação da recente Reunião de Cúpula Econômica de Londres. De minha parte, asseguro a Vossa Excelência que a situação de endividamento internacional foi uma questão importante abordada naquela Reunião, e creio que as discussões de Londres contribuíram para o maior desenvolvimento de uma resposta multilateral eficaz para o problema da dívida externa.

Ao abordar estas discussões, estava consciente das sérias dificuldades econômicas enfrentadas pelos países da América Latina, e em outras partes, resultantes do ônus de sua dívida, como também dos corajosos esforços de ajustamento econômico que vêm sendo feitos, a um pesado custo político e social. Também admiti que há consideráveis incertezas adiante. Portanto, meu parecer foi no sentido de que deveria ser dada maior atenção, neste momento, à perspectiva quanto aos fluxos financeiros de médio e longo prazos para os países em desenvolvimento, bem como à necessidade de fortalecer nossa capacidade de lidar com o acúmulo previsto dos pagamentos do serviço da dívida.

Nas reuniões de Londres, como Vossa Excelência terá por certo depreendido da Declaração, os líderes acordaram quanto à importância crítica de uma recuperação econômica mundial continuada, não-inflacionária, à necessidade de redução das taxas de juros e a condições mais abertas de comércio como essenciais ao vigor do sistema financeiro internacional. Concordou-se também que, enquanto não houver alternativa, senão a da persistência na atual estratégia de ajustamento econômico, esta deve ser sustentada por meio de financiamento adequado, inclusive investimentos diretos e fluxos financeiros de longo prazo mais estáveis.

A Reunião de Cúpula endossou o princípio do reescalonamento plurianual da dívida para os países que estiverem levando a efeito políticas bem sucedidas de ajustamento econômico, ao mesmo tempo em que reafirmou a abordagem caso a caso para suavizar o ônus da dívida.

A Reunião de Cúpula também chamou a atenção para o fortalecimento do papel do Banco Mundial no fomento do desenvolvimento de médio e longo prazos, para maior cooperação entre o FMI e o Banco Mundial, e concordou em continuar a trabalhar para o melhoramento do sistema financeiro internacional. Agradou-me particularmente o fato de que os líderes da Reunião, por iniciativa do Canadá, concordaram em examinar o papel que o Comitê de Desenvolvimento do FMI/BIRD poderia desempenhar em discussões de questões financeiras de interesse particular dos países em desenvolvimento.

Serão necessárias novas discussões multilaterais dessas importantes questões nos foros apropriados, e espero que estas possam iniciar-se em futuro próximo.

Compartilho plenamente a noção de Vossa Excelência de

que a atual situação financeira internacional demonstra a interdependência dos países industrializados e em desenvolvimento. Somente através da cooperação mais estreita entre os países devedores, os Governos credores, os bancos comerciais e as instituições financeiras internacionais poderemos lidar com esses problemas. Espero que Vossa Excelência concorde com minha visão de que o resultado das discussões de Londres é evidência de nosso desejo de prosseguir nesta cooperação de maneira construtiva e realista, de modo a assegurar uma resposta multilateral eficaz para os problemas do endividamento dos países em desenvolvimento. Isto é para o benefício de todos.

Com minha estima pessoal e os melhores votos.

De Vossa Excelência,

P. E. Trudeau
Primeiro-Ministro do Canadá

CARTA DO PRESIDENTE BRASILEIRO

Caro Primeiro-Ministro,

Acuso com prazer recebimento de carta, a mim encaminhada no dia 09 de julho, pelo antecessor de Vossa Excelência. As lúcidas reflexões nela contidas sobre a reunião de Londres traduzem a percepção de que algum avanço foi alcançado no exame da questão do endividamento e revelam a atitude inovadora e construtiva do Canadá.

O reconhecimento expresso pelo Senhor Pierre Trudeau de que os esforços de ajustamento por parte dos países devedores implicam elevado custo político e social confirma, a meu ver, a sensibilidade do Governo canadense para com os problemas dos países em desenvolvimento. Muito apreciei igualmente a iniciativa do Canadá, no encontro de Londres, no tocante à participação do Comitê de Desenvolvimento do FMI/BIRD nas discussões e temas financeiros de particular interesse dos países em desenvolvimento.

Ao avaliar as propostas da reunião de Londres pude depreender que existem perspectivas para o desenvolvimento de um diálogo construtivo entre os países industrializados e os países devedores. Aliás, no encontro de Cartagena, na Colômbia, em 21 e 22 de junho, que reuniu onze países Latino-americanos, definiu-se um conjunto de princípios e propostas concretas com relação ao equacionamento racional da questão da dívida externa. Na nossa avaliação, as iniciativas formuladas em Cartagena constituem uma base importante para a identificação de soluções realistas para o problema do excessivo ônus representado pelo serviço da dívida para os países latino-americanos.

A crise do endividamento externo que incide de forma cada vez mais dramática sobre os países latino-americanos tem sido fonte de grave preocupação para o Governo brasileiro, assim, torna-se imprescindível a adoção de medidas

urgentes com o objetivo de tornar viável o encaminhamento satisfatório da questão da dívida externa.

Os resultados obtidos na reunião de Cartagena e as iniciativas formuladas no encontro criaram uma atmosfera mais propícia ao diálogo entre países credores e devedores. O objetivo primordial desse diálogo — baseado numa reflexão conjunta sobre a questão da dívida e seus múltiplos desdobramentos — deverá ser o de procurar fórmulas capazes de promoverem soluções realistas e duradouras para o problema de excessivo ônus do serviço da dívida, para a retomada do desenvolvimento nos países devedores e a expansão continuada da economia internacional.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os sinceros votos que formulo por sua felicidade pessoal e os protestos de minha mais alta consideração,

de Vossa Excelência

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

a correspondência entre o presidente joão figueiredo e a primeiro-ministro do reino unido, margaret thatcher

Cartas do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Margaret Thatcher e do Presidente João Figueiredo, cujas cópias foram divulgadas pelo Palácio de Itamaraty, em Brasília, em 25 de julho de 1984:

CARTA DO PRIMEIRO-MINISTRO MARGARET THATCHER

Your Excellency

Thank you for your message of 5 June which reached me the day before the London Economic Summit. I brought it to the attention of the Heads of State and of Government taking part in the Summit, and it was much in our thoughts during our discussions. We also had in mind the contents of the Quito Declaration and plan of action published on 14 January.

You will have seen that the Declaration adopted at the Summit recognised the great importance of the issue of international debt and contained a number of proposals which my colleagues and I believe will be effective in contributing towards the resolution of debt problems.

I welcome what you say about establishing an atmosphere of open cooperation. The Summit participants were an-

xious to ensure that the present recovery among industrial countries should not only be sustained at home but spread to the rest to the world. Recognising the importance of trade in this process, the Summit also gave a strong impetus to current efforts to resist and reverse protectionist measures. I am sure you will agree that these elements of the London Declaration express the common interests of the international community.

Signed Margaret Thatcher

CARTA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Cara Primeira-Ministra,

Muito agradeço Vossa Excelência, pela gentileza de sua carta do dia 18 de junho. Com satisfação verifiquei que Vossa Excelência e os demais Chefes de Governo presentes à recente reunião de Londres dedicaram especial atenção aos problemas econômicos causados para numerosos países latino-americanos, pela grave situação do endividamento externo.

O quadro econômico dos países latino-americanos tem-se agravado sensivelmente no curso dos últimos meses, o que me levou, juntamente com outros Chefes de Governo latino-americanos, a dirigir carta aos participantes do encontro de Londres.

Considero desenvolvimento positivo a sua observação de que o conteúdo da carta acima citada, assim como da Declaração de Quito e do plano de ação de 14 de janeiro estiveram sempre presentes nas considerações dos Chefes de Estado e de Governo presentes à reunião de Londres.

Anotei os avanços registrados no encontro de Londres, do que é exemplo o reconhecimento da importância da questão do endividamento externo. Embora ainda existam diferenças de percepções, os progressos alcançados revelam a existência de perspectivas para o diálogo e o entendimento entre os Governos dos países representados em Londres e dos países devedores. Devo acrescentar que, mais recentemente em reunião realizada em Cartagena, Colômbia, em 21 e 22 de junho, onze países latino-americanos definiram um conjunto de princípios e propostas concretas que, a nosso ver, representam base válida e realista para a busca de soluções ao problema do excessivo ônus representado pelo serviço da dívida para os países latino-americanos.

O Governo brasileiro identifica como fonte de continuada preocupação a crise do endividamento e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos. Ações urgentes no sentido de tornar viável um encaminhamento satisfatório daquela questão são a cada dia mais imperiosas e essenciais.

Acredito que os resultados da reunião de Cartagena e as conclusões do encontro de Londres vieram criar condições

especialmente favoráveis à realização de um diálogo mais abrangente e profundo entre os Governos de países devedores e credores. Na sua essência, esse diálogo deverá constituir uma reflexão conjunta sobre a questão do endividamento externo e seus múltiplos desdobramentos. Seu objetivo primordial seria o de considerar medidas construtivas para a solução de problema do excessivo ônus do serviço da dívida, para a retomada do desenvolvimento dos países devedores e a expansão sustentada da economia internacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e os sinceros votos que formulo pela Sua felicidade pessoal e os protestos de minha mais alta consideração.

de Vossa Excelência,
João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

presidentes do brasil e da china trocam mensagens pelos dez anos de estabelecimento de relações diplomáticas

Mensagens trocadas pelos Presidentes João Figueiredo e Li Xiannian (tradução não-oficial), a propósito do décimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, cujas cópias foram divulgadas pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de agosto de 1984. A nota brasileira foi assinada pelo Presidente João Figueiredo em 13 de julho de 1984, enquanto que a nota chinesa foi encaminhada, através da Embaixada da República Popular da China em Brasília, em 11 de agosto de 1984:

MENSAGEM DO PRESIDENTE BRASILEIRO

A Sua Excelência o Senhor
Li Xiannian,
Presidente da República Popular da China.

Senhor Presidente e Caro Amigo,

Ao ensejo da celebração, no próximo dia 15 de agosto, do décimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, tenho a honra de manifestar a Vossa Excelência, em nome do Povo e do Governo do Brasil, a mais alta satisfação pelos significativos resultados alcançados nesse período por nossos dois países, que, mediante relacionamento exemplar, lograram fortalecer o en-

tendimento bilateral, incrementar o intercâmbio e desenvolver a cooperação científica e tecnológica.

Nos últimos dez anos, o Brasil e a China, baseados no respeito recíproco pelas características dos respectivos sistemas sociais, na não-interferência nos assuntos internos de cada país e na busca de benefícios mútuos, dialogaram de maneira construtiva. Tal clima de cordialidade em muito foi favorecido pelas convergentes preocupações de nossos Governos com o fortalecimento da paz e segurança internacionais e com a infatigável defesa de melhores condições para o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo.

Nesta oportunidade, em que o Governo e o Povo brasileiros reafirmam seus votos pela crescente prosperidade da grande nação chinesa, muito me apraz reiterar meus votos pessoais pela saúde e felicidade de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO PRESIDENTE CHINÊS

Ao
Excelentíssimo Senhor
João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília

Senhor Presidente,

Por ocasião do Décimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, tenho a honra de expressar a Vossa Excelência e, mediante Vossa Excelência, ao governo e povo brasileiros, as minhas calorosas congratulações, em nome do governo e povo chineses e no meu próprio.

O estabelecimento das Relações diplomáticas entre a China e o Brasil constitui um grande acontecimento nos anais do relacionamento dos dois países. Nos últimos dez anos, não parou de se consolidar e se aprofundar a amizade entre os nossos dois povos e se registrou um desenvolvimento satisfatório das relações de cooperação amistosa entre ambos os países nas áreas política, econômica, comercial, científica e tecnológica. O desenvolvimento das relações sino-brasileiras não apenas corresponde aos interesses e à aspiração dos nossos dois povos, como também beneficia a unidade e a cooperação dos países do Terceiro Mundo, e a causa de manutenção da paz mundial. O governo e o povo da China têm atribuído suma importância às relações sino-brasileiras baseadas em cinco princípios: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, não-agressão recíproca, não-ingerência de um nos assuntos internos do outro, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica, e estão inteiramente convencidos de que, com os esforços conjuntos de ambas as partes, a amizade entre os dois povos e a cooperação amistosa entre os dois países desenvolver-se-ão ainda mais tanto na sua amplitude, como na sua profundidade, nos anos vindouros.

Formulo os meus melhores votos pela prosperidade da República Federativa do Brasil e pela felicidade do povo brasileiro.

LI XIANNIAN
Presidente da República Popular da China

Itamaraty promove curso de formação e aperfeiçoamento em diplomacia, no gabão

De julho a setembro, o Itamaraty promoveu em Libreville, juntamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Gabão e com o UNITAR, o "Curso de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia", que habilitou dezenove jovens gaboneses a desempenharem funções de responsabilidade naquele Ministério.

O curso, inteiramente coordenado pelo Instituto Rio Branco, contou com a participação de grandes personalidades políticas gabonesas, que discorreram sobre diferentes aspectos de sua realidade nacional. Também participaram técnicos do UNITAR que, através de aulas teóricas e debates simulados, familiarizaram os alunos com o funcionamento do sistema das Nações Unidas.

A participação brasileira compreendeu, também, a apresentação de quatro cursos, com uma semana de duração cada um. O primeiro, de "Prática Diplomática", pelo Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva; o segundo, de "Teoria das Relações Internacionais", pelo Embaixador Rubens Ricupero; o terceiro, de "Técnicas de Negociação Econômica Internacional", pelo Secretário Antonio Humberto Fontes Braga; e o quarto, de "Direito Internacional Público", pelo Professor Antonio Augusto Cançado Trindade.

A coordenação do curso esteve, em Libreville, sob a responsabilidade do Secretário Débora Vainer Barenboim.

a terceira sessão da conferência das nações unidas sobre açúcar, em genebra

Realizou-se, em Genebra, de 12 de junho a 5 de julho, a III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, sem que tenha alcançado plenamente os seus objetivos. Com efeito, em razão da postura inflexível de algumas delegações, logrou-se, apenas, um Acordo sem cláusulas econômicas, que vigorará até 31 de dezembro de 1986, a menos que prorrogado pelo Conselho da OIAçúcar.

Restabeleceram-se os Comitês criados na I Sessão da Conferência, com as mesmas mesas então eleitas, e acordou-se em utilizar como base dos trabalhos o Projeto de Artigos preparado pelo Secretariado da Organização Internacional do Açúcar.

No curso dos trabalhos foram apresentadas e discutidas algumas propostas principais:

a) DERs

— a delegação do Brasil articulou uma proposta conjunta sobre partilha de mercado, que atribuía 2.688.380 toneladas à Austrália, 2.658.190 ao Brasil, 2.282.939 a Cuba e 4.353.393 à CEE. A referida proposta foi patrocinada por Argentina, África do Sul, Austrália, Brasil, Colômbia, Filipinas, Fiji, Índia, Peru, República Dominicana, Suazilândia, Tailândia e Zimbábue. Posteriormente, o presidente da Conferência apresentou fórmula de partilha em que as cifras de Brasil, Austrália e Cuba eram ligeiramente aparadas e a da CEE elevada para 4.900.000 toneladas. Brasil e Austrália indicaram sua disposição em estudá-la, confrontando-a com as cifras da proposta conjunta, enquanto CEE pediu tempo para examiná-la. Cuba foi a única a se pronunciar sobre a DER que lhe caberia, considerando-a muito distante da sua possibilidade de sobrevivência. O quadro que se formou em torno da proposta ficou assim definido em dias subseqüentes a sua apresentação: dos 10 grandes exportadores, 7 aceitavam sem observação, a proposta do presidente: África do Sul (817.000 toneladas), Argentina (568.000), Brasil (2.600.000), Filipinas (1.365.000), Índia (650.000), República Dominicana (917.000) e Tailândia (1.116.000). A CEE condicionava a aceitação de sua cifra a que ela fosse fixa por toda a vigência do Acordo. Cuba (2.200.000) e Austrália (2.600.000), no entanto, não aceitavam as cifras que lhes haviam sido atribuídas. Ficou claro que a impossibilidade de se chegar a um acordo deveu-se, basicamente, às posturas australiana, que não fez qualquer esforço para se aproximar dos outros grandes exportadores, e cubana, pois, apesar de aceitar negociar com base nas 2.200.000 toneladas, adotou atitude intransigente quanto a sua aspiração de exportação para os países-membros do COMECON. Com efeito, a delegação cubana afirmou que só estaria disposta a abrir mão de sua posição inicial de não limitar suas exportações para o COMECON e os demais países socialistas com a condição de que a cifra limite para os não-membros do COMECON fosse calculada com base nos compromissos assumidos no plano quinquenal 1985-89. Esta cifra limite, da ordem de 800.000 toneladas no atual Acordo, seria elevada para cerca de 1.050.000 toneladas, segundo as aspirações cubanas. Desse modo, a CEE, delegação que sempre criou os maiores problemas durante a negociação, ao aceitar a cifra de 4.900.000 toneladas e ao se dispor a continuar a negociar, tirou de si o ônus maior pelo fracasso, que foi, assim, dividido com Austrália e Cuba;

b) Estoques de segurança

— a CEE apresentou proposta que previa, no ponto Y, a retenção, pelos membros do Acordo de 1977, de seus

estoques especiais, que seriam parte do estoque excedentário, bem como a acumulação do volume de estoques de segurança que lhes caberia pelo novo Acordo. Sem precisar claramente sua proposta, a CEE indicou que os estoques especiais deveriam ser mantidos por meio de financiamento internacional e que, no novo Acordo, estariam previstas disposições para sua liberação acima do ponto X. Argumentou que a simples conversão dos estoques especiais em estoques de segurança não teria qualquer ação sobre o mercado.

A proposta comunitária foi rejeitada *in limine* por todos os demais exportadores, posto que equivaleria a duplicar as obrigações de estocagem de todos os países-membros do novo Acordo, com exceção da CEE que, no ponto Y, só teria a obrigação de acumular os estoques de segurança, ficando livre dos compromissos de acumulação caso o preço fosse inferior a Y. Austrália e Cuba lembraram que em 31/12/84, expirado o Acordo de 1977, deixariam de existir estoques de segurança e o volume de açúcar armazenado poderia ser usado pelo país, segundo sua conveniência. A delegação da África do Sul sublinhou o fato de que nenhum membro do novo Acordo poderia arcar com obrigações maiores do que outro membro;

Arranjos especiais

circulou, como documento oficial da Conferência, proposta cubana para o artigo 31 (exportações de Cuba para os países socialistas) que fundia os parágrafos 1 e 2 e colocava todos os países do bloco socialista sem limites de volumes a serem exportados. Tal proposta, já apresentada na reunião de consultas em janeiro, consistia numa reação à proposta australiana de ampliar o escopo do Acordo, abrangendo nas DERs cubanas a totalidade das exportações de Cuba para os países socialistas.

A esse propósito, cumpre lembrar que, posteriormente, a Austrália propôs que se limitassem as vendas sob arranjos especiais mediante a quantificação em 5,1 milhões de toneladas (média dos últimos 3 anos) do volume de açúcar que Cuba poderia exportar para o COMECON e outros países socialistas. Qualquer venda adicional seria permissível, mas seria computada como parte da DER cubana. Cuba não entrou no mérito do problema, limitando-se a lembrar que a posição do país sobre a questão já tinha sido divulgada.

Além disso, por iniciativa do Brasil, Argentina e CEE, foi preparado um texto que consistia em manter o mesmo limite do parágrafo 2 do artigo 31 do Acordo de 1977 e, quanto ao parágrafo 1 (países-membros do COMECON), criar a obrigação de uma declaração, por parte de Cuba, do montante a ser exportado em cada ano. A proposta, se aceita, atenderia ao interesse brasileiro de obter, no que se refere aos acordos especiais, maior transparência das exportações cubanas para o mercado socialista.

Constatada a impossibilidade de se negociar um Acordo com cláusulas econômicas, foi aprovado um instrumento de cunho meramente administrativo. Nesse sentido, vale-

ria destacar os seguintes pontos principais sobre o referido documento:

- a) O artigo 1 estabelece que o Acordo de 1984 visa a promover a cooperação internacional em matéria açucareira e, em particular, fornecer a moldura adequada para a possível negociação de um acordo com cláusulas econômicas. É de se notar, contudo, que o artigo 31, referente à preparação do futuro Convênio, não estipula prazo para a execução de tal tarefa;
- b) Em seu artigo 29, o Acordo mantém a OIAçúcar, fazendo atuar como centro para a coleta e publicação de estatísticas e estudos relativos a todos os aspectos da economia açucareira mundial, estabelecendo o compromisso dos membros de prestar as informações cabíveis.

brasileiro eleito diretor geral da união postal universal

O XIX Congresso da União Postal Universal (UPU), Organização da qual o Brasil é membro desde 1877, elegeu em 6 de julho de 1984 o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Engenheiro Adwaldo Cardoso Botto de Barros, para o cargo de Diretor-Geral da UPU.

A eleição do Dr. Botto de Barros ocorreu pela maioria de 94 votos, contra os 50 obtidos pelo outro candidato.

brasil reeleito para os conselhos executivo e consultivo de estados postais

O XIX Congresso da União Postal Universal (UPU), organização da qual o Brasil é membro desde 1877, reelegeu o Brasil para seus Conselhos Executivo e Consultivo de Estados Postais, no último dia 13, em Hamburgo, República Federal da Alemanha.

A reeleição do Brasil ao Conselho Executivo ocorreu pela maioria de 131 votos das 148 delegações presentes, sendo o país latino-americano mais votado, superado apenas pela Suíça, país-sede da Organização. Para o Conselho Consultivo de Estudos Postais, o Brasil recebeu o expressivo apoio de 101 votos.

quarta conferência geral da organização das nações unidas para o desenvolvimento industrial

Realizou-se em Viena, entre os dias 2 e 20 de agosto, a Quarta Conferência Geral da Organização das Nações Uni-

das para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o foro de diálogo Norte-Sul mais importante na área econômica em 1984.

Como ponto de partida para avaliar os resultados dessa reunião, devem ser levados em conta dois fatores, a saber:

- a) a crise global inaugurada com o segundo choque do petróleo praticamente estancou o diálogo Norte-Sul e todas as conferências econômicas no âmbito das Nações Unidas nos últimos quatro anos apresentaram resultados pouco satisfatórios;
- b) a Terceira Conferência Geral da UNIDO, realizada em 1980 em Nova Delhi, redundou em impasse total e os documentos do Grupo dos 77 tiveram de ser aprovados por votação para constituir o mandato da organização no quadriênio 1980-84. Como resultado, nos últimos quatro anos, a UNIDO sofreu processo de estagnação visto faltar o apoio político do Grupo B e o suporte financeiro tanto dos países socialistas quanto dos industrializados de economia de mercado.

Em contrapartida, durante a UNIDO IV foi possível alcançar consenso a respeito de doze resoluções. Outras três resoluções, de natureza política, foram aprovadas por voto e duas resoluções (relativas a relocação e financiamento) não puderam ter a negociação ultimada e foram encaminhadas com colchetes para a Assembléia Geral das Nações Unidas. O texto de análise da conjuntura econômica internacional (conhecida como "chapeau") foi aprovado com 79 votos a favor (inclusive o do Brasil), 12 abstenções (a maior parte países da CEE) e um voto contra (EUA). Deve ser mencionado que, desde os meados da Conferência, os EUA haviam adiantado que não poderiam votar a favor desse texto. O Grupo dos 77 negociou então o texto com os demais países do Grupo B no entendimento de que a versão final iria contar com o endosso universal (exceto os EUA). Por esse motivo, as 12 abstenções e o anúncio, praticamente no momento de iniciar-se a sessão plenária final, de que os países desenvolvidos de economia de mercado não poderiam endossar o "chapeau" produziram grande desapontamento entre os 77. Esse fato justifica, inclusive, algumas declarações no sentido de que a Conferência constituiria um fracasso.

Não obstante os resultados terem sido aquém das expectativas do Grupo dos 77, cabe destacar que, pela primeira vez em quatro anos, a UNIDO passa a contar com mandatos que são ou de consenso ou que foram aprovados sem oposição explícita de algum grupo regional. Essa nova situação certamente irá facilitar a conversão da UNIDO em agência especializada, o que deverá ocorrer no curso de 1985.

a fase III do processo de renegociação da dívida externa brasileira

A propósito da Fase III do processo de renegociação da dívida externa brasileira, o Banco do Brasil S.A./Agência

de Nova York e o Citibank, naquela cidade, emitiriam, simultaneamente, a 3 de agosto, comunicado à imprensa do seguinte teor:

O Sr. Affonso Celso Pastore, Presidente do Banco Central do Brasil, e o Sr. José Carlos Madeira Serrano, Diretor da Divisão Internacional do Banco Central, avistaram-se ontem em Nova York com os membros do Comitê Assessor de Bancos para atualizar o Comitê sobre os progressos do programa econômico brasileiro em 1984.

Pastore informou que o superávit comercial do Brasil em julho foi de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, significativamente acima do superávit de 700 milhões de dólares em julho de 1983. O saldo comercial no período de janeiro/julho de 1984 atingiu 7 bilhões e 200 milhões de dólares, contra o superávit de 3 bilhões e 600 milhões de dólares no mesmo período de 1983.

As exportações brasileiras em julho último totalizaram 2 bilhões e 600 milhões de dólares, 35 por cento a mais que no mês de julho de 1983.

A receita das exportações no período janeiro/julho de 1984, no valor de 15 bilhões e 200 milhões de dólares representa um acréscimo de 24 por cento sobre o mesmo período do ano passado.

O Presidente do Banco Central informou ainda que as importações brasileiras, que começaram a crescer há dois meses atrás, alcançaram 1 bilhão e 400 milhões de dólares em julho, 17 por cento superiores às importações de julho de 1983.

Os números preliminares mostram que o déficit em contas correntes do Brasil caiu para 200 milhões de dólares no período janeiro/junho de 1984, contra o déficit de 3 bilhões e 900 milhões de dólares de janeiro a junho de 1983.

Pastore informou ainda ao Comitê Assessor que o Brasil atingiu todas as metas relevantes do programa concertado com o Fundo Monetário Internacional para o final do mês de junho.

O Governo brasileiro e o Comitê Assessor de Bancos esperam iniciar as negociações da Fase III relativa ao programa brasileiro para 1985, no correr do mês de outubro próximo.

a conferência internacional sobre população, realizada no México

Realizou-se na Cidade do México, de 6 a 13 de agosto, a Conferência Internacional sobre População — CIP, destinada a avaliar a implementação do Plano de Ação Mundial sobre População, aprovado na Conferência de Bucareste, em 1974.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor Waldyr Mendes Arcoverde. Essa representação em nível ministerial se justifica pela importância que o Brasil atribui à Conferência do México. Por outro lado, a escolha do Senhor Ministro da Saúde para chefiar a Delegação brasileira é coerente com a preocupação que tem tido o Governo brasileiro de incorporar as atividades de planejamento familiar na área de saúde pública.

O Brasil entende que, no plano da cooperação internacional em matéria populacional, três princípios básicos devem ser observados:

- a) estrito respeito à soberania dos Estados no tocante à formulação e implementação, pelos Governos, de políticas em matéria de população;
- b) integração da variável populacional no contexto mais amplo do desenvolvimento econômico e social; e
- c) validade continuada das recomendações do Plano de Ação Mundial sobre População, aprovado em Bucareste.

Essa foi a posição defendida pelo Brasil nas reuniões de coordenação latino-americana para a Conferência do México e nas duas reuniões do Comitê Preparatório para a CIP, realizadas em Nova York, em janeiro e março de 1984.

A preparação da posição brasileira para a Conferência do México — que reuniu cerca de 160 países — foi objeto de um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Itamaraty e que contou com a participação dos seguintes órgãos: Estado Maior das Forças Armadas, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Agricultura e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mereceu aprovação do Senhor Presidente da República o documento preparado pelo referido Grupo de Trabalho sobre a política populacional brasileira. O documento considera inicialmente que permanecem válidos os quatro princípios que balizaram a posição brasileira na Conferência de Bucareste e que constam do documento "Política Demográfica Brasileira", de 1974. Esses princípios são os seguintes:

"1. A política demográfica brasileira é do domínio soberano do Governo do Brasil. O Governo não aceitará interferências externas, de caráter oficial ou privado, na sua política demográfica.

2. O controle da natalidade é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito, não deve sofrer interferência governamental,

3. A capacidade de recorrer ao controle da natalidade não deve ser um privilégio das famílias abastadas e, por isso, cabe ao Estado proporcionar as informações e os meios

que possam ser solicitados por famílias de recursos reduzidos.

4. O Governo adotará as medidas necessárias para diminuir a mortalidade no país, sobretudo a infantil; promover a integração dos grupos sociais ainda marginalizados; equilibrar os crescimentos regionais; incorporar ao processo econômico os grandes espaços do país e promover o crescimento harmônico dos setores urbano e rural."

Além disso, dentro da perspectiva dos últimos dez anos, o documento aprovado pelo Senhor Presidente da República faz uma análise da dinâmica demográfica brasileira através de todos os indicadores relevantes. As recomendações feitas pelo documento abrangem as três grandes vertentes da dinâmica demográfica e que são objeto da política populacional brasileira: fecundidade, mortalidade e migração. As conclusões do documento visam instrumentalizar e operacionalizar os princípios básicos da política definida em 1974. Essas conclusões são as seguintes:

"1. Os esforços para a redução da mortalidade, particularmente da mortalidade infantil, deverão estar direcionados no sentido de garantir a melhoria da qualidade e o aumento da cobertura da assistência à saúde e a utilização de tecnologia apropriada para intervir nas condições de maior impacto sócio-sanitário. Alterações significativas nos índices de mortalidade dependem fundamentalmente de uma acentuada elevação nas condições de vida da população e, de uma forma mais imediata, de uma melhoria substancial dos sistemas de saneamento, em especial a disponibilidade de água potável.

2. Permanecem válidas as diretrizes definidas em 1980 pelo Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas: implementar uma estratégia global de distribuição da população; alocar os investimentos públicos e privados de modo a evitar sua excessiva concentração em algumas áreas do país e aumentar as oportunidades sócio-econômicas em espaço diferenciados: privilegiar as atividades que criam mais empregos e utilizam mão-de-obra mais intensivamente; minimizar os custos ocasionais pelas migrações aos estratos populacionais de renda mais baixa.

3. O planejamento da prole se constitui em um dos direitos fundamentais do ser humano.

4. A meta de crescimento demográfico para o Brasil é aquela consubstanciada pelo somatório de ações livres e informadas dos casais e dos indivíduos visando o planejamento de sua vida reprodutiva.

5. O planejamento familiar deverá ser encarado como parte integrante do atendimento público à saúde. Informar e prover meios para o exercício de decisão própria com respeito ao tamanho da prole deverão ser ações incorporadas aos serviços públicos de saúde, quer de nível federal, estadual ou municipal.

6. Todas as ações de planejamento familiar deverão ser supervisionadas pelos órgãos competentes. O poder públi-

co deverá acompanhar suas atividades e controlar a qualidade do atendimento e dos suprimentos utilizados, com vistas a proteger o usuário.

7. Em que pese o grande esforço internacional de desenvolvimento e teste de métodos contraceptivos, um país não pode respaldar-se totalmente na observação da experiência de outras sociedades para a orientação de sua política de planejamento familiar. Assim, faz-se necessário um esforço sistemático de avaliar nossa própria experiência, criando-se os mecanismos necessários para gerar um fluxo regular de estudos voltados para o esclarecimento das questões centrais ligadas ao tema."

Itamaraty promove seminários sobre "tecnologia brasileira para o desenvolvimento"

O Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o CNPq (Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico) vem promovendo Séries de Seminários sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento". O objetivo principal dessa atividade é difundir informações sobre o grau de avanço tecnológico do Brasil e demonstrar a capacidade das empresas nacionais de atender à demanda por bens e serviços existentes em países em desenvolvimento. Os seminários são geralmente constituídos por três painéis, que variam segundo a composição do grupo expositor. Cada painel reúne três ou quatro palestrantes de empresas da área privada ou do Governo. Os temas apresentados por cada painel são definidos em função das prioridades setoriais de desenvolvimento de cada país.

A platéia convidada para esses seminários reúne autoridades e representantes de órgãos governamentais afetos às áreas dos temas escolhidos; das associações e entidades de classe; das universidades e instituições de pesquisas; do meio empresarial e da imprensa especializada. Assim, a platéia-alvo identifica-se com o meio técnico empresarial ligado a entidades que poderão ter interesse em adquirir serviços e produtos brasileiros.

O seminário, propriamente dito, tem duração de um dia: pela manhã, são apresentadas palestras de caráter genérico; à tarde, os três painéis se subdividem em salas distintas para apresentação de audiovisuais, detalhamento das palestras e debates. O dia subsequente ao encontro é reservado para contatos entre os conferencistas brasileiros e as autoridades locais.

Realizou-se no período de 24 de Julho a 9 de Agosto do corrente ano, a série "Chile/Colômbia/México" de Seminários sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento". Os temas selecionados para compor os três painéis foram telecomunicação, energia, agro-indústria e agropecuária.

A referida série contou com a participação da Embrapa, CIBRAZEN, Agrocere, IBDF, ABINEE, ABC-X-TAL, DARUMA TELECOMUNICAÇÕES, ELETROBRÁS, Promon Engenharia, INTERBRÁS, ABDIB etc.

O grande número de oportunidades comerciais identificadas e/ou implementadas durante a realização da série em apreço atestou a importância desses seminários para o incremento do intercâmbio entre países em desenvolvimento.

Com o intuito de repassar a um maior número de empresas brasileiras as impressões colhidas sobre a potencialidade dos mercados latino-americanos visitados, o Itamaraty organizou, na sede da FIESP, em setembro último, um encontro sobre "Exportação de Tecnologia Nacional". Fizeram-se representar no evento mais de 150 empresas interessadas em dinamizar suas exportações.

Procurando dar continuidade aos seminários sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento", o MRE deverá promover em dezembro próximo a Série "Egito/Argélia/Tunísia". Cerca de 18 empresas e entidades brasileiras da área privada e do governo já manifestaram oficialmente seu interesse em participar desta nova série de Seminários. Os temas a serem apresentados por ocasião do encontro previsto para o Norte da África abrangem as áreas de agro-indústria e agropecuária, infra-estrutura básica e siderurgia.

presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner encontram-se na inauguração de Itaipu

No dia 25 de outubro de 1984, encontraram-se na Central da Hidrelétrica de Itaipu os Excelentíssimos Senhores João Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, e General-de-Exército Dom Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, para colocar oficialmente em funcionamento as duas primeiras unidades geradoras, de 700.000 kilowatts cada uma, desse proveitamento.

Na mesma ocasião terá início o suprimento simultâneo de energia produzido por Itaipu aos mercados consumidores do Brasil e do Paraguai. Do lado brasileiro a transmissão se fará através do sistema em corrente contínua, a cargo de Furnas Centrais Elétricas, ligando Itaipu a São Paulo, e, do lado paraguaio, por sistema em corrente alternada ligando Itaipu ao Sistema da Administración Nacional de Electricidad-Ande em Acarahué e daí para Assunção.

Esse feito constitui mais uma etapa nesta grande obra binacional que tem por objeto contribuir substancialmente para atender às necessidades de energia elétrica dos dois países irmãos, mediante o aproveitamento de um recurso

natural pertencente em condomínio aos dois países, para promover seu desenvolvimento econômico e fomentar o bem-estar de ambos os povos.

inaugurado o centro de estudos brasileiros em buenos aires

A apenas alguns metros da movimentada Calle Florida e a poucas quadras da Praça San Martín, em pleno centro de ebulição comercial, financeira, política e cultural de Buenos Aires, foi inaugurado, na Calle Esmeralda, 965, em 3 de setembro de 1984, a nova sede do Centro de Estudos Brasileiros. Funcionando desde 1954 e em contínua expansão durante as três décadas em que se vem dedicando a projetar e difundir não só a língua, mas também a cultura brasileira, o Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires bem merece os 1.500 m² em que se repartem os quatro andares da nova sede. Além das onze salas que permitirão acomodar o dobro dos mil alunos já inscritos este ano, as novas instalações dispõem de ampla e atualizada biblioteca com cerca de onze mil títulos em português, um auditório para projeções e palestras e uma galeria de arte, incumbida de marcar a abertura do novo centro ao público argentino com uma exposição de obras de Portinari, cedidas por colecionadores argentinos.

O Centro, atualmente dirigido pelo Professor Wagner dos Reis Novaes, — que teve como antecessores o Professor Pedro Moacir Maya, hoje Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia e a escritora Maria Julieta Drummond de Andrade — oferece além do currículo regular, em três anos, de língua portuguesa, aulas intensivas para empresários e candidatos a pós-graduação no Brasil, cursos de tradução e conversação, conferências periódicas proferidas por intelectuais e artistas brasileiros, exposições, concertos e cinema. A extensão da presença brasileira em Buenos Aires pode ser avaliada pela persistente e atenta clientela do curso de violão popular, no qual se pode aprender da batida da Bossa Nova aos últimos sucessos da MPB, e do concorrido curso de culinária brasileira, promovido todos os anos.

A modernização do Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires, em que se incluem o emprego dos mais recentes métodos pedagógicos audiovisual e o recurso aos computadores, faz parte da dinâmica que vem sendo imprimida à rede de Centros de Estudos Brasileiros mantida pelo Itamaraty, e que responde ao crescente interesse pela língua portuguesa e pelo Brasil, não só no continente americano, mas também em outras partes do mundo.

Já existem Centros de Estudos Brasileiros em Montevideu (o mais antigo deles), Assunção, Barcelona, Bogotá, Caracas, Georgetown, La Paz, Lima, México, Milão, Panamá, Quito, Roma, Santiago, São José da Costa Rica, Washington, Paramaribo e Praia, capital do Cabo Verde. Este é o mais recente, inaugurado há poucos meses.

Os Centros de Estudos, criados ao longo do tempo e sob o impulso de necessidades locais, apresentam características bastante diferentes. Alguns limitam-se ao ensino do português e da cultura brasileira; outros exercem expressivo papel no panorama cultural dos países onde se localizam, como o de Assunção, que já há vinte anos mantém uma escola de arte, dirigida por Lívio Abramo. Ainda no correr deste ano, com a formação de videotecas em cada Centro, serão eles dotados de programas jornalísticos recentes, filmes, shows e documentários de qualidade sobre o Brasil.

o encontro citre/empresa exportadora nacional

Conhecer as oportunidades de exportação para vários dos principais mercados para os produtos brasileiros, bem como poder conversar com especialistas que neles atuaram durante dois anos — é o que foi propiciado ao empresário nacional no ENCONTRO CITRE/EMPRESA EXPORTADORA NACIONAL.

CITRE — Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial — é o nome dado ao programa, desenvolvido desde 1976 pelo Itamaraty (Departamento de Promoção Comercial) e pelo IPEA (CENDEC), para a formação e Treinamento de profissionais, de nível superior, em técnicas de comercialização externa de bens e serviços. Depois de um rigoroso processo de seleção, por concurso público (a proporção entre os candidatos inscritos e as vagas disponíveis foi de 34 para um), os aprovados realizaram, ainda no Brasil, um curso intensivo de treinamento e estagiaram no Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty. Em seguida, cumpriram a etapa de treinamento em serviço, por dois anos, nos setores de Promoção Comercial de Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior. De regresso ao Brasil, como técnicos altamente qualificados, estão sendo colocados à disposição de empresas interessadas em criar ou expandir o seu departamento de comércio exterior.

Com o retorno ao Brasil, no mês de agosto do corrente ano, do grupo de 18 formandos do VI CITRE, que estão se incorporando aos quadros das empresas exportadoras brasileiras, eleva-se a 165 o número de especialistas em comércio exterior que, por sua experiência em técnicas de promoção de exportações e vivência íntima dos mercados externos, têm participado, desde 1978, do esforço nacional de exportação em empresas públicas e privadas brasileiras, no Brasil ou no exterior.

O encontro teve como objetivos principais:

1. informar as empresas exportadoras nacionais sobre as características e as oportunidades apresentadas pelos mercados onde, por dois anos, trabalharam os especialistas em promoção comercial do VI CITRE — Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial; e
2. contribuir para uma plena incorporação no mercado de trabalho nacional dos especialistas em promoção

comercial formados pelo VI CITRE, propiciando a oportunidade de serem contratados diretamente pelos dirigentes das empresas exportadoras brasileiras.

O encontro reuniu, portanto, além dos especialistas formados pelo VI CITRE, os empresários interessados nos mercados externos que lhe foram apresentados e/ou nos agentes que neles atuaram.

Os especialistas em comércio exterior formados pelo VI CITRE serviram nas seguintes Embaixadas e/ou Consu- lados brasileiros no exterior: Abidjan (Costa do Marfim), Argel (Argélia), Assunção (Paraguai), Bogotá (Colômbia), Bonn (R.F. da Alemanha), Caracas (Venezuela), Cingapura, Chicago (EUA), Georgetown (Guiana), Kinshasa (Zaire), Kuala Lumpur (Malásia), Maputo (Moçambique), Miami (EUA), Milão (Itália), Nairóbi (Quênia), Paris (França), Quito (Equador) e Túnis (Tunísia).

primeira reunião do mecanismo de consultas brasil-frança

Em 14 de setembro, realizou-se, em Paris, a primeira reunião do mecanismo de consultas Brasil-França, criado em dezembro de 1983 por troca de cartas entre os Chanceleres dos dois países. O objetivo fundamental desse mecanismo é tornar mais ágil e operacional o diálogo entre as diplomacias brasileira e francesa, em diversas áreas.

Nessa primeira reunião, o Chefe do Departamento da Europa, Embaixador Ivan Velloso da Silveira Batalha, examinou com o Chefe do Departamento da América do Quai d'Orsay, embaixador Robert Richard, tópicos relativos à cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como assuntos de natureza cultural. O Chefe do DEU foi também recebido pelo Secretário-Geral da Chancelaria francesa, Embaixador Francis Gutmann, ocasião em que foram ventilados temas da atualidade internacional, sobretudo no que respeita à dívida externa do Terceiro Mundo e à situação na América Latina.

brasil acolhe seminário sobre empresas transnacionais para a swapo

A pedido da SWAPO e das Nações Unidas, realizou-se no Rio de Janeiro, de 17 a 21 de setembro, um seminário com o objetivo de familiarizar a direção da SWAPO (South West Africa People's Organization) com a experiência brasileira no trato com empresas transnacionais e na organização de empresas estatais nos setores de mineração, agricultura e pesca. Quinto de uma série de seis, o seminário, organizado e patrocinado pelo Centro das Na-

ções Unidas para Transnacionais, dentro do "Programa de Edificação da Nacionalidade da Namíbia", foi o primeiro a ocorrer fora do continente africano.

Participaram do evento 17 membros da organização namibiana, entre os quais o Senhor Moses Garoeb, Secretário Administrativo da SWAPO. O Senhor Garoeb foi recebido em audiência, no Rio de Janeiro, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, a quem entregou carta do Senhor Sam Nujoma, Presidente da SWAPO, ao Senhor Presidente da República.

primeiro encontro de avaliação do intercâmbio comercial hispano-brasileiro

Conforme previsto em Ata firmada em Madri no mês de abril do corrente ano, realizou-se, nos dias 26 e 27 de setembro de 1984, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro de avaliação do intercâmbio comercial hispano-brasileiro. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Dr. Carlos Viacava, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e contou com a participação de representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores. O Chefe da Delegação espanhola foi Don Guillermo de la Dehesa, Secretário Geral do Comércio.

As duas Delegações examinaram os dados disponíveis sobre o comércio bilateral no primeiro semestre de 1984 e notaram uma pequena melhora nos termos do intercâmbio. A Delegação brasileira fez uma exposição sobre as medidas de caráter geral adotadas pouco antes pelo Brasil, com vistas à liberalização do sistema de importações. Acrescentou que a adoção da nova sistemática, ao eliminar diversos entraves à importação, trará benefícios ao intercâmbio bilateral. No entanto, para que os importadores privados brasileiros redirecionassem suas compras para o mercado espanhol, seria necessário que a Espanha oferecesse melhores condições de pagamento, justamente para estimular esse redirecionamento.

Seguindo o mesmo procedimento adotado no encontro comercial de abril, em Madri, as duas Delegações firmaram ata que resume as linhas gerais dos entendimentos mantidos.

Ficou acordado que o próximo encontro de avaliação do intercâmbio comercial bilateral será realizado no final do primeiro semestre de 1985.

despedidas de embaixadores estrangeiros

Embaixador da Venezuela, Ildemar Pérez-Segnini, em 4 de julho; e o Embaixador da França, Robert Richard, em 30

de agosto. Ambos os Embaixadores foram homenageados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em solenidades realizadas no Palácio do Itamaraty, em Brasília, durante as quais os homenageados receberam as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

visitas ao brasil

julho

Presidente da **Guiné-Bissau**, João Bernardo Vieira, de 02 a 09; Vice-Ministro das Relações Exteriores da **Nicarágua**, José de León Talavera, de 09 a 10; Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros do **Reino Unido**, Baronesa Young, de 12 a 15; Secretário Geral da **Organização Meteorológica Mundial (OMM)**, Godwin Olu Patrick Obasi, dia 13; Secre-

tário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da **União Soviética**, Yuri Fokin, de 30 a 31; Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do **Gabão**, Martin Bongo, de 27 de julho a 01 de agosto.

agosto

Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros da **República Popular da China**, Wu Xueqian, de 11 a 15; Minister for Presidential Secretariat da **República da Coreia**, Kyung Shik Kang, dia 20; Chefe da Seção Africana da Divisão de Estudos Especiais da **Unesco**, Maurice Glelé, dia 21.

setembro

Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Tailândia** Tenente-Brigadeiro Siddhi Savetsila, de 11 a 12.

índice

a visita do presidente da guiné-bissau, joão bernardo vieira

discursos dos presidentes joão figueiredo e joão bernardo vieira, em Brasília por ocasião de jantar oferecido ao presidente da guiné-bissau

3

comunicado conjunto brasil-guiné-bissau

comunicado conjunto brasil-guiné-bissau, assinado, em Brasília, pelos presidentes joão figueiredo e joão bernardo vieira.

8

o brasil na conferência do desarmamento, em genebra

discurso do chefe da delegação do brasil à conferência do desarmamento, c.a. de souza e silva, sobre o tratado de não-proliferação de armas nucleares, em genebra, por ocasião da primeira parte da sessão de 1984 da conferência do desarmamento; e o discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em genebra, por ocasião da segunda parte da sessão de 1984 da conferência do desarmamento

13

saraiva guerreiro visita o chile e faz conferência na cepal

palestra do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na sede da comissão econômica latino-americana (cepal) em santiago

29

realizado no chile o seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em santiago, por ocasião da abertura do seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento

32

comunicado conjunto brasil-chile

comunicado conjunto brasil-chile, divulgado em santiago, durante visita do chanceler saraiva guerreiro, àquele país

34

ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão visita o brasil

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo

37

segunda reunião da comissão mista brasil-gabão

discursos do chanceler saraiva guerreiro e do ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da abertura da segunda reunião da comissão mista brasil-gabão; e o discurso do chanceler saraiva guerreiro, no encerramento da mesma reunião

39

comunicado conjunto brasil-gabão

comunicado conjunto brasil-gabão, assinado, no palácio do itamaraty, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo

42

ministro da saúde, waldyr arcoverde, representa o brasil na conferência internacional sobre população

discurso do ministro de estado da saúde, waldyr mendes de arcoverde, na cidade do México, por ocasião da abertura da conferência internacional sobre população

45

saraiva guerreiro, na usp, fala sobre a importância do direito na elaboração e na execução da política exterior	
conferência do chanceler saraiva guerreiro na faculdade de direito da universidade de são paulo, sobre o tema “a importância do direito na elaboração e na execução da política exterior: uma visão brasileira da crise internacional contemporânea e de algumas de suas implicações para o direito”	49
em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros da china, wu xueqian	
discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do conselheiro de estado e ministro dos negócios estrangeiros da república popular da china, wu xueqian, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao representante do governo chinês	57
saraiva guerreiro ao chanceler chinês: dez anos de profícuo relacionamento entre Brasília e Pequim	
discursos do conselheiro de estado e ministro dos negócios estrangeiros da república popular da china, wu xueqian, e do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na embaixada da china, em Brasília, por ocasião de recepção oferecida pelo embaixador chinês no Brasil, xu hongfu	61
a assinatura de atos entre o Brasil e a república popular da china	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos entre o Brasil e a república popular da china, que contou com a presença do conselheiro de estado e ministro dos negócios estrangeiros daquele país, wu xueqian	64
saraiva guerreiro no Zaire: novas perspectivas de cooperação	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Kinshasa, por ocasião de sua visita ao Zaire	65
comunicado de imprensa Brasil-Zaire	
comunicado de imprensa Brasil-Zaire, divulgado em Kinshasa, ao final da visita do chanceler saraiva guerreiro àquele país	67
chanceler em Brazzaville: nova fase nas relações entre Congo e Brasil	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Brazzaville, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros daquele país, Antoine Ndingoba	69
primeira reunião da comissão mista Brasil-Congo	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, em Brazzaville, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da comissão mista Brasil-Congo	70
comunicado de imprensa Brasil-Congo	
comunicado de imprensa Brasil-Congo, divulgado em Brazzaville, ao final da visita do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, àquele país	72
a conferência do chanceler saraiva guerreiro na escola superior de guerra	
conferência do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na escola superior de guerra, no Rio de Janeiro	75
no Brasil, o ministro dos negócios estrangeiros da Tailândia	
discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do ministro dos negócios estrangeiros da Tailândia, tenente-brigadeiro Siddhi Savetsila, no palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao chanceler tailandês	129
chanceler brasileiro abre a XXXIX Assembléia Geral das Nações Unidas	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Nova York, por ocasião da abertura da XXXIX Assembléia Geral das Nações Unidas	133
o Brasil na reunião ministerial do grupo dos 77, em Nova York	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Nova York, por ocasião da reunião ministerial do grupo dos 77, preparatória da XXXIX sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas e comemorativa do XX aniversário da criação daquele grupo	139

relações diplomáticas

brasil cria embaixadas na república árabe do iêmen e na república democrática popular do iêmen	143
designação de embaixador brasileiro	143
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	144

tratados, acordos, convênios

protocolo de intenções prevê cooperação entre brasil e guiné-bissau nas áreas de energia e minas	145
paquistão instala escritório comercial em são paulo	146
brasil e república federal da alemanha assinam três ajustes ao acordo básico de cooperação técnica	147
prorrogado por quatro meses o acordo que põe em vigor a ata final da XI reunião de consulta aeronáutica brasil-eua	150
organização meteorológica mundial reconhecerá centro de treinamento meteorológico da universidade federal do pará	154
protocolo adicional ao acordo de cooperação cultural brasil-gabão na área da televisão	155
o acordo brasil-china para instalação de consulados em são paulo e em xangai	156
acordo brasil-paraguai para isenção do imposto de renda sobre rendimentos de frete do transporte de combustíveis	157
brasil e canadá assinam ajuste complementar para cooperação técnica em comunicações e programas espaciais	158
brasil e haiti assinam acordo para criação de uma comissão mista	159
brasil e colômbia assinam acordo sobre obras aeroportuárias	159
acordos bilaterais assinados no terceiro trimestre de 1984 e que ainda não estão em vigor	160
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no terceiro trimestre de 1984	160

comunicados e notas

a reunião entre representantes da argentina e do reino unido	163
ministro carlos augusto proença rosa representará o governo brasileiro junto a organismos internacionais com sede em viena	163
a reunião dos chanceleres e ministros da área financeira dos países que assinaram o consenso de cartagena	163

mensagens

a carta do presidente joão figueiredo ao presidente dos eua, ronald reagan	165
a mensagem do presidente joão figueiredo ao presidente da bolívia, hernán siles zuazo	165
presidente figueiredo envia mensagem ao primeiro-ministro da França, laurent-fabius	166

presidente figueiredo troca correspondência com o primeiro-ministro do Canadá	166
a correspondência entre o presidente João Figueiredo e a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher	167
presidentes do Brasil e da China trocam mensagens pelos dez anos de estabelecimento de relações diplomáticas	168
notícias	
Itamaraty promove curso de formação e aperfeiçoamento em diplomacia, no Gabão	170
a terceira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, em Genebra	170
brasileiro eleito diretor geral da União Postal Universal	171
Brasil reeleito para os Conselhos Executivo e Consultivo de Estados Postais	171
quarta Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	171
a fase III do processo de renegociação da dívida externa brasileira	172
a Conferência Internacional sobre População, realizada no México	172
Itamaraty promove seminários sobre "tecnologia brasileira para o desenvolvimento"	174
presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner encontram-se na inauguração de Itaipu	174
inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires	175
o encontro Citre/empresa exportadora nacional	175
primeira reunião do mecanismo de consultas Brasil-França	176
Brasil acolhe seminário sobre empresas transnacionais para a Swap	176
primeiro encontro de avaliação do intercâmbio comercial hispano-brasileiro	176
despedidas de embaixadores estrangeiros	176
visitas ao Brasil	177